



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL - 10ª REGIÃO FISCAL - SRRF 10**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

MARÇO/2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL - 10ª REGIÃO FISCAL - SRRF 10**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, IN TCU nº 72/2013, DN TCU nº 127/2013, Portaria TCU nº 175/2013 e Portaria CGU nº 133/2013.

Porto Alegre – RS, 03/2014

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AFRFB – Auditor Fiscal de Receita Federal do Brasil
ARFB – Auditoria da Receita Federal do Brasil
AGU – Advocacia–Geral da União
ALF – Alfândega da Receita Federal do Brasil
ARFB – Auditoria da Receita Federal do Brasil
Art. – Artigo
ASCOM – Assessoria de Comunicação Social
ASESP – Assessoria Especial
ATA – Assistente Técnico–Administrativo
ATRFB – Analista Tributário da Receita Federal do Brasil
AUDIT – Coordenação–Geral de Auditoria Interna
CAC – Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil
CEPS – Comissão de Ética Pública Seccional
CETAD – Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros
CGU – Controladoria–Geral da União
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
COAEF – Coordenação–Geral de Atendimento e Educação Fiscal
COANA – Coordenação–Geral de Administração Aduaneira
COCAD – Coordenação–Geral de Gestão de Cadastro
COCAJ – Coordenação–Geral de Contencioso Administrativo e Judicial
COCIF – Coordenação–Geral de Cooperação E Integração Fiscal
CODAC – Coordenação–Geral de Arrecadação e Cobrança
COFIS – Coordenação–Geral de Fiscalização
COGEP – Coordenação–Geral de Gestão de Pessoas
COGER – Corregedoria–Geral da Receita Federal do Brasil
COGET – Coordenação–Geral de Estudos, Previsão e Análise
COMAC – Coordenação Especial de Maiores Contribuintes
COPAV – Coordenação–Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional
COPEI – Coordenação–Geral de Pesquisa e Investigação
COPEs – Coordenação–Geral de Programação e Estudos
COPOL – Coordenação–Geral de Programação e Logística
COREC – Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição
COSIT – Coordenação–Geral de Tributação
COTEC – Coordenação–Geral de Tecnologia da Informação
DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DE – Despacho Aduaneiro de Exportação
DEFIS – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização
DEINF – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Instituições Financeiras
DELEX – Delegacia Especial da Rec. Fed. do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior
DEMAC – Delegacia Especial de Maiores Contribuintes
DERPF – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoas Físicas

DI – Despacho Aduaneiro de Importação
DIAAC – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Atendimento e Controle do Crédito
DIAAD – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Aduaneiros
DIAEX – Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo
DIAFI – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Fiscalização
DIATA – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Tecnologia e de Administração
DIFIS – Divisão de Fiscalização
DIPAV – Divisão de Planejamento, Avaliação e Controle
DN – Decisão Normativa
DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil
DRJ – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento
FAPI – Fichas de Auditoria de Importação
FDI – Fichas Despacho Importação
FHAB – Ficha de Habilitação
GDA – Gerencial de Desempenho Aduaneiro
GIFA – Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação
IN – Instrução Normativa
IRF – Inspeção da Receita Federal do Brasil
PAINT – Plano Anual da Auditoria Interna
PCC – Plano de Cargos e Carreira
PDV – Programa de Demissão Voluntária
PECFAZ – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda
PF – Pessoa Física
PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PJ – Pessoa Jurídica
PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal
PNFA – Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira
RADAR – Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros
RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RFB – Receita Federal do Brasil
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
SAGA – Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento aos Contribuintes
SAAUX – Seção de Atividades Auxiliares
SACAD – Seção de Capacitação e Desenvolvimento
SAGE – Sistema de Apoio à Gestão Estratégica
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SIABI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAGE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISCAD – Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas

SPIUNet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPU – Secretaria do Patrimônio da União

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUARA – Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal do Brasil

SUARI – Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil

SUCOR – Subsecretaria de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil

SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal do Brasil

SUTRI – Subsecretaria de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil

TCU – Tribunal de Contas da União

TME – Tempo Médio de Atendimento

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE QUADROS E DECLARAÇÕES (conforme Portaria TCU nº 175/2013)

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 1 – Identificação da UJ	25
Quadro 2 – Ações	127
Quadro 3 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	166
Quadro 4 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	169
Quadro 5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	170
Quadro 6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	170
Quadro 7 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores	172
Quadro 8 – Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por Meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	173
Quadro 9 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	174
Quadro 10 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	175
Quadro 11 – Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12	179
Quadro 12 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ	181
Quadro 13 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ ..	184
Quadro 14 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária.....	185
Quadro 15 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade	185
Quadro 16 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício e nos dois Anteriores	187
Quadro 17 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU	189
Quadro 18 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU	189
Quadro 19 – Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac.....	190
Quadro 20 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva	198
Quadro 21 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	205
Quadro 22 – Composição do Quadro de Estagiários	212
Quadro 23 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União..	227

Quadro 24 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional	228
Quadro 25 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ	233
Quadro 26 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	233
Quadro 27 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	236
Quadro 28 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	238
Quadro 29 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	240
Quadro 30 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI.....	241
Quadro 31 – Demonstrativo, por Autoridades e Servidores, da Obrigação de Entregar a DBR	242

Declarações

Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	256
Declaração de Atualização dos Dados do SIASG e SICONV	259

SUMÁRIO

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Introdução	9

Itens do Relatório de Gestão, Parte A, Conteúdo Geral, Anexo II, DN TCU nº 127/2013

1 - Identificação e Atributos das Unidades Cujas Gestões Compõem o Relatório

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada	25
1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada	26
1.3 - Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada	37
1.4 - Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada	38
1.5 - Principais Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade Jurisdicionada	65
1.6 - Principais Parceiros (externos à Unidade Jurisdicionada, da administração pública ou da iniciativa privada) Relacionados à Atividade Fim da Unidade	100

2 - Planejamento e Resultados Alcançados

2.1 - Informações sobre o Planejamento da Unidade Jurisdicionada	103
2.2 - Programação Orçamentária e Resultados Alcançados	127
2.3 - Informações sobre Outros Resultados Gerados pela Gestão	128

3 - Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1 - Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	166
---	-----

4 - Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

4.1 - Execução das Despesas	169
4.2 - Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	172
4.3 - Suprimento de Fundos	175

5 - Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

5.1 - Estrutura de Pessoal da Unidade	179
5.2 - Terceirização de Mão de Obra e Contratação de Estagiários	198

6 - Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

6.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros.....	214
6.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade	227
6.3 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	233

7 - Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

7.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras	236
7.2 - Medidas para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água	238

8 - Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

8.1 - Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	240
8.2 - Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	241
8.3 - Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	242
8.4 - Alimentação SIASG e SICONV	244

9 - Relacionamento com a Sociedade

9.1 - Descrição dos Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão para fins de Solicitações, Reclamações, Denúncias, Sugestões, etc	246
--	-----

10 - Informações Contábeis

10.1 - Medidas para a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	250
10.2 - Declaração do Contador atestando Conformidade das Demonstrações Contábeis..	256

11 - Outras Informações sobre a Gestão

11.1 - Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	258
---	-----

INTRODUÇÃO

ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente Relatório de Gestão consolida as informações referentes às Unidades Gestoras da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal.

As informações apresentadas a seguir estão estruturadas de acordo com os itens e subitens previstos na Parte A, Conteúdo Geral e Parte B, Conteúdo Específico, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, combinados com as orientações e os quadros contidos na Portaria TCU nº 175/2013.

ITENS DO ANEXO II, PARTE A - CONTEÚDO GERAL, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE NÃO SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	
2.2	Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados
Quadro A 2.2.1	Programa Temático
Quadro A 2.2.2	Objetivo
Justificativa: A Unidade Jurisdicionada não possui Programas Temáticos, motivo pelo qual os quadros citados acima não se aplicarem à realidade da UJ.	
Quadro A 2.2.3.4	Ações do Orçamento de Investimento
Justificativa: A UJ não faz parte do Orçamento de Investimento - OI e sim do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS.	
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	
3.1	Estrutura orgânica de controle da unidade jurisdicionada ou do órgão a que se vincula, tais como unidade de auditoria ou de controle interno, comitê de auditoria, conselhos fiscais, comitês de avaliações, etc. descrevendo de maneira sucinta a base normativa, as atribuições e a forma de atuação de cada instância de controle.
Justificativa: Na RFB não há uma estrutura formal de controle. No entanto, há uma unidade de auditoria interna responsável, dentre outras, pela proposição de políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para a RFB; pela coordenação e execução de atividades de auditorias internas e de gestão nas unidades centrais e descentralizadas e propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB. Não há extensão da unidade de auditoria nas Superintendências Regionais da RFB e a administração, gerência e tomada de decisões relacionadas à auditoria interna cabem ao Órgão Central da RFB, motivo pelo qual o Subitem 3.1 não se aplicar à Unidade Jurisdicionada. As informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.	
3.4	Estrutura e atividades do sistema de correição da unidade, identificando, inclusive, a base normativa que rege a atividade no âmbito da unidade ou do órgão.

Justificativa: A administração da Unidade de correição é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.	
3.5	Demonstração do cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União - CGU, no que tange aos fatos originados em unidade jurisdicionada cuja gestão esteja contemplada no relatório de gestão.
Justificativa: Conforme informado na justificativa do Subitem 3.4 acima, a administração da Unidade de correição da RFB é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.	
3.6	Indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da entidade no que se refere à governança e controles internos.
Justificativa: Conforme informado na justificativa do Subitem 3.1, na RFB não há estrutura formal de controle. Há uma unidade de auditoria interna e as informações referentes a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.	
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	
4.1	Execução das Despesas
Quadro A 4.1.1	Programação de Despesas
Quadro A 4.1.2.2	Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa
Quadro A 4.1.3.1	Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Total
Quadro A 4.1.3.2	Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Valores Executados Diretamente pela UJ
Quadro A 4.1.3.3	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Total
Quadro A 4.1.3.4	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Valores Executados Diretamente pela UJ
Justificativa: A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB possui somente uma Unidade Orçamentária - UO (170010 - Órgão Central RFB) e conforme informações da Portaria TCU nº175/2013, somente UJ que for UO deve preencher os quadros citados acima. As informações dos quadros serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central.	

4.5	Suprimento de Fundos	
Quadro A 4.5.2		Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)
Justificativa: A modalidade de Suprimento de Fundos Conta Tipo “B” não se aplica à Unidade Jurisdicionada.		
4.6	Renúncias de Receitas	
Justificativa: Esta UJ não é órgão gestor de nenhuma renúncia tributária, não cabendo, portanto, a prestação de informações relacionadas a este Subitem. Alguns quadros deste Subitem serão apresentados no Relatório de Gestão do Órgão Central		
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS		
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	
Justificativa: A RFB não é órgão instituidor de aposentadorias e pensões, cuja gestão está a cargo da área de pessoal do Ministério da Fazenda. Neste sentido, não foi tratado neste Relatório o Subitem 5.1.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas, nem foram preenchidos os correspondentes quadros da Portaria TCU nº 175/2013: Quadro A 5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos; e Quadro A 5.1.4.2 - Instituidores de Pensão.		
5.1.5.4	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	
Quadro A 5.1.5.4		Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico
Justificativa: Por não se tratar de órgão instituidor de aposentadorias e pensões, não é pertinente o preenchimento deste quadro.		
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	
5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	

Justificativa: Após análise das ferramentas de extração de dados do Siape e Siapecad, mesmo utilizando a senha de maior amplitude de transações disponibilizada para a RFB, verificamos a incapacidade de extração de tal informação. Não sendo possível correlacionar os dados dos servidores da RFB com os dos demais servidores públicos federais. Não há como verificar via extração sistematizada, a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos no âmbito federal.

Atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional quando da integração com o Siapecad para gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal.

No processo de controle é utilizada a entrega de Termo de Responsabilidade assinado pelo servidor no ato da posse, declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável de acordo com a Constituição Federal.

O servidor também se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.

São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público durante o programa de formação de novos servidores, bem como no programa anual de capacitação.

5.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão
Quadro 5.2.1	Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada
Quadro 5.2.2	Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados
Justificativa: A RFB não possui terceirizados exercendo atividades típicas da carreira de auditoria fiscal.	
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	
Quadro A 7.1	Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada
Justificativa: A gestão da unidade de tecnologia da RFB é realizada de forma centralizada no Órgão Central, motivo pelo qual as informações deste Item constarem no Relatório de Gestão do Órgão Central.	
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	
9.3	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Justificativa: Na RFB, há uma unidade de auditoria interna responsável, dentre outras, pela proposição de políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para a RFB; pela coordenação e execução de atividades de auditorias internas e de gestão nas unidades centrais e descentralizadas e propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB. Não há extensão da unidade de auditoria nas Superintendências Regionais da RFB e a administração, gerência e tomada de decisões relacionadas à auditoria interna cabem ao Órgão Central da RFB, motivo pelo qual as informações relativas a este Subitem constarem no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.2	Mecanismos para medir a Satisfação dos Cidadãos-Usuários ou Clientes dos Produtos e Serviços Resultantes da Atuação da Unidade
-------------	---

10.3	Demonstração dos Resultados de eventuais Pesquisas de Opinião Realizadas nos Três Últimos Anos
-------------	---

Justificativa: A administração dos mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários dos serviços da unidade e aos resultados de eventuais pesquisas de opinião realizadas nos três últimos anos com os cidadãos em geral, é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a estes Subitens serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB

ITENS DO ANEXO II, PARTE B - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE NÃO SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

26. RFB (ACÓRDÃO TCU Nº 499/2009 - PLENÁRIO)

Informações sobre as medidas administrativas e judiciais adotadas para a cobrança e execução da dívida previdenciária e não previdenciária.

Justificativa: A gestão da cobrança e execução da dívida previdenciária e não previdenciária está a cargo do Órgão Central e as informações relativas a este Item serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

ITENS DO ANEXO II, PARTE A - CONTEÚDO GERAL, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA MAS QUE NÃO HÁ INFORMAÇÕES A SEREM PRESTADAS

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.2	Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados
------------	--

Quadro A 2.2.3.2	Ação/Subtítulos
-------------------------	------------------------

Quadro A 2.2.3.3		Ações Não Previstas na LOA 2013 - Restos a Pagar Não Processados	
Justificativa: A Unidade Jurisdicionada não possui informações sobre os Quadros acima porque não gerenciou nenhuma ação desdobrável em subtítulo e nem ação não prevista na LOA 2013.			
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			
4.2		Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	
Justificativa: Não houve no ano de 2013, reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos na Unidade Jurisdicionada.			
4.4		Transferências de Recursos	
Quadro A.4.4.1		Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	
Quadro A.4.4.2		Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	
Quadro A.4.4.3		Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.	
Quadro A.4.4.4		Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	
Justificativa: Esta UJ e UGs relacionadas não participaram de nenhum dos instrumentos formais de parceria em que houvesse transferência de recursos públicos entre os entes.			
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS			
9.2		Tratamento de recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula.	
9.5		Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	
Justificativa: No que tange as informações das recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula, não houve ocorrências a serem relatadas.Não foram instauradas tomadas de contas especiais na UJ durante o exercício de 2013.			

ITENS DO ANEXO II, PARTE B - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA MAS NÃO HÁ INFORMAÇÕES A SEREM PRESTADAS

35. UNIDADES QUE TENHAM FIRMADO TERMO DE PARCERIA NOS TERMOS DA LEI 9.790/99

Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao termo de parceria, contemplando, entre outros, a forma de escolha do parceiro, a execução do cronograma físico-financeiro e os resultados da parceria, nos termos da portaria referida no inciso VI do *caput* do art. 5º desta decisão normativa.

Justificativa: A UJ não firmou termo de parceria nos termos da Lei nº 9.790/99 no exercício de 2013.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA NO EXERCÍCIO DE 2013

A Superintendência Regional da Receita Federal no Brasil da 10ª RF – SRRF10 possui circunscrição administrativa sobre o Estado do Rio Grande do Sul, cabendo-lhe, precipuamente, o desenvolvimento das atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de acompanhamento dos contribuintes diferenciados, de interação com o cidadão, de comunicação social, de tributação, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de contabilidade, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização e modernização, bem assim supervisionar as atividades das 9 Delegacias da Receita Federal, 3 Inspetorias da Receita Federal e 2 Alfândegas da Receita Federal subordinadas e dar apoio técnico, administrativo e logístico às subunidades das Unidades Centrais localizadas na Região Fiscal.

No decorrer de 2013, foi dada continuidade à execução do processo de Planejamento e Gestão Estratégica da Secretaria da Receita Federal do Brasil estabelecido para o quadriênio 2012-2015, com a utilização de quatro instrumentos basilares para o alcance de sua estratégia para este ciclo:

- Cadeia de Valor – modelo corporativo de processos - referência para elaboração e execução de diversas iniciativas institucionais;

- Mapa Estratégico - representação gráfica de como a instituição pretende cumprir a sua Missão e alcançar a sua Visão de Futuro;

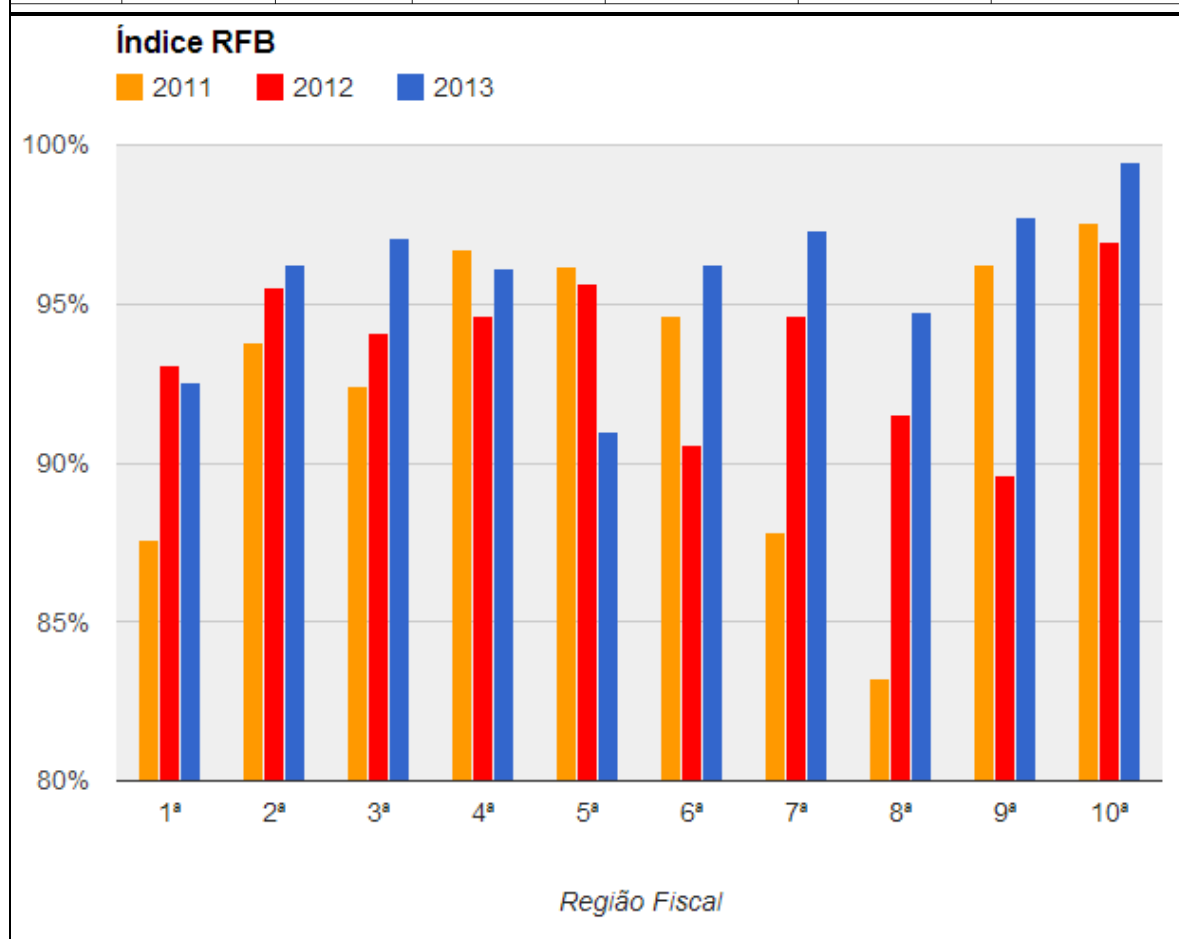
- Painel de Desempenho - representação gráfica que mostra os Indicadores Estratégicos eleitos para verificar o grau de cumprimento dos Objetivos Estratégicos da RFB. Entre esses, alguns são desdobráveis regionalmente e até localmente, servindo como medida do desempenho das unidades;

- Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais – visa a priorização de iniciativas estratégicas, selecionadas e acompanhadas pela administração regional, segundo a Metodologia de Gerenciamento de Projetos e de Portfólios da RFB. No âmbito da 10ª Região Fiscal, 15 iniciativas estratégicas foram selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelo gabinete da SRRF10 e suas divisões, compondo o Portfólio de Iniciativas Estratégicas Regionais (item 2.1 deste relatório).

A 10ª RF ampliou, em 2013, o nível de maturidade de gestão de anos anteriores, com a otimização de seu processo de gestão amparado pelo planejamento estratégico institucional, fato corroborado pela divulgação do “Índice RFB”, indicador-resumo, disponível desde 2011, que pondera e agrega diversos indicadores estratégicos em uma mesma fórmula, fornecendo um único resultado para

avaliação do desempenho global das regiões fiscais. Para um resultado máximo possível de 100%, a 10ª RF atingiu 99,47%, sendo a nota mais alta entre todas as regiões fiscais pelo terceiro ano consecutivo, conforme quadro e gráfico demonstrativo abaixo.

ÍNDICE RFB (%)						
RF	2011	2012	2013 (1º TRI)	2013 (2º TRI)	2013 (3º TRI)	2013
1ª	87,56	93,05	89,24	92,40	94,96	92,54
2ª	93,77	95,51	84,13	89,86	93,39	96,26
3ª	92,42	94,08	94,30	93,02	95,56	97,05
4ª	96,69	94,63	94,03	98,74	97,29	96,12
5ª	96,16	95,66	87,46	97,67	94,80	91,01
6ª	94,61	90,55	93,86	97,17	96,73	96,26
7ª	87,84	94,62	89,15	96,12	95,87	97,29
8ª	83,25	91,54	91,37	93,05	92,83	94,76
9ª	96,21	89,64	88,25	96,82	97,47	97,72
10ª	97,54	96,95	88,38	96,99	97,78	99,47
Brasil	92,68	93,21	93,10	97,27	96,78	96,53



Como importante fortalecimento da comunicação institucional na região foi plenamente implantada a página da Superintendência da 10ª RF na nova intranet da RFB.

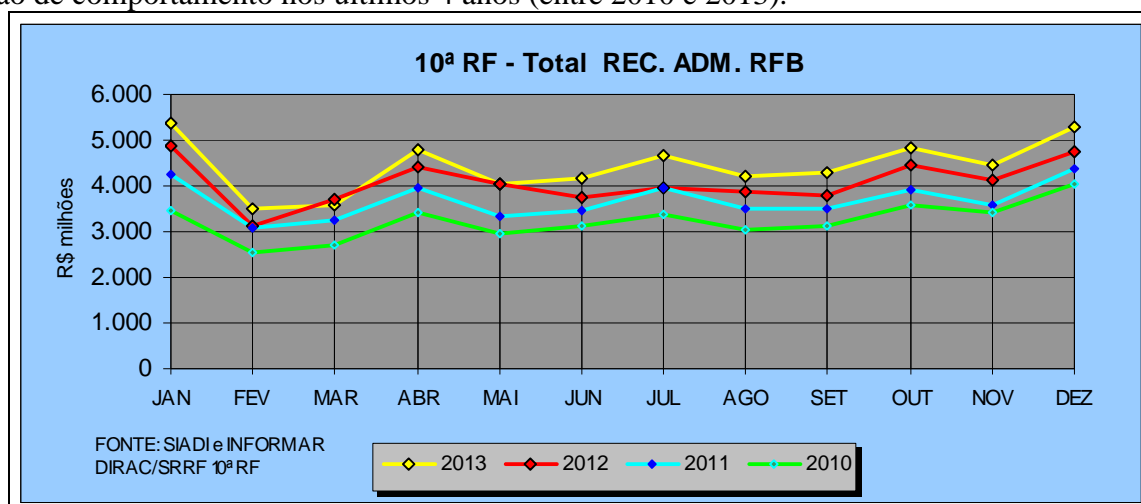
A 10ª Região Fiscal, historicamente, possui uma participação na arrecadação nacional próxima a cinco por cento. Em 2013, esse histórico foi mantido conforme se verifica na tabela abaixo, que traz a participação regional na arrecadação federal comparativamente ao ano de 2012, decompondo essa participação nos componentes de arrecadação fazendária e previdenciária.

REC. ADM. RFB – Participação 10ª RF na arrecadação Brasil

		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN a DEZ
2013	TOTAL	4,9	4,7	4,6	5,2	4,7	5,0	5,3	5,2	5,3	5,1	4,0	4,6	4,9
2012	TOTAL	5,0	4,5	4,6	5,1	5,3	4,7	5,1	5,1	5,0	5,2	5,1	4,7	5,0
2013	FAZEND	4,7	4,3	4,1	5,0	4,3	4,6	5,0	4,9	5,1	4,9	3,5	4,1	4,5
2012	FAZEND	4,8	4,0	4,0	4,9	5,1	5,8	4,7	4,8	4,7	5,1	4,8	4,2	4,6
2013	PREVID	5,5	5,6	5,7	5,7	5,7	5,8	5,7	5,8	5,7	5,7	5,7	5,5	5,7
2012	PREVID	5,7	5,5	5,9	5,7	5,8	5,8	5,8	5,7	5,6	5,5	5,6	5,5	5,7

Essa participação correspondeu a uma arrecadação tributária no valor de R\$ 53.145 milhões, o que superou em 0,39% a meta para o período, com um crescimento nominal de 8,7% relativamente a 2012. Em valores corrigidos pelo IPCA (a preços de dez/2013), a arrecadação no estado foi 2,4% superior à registrada no ano anterior. A arrecadação Fazendária contribuiu com 65,3% do total arrecadado no ano, enquanto a Previdenciária representou os demais 34,7%.

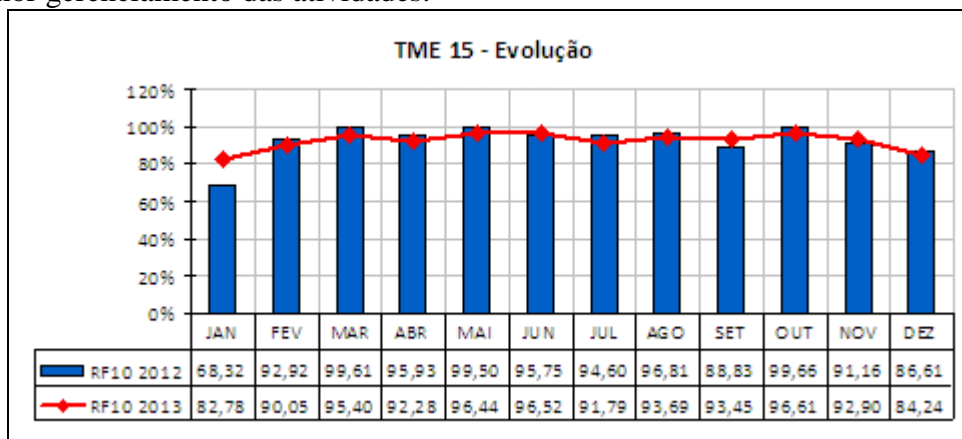
No gráfico abaixo, pode-se verificar que o desempenho da arrecadação regional obedece a um padrão de comportamento nos últimos 4 anos (entre 2010 e 2013).



Dentre os fatores que influenciaram o comportamento da arrecadação em 2013, estão: (i) aumento da lucratividade de empresas que apuram o IRPJ/CSLL pelo lucro real; (ii) aumento nas alíquotas do IPI incidentes sobre Cigarros; (iii) recomposição parcial das alíquotas do IPI sobre automóveis; (iv) aumento nominal de 13,6% na massa salarial quando considerado o período de dezembro de 2012 a novembro de 2013 em relação a dezembro de 2011 a novembro de 2012 - (IBGE-Região Metropolitana de Porto Alegre); (v) crescimento de 3,5% no volume geral de vendas no comércio varejista do RS, considerado o período de dez/2012 a nov/2013, comparado ao mesmo período anterior (IBGE); (vi) aumento do salário mínimo; (vii) elevação de 10,5% na taxa média de câmbio; (viii) aumento da produção industrial no RS de 4,6%, dado o período de dez/2012 a nov/2013, comparado aos doze meses anteriores (IBGE). (ii) desonerações tributárias – migração da incidência de receitas previdenciárias sobre folha de salários para receita bruta, em vários setores; Destacamos que mensalmente são divulgados relatórios econômico-tributários contendo a análise do desempenho da arrecadação dos tributos federais administrados pela RFB. A consulta aos informativos de 2013 está disponível na página da RFB na Internet, no seguinte endereço eletrônico:

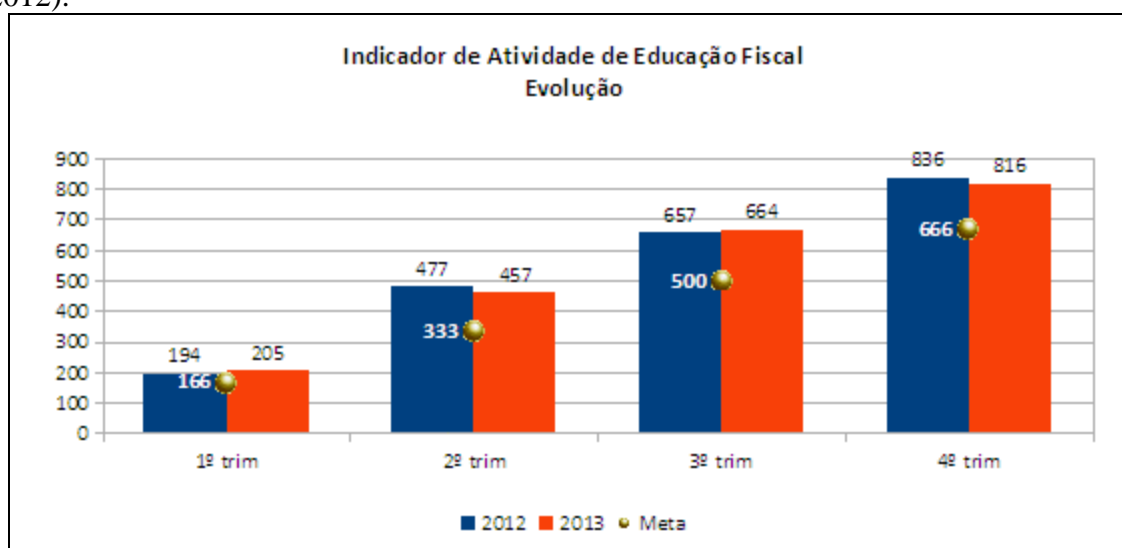
<http://www.receita.fazenda.gov.br/Arrecadacao/ResultadoArrec/2013/default.htm>.

Na área de atendimento ao público, o indicador estratégico TME15, que tem por finalidade aferir a relação percentual entre os serviços atendidos em até 15 minutos a partir da emissão da senha e o total de serviços atendidos pelas unidades de atendimento, atingiu, em dezembro/2013, o valor de 84,24% dos contribuintes com tempo de espera menor ou igual a 15 minutos. Os resultados observados em 2013 tiveram menor variabilidade do que os observados em 2012, o que pode indicar melhor gerenciamento das atividades.



As ações voltadas para o desenvolvimento dos gerentes das unidades de atendimento; a divulgação e incentivo à utilização dos serviços disponíveis no portal e-CAC e ao agendamento; a implantação e acompanhamento da "Nova Sistemática de Atendimento CNPJ", que prevê o deferimento obrigatório pela Junta Comercial das solicitações de inscrição ou alteração no CNPJ correspondentes aos atos constitutivos/alteradores levados a registro naquele órgão (definição de procedimentos e fluxos de trabalho, capacitação de servidores, cronogramas, monitoramento e avaliação dos serviços executados pela Jucergs); implantação do autoatendimento orientado nas unidades de atendimento - todos estes foram impulsos importantes para o atingimento deste resultado.

No indicador estratégico de atividade de educação fiscal que tem por fim aferir o esforço para realização de eventos de educação fiscal que contribuam para a estratégia institucional, ponderando-os em razão da aderência às diretrizes institucionais, do público-alvo e do tipo de evento, a região obteve resultado 22% superior a sua meta, sendo que 91% dos eventos corresponderam àqueles aos quais são atribuídos maiores valores na ponderação (diretrizes estabelecidas na Portaria RFB nº 896/2012).



Nesta área de atuação tivemos importantes realizações de grande impacto dentro do Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF: consolidação dos NAF - Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal

no estado, parcerias com instituições de ensino superior que dão suporte contábil e fiscal a pessoas de baixa renda ou público interno das faculdades/universidades; realização em parceria com o Programa Municipal de Educação Fiscal em Santa Maria do concurso nacional "Luz, Câmera e Educação Fiscal" com objetivo principal de mostrar a função social dos tributos através de obras audiovisuais de curta-metragem; concurso de redação, com a temática "Tributação e Cidadania" envolvendo toda a rede escolar do Município de Santa Cruz do Sul, onde foram registradas mais de 2.500 redações desenvolvidas por estudantes dos três últimos anos do ensino fundamental e do ensino médio e, ainda, a realização de vários outros eventos voltados à orientação tributária, aduaneira e divulgação dos serviços prestados pela RFB em seus diversos canais de atendimento.

Na área da fiscalização de tributos internos, destaque especial para os trabalhos desenvolvidos no âmbito dos maiores contribuintes, com os trabalhos da Equipe Regional de Fiscalização dos Maiores Contribuintes - EFMAC e da Equipe Regional de Programação de Maiores Contribuintes – EPMAC, que tiveram atuação fundamental para o atingimento das metas. Em 2013, foram realizadas 19 auditorias fiscais pela EFMAC, atingindo o montante de R\$ R\$ 1.407.597.489,00 em crédito tributário constituído, montante que perfaz 33% do total de crédito tributário constituído durante o ano na 10ª RF.

A Metodologia de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes por Setor Econômico também contribuiu com esses resultados uma vez que os relatórios produzidos pelas Equipes de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes – EQMAC subsidiam as análises dos contribuintes selecionados para fiscalização, indicando aqueles que são responsáveis por significativa parcela da arrecadação total.

O monitoramento das pessoas jurídicas de maior potencial econômico tributário, além da referida metodologia, contribuiu para os trabalhos da EPMAC com a investigação de distorções da arrecadação e variáveis de influência, sendo encaminhados para aquela equipe 102 análises para tratamento, com grau de aceitação de 85,3%.

Quanto ao controle do passivo tributário dos contribuintes diferenciados, foram alcançadas todas as metas do Plano de Trabalho MACO 2013. O valor arrecadado (depósitos judiciais, parcelamentos e pagamentos) relativo a constituição, a cobrança e a reativação de créditos tributários, além dos indeferimentos de Dcomp totalizou R\$ 407 milhões.

Entre diversos treinamentos realizados na área de fiscalização, destacamos o Curso de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, no qual foram apresentados métodos de investigação para apuração de fraudes, ilícitos e irregularidades envolvendo assuntos de interesse e competência da RFB. Participaram do evento 200 treinandos.

É relevante fazer alusão, também, ao esforço envidado pela Divisão de Tributação da SRRF10 (Disit) para oferecer aos servidores das unidades da 10ª RF oportunidades de aprimoramento de conhecimentos jurídicos necessários ao exercício de suas atribuições. Essa atividade de qualificação do corpo técnico da SRRF10 vem sendo desenvolvida desde 2011, com resultados muito positivos. No ano de 2013, cabe ressaltar, a Disit idealizou, formatou e coordenou o curso "Normas Gerais de Direito Tributário", os cursos sobre Legislação do IRPF, sobre Legislação Aduaneira, sobre Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta e, ainda, os seminários sobre Alterações no Regulamento Aduaneiro e sobre IPI, à exceção do primeiro, todos ministrados por servidores da casa. Esses eventos de capacitação tiveram participações presenciais e por videoconferência, atingindo aproximadamente 784 servidores, além de terem sido disponibilizados na intranet vídeos e material de base.

A Divisão se envolveu também na realização de palestras para o público externo, versando sobre os temas IRPF dos Ganhos de Capital na alienação de imóveis, tributação pelo IRPF de não-residentes e de rendimentos recebidos de fonte no exterior, Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta e tributação da atividade rural no âmbito do IRPF.

Merece destaque, ainda, a atividade de atualização permanente do Regulamento Aduaneiro (RA), sob a coordenação da Disit, conforme a Portaria RFB nº 3.132, de 15 de julho de 2011. Para cumprir mais essa atribuição, foi instituído, em 2012, o Grupo Técnico de Elaboração e Atualização Permanente do RA, com a participação de servidores desta Superintendência em diversas reuniões ao longo de 2013.

Na área aduaneira, teve continuidade o Programa de Reestruturação Aduaneira para a COPA 2014 – PROCOPA, cujo objetivo é dotar as unidades da 10ª RF que administram pontos de fronteira, porto e aeroporto internacional alfandegados de infraestrutura adequada, incluindo instalações e equipamentos de inspeção de bagagem bem como a capacitação dos servidores, a fim de prepará-los para exercer o controle aduaneiro de bens e veículos de viajantes com segurança, agilidade e cortesia. Dentro deste programa foram contratadas e iniciadas as execuções de melhorias nas instalações aduaneiras das Inspetorias em Porto Xavier, Itaquí, Barra do Quaraí, Quaraí, Santana do Livramento, Bagé e Chuí. O valor empenhado em 2013 no PROCOPA, grupo de despesas “Grandes Eventos”, foi de R\$ 9.819.154,00.

Além disto, na área aduaneira, a Região tem intensificado sua colaboração com o Órgão Central, seja na elaboração e proposição de atos normativos, seja na especificação e homologação de sistemas importantes para a área aduaneira. No tocante a atos normativos, destacamos a elaboração de normas relativas à comércio de subsistência em fronteira, à regulamentação do regime aduaneiro de loja franca em fronteira terrestre e, a proposta de alteração legislativa conferindo novo tratamento à bagagem de viajante em Zona Secundária, esta última ainda em curso. Na área de sistemas, devemos mencionar a intensa participação no desenvolvimento do novo Siscomex Exportação Web, projeto prioritário do Governo Federal, e a participação no projeto de manuais aduaneiros da Coana.

Merece também registro a participação da RFB no Plano Estratégico de Fronteiras do Governo Federal, no âmbito da Operação permanente da Receita Federal “Fronteira Blindada”, por meio de ações de combate ao contrabando, descaminho e demais ilícitos transfronteiriços. A retirada de circulação destes produtos contribui para assegurar proteção à sociedade e à economia nacional, nos campos da saúde pública, segurança pública, meio ambiente, patrimônio histórico, propriedade intelectual, e segurança fito e zoossanitária.

No Estado, a repressão aduaneira superou a meta estabelecida para o número de operações de fiscalização previstas, com 640 operações realizadas de 600 planejadas, alcançando a meta de valor de mercadorias apreendidas com mais de R\$ 32.800.000,00 em apreensões. Esse resultado foi obtido com integração, cooperação e trocas de informações com diversas instituições policiais e Receita Estadual.

Na área de gestão de pessoas, aprimorou-se a agilidade e qualidade no atendimento das demandas da administração e dos servidores em suas diversas linhas de atuação, tais como: processos, cadastro, folha de pagamento, saúde e valorização do servidor. Também foram realizadas importantes ações de capacitação, com ênfase no desenvolvimento das competências individuais fundamentais, gerenciais e específicas dos servidores, a exemplo de palestras motivacionais, treinamentos gerenciais e eventos comportamentais.

Na área da logística, continua sendo prioridade da administração regional a contínua melhoria das instalações físicas dos imóveis utilizados na 10ª RF. Em 2013, foram analisados e recebidos os projetos de novos importantes prédios que deverão abrigar as Unidades da RFB em Porto Alegre e Novo Hamburgo. Foi concluído também o projeto da DRF Santa Cruz do Sul, licitada e contratada a obra. Além disso, foram licitadas e contratadas as obras das Coberturas Aduaneiras das Unidades de Aceguá, Quaraí e Santana do Livramento (as quais já se encontram em andamento), e concluídas as licitações das Inspetorias em Barra do Quaraí e Itaqui (sendo que o contrato deverá ser assinado em fevereiro de 2014). Cabe destacar, por fim, a ampliação da IRF Chuí, cuja obra encontra-se em fase de conclusão.

Ainda na área da logística, merecem destaque os resultados apresentados pelos indicadores de gestão de mercadorias apreendidas, proporcionando aos materiais a destinação mais conveniente à administração e à sociedade. Um dos projetos concluídos em destaque foi o Depósito Regional de Veículos Apreendidos – DRVA10, junto à DRF Santa Cruz do Sul.

No que é pertinente às atividades de Tecnologia da Informação, destacam-se as auditorias e análises prévias de sistemas informatizados de controle aduaneiro e o desenvolvimento de sistemas e aplicativos com impacto direto nos resultados da RFB em especial nas atividades de repressão ao contrabando e descaminho. Além disso, para manter atualizada a infraestrutura tecnológica das unidades, foi dado prosseguimento a atualização das redes locais na Região Fiscal e a implantação de ativos de rede para aumento da segurança e velocidade do tráfego de informações.

PRINCIPAIS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS EM 2013

Necessidade de Recomposição dos Quadros de pessoal - A inadequação do quantitativo de servidores em exercício na RFB continuou sendo um obstáculo em 2013. Considerando-se apenas a Carreira Auditoria da Receita Federal do Brasil (ARFB), a lotação efetiva, em 31/12/2013, correspondeu a pouco mais de 45% dos cargos autorizados (AFRFB: 44,98% e ATRFB: 45,46%). Considerando-se todos os servidores lotados na RFB, a perspectiva continuou não sendo animadora, já que em 2013 houve a saída de 105 servidores, entre aposentadorias, vacâncias, exonerações, falecimentos e demissões, o que representa cerca de 6% de egressões. Felizmente houve a reposição de 91 servidores, da carreira ARFB, porém em número menor que o esperado, já que apenas repôs as saídas e ainda com um déficit de 14 servidores. Destaque-se ainda que entre os 91 aprovados, cerca de um terço já eram servidores em exercício na própria RFB (ATA e ATRFB), que apenas trocaram de cargo, porém sem aumentar o quantitativo de servidores no geral.

A principal forma de saída foi aposentadoria (57), seguida pela exoneração em virtude de posse em outro cargo inacumulável (35), exonerações (7), falecimento (2) e demissão (1). O grande número de egressos devido à aposentadoria evidencia o perfil etário elevado do quadro funcional e pode vir a agravar o cenário atual. A recomposição da força de trabalho, através da posse dos aprovados nos concursos de AFRFB e ATRFB, não causou impacto positivo nas atividades de competência da RFB, uma vez que apenas repôs as egressões com déficit, porém sem acrescentar novos servidores, o que seria desejável.

Restrições orçamentárias - no que se refere à execução orçamentária, importa ressaltar o contingenciamento estabelecido pela Portaria MPOG nº 268/13, a partir de agosto, o qual restringiu as despesas de custeio e suspendeu a contratação de reformas no segundo semestre, dificultando o andamento das atividades da Região. Dentro desse contexto, a liberação tardia dos recursos estratégicos vinculados ao alcance das metas regionais de custeio (somente em novembro), não pôde amenizar a situação. Quanto aos recursos estratégicos de investimento - reaparelhamento (liberados apenas em novembro também), a proximidade do final do ano não permitiu a execução

da totalidade dos recursos (mas, mesmo assim, a Região conseguiu executar 86,18% do teto total de reaparelhamento).

Inadequação das instalações físicas em determinadas unidades - como consequência de uma sucessão de exercícios marcados pela diminuta obtenção de recursos orçamentários para investimentos nos imóveis utilizados pela RFB, até 2011, a Instituição se deparou com uma situação de inadequação física que comprometia o cumprimento de suas atividades e, em alguns casos, gerava risco aos contribuintes e servidores nesses locais. Em 2012, com a edição pela RFB do Plano Pilar e, em 2013, do Plano de Engenharia (que, neste ano, seguirá as definições da Portaria RFB nº 1.766/13), essa situação foi bastante modificada, tendo ocorrido intervenções em diversas Unidades da Região de forma a atender às antigas demandas. Para 2014, o Plano de Engenharia da 10ª RF apresenta 69 iniciativas (que, conforme demanda da Região, podem ser alteradas no decorrer do exercício), tendo como destaque às relativas à construção do prédio-sede das Unidades da RFB em Porto Alegre, do prédio-sede da DRF de Santa Cruz do Sul e de conclusão das obras das Unidades Aduaneira (Chuí, Aceguá, Quaraí, Santana do Livramento, dentre outras).

A Portaria MPOG nº 268/2013, que, entre outros dispositivos, suspendeu as contratações relacionadas a reformas de imóveis, ainda que necessária sob a perspectiva do governo, impediu a realização de algumas intervenções imobiliárias importantes, como PPCI e acessibilidade. Parece-nos que seria mais produtivo, se necessário, um corte orçamentário para estas rubricas de despesas, deixando a critério da RFB a priorização das contratações.

Limitações para deslocamentos - A limitação imposta pelo Governo Federal para os deslocamentos dificultou o planejamento e a realização de algumas operações de fiscalização e repressão, além de reduzir sobremaneira a realização de reuniões técnicas presenciais e treinamentos importantes.

Instabilidades nos sistemas informatizados, ocasionadas por problemas temporários de infraestrutura, obras e problemas externos nos circuitos de comunicação. Descompasso entre a implementação de soluções de TI e as necessidades institucionais, capacidade de atendimento dos prestadores de serviços saturada.

DESAFIOS PARA 2014

Diversas iniciativas estratégicas regionais e locais encontram-se em andamento na 10ª RF e devem revestir-se de importantes projetos em 2014, dentre os quais podemos destacar as seguintes.

O Programa de Reestruturação Aduaneira para a COPA 2014 – PROCOPA, cuja previsão de conclusão é 30/04/2014, e que possui diversos projetos vinculados, com destaque para os projetos e a conclusão das obras de melhorias nas instalações aduaneiras das Inspetorias em Porto Xavier, Itaquí, Barra do Quaraí, Quaraí, Santana do Livramento e Bagé.

Conclusão do prédio de apoio em Chuí e da cobertura de pista na BR 471, das demais obras de Coberturas Aduaneiras, bem como início das obras dos novos prédios da RFB em Porto Alegre e Santa Cruz do Sul, que já contam com recursos previstos. Além disso, se houver nova disponibilização de recursos, dar início às obras de ampliação da DRF Novo Hamburgo, ao restauro completo do prédio histórico em Rio Grande e à reforma da DRF Uruguiana.

Melhoria permanente dos níveis de qualidade e eficiência do atendimento aos contribuintes através de: ampliação do autoatendimento orientado; padronização dos registros de atendimento; qualificação do processo de triagem dos contribuintes; planos de contingência para situações extraordinárias (bloqueio dos prédios por movimentos sociais, por exemplo); capacitação

permanente dos atendentes; melhoria da ambientação e identificação visual nas áreas de atendimento ao público.

Execução das obras de reestruturação das redes de computadores, de acordo com as possibilidades orçamentárias.

Implantação da página das Unidades Locais da 10ª RF nova intranet da RFB, nos mesmos moldes da página regional, com espaços para divulgação interna (boletins), assuntos técnicos, comunicados, notícias de interesse local, etc.

Implantação do laboratório para o projeto de Informática Forense.

Permanente evolução do planejamento estratégico regional, através do desdobramento pleno da gestão estratégica (objetivos, indicadores e metas) para todas as unidades locais, bem como do treinamento e disseminação da metodologia de gerenciamento de projetos estabelecida pela RFB.

Planejamento de novos projetos que envolvam o trabalho de processos em âmbito regional, identificados, priorizados, implementado e gerido através de uma equipe ou grupo regional, a exemplo do atual projeto da Malha Pessoa Física Regional.

Aprofundamento e disseminação das práticas de Gerenciamento de Riscos, com o objetivo de propiciar a melhoria contínua de processos de trabalho e otimizar a alocação e utilização eficaz dos recursos para atingir maior efetividade no alcance dos objetivos institucionais. Serão selecionados os processos de trabalho que devam ter seus riscos gerenciados e tratados com prioridade, definida a forma de monitoramento, riscos a serem priorizados e níveis aceitáveis, de acordo com as políticas e diretrizes da RFB.

Além desses desafios regionais, alguns grandes desafios institucionais também são inquietações que encabeçam as listas de preocupações regionais: alcance da meta de arrecadação; preparação para os Grandes Eventos; recomposição dos quadros de pessoal; execução do Plano de Engenharia.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 10ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 10**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 1: Identificação e Atributos das Unidades Cujas Gestões Compõem o Relatório
(Item 1, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda		Código SIORG: 001929	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação Completa: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal			
Denominação Abreviada: SRRF10			
Código SIORG: 003166	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 170177	
Natureza Jurídica: Órgão Público	CNPJ: 00.394.460/0147-97		
Principal Atividade: Administração Tributária		Código CNAE: 8411-6/00	
Telefones/Fax de contato:	(051) 3455-2556	(051) 3455-2447	(051) 3455-2561
Endereço Eletrônico: internet rfb@receita.fazenda.gov.br			
Página na Internet: http://www.receita.fazenda.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Loureiro da Silva, 445, sala 525, Porto Alegre, RS, CEP 90013-900			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Ordinária nº 11.457 de 16 de marco de 2007, publicada no D.O.U. em 19 de marco de 2007			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria MF nº 512, de 02 de outubro de 2013, publicada no D.O.U em 04 de outubro de 2013			
Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U em 17 de maio de 2012			
Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U em 17 de maio de 2011			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Carta de Serviços ao Cidadão			
Cartilha Prevenção à Fraude Tributária com Títulos Públicos Antigos (publicação conjunta com a STN, PGFN e MPU)			
Cartilha do Regime de Tributação Unificada (RTU)			
RTU - Manual de Usuário - Perfil Condutor Paraguaio/Brasileiro			
RTU - Manual de Usuário - Perfil Representante do Vendedor Paraguaio			
RTU - Manual de Usuário - Perfis Responsável e Representante de Microimportador			
Manual de Despacho de Importação			
Manual de Despacho de Exportação			
Manual do Usuário - Empresa de Transporte Expresso Internacional			
Manual do Imposto de Renda Retido na Fonte - Mafon – 2013			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
170178	DELEGACIA DA RFB EM CAXIAS DO SUL		
170179	DELEGACIA DA RFB EM PASSO FUNDO		
170180	DELEGACIA DA RFB EM PELOTAS		
170181	DELEGACIA DA RFB EM PORTO ALEGRE		
170182	ALFÂNDEGA DA RFB PORTO DE RIO GRANDE		
170183	DELEGACIA DA RFB EM SANTA MARIA		
170184	DELEGACIA DA RFB EM NOVO HAMBURGO		
170185	DELEGACIA DA RFB EM SANTO ÂNGELO		
170186	DELEGACIA DA RFB EM URUGUAIANA		
170187	INSPETORIA DA RFB EM SANTANA DO LIVRAMENTO		
170240	ALFÂNDEGA DA RFB AEROPORTO INTERNACIONAL SALGADO FILHO		
170263	DELEGACIA DA RFB EM SANTA CRUZ DO SUL		
170269	INSPETORIA DA RFB EM PORTO ALEGRE		
170270	INSPETORIA DA RFB EM CHUI		

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
170177	00001
170178	00001
170179	00001
170180	00001
170181	00001
170182	00001
170183	00001
170184	00001
170185	00001
170186	00001
170187	00001
170240	00001
170263	00001
170269	00001
170270	00001

1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, entre outras atribuições, é responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e os incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do País. Auxilia, ainda, o Poder Executivo Federal na formulação da política tributária brasileira, além de trabalhar na prevenção e combate à sonegação fiscal, ao contrabando, ao descaminho, à pirataria, à fraude comercial, ao tráfico de drogas e de animais em extinção e a outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

As competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil, são as definidas no artigo 15 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16/05/2011 e no artigo 1º do Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012:

I - planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor;

II - propor medidas de aperfeiçoamento e regulamentação e a consolidação da legislação tributária federal;

III - interpretar e aplicar a legislação tributária, aduaneira, de custeio previdenciário e correlata, editando os atos normativos e as instruções necessárias à sua execução;

IV - estabelecer obrigações tributárias acessórias, inclusive disciplinar a entrega de declarações;

V - preparar e julgar, em primeira instância, processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários e de reconhecimento de direitos creditórios, relativos aos tributos por ela administrados;

VI - preparar e julgar, em instância única, processos administrativos de aplicação de pena de perdimento de mercadorias e valores e de multa a transportador de passageiros ou de carga em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita à pena de perdimento;

VII - acompanhar a execução das políticas tributária e aduaneira e estudar seus efeitos sociais e econômicos;

VIII - planejar, dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de fiscalização, lançamento, cobrança, arrecadação, e controle dos tributos e demais receitas da União sob sua administração;

IX - realizar a previsão, o acompanhamento, a análise e o controle das receitas sob sua administração, bem como coordenar e consolidar as previsões das demais receitas federais, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da União;

X - propor medidas destinadas a compatibilizar a receita a ser arrecadada com os valores previstos na programação financeira federal;

XI - estimar e quantificar a renúncia de receitas administradas e avaliar os efeitos das reduções de alíquotas, das isenções tributárias e dos incentivos ou estímulos fiscais, ressalvada a competência de outros órgãos que também tratam da matéria;

XII - promover atividades de cooperação e integração entre as administrações tributárias do País, entre o fisco e o contribuinte, e de educação fiscal, bem assim preparar e divulgar informações tributárias e aduaneiras;

XIII - realizar estudos para subsidiar a formulação da política tributária e estabelecer política de informações econômico-fiscais e implementar sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações;

XIV - celebrar convênios com órgãos e entidades da administração pública e entidades de direito público ou privado, para permuta de informações, racionalização de atividades, desenvolvimento de sistemas compartilhados e realização de operações conjuntas;

XV - gerir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, a que se refere o Decreto-Lei no 1.437, de 1975;

XVI - negociar e participar da implementação de acordos, tratados e convênios internacionais pertinentes à matéria tributária e aduaneira;

XVII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos;

XVIII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar o controle do valor aduaneiro e de preços de transferência de mercadorias importadas ou exportadas, ressalvadas as competências do Comitê Brasileiro de Nomenclatura;

XIX - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar as atividades relacionadas com nomenclatura, classificação fiscal e econômica e origem de mercadorias, inclusive representando o País em reuniões internacionais sobre a matéria;

XX - planejar, coordenar e realizar as atividades de repressão ao contrabando, ao descaminho, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, e à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, observada a competência específica de outros órgãos;

XXI - administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, ressalvadas as competências de outros órgãos;

XXII - articular-se com órgãos, entidades e organismos nacionais, internacionais e estrangeiros que atuem no campo econômico-tributário, econômico-previdenciário e de comércio exterior, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes;

XXIII - elaborar proposta de atualização do plano de custeio da seguridade social, em articulação com os demais órgãos envolvidos;

XXIV - orientar, supervisionar e coordenar as atividades de produção e disseminação de informações estratégicas na área de sua competência, em especial as destinadas ao gerenciamento de riscos ou à utilização por órgãos e entidades participantes de operações conjuntas, visando à qualidade e fidedignidade das informações, à prevenção e ao combate às fraudes e práticas delituosas, no âmbito da administração tributária federal e aduaneira; e

XXV - realizar e disseminar estudos e estatísticas econômico- tributários e relativos à matéria de comércio exterior, em estreita colaboração com a Secretaria de Política Econômica e com a Secretaria de Acompanhamento Econômico, visando aprimorar os estudos e as políticas públicas a seu cargo.

Para exercer suas competências e realizar sua missão, a RFB tem delineada sua estrutura organizacional em dois níveis: central e descentralizado. O primeiro nível, composto pelas Unidades Centrais, desenvolve atividades normativas, de supervisão e de planejamento; o segundo, composto por órgãos regionais e locais, desempenha as funções de execução e de operação. A estrutura funcional permite a cada nível desenvolver as funções básicas da Administração Tributária e Aduaneira.

Compõem a estrutura da RFB as Unidades Centrais, que compreendem as Unidades de Assessoramento Direto e as Unidades de Atividades Específicas, e as Unidades Descentralizadas:

a) Unidades de Assessoramento Direto:

- Gabinete – Gabin;
- Corregedoria – Coger;
- Assessoria Especial – Asesp
- Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional – Copav
- Coordenação-Geral de Auditoria Interna – Audit;
- Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação – Copei;
- Assessoria de Comunicação Social – Ascom;
- Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal – Cocif.
- Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros - Cetad

b) Unidades de Atividades Específicas:

- Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais – Suari:
 - Coordenação-Geral de Administração Aduaneira – Coana;
 - Coordenação-Geral de Relações Internacionais – Corin.
- Subsecretaria de Tributação e Contencioso – Sutri:
 - Coordenação-Geral de Tributação – Cosit;
 - Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial - Cocaj.
- Subsecretaria de Fiscalização - Sufis:
 - Coordenação-Geral de Fiscalização – Cofis;
 - Coordenação Especial de Maiores Contribuintes – Comac;
 - Coordenação-Geral de Programação e Estudos – Copes.

- Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento – Suara:
 - Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança – Codac;
 - Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal – Coaef;
 - Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros – Cocad;
 - Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição – Corec.
- Subsecretaria de Gestão Corporativa - Sucor:
 - Coordenação-Geral de Programação e Logística – Copol;
 - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – Cotec;
 - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – Cogep.

c) Unidades Descentralizadas: Para garantir a presença em todo o país e a capilaridade necessária para o exercício de suas competências, a RFB divide o território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF), que se subordina diretamente ao Secretário. Às Superintendências compete a supervisão, no limite de suas jurisdições, das atividades de tributação, arrecadação, cobrança, fiscalização, controle aduaneiro, combate aos ilícitos fiscais e aduaneiros, cadastros, acompanhamento dos maiores contribuintes, interação com o cidadão, tecnologia e segurança da informação, gestão de pessoas e programação e logística.

Cada uma das dez Superintendências jurisdiciona sua respectiva Região Fiscal (RF):

Jurisdição das Regiões Fiscais

RF	Unidade da Federação	Sede
1ª RF	DF, GO, MT, MS e TO	Brasília
2ª RF	PA, AC, AM, RO, RR e AP	Belém
3ª RF	CE, MA e PI	Fortaleza
4ª RF	PE, AL, PB e RN	Recife
5ª RF	BA e SE	Salvador
6ª RF	MG	Belo Horizonte
7ª RF	RJ e ES	Rio de Janeiro
8ª RF	SP	São Paulo
9ª RF	PR e SC	Curitiba
10ª RF	RS	Porto Alegre

Subordinam-se às Superintendências as unidades locais da RFB, que se classificam em delegacias, inspetorias e alfândegas; às delegacias estão subordinadas agências e inspetorias de classes menores. Compõem ainda o conjunto de Unidades Descentralizadas 14 Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) diretamente subordinadas ao Subsecretário de Tributação e Contencioso. As Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento são unidades especializadas nas atividades relacionadas ao contencioso administrativo-fiscal, sendo responsáveis pelo julgamento, em primeira instância, das impugnações apresentadas pelos contribuintes contra processos de determinação e exigência de créditos tributários.

Unidades descentralizadas da RFB

UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA RFB	QUANTIDADE
Superintendências (SRRF)	10
Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ)	14
Delegacias da Receita Federal (DRF)	97
Delegacias da Receita Federal de Administração Tributária (Derat)	1
Delegacias da Receita Federal de Fiscalização (Defis)	1
Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior (Delex)	1
Delegacias Especiais de Instituições Financeiras (Deinf)	1
Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoas Físicas (Derpf)	1
Delegacias Especiais de Maiores Contribuintes (Demac)	3
Inspetorias da Receita Federal (IRF)	54
Alfândegas da Receita Federal (ALF)	26
Agências da Receita Federal (ARF)	356
TOTAL	565

Ao longo deste relatório será demonstrado como a RFB busca atingir seus objetivos, cumprindo sua missão e perseguindo sua visão de futuro. A RFB tem fornecido ao Estado recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social, e prestado à sociedade serviços de alta qualidade, o que demonstra a sua busca constante por excelência em seus processos internos.

O planejamento estratégico na RFB é um processo dinâmico por meio do qual são definidos os caminhos que a organização deverá trilhar mediante um comportamento proativo e coerente com sua missão, levando em conta a análise de seu ambiente, buscando atingir seus objetivos estratégicos e alcançar sua visão de futuro.

O atual ciclo de planejamento abrange o período de 2012 a 2015.

Os marcos institucionais da RFB estão expressos em sua missão, sua visão de futuro e em seus valores institucionais.

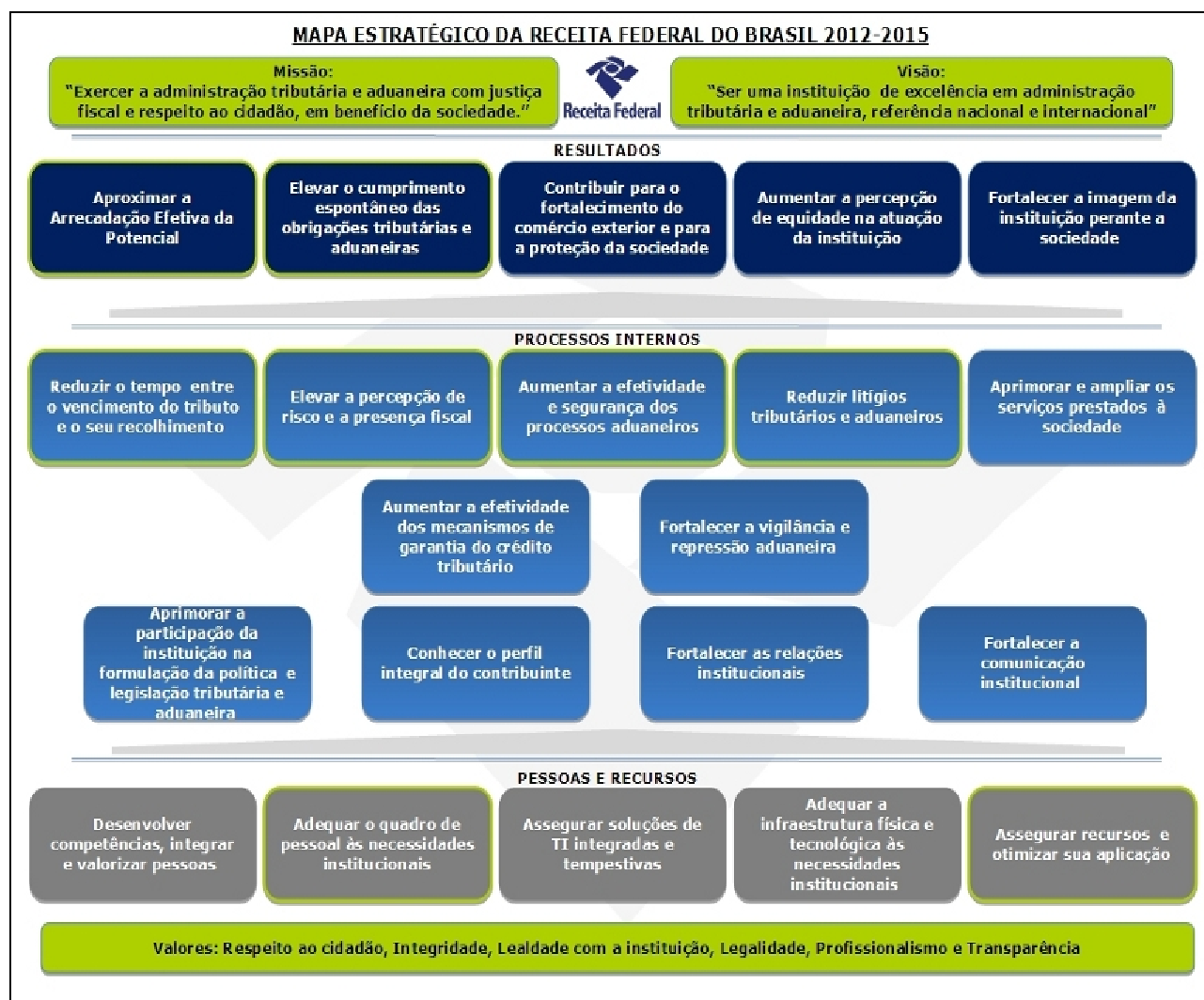
O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas está expresso por meio da sua missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB está assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que norteiam as ações da RFB e seu corpo funcional são: respeito ao cidadão, integridade, lealdade com a instituição, legalidade e profissionalismo e transparência.

O Mapa Estratégico da RFB (figura a seguir) traduz a missão, a visão de futuro e a estratégia da RFB por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e

interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.



As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da Instituição; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" - o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade. As três perspectivas são as grandes áreas ou dimensões de atuação da RFB e englobando os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro da Instituição.

São 21 objetivos estratégicos perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, sendo que 8 deles, identificados no Mapa com uma borda verde, são os "objetivos-batalha", selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB e acompanhados com atenção especial pela administração. Os objetivos estão distribuídos de forma balanceada pelas perspectivas do Mapa Estratégico:

Mapa Estratégico	
Perspectiva	Objetivo
Resultados	Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial
	Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras
	Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade
	Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição
	Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade
Processos Internos	Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento
	Elevar a percepção de risco e a presença fiscal
	Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros
	Reduzir litígios tributários e aduaneiros
	Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade
	Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário
	Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira
	Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira
	Conhecer o perfil integral do contribuinte
	Fortalecer as relações institucionais
	Fortalecer a comunicação institucional
Pessoas e Recursos	Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas
	Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais
	Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas
	Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais
	Assegurar recursos e otimizar sua aplicação

No ano de 2013, considerando a amplitude dos objetivos estratégicos, foram estabelecidas diretrizes a eles vinculadas. As diretrizes, apresentadas no quadro a seguir, são os caminhos a serem seguidos para o atingimento de tais objetivos:

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Prover a RFB de estrutura física compatível com suas necessidades
	Prover infraestrutura tecnológica atualizada e segura
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Implementar política permanente de ingresso e movimentação de servidores
	Ampliar Política de Trabalho a Distância

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Ampliar a capacidade de elaboração de estudos e de simulações econômico tributárias
	Estimular a participação dos servidores das unidades descentralizadas na elaboração de normas.
	Descentralizar a elaboração/atualização dos Regulamentos tributários e aduaneiros
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Integrar os canais de atendimento e uniformizar a prestação de serviços
	Incentivar e facilitar a autorregularização pelo contribuinte
	Promover ações de Educação Fiscal integradas ao atendimento ao cidadão
	Simplificar normas, procedimentos e obrigações
	Intensificar o atendimento não presencial
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Vincular o Orçamento ao Planejamento Estratégico
	Padronizar a gestão dos procedimentos licitatórios e de contratos
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Instituir política de desenvolvimento interno de sistemas.
	Fortalecer uso de ferramentas de comunicação virtual
	Fortalecer a Governança em Tecnologia da Informação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Aprimorar a qualidade do lançamento para aumentar a recuperação do crédito tributário
	Aperfeiçoar os cadastros e permitir o intercâmbio de informações internas e externas.
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Aplicar os conceitos de gerenciamento de risco nos processos aduaneiros
	Racionalizar e uniformizar os processos de trabalho aduaneiros
	Integrar os sistemas de controle do comércio exterior a outros sistemas institucionais ou externos
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Estabelecer e consolidar fluxo de informações necessárias ao conhecimento do perfil integral do contribuinte.
	Incrementar ações de acompanhamento de grupos e setores econômicos
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Desenvolver as competências fundamentais, gerenciais e específicas dos servidores
	Consolidar a Política de Meritocracia
	Ampliar a capacitação por meio de Ensino a Distância
	Ampliar o programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho para unidades Regionais e Locais
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Alinhar os processos de trabalho da fiscalização aduaneira com a fiscalização de tributos internos
	Flexibilizar a jurisdição da fiscalização aduaneira
	Ampliar a atuação da RFB nas regiões de fronteira
	Estabelecer mecanismos mais efetivos para prevenção e combate aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.
	Implementar a Utilização da Escrituração Fiscal Digital-Social nos procedimentos fiscais
	Ampliar o número de pessoas jurídicas médias e optantes do simples a serem fiscalizadas

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
	Aperfeiçoar a elaboração de dossiês para a fiscalização
	Reduzir a evasão do crédito tributário
	Intensificar a divulgação das ações da RFB
Fortalecer a comunicação institucional	Aperfeiçoar a utilização de comunicação social para melhoria da imagem da RFB
	Aperfeiçoar a comunicação interna com o objetivo de motivar e integrar pessoas
Fortalecer a Vigilância e Repressão Aduaneira	Introduzir novas tecnologias de apoio aos processos aduaneiros
Fortalecer as relações institucionais	Fomentar e fortalecer a cooperação com outras Administrações Aduaneiras e Tributárias, com órgãos de fiscalização e controle nacionais e internacionais, e com organismos internacionais.
	Conhecer as partes interessadas nas atividades da RFB e identificar oportunidades de parceria
	Participar de fóruns que tratem de temas relevantes e de interesse da RFB
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Identificar temas divergentes no contencioso e propor soluções
	Agilizar a solução dos processos de consultas
	Disponibilizar legislação tributária e aduaneira e sua jurisprudência de modo acessível, completa e tempestiva
	Aprimorar e ampliar a edição de atos interpretativos
	Descentralizar a criação e a manutenção dos manuais de procedimentos
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Aproximar os procedimentos fiscais do fato gerador do tributo
	Reduzir o prazo para análise de créditos pleiteados pelo contribuinte
	Fortalecer as ações de cobrança administrativa.
	Agilizar a solução de litígios

A execução da estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB e com orientação do Plano Plurianual - PPA 2012/2015. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais.

A relação de projetos estratégicos do portfólio de projetos de 2013 atinge um número maior de objetivos estratégicos e contempla com mais projetos os “objetivos-batalha” que foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB e são acompanhados com atenção especial pela administração. Abaixo, a relação dos projetos com respectivos objetivos:

Objetivos estratégicos	Projetos Estratégicos Institucionais
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	*Projeto Gestão de Recursos

Objetivos estratégicos	Projetos Estratégicos Institucionais
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	*Ampliação da Segurança da Informação *Construção do Edifício Sede II do MF em Brasília e recuperação dos Edifícios Sede do MF no RJ e SP
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	-
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	-
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	-
Fortalecer a comunicação institucional	-
Fortalecer as relações institucionais	*Projeto de Integração Nacional – REDESIM
Conhecer o perfil integral do contribuinte	*Projeto de Integração dos Cadastros da RFB – Novo CNPJ
Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	*Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB – Sipet *Implementar o Sistema @tos
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	-
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	*SINTER – Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	*m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis) *Implantação do Escritório de Processos da RFB *SCC – Pagamento Automático *SCC – Reintegra
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	*Implantar o Sistema Requerimentos
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	*SISCOMEX Carga *Projeto SISAM *Projeto SISCOMEX EXPORTAÇÃO *Projeto SISCOMEX IMPORTAÇÃO *Programa GRANDE EVENTOS *Programa Portal Único do Comércio Exterior - PCE
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	*SPED – EFD SOCIAL *SPED – Integração *SCC – Créditos Pis/Cofins
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	*PUC - Programa de Unificação dos Créditos *e-Processo *SIC – Programa Sistemas Integrados do Crédito Público

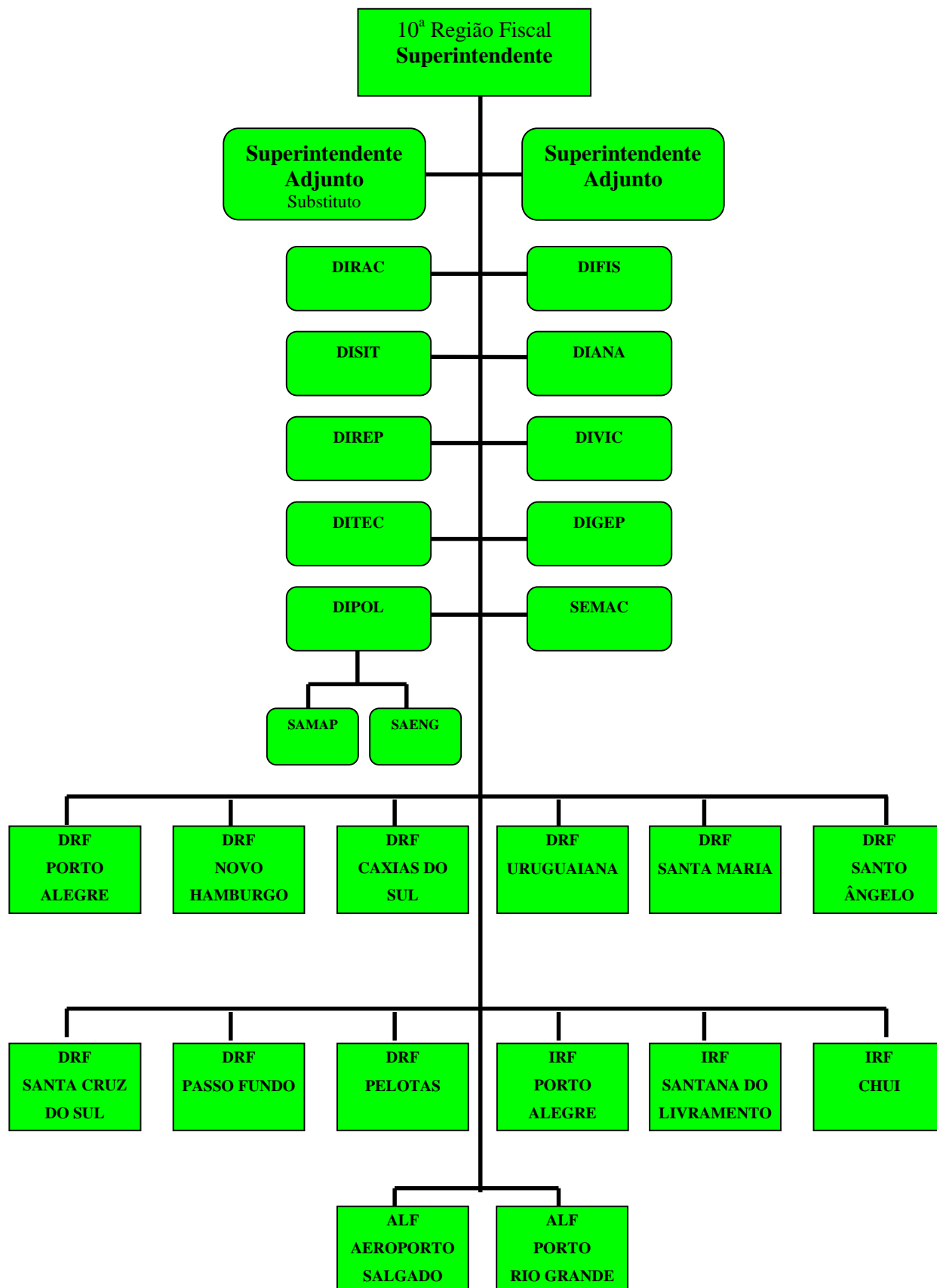
Dos 25 (vinte e cinco) projetos estratégicos institucionais, 3 (três) tinham previsão de encerramento em 2013, contudo, nenhum deles foi encerrado; 10 (dez) com previsão para 2014; 5 (cinco) em 2015; 3 (três) em 2016; e 4 (quatro) com previsão de término para anos posteriores.

Para determinar do grau de atingimento dos objetivos estratégicos e do avanço em direção à plena execução da estratégia da Instituição, estão associados àqueles objetivos 52 (cinquenta e dois) indicadores estratégicos (Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013). Para todos os indicadores disponíveis foram estabelecidas metas. 32 (trinta e dois) indicadores são desdobráveis até o nível regional e local e são medidores do desempenho das unidades descentralizadas (superintendências, delegacias, alfândegas e inspetorias).

No processo de avaliação dos resultados da Instituição no ano de 2013 é necessária a análise dos indicadores que estão vinculados a cada objetivo. Observando-se o Painel de Desempenho da Receita Federal do Brasil, neste relatório apresentado adiante no item 2.1 e a análise de cada um dos indicadores disponíveis apresentado no item 2.3, é possível verificar detalhadamente os fatores que influenciaram decisivamente o atingimento dos objetivos estratégicos.

1.3 - Organograma Funcional

Organograma da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10



1.4 - Macroprocessos Finalísticos



1.4.1 - Macroprocesso Arrecadação e Controle do Crédito Tributário



a) Controlar o crédito tributário

Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar a arrecadação dos créditos declarados e lançados de ofício;
- Dimensionar a arrecadação potencial;
- Realizar análises da performance da arrecadação de tributos, considerando-se a arrecadação prevista, a potencial e a efetiva;
- Controlar o crédito tributário em todas as fases, desde sua constituição até sua realização, garantindo agilidade de tramitação em todo o ciclo (envolvendo arrecadação, cobrança, parcelamento, contencioso administrativo e judicial); e
- Controlar de forma integrada todos os créditos do contribuinte com a finalidade de atuar na garantia do crédito.

Arrecadação:

Em 2013, foram arrecadados R\$ 1,138 trilhões em receitas federais acompanhadas pela RFB, sendo que R\$ 1,1 trilhões são de receitas administradas, através de cerca de 278 milhões de documentos de arrecadação. A rede arrecadadora é composta de 26 bancos.

Cartão de Débito:

Desde fevereiro de 2013, com a entrada da nova forma de arrecadação, com cartão de débito, ocorreram 19.034 transações, em um total de R\$ 11.1 milhões.

b) Controlar o cumprimento das obrigações acessórias

Descrição sucinta das principais atividades:

- Proceder o controle da obrigatoriedade das entregas das declarações.

Atualmente, há um indicador estratégico, o Índice de Adimplência de Obrigação Acessória (IAOA) que mede o grau de entrega da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (Dirpf) de quem é obrigado a cumprir a obrigação. Atualmente, o resultado desse índice, para o nível Brasil, é de 97,4%

Em relação ao controle do cumprimento das obrigações acessórias das pessoas jurídicas, durante o ano de 2013 foi especificado o sistema que controlará de forma centralizada a obrigatoriedade de entrega das diversas obrigações da pessoa jurídica (DCTF, Dirf, Sped). Por meio deste controle, será possível apurar as pessoas jurídicas omissas de declaração e iniciar as respectivas sanções legais. A implementação do sistema está prevista para 2014.

c) Realizar cobrança administrativa

Descrição sucinta das principais atividades:

- Efetuar a cobrança administrativa dos débitos declarados pelo contribuinte e lançados de ofício sem o respectivo pagamento, e proceder o encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Efetuar a cobrança e rescisão dos parcelamentos inadimplentes, e proceder o encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Validar as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário informadas pelo contribuinte; e
- Proceder a análise de emissão de pedidos de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos, e inscrição no Cadastro de Inadimplentes (CADIN).
 - Foram cobrados neste ano, nos meses de janeiro a novembro/2013, 1,924 milhão de Pessoas Jurídicas devedoras de tributos não previdenciários, totalizando R\$ 27,4 bi de créditos em cobrança;
 - Do total cobrado neste ano, foram recebidos em pagamento R\$ 571 milhões (2,08% do total cobrado), foram parcelados R\$ 1,11 bilhão (4,06%) e extintos por compensação R\$ 261 milhões (0,95%), totalizando R\$ 1,948 bilhão de créditos recuperados (7,09% do total de crédito tributário cobrado);
 - Para os débitos previdenciários de Pessoas Jurídicas, foram emitidas 77.736 cartas de cobrança (Intimação para Pagamento - "IP"), para contribuintes inadimplentes no período de janeiro a novembro/2013. Do total cobrado, foram obtidos os seguintes resultados: R\$ 140 milhões mil em pagamentos; R\$ 198 milhões em parcelamentos; e R\$ 1.1 milhão mil foram objeto de retificação
 - Na área de parcelamento não previdenciários, houve a implementação da exclusão mensal automática dos contribuintes inadimplentes e encaminhamento automático desses débitos para inscrição em Dívida Ativa da União. Em novembro e dezembro de 2013, foram cobrados 124 mil parcelamentos passíveis de exclusão da Lei nº 11.941, de 2009, que representa R\$ 11,9 bilhões em parcelas atrasadas.
 - De forma a evitar ilícito tributário na suspensão indevida na exigibilidade do crédito tributário por medida judicial, houve forte atuação no enfrentamento às fraudes com títulos da dívida pública, exercendo papel de liderança, juntamente com os demais órgãos de Estado, como a PGFN, STN e MPF e Judiciário, para identificar e combater este tipo de fraude contra o erário público; e
 - Foi desenvolvido o sistema Malha para a Declarações de Créditos e Débitos Tributários Federais (DCTF), que visa identificar e apurar possíveis inconsistências em relação aos valores declarados nas DCTF, aumentando a

percepção de risco dos contribuintes infratores. Objetiva, ainda, a identificação de possíveis fraudes contra a Fazenda Pública, envolvendo a tentativa de obtenção de restituições ou certidões, indevidas

- Em 2013, foram encaminhados para Dívida Ativa da União 4,5 milhões de débitos, de 150 mil contribuintes, totalizando R\$ 15,5 bilhões e 385 mil processos, referentes a débitos em aberto de pessoas jurídicas.

d) Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento

Descrição sucinta das principais atividades:

- Recepcionar, tratar, analisar e decidir pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso e declarações de compensação;
- Cobrar os débitos indevidamente compensados; e
- Pagar restituições e ressarcimentos deferidos, efetuando previamente a compensação de ofício caso o sujeito passivo tenha débitos no âmbito da RFB ou PGFN.

No ano de 2013, foram recepcionados 929.636 PER/DCOMP, sendo 628.460 declarações de compensação, 185.863 pedidos de restituição, 77.151 pedidos de ressarcimento e 38.162 pedidos de cancelamento, envolvendo créditos de aproximadamente R\$ 57 bilhões.

Foram transmitidos, ainda, 160.860 pedidos de restituição de contribuição previdenciária e de reembolso.

No ano de 2013, foram emitidas 63.528 comunicações eletrônicas pelo Sistema de Controle de Créditos e Compensações - SCC, sendo 22.579 intimações (em razão de incorreções ou inconsistências detectadas nos PER/DCOMP ou solicitando documentos complementares), 2.267 despachos decisórios de não admissibilidade de canceladora ou retificador e 38.682 despachos decisórios com apreciação de mérito envolvendo créditos de R\$ 4,6 bilhões.

No período de janeiro a dezembro de 2013, foram encaminhados de forma eletrônica para pagamento 70.450 processos de restituição ou ressarcimento, contabilizando aproximadamente R\$ 1,5 bilhão. Do total de processos, 82,95% foi efetivamente creditado, o que corresponde a 58.587 processos, totalizando, aproximadamente, R\$ 1,4 bilhão. Foram devolvidos, pelo motivo domicílio bancário inválido, um total de 11.863 processos, correspondendo a cerca de R\$ 91,5 milhões.

Houve o encaminhamento à rede bancária de aproximadamente R\$ 14 bilhões para pagamento de restituição de quase 12 milhões de pessoas físicas referente a imposto de renda retido ou recolhido a maior.

e) Atuar na garantia do crédito tributário

Descrição sucinta do processo de trabalho:

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário;
- Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes tanto do lançamento de ofício quanto dos créditos declarados; e
- Atuar para bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.

Iniciativas de natureza normativa e de orientação:

- Publicação da 2ª nota de "perguntas e respostas", com enfoque didático às questões formuladas por unidades descentralizadas da RFB, com o objetivo de padronizar os procedimentos afetos às medidas cautelares fiscais e procedimentos afetos ao arrolamento de bens;

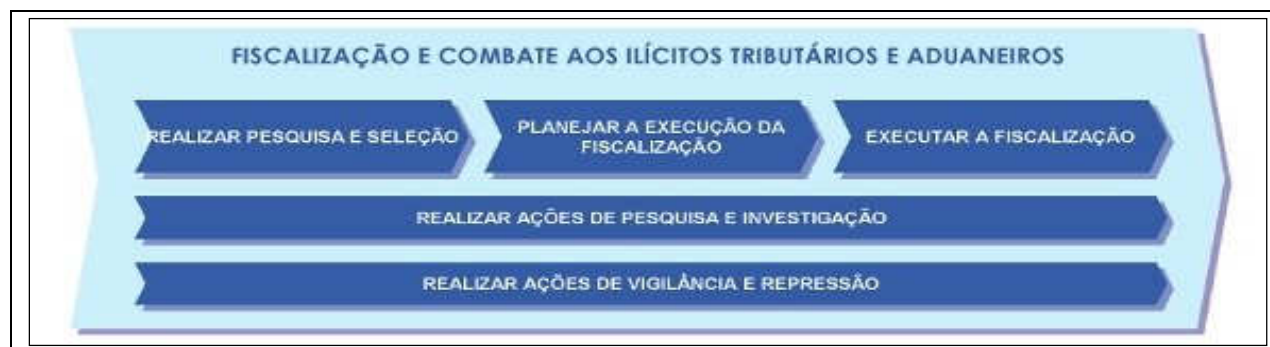
Iniciativas de ordem operacional:

- disponibilização de listas com os créditos tributários dos sujeitos passivos às unidades descentralizadas, para realização de arrolamentos de bens e direitos;
- homologação de novas funcionalidades no sistema de controle da garantida - Conprovi, de gestão da Sufis;
- aprimoramento do sistema informatizado para levantamento e identificação do passivo tributário do contribuinte - Contágil, a cargo da Sufis;

Iniciativas de natureza gerencial:

- acompanhamento do indicador estratégico Índice de Garantida do Crédito Tributário, que mede a relação entre o valor de bens e direitos arrolados ou acautelados por medida cautelar fiscal e o passivo tributário sujeito à garantia. Desde o início da medição desse indicador, em janeiro de 2012, houve incremento de 232% no valor de bens e direitos arrolados, chegando-se ao montante atual de R\$ 57,8 bilhões. Só em 2013, foram arrolados R\$ 29,5 bilhões em bens e direitos.

1.4.2 - Macroprocesso Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros



a) Realizar pesquisa e seleção

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar estudos sobre operações evasivas e sobre elisão fiscal;
- Realizar estudos para subsidiar a seleção de contribuintes;
- Realizar pesquisa e seleção de operadores econômicos aduaneiros (despachantes, depositários, transportadores etc) a serem fiscalizados;
- Elaborar dossiês de contribuintes para subsidiar as fiscalizações;
- Realizar estudos sobre o impacto da fiscalização no cumprimento espontâneo das obrigações tributárias;

- Monitorar grandes contribuintes;
- Monitorar segmentos econômicos;
- Realizar pesquisa de contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior); e
- Selecionar contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior).

Escopo: todas as etapas do processo de pesquisa e seleção dos contribuintes a serem fiscalizados, aplicando os princípios da razoabilidade, da objetividade e da impessoalidade.

A avaliação desse processo se dá por meio do '*Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS*', resultado da soma de duas avaliações com ponderação de 50% para cada uma.

A primeira avaliação refere-se à soma da quantidade de dossiês provisórios cadastrados em relação à meta anual de seleção. A meta anual de seleção é calculada a partir da meta de sujeitos passivos a serem fiscalizados, a qual parte da hora média prevista para os procedimentos de fiscalização correspondente aos respectivos contribuintes.

Os contribuintes que integram a avaliação são os seguintes:

- Pessoas Jurídicas sujeitas a acompanhamento econômico tributário diferenciado;
- Pessoas Jurídicas de médio porte;
- Demais Pessoas Jurídicas;
- Pessoas Físicas sujeitas a acompanhamento econômico tributário diferenciado;
- Pessoas Físicas com elevada capacidade contributiva; e
- Demais Pessoas Físicas.

A segunda avaliação afere o total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com resultado, em relação ao total de procedimentos de fiscalização cuja motivação foi seleção interna, encerrados com exame no período. Para o ano de 2013, a meta definida foi 85%, sendo alcançado o resultado de 85,57%.

Em 2013 foi realizada oficina de âmbito nacional para disseminar e integrar conhecimento entre as Equipes de Seleção, sendo produzidas 4 Notas Copes sobre Processos de Seleção.

b) Planejar a execução da fiscalização

Descrição sucinta das principais atividades:

- Planejar, acompanhar e avaliar a revisão de declarações;
- Planejar, acompanhar e avaliar as fiscalizações; e
- Monitorar o grau de aderência do crédito tributário lançado.

Escopo: todas as etapas do processo de planejamento da execução dos dossiês dos contribuintes a serem fiscalizados.

Parte da avaliação desse processo se dá por meio do '*Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS*', resultado da soma de duas avaliações com ponderação de 50% para cada uma. A avaliação desse indicador já consta do Processo 1 Realizar pesquisa e seleção.

A outra parte, relacionada ao planejamento, acompanhamento e ao monitoramento do grau de aderência do crédito tributário lançado é feita por meio do ‘Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes -IGAM’, que mede a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas, por meio da seguinte fórmula:

$(0,25 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,35 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,40 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT}).$

Permitindo a visão integral do acompanhamento dos maiores contribuintes, pois, o indicador principal (IGAM), abarca todas as vertentes da referida atividade por meio de três indicadores auxiliares, relativos a: análise das distorções de arrecadação das receitas administradas pela RFB (IDA), solução prioritária das demandas e pendências dos contribuintes diferenciados (IPT) e exame do potencial econômico-tributário dos contribuintes diferenciados (ISE). O IPT está com seu cumprimento em 100% pelas RF, o IDA em 100% e o ISE em 100%, portanto, apresentando resultados satisfatórios.

Em 2013, a Receita Federal elaborou o Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira do ano 2013 – PNFA 2013. Nesse plano, publicado através da Portaria Coana nº 62/2012, foram aprovadas as metas a serem executadas pela fiscalização, o número de horas dedicadas à fiscalização pelos Auditores-Fiscais e a definição dos indicadores de gestão, em especial o novo indicador estratégico “Indicador Global da Fiscalização”- IGA-, dentre outros.

O acompanhamento das fiscalizações foi feito através de relatórios, que são compostos, dentre outros, dos seguintes dados: Quantidade de fiscalizações executadas, e quantas desta com resultado, em comparação com a meta estabelecida para o período; Valores lançados (créditos e apreensões); Análise do Grau de Eficácia da Seleção; Tempo médio das fiscalizações, em dias; Análise do preenchimento das horas no RHAF; Média das horas despendidas por tipo de operação fiscal e por grupo de operação fiscal.

c) Executar a fiscalização

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a revisão de declarações;
- Realizar fiscalizações;
- Realizar diligências;
- Lavrar autos de infração;
- Expedir notificações de lançamento;
- Arrolar bens dos contribuintes;
- Propor medida cautelar fiscal;
- Elaborar representação fiscal para fins penais; e
- Aplicar regimes especiais de fiscalização.

Escopo: todos os subprocessos que englobam a execução da fiscalização de todos os contribuintes, inclusive os processos de revisão das declarações. A avaliação desse processo é realizada por meio do ‘Indicador Global da Fiscalização - IGF’, resultado da soma de três indicadores e suas respectivas ponderações:

- *Indicador de Desempenho da Fiscalização -IDF*, estabelecido em percentual de quantidade

de procedimentos de fiscalização e de revisão de declarações realizados, multiplicados pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração, em relação às metas anuais estabelecidas para as fiscalizações e revisões de declarações, multiplicadas pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração. (Peso 70%);

- *Indicador do Crédito Tributário - ICT*, refere-se ao crédito tributário lançado no período, em relação à meta anual, composta pela média do crédito tributário lançado no triênio anterior, acrescida de dez por cento. (Peso 5%); e
- *Indicador de Presença Fiscal - IPF*, afere a quantidade de procedimentos fiscais por espécie (ação fiscal e diligências) considerando os diversos tipos de contribuinte (Pessoas Jurídicas Diferenciadas, Médio Porte, Demais Pessoas Jurídicas, Pessoas Físicas e Revisão de Malha). (Peso 25%).

Para o ano de 2013 a meta definida foi 100%, alcançando o resultado de 105,09%, com alcance desdobrado de 106,4% para o IDF; 163,7% para o ICT e 92,9% para o IPC.

No ano de 2013, destaca-se o recorde de lançamento de crédito tributário no valor de R\$ 190,2 bilhões, superando em 63,7% a meta estabelecida, em função do aprimoramento do processo de seleção dos contribuintes a serem fiscalizados.

No âmbito da fiscalização aduaneira em Zona Secundária, foram concluídas 1.015 ações fiscais em 2013, contemplando operações nas áreas de renúncia fiscal, combate a fraude, revisão aduaneira, importação e exportação irregulares e auditoria de intervenientes. Quase 90% dessas ações foram concluídas com resultado, gerando créditos (créditos tributários + apreensões de mercadorias) em 2013 da ordem de R\$ 4,3 bilhões.

d) Realizar ações de pesquisa e investigação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar pesquisa e investigação sobre fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, inclusive em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e investigação no combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado, inclusive em parceria com outros órgãos;
- Executar ações especializadas de inteligência;
- Realizar investigações no âmbito criminal em parceria com outros órgãos nas áreas de interesse da RFB e em função de parcerias estratégicas;
- Prospectar e desenvolver soluções tecnológicas para uso nas ações de pesquisa e investigação;
- Representar a RFB junto aos órgãos nacionais e internacionais de inteligência;
- Prestar assessoramento estratégico aos gestores da RFB; e
- Executar atividades de contrainteligência no âmbito da COPEI.

A RFB possui ampla estrutura administrativa, operacional, base de dados e recursos tecnológicos cujo emprego volta-se legalmente ao foco tributário e aduaneiro, resultando em caráter incidental,

mas não menos importante, o combate aos crimes contra a ordem tributária, às fraudes aduaneiras, à corrupção e à lavagem de dinheiro. Partindo de um contexto em que tais ilícitos são comumente praticados por grandes grupos criminosos, observa-se que a RFB desempenha nos dias atuais um papel importantíssimo no esforço do Estado para combater o crime organizado, convindo aqui destacar o perfeito alinhamento da instituição com a estratégia do Governo Federal de investir na criação e na otimização de áreas de inteligência dos diversos órgãos empenhados em tal missão.

A Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação - Copei - é a unidade de inteligência da RFB, figurando como responsável pela realização de ações de Pesquisa e Investigação destinadas:

- I. à produção de conhecimentos de inteligência fiscal para as unidades administrativas da RFB e para outros órgãos e entidades públicas atuantes no combate à criminalidade organizada, assim como para assessorar o processo decisório da instituição, fornecendo subsídios ao planejamento, à execução e ao aperfeiçoamento de suas atividades próprias;
- II. ao combate a crimes, fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, e a qualquer outro ilícito praticado contra a administração pública federal, ou em detrimento da fazenda nacional, inclusive aqueles que concorram para sua consumação;
- III. ao desenvolvimento de trabalhos integrados com órgãos de investigação e de persecução criminal visando coibir a prática dos crimes, fraudes e ilícitos elencados no item anterior.

No ano de 2013, a Copei conduziu suas ações de maneira **alinhada aos objetivos estratégicos institucionais**, atuando cada vez mais de forma transversal, com conhecimentos produzidos sem uma destinação única, mas sendo difundidos para diversas áreas da instituição, tais como fiscalização de tributos internos e aduaneiros, controle aduaneiro, repressão, arrecadação, cobrança, correição, cadastro, etc. Esta forma de atuação gera os mais diversos resultados para a RFB, dentre os quais podemos destacar:

- Em decorrência das investigações realizadas pela Copei e dos conhecimentos de inteligência produzidos e encaminhados às unidades administrativas da Receita Federal, foram constituídos créditos tributários que alcançam a cifra de R\$ 6,5 bilhões de reais em procedimentos fiscais sobre tributos internos e aduaneiros. Este número expressivo em termos absolutos representa cerca de 3,4% do total de lançamentos realizados por toda a Receita Federal;
- Em 2013 foram realizados procedimentos fiscais em 887 contribuintes com indícios de interesse fiscal apontados em ações de pesquisa e investigação;
- Durante o ano foram realizadas diversas operações de repressão ao contrabando e ao descaminho com o apoio de ações de pesquisa e investigação. Nessas operações merece destaque a apreensão de cerca de 600 mil maços de cigarro introduzidos irregularmente no Brasil.
- A partir de solicitações das Unidades da Receita Federal, ao se depararem com casos complexos de interposição fraudulenta, as ações de pesquisa e investigação possibilitaram a identificação dos reais grupos econômicos responsáveis pelos créditos tributários, em regra já constituídos e inscritos em Dívida Ativa, assim como o patrimônio colocado em nome de terceiros, tornando efetivo o lançamento tributário planejado pela Receita Federal e a execução das dívidas já existentes. Parcela significativa dos trabalhos desenvolvidos nesta linha de atuação tem como parceira direta a Procuradoria da Fazenda Nacional, em investigações que alcançam o montante de R\$ 4,8 bilhões em créditos inscritos em Dívida Ativa. Em 2013 cerca de R\$ 468 milhões foram bloqueados ou houve confissão judicial das

dívidas e concessão de novo parcelamento a partir das provas colhidas e patrimônio identificado pelas ações da Copei. Dentre os diversos resultados obtidos, destaca-se o reconhecimento pela Justiça Federal, a partir de relatório de Inteligência Fiscal, da existência de um expressivo *grupo econômico de fato* que atua no segmento de telecomunicações, o que culminou no arresto dos bens das pessoas jurídicas envolvidas no esquema em que a dívida acumulada na Fazenda Nacional já superava o montante de R\$ 120 milhões.

Em 2013 foram executadas pela Copei **28 operações de impacto**, contabilizadas apenas as ações com expressiva exposição na mídia.

Em tais operações, foram cumpridos 572 mandados de busca e apreensão e realizadas 144 prisões temporárias ou preventivas, números que ajudam a consolidar nossa forma de atuação em alinhamento com a estratégia organizacional de elevar a percepção de risco e a presença fiscal também por meio do desenvolvimento de ações de combate ao crime organizado.

A realização de investigações integradas e intercâmbio de informações de Inteligência com o Departamento de Polícia Federal e organismos policiais e aduaneiros internacionais, em 2013, possibilitou também a apreensão de cerca de 6,3 toneladas de cocaína no Brasil e em outros países, com efetiva atuação da Receita Federal.

O ano de 2013 foi marcado pela realização da **Copa das Confederações** e da **Jornada Mundial da Juventude**, como parte dos chamados “grandes eventos”. A Copei e suas subunidades participaram ativamente das atividades do Centro de Inteligência Nacional – CIN e de suas projeções regionais (CIR), compostos por órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência – Sisbin. O objetivo dos centros, situados nos locais de realização dos eventos, era avaliar riscos e fornecer subsídios aos órgãos de defesa e de segurança pública. Além disso, a Copei fez verificações e batimentos cadastrais de mais de 215 mil voluntários inscritos para atuar nos eventos de 2013 e também na preparação para a Copa do Mundo de 2014.

O ano de 2013 foi marcado também por várias ações institucionais de **combate à lavagem de dinheiro**.

Em maio a RFB aderiu ao protocolo de intenções da X Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA. A RFB reforça com esta adesão seu compromisso com a ENCCLA, mecanismo que tem gerado relevantes resultados para a sociedade brasileira, endossando o modelo de articulação inaugurado pela Estratégia e fortalecendo a percepção de que o enfrentamento à criminalidade deve passar pela ação organizada do Estado.

Ao longo do ano houve o desenvolvimento do projeto SGRLD - Sistemática de Gerenciamento de Riscos em Lavagem de Dinheiro, que objetiva a identificação, avaliação, alerta e tratamento de situações de risco da ocorrência do crime de lavagem de dinheiro que possam ser observadas no curso das atividades rotineiras da RFB. O projeto encontra-se dentro do cronograma, sendo conduzido por grupo de trabalho específico, além de contar com a colaboração de especialistas conforme a necessidade de cada etapa.

O treinamento em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro da RFB, na modalidade Ensino a Distância, passou com sucesso pela turma piloto, que realizou o curso com enfoque especial de identificar eventuais erros e propor melhorias antes de sua divulgação a todo o corpo de servidores do Órgão.

Além disso, está em fase final de implantação o Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro – LAB/LD na RFB. A unidade, cuja implantação foi iniciada em 2012, já conta com a infraestrutura de equipamentos e softwares para iniciar os trabalhos. Seu desenvolvimento resultou de acordo entre a instituição e a Secretaria Nacional de Justiça – SNJ, voltada para a utilização de

soluções tecnológicas para incrementar, em muito, a capacidade de investigação de crimes de lavagem de dinheiro e corrupção da Receita Federal.

Em novembro, durante a XI Reunião Plenária Anual da ENCCLA, foram aprovadas as ações de combate a corrupção e lavagem de dinheiro a serem implementadas por todas as esferas de governo no ano seguinte - a ENCCLA 2014. Dentre elas merecem destaque três iniciativas da RFB relacionadas diretamente ao combate à sonegação fiscal. Isso reforça a decisão da Estratégia de focar esse tema, alinhada a recomendações de órgãos internacionais como o Grupo de Ação Financeira Internacional - GAFI e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. As ações, a serem coordenadas pela RFB em 2014, são:

- Ação 2: Elaborar proposta de alteração legislativa visando ao fim da extinção e suspensão da punibilidade pelo pagamento ou parcelamento de tributos e o aumento do rigor na punição da sonegação fiscal.
- Ação 3: Elaborar diagnóstico sobre os mecanismos para identificação de beneficiários finais de pessoas jurídicas domiciliadas no exterior operando no País, visando propor medidas que tragam maior eficiência ao sistema.
- Ação 5: Elaborar proposta de alteração legislativa prevendo a ampliação das prerrogativas dos órgãos de fiscalização e controle, no curso de processo administrativo, em situações expressamente previstas, em que a postergação de atuação do Estado prejudique a obtenção de provas, mediante autorização do Poder Judiciário, fiscalização do Ministério Público e em articulação com os órgãos de persecução penal.

No campo da **cooperação internacional**, a RFB concluiu um projeto de assistência técnica ao Serviço de Rendas Interna do Equador – SRI, com a intermediação do Centro Interamericano de Administrações Tributárias - CIAT, visando à construção de um modelo de Inteligência Fiscal naquele país. Como resultado desse trabalho, o Presidente do Equador promulgou um decreto executivo integrando o Departamento de Inteligência Tributária do SRI ao Sistema Nacional de Inteligência.

Ainda no campo das parcerias com organismos internacionais, o governo dos Estados Unidos concedeu um certificado de reconhecimento pela atuação da equipe de investigação da RFB na Operação Black Ops. A operação ficou em 2º lugar na votação promovida pelo Homeland Security Investigations - HSI com a finalidade de escolher a ação de maior destaque em cooperação internacional. A Black Ops, realizada em outubro de 2011, teve como foco um esquema de contrabando de veículos de luxo provenientes dos EUA e o combate à máfia internacional suspeita de exploração de máquinas de caça-níqueis e lavagem de dinheiro.

No **âmbito interno** merece destaque o 9º Encontro Nacional de Inteligência Fiscal – ENIF, realizado em parceria entre a RFB, Secretaria de Fazenda do DF e Esaf. O evento reuniu integrantes do Sistema de Inteligência Fiscal - SIF composto, atualmente, pelas Secretarias de Fazenda de 25 Unidades da Federação, além da Receita Federal. Foi uma importante oportunidade para a troca de experiências e boas práticas entre as Unidades de Inteligência Fiscal, além da integração, aproximação e padronização de procedimentos, elementos fundamentais para o bom funcionamento do SIF.

Ressalta-se também a intensa articulação da Copei junto ao Banco Central para viabilizar o acesso da Receita Federal ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional - CCS, um antigo anseio do Órgão. O CCS é um sistema destinado ao registro de informações relativas a correntistas e clientes de instituições financeiras, bem como a seus representantes legais ou convencionais. Os esforços culminaram na assinatura, em novembro, do convênio entre RFB e Banco Central viabilizando o acesso ao sistema.

Todos os resultados apresentados são decorrentes de uma atuação pautada no alinhamento da Copei com os objetivos institucionais, assim como no máximo aproveitamento do comprometimento e da excelência técnica de seu corpo funcional, assim como da dedicação de seus gestores.

e) Realizar Ações de Vigilância e Repressão

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar Operações de Vigilância e Repressão ao contrabando e descaminho;
- Realizar Operações de Vigilância e Repressão ao contrabando e descaminho em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e seleção de alvos; e
- Monitorar Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, zonas de vigilância aduaneira e zonas primárias.

Ao longo do ano de 2013, a Receita Federal realizou 2.999 operações de vigilância e repressão. Cabe destacar que algumas dessas operações foram realizadas conjuntamente ou contaram com o apoio de outros órgãos, entre os quais: Inmetro, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira.

Importante também ressaltar que a RFB implementou diversas iniciativas voltadas a aprimorar e estruturar a atividade de vigilância e repressão em 2013. Merecem destaque aquelas relacionadas ao Projeto Armamento Institucional, o qual envolve treinamento e acautelamento de pistola em calibre .40 e de equipamento não letal para os servidores da atividade; à construção de Reservas de Armamento; ao desenvolvimento do Projeto Cães de Faro; à renovação da frota de veículos; à aquisição de coletes balísticos; e ao Projeto de Aquisição e Instalação de Equipamentos de Detecção – tendo sido elaborada estratégia de instalação de equipamento para inspeção não invasiva de contêineres para os pontos de fronteira terrestre.

No ano de 2013, a apreensão total de mercadorias resultante da atuação de RFB nas áreas de fiscalização, repressão e controle sobre o comércio exterior (inclusive bagagem) foi inferior ao atingido no ano anterior, com resultado de R\$ 1,68 bilhão.

1.4.3 - Macroprocesso Administração Aduaneira



a) Administrar processos de importação e exportação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o despacho aduaneiro de importação e exportação;
- Realizar despacho de internação (ZFM);
- Gerir canais de conferência de operadores de comércio exterior;

- Executar e controlar as políticas para operações de importação e exportação;
- Realizar o controle de cargas; e
- Realizar habilitação dos intervenientes no comércio exterior.

A Receita Federal do Brasil, em relação ao processo “Administrar processos de importação e exportação”, desembarçou 3,58 milhões de Declarações de importação e exportação.

Diversas ações visando a melhoria do processo foram desenvolvidas, dentre elas pode ser destacada a alteração do fluxo do processo de exportação, eliminando a necessidade de apresentação de documentos em papel para cerca de 90% dos despachos.

O lançamento do APP importação para tablets e iPads constituiu importante marco no aperfeiçoamento da comunicação entre o órgão e a sociedade, além de importante ferramenta de aumento da transparência do processo de importação. Deu-se sequência na modelagem dos processos de trabalho com fim de aprimorar rotinas e procedimentos ligados ao processo de despacho aduaneiro.

Participou-se dos trabalhos relativos à implantação no Brasil de uma janela única de comércio exterior, o Portal Único do Comércio Exterior, iniciativa da RFB e MDIC, que em conjunto com os demais órgãos anuentes, almeja criar uma plataforma de fluxo único para os processos de importação e exportação, esta iniciativa é consagrada na literatura e na experiência internacional como importante instrumento de facilitação comercial e de incentivo ao aumento dos fluxos de comércio internacional.

Trabalhou-se para eliminar o fluxo de informação em meio papel nos processos de importação e exportação, eliminando a necessidade de apresentação em papel de documentos relativos a carga e embarcações do modal marítimo.

Preparou-se para a iminente migração da competência de gerir e arrecadar o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, do Departamento da Marinha Mercante para a Receita Federal, incluindo-se aí, a preparação dos sistemas, manual e normas, permitindo que quando ocorrer efetivamente a transferência da atribuição, não haja a ocorrência de transtornos aos contribuintes, bem como não haja deficiências de controle.

b) Controlar regimes aduaneiros

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o controle de regimes aduaneiros.

Lançou-se uma nova Instrução Normativa sobre Admissão Temporária, consolidando e modernizando tal regime aduaneiro, permitindo maior agilidade, eficiência e menores custos para os operadores privados, sem enfraquecer o controle aduaneiro.

Nova Instrução Normativa referente ao regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural - Repetro – lançada em dezembro, confere maior racionalidade de procedimentos e segurança ao regime.

c) Controlar encomendas e bens de viajantes

Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar encomendas e bens de viajantes brasileiros e estrangeiros em trânsito internacional; e
- Controlar remessas postais internacionais.

No âmbito do processo “Controlar encomendas e bens de viajantes”, a RFB fiscalizou 20,8 milhões de remessas postais internacionais e processou 2,04 milhões de volumes de remessas expressas, além de ter controlado os bens de mais de 54 mil passageiros por dia nos aeroportos brasileiros, o que totaliza 19,8 milhões de viajantes aéreos. Ainda, efetuou o controle aduaneiro de entrada e saída de fronteiras terrestres de cerca de 70 milhões de pessoas e 31 milhões de veículos.

Merece destaque a implementação da e-DBV, Declaração Eletrônica de Bens de Viajante, em agosto de 2013, permitindo que os viajantes efetuem a declaração on-line de bens e valores em viagens internacionais. A e-DBV substitui duas declarações em papel, a Declaração de Bagagem Acompanhada (DBA) e a Declaração Eletrônica de Porte de Valores (e-DPV), facilitando o adimplemento das obrigações tributárias. Desde sua implantação, até o final de 2013, por meio da e-DBV foram realizadas cerca de 28 mil declarações.

Ainda em 2013, foi minutado novo modelo de controle de bagagens, que encontra-se em fase de revisão e deverá ser implementado em 2014, e foi iniciado o desenvolvimento de um sistema informatizado de controle aduaneiro de encomendas postais internacionais, que se baseará em informações eletrônicas recebidas dos Correios, geração automática de documento de tributação e conferência de encomenda com base em gerenciamento eletrônico de risco. Este sistema deverá ser implantado ainda em 2014 trazendo maior celeridade, padronização, segurança fiscal e previsibilidade no fluxo de importação das encomendas postais internacionais.

d) Gerenciar riscos operacionais aduaneiros

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerenciar riscos nas operações aduaneiras;
- Gerenciar riscos na cadeia logística; e
- Gerenciar denúncias e informações externas.

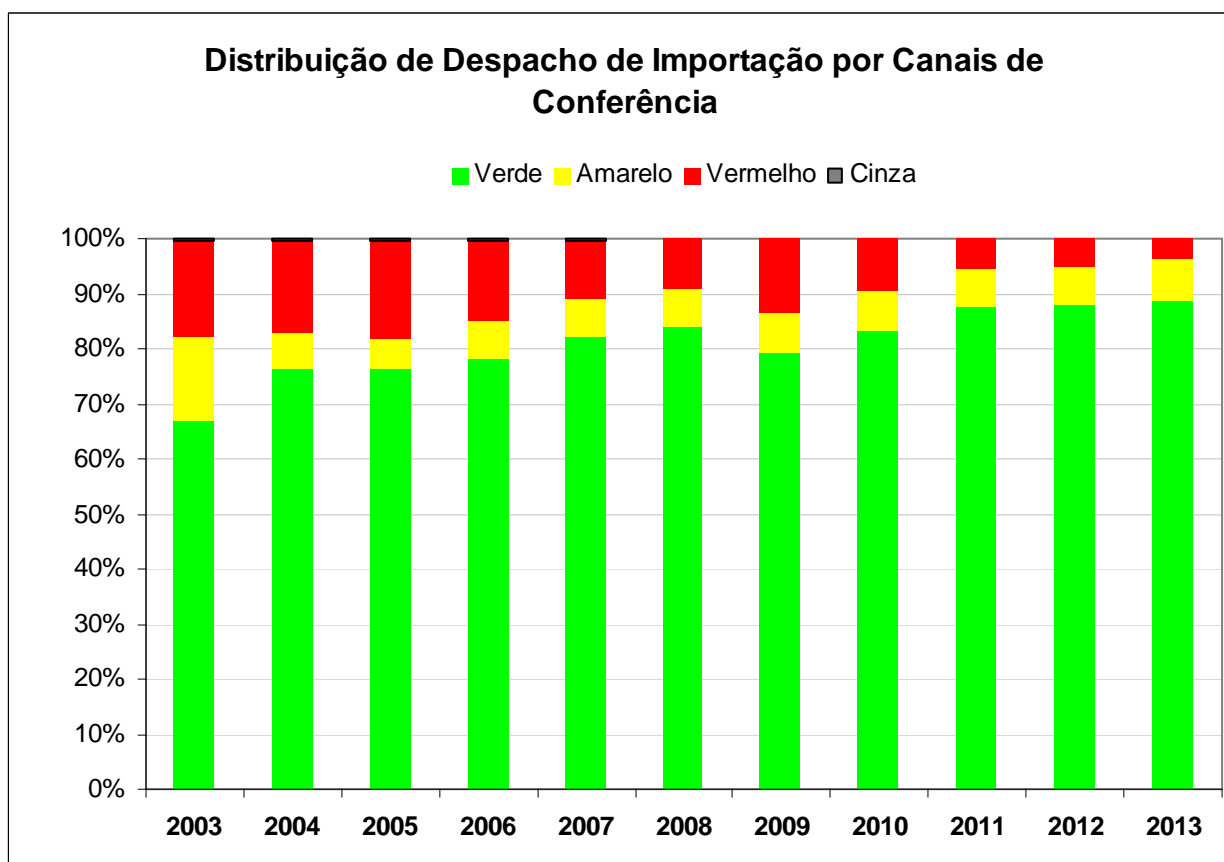
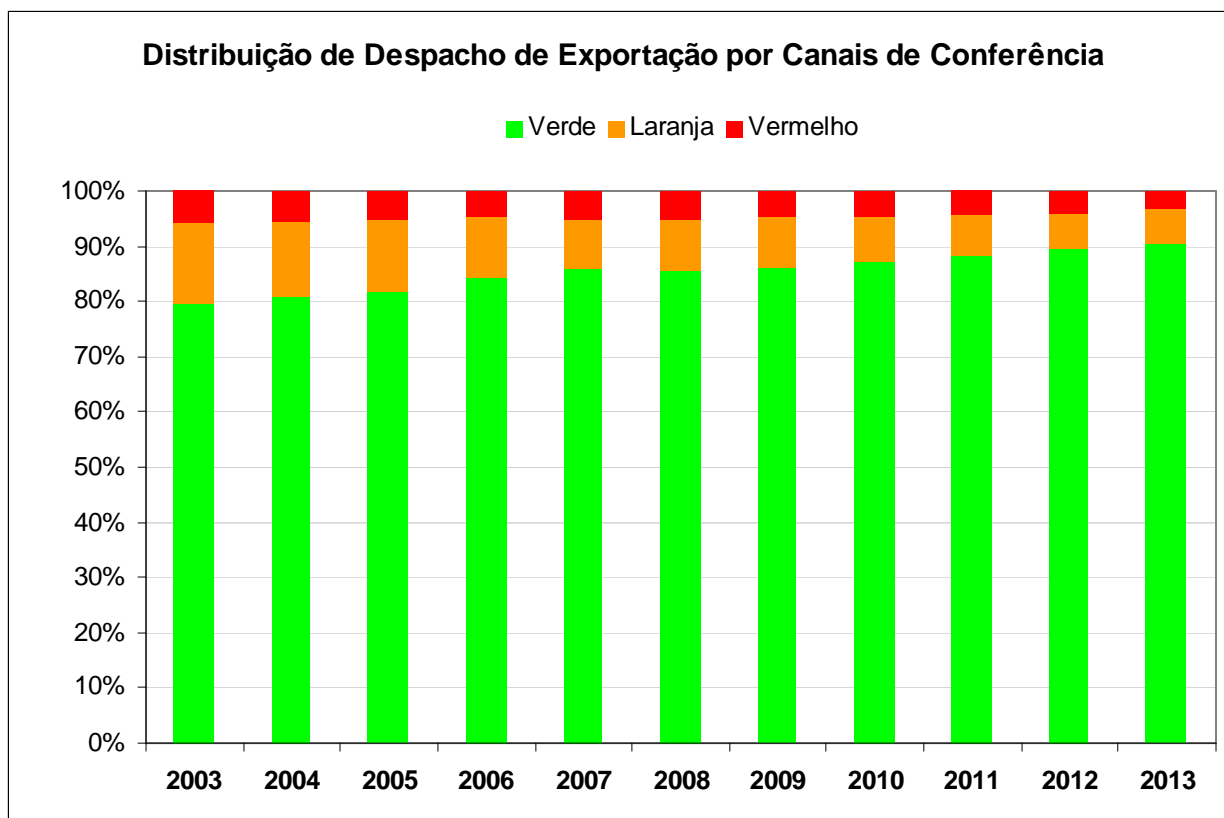
No ano de 2013, visto que uma aduana moderna não pode prescindir da inserção cada vez maior de ações de inteligência, e de intensa gestão dos riscos inerentes a sua atividade, o CERAD monitorou diversos setores econômicos específicos com elevado grau de risco de ocorrência de práticas irregulares nas operações de importação e exportação, o que possibilitou uma forte atuação da RFB no sentido de reprimir fraudes e combater a concorrência predatória na economia nacional. Ainda houve, por parte do Centro Nacional, intensificação do monitoramento e combate à interposição fraudulenta nas operações de comércio exterior.

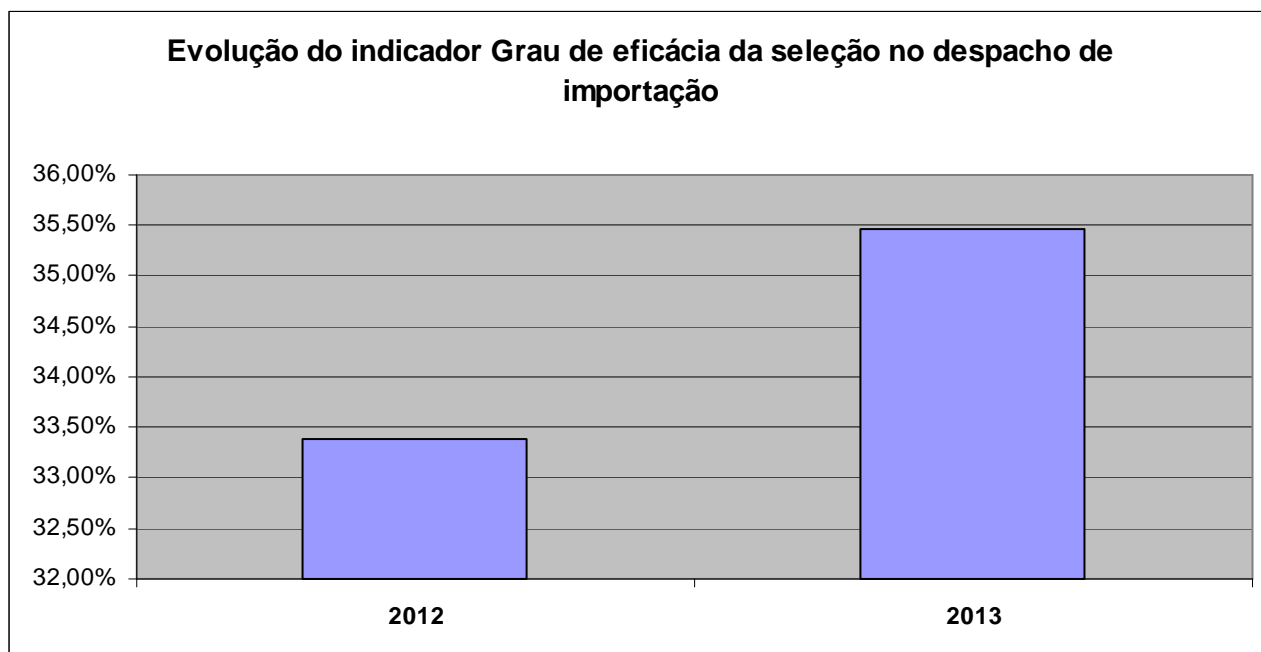
A Receita Federal tem aprimorado seus sistemas de análise de riscos, como o Analisador Inteligente e Integrado de Transações Aduaneiras - ANIITA e o Sistema Informatizado de Seleção por Aprendizado de Máquinas – SISAM.

Ao longo do ano de 2013, várias ações foram desenvolvidas, foram 2015 novos perfis de risco incluídos nos sistemas, concluindo em importantes resultados para a sociedade.

Devido a essas ações de inteligência e com o objetivo de garantir a observância da legislação nacional nas atividades de comércio exterior e oferecer à comunidade de importadores, exportadores e demais intervenientes sistemas de controle que não obstaculizem o comércio internacional legítimo, observamos uma tendência de redução na quantidade de declarações selecionadas para conferência* além do crescente grau de eficácia no despacho de importação, conforme apontado nos gráficos.

*(Na exportação, canais laranja e vermelho. Na importação, canais amarelo, vermelho e cinza.)

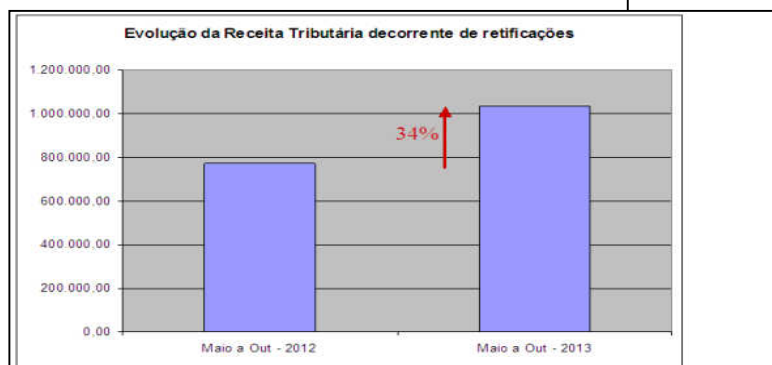




Exemplos de ações desenvolvidas pelo CERAD no ano de 2013:

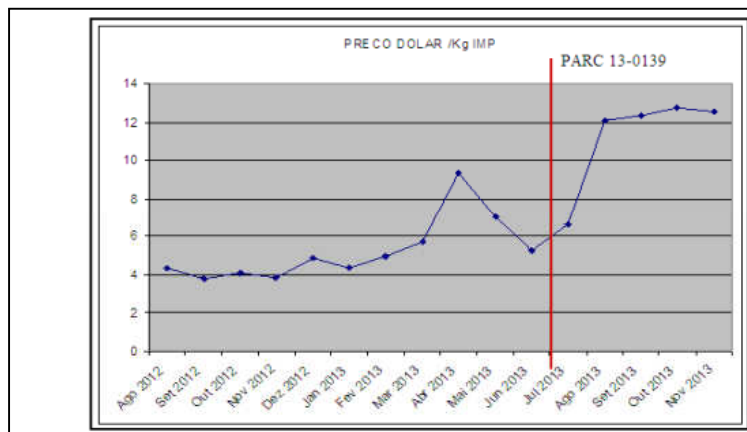
Fuga de Classificação Fiscal - Operação Lúmen (LED)

Produtos que deveriam ser classificados na NCM 8531.20.00, com alíquota do Imposto de Importação de 12%, estavam sendo classificados na NCM 8541.40.22, com alíquota de zero por cento (0%). Destacamos o incremento de 34% na arrecadação decorrente das retificações envolvendo as NCM de fuga, atingindo o valor de R\$ 1.035.313,09. Além disso, uma fiscalização de revisão decorrente da Op. Lúmen, apurou crédito de R\$ 501.443,99 contribuindo para a sinalização de monitoramento e percepção de risco aos importadores.



Subfaturamento - Bijuterias (NCM 71.17.19.00)

Bijuterias de preço muito baixo levaram o sistema de gestão de risco aduaneiro a interceptar dois contêineres procedentes da China, sob a suspeita de declaração de valor a menor. Todavia, ante laudo pericial versando sobre a composição das bijuterias, revelou-se que continham cádmio em concentração quase 4.000 vezes maior do que a permitida na União Européia. Após a parametrização o preço dolar/kg passou a patamares muito superiores àqueles praticado anteriormente, de US\$4,32/kg (Ago 2012) para US\$12,53/kg (Nov 13).



1.4.4 - Macroprocesso Segurança Jurídica e Solução de Litígios



a) Formular propostas de legislação tributária

Descrição sucinta das principais atividades:

- Elaborar, conforme demanda externa, projetos de lei relacionados ao sistema tributário nacional (tributos internos e tributos de comércio exterior); e
- Propor projetos de lei de interesse da RFB.

Em 2013, a Subsecretaria de Tributação e Contencioso da RFB – Sutri participou da elaboração, dentre outros, dos seguintes atos:

- **Medidas Provisórias nº 601/2012, nº 610/2013, nº 612/2013, nº 619/2013 e nº 634/2013** - Promoveram alterações no disciplinamento das contribuições previdenciárias sobre a receita bruta instituídas pela Lei nº 12.546/11, demandando intensa atuação da Cosit/Copen/Ditri, principalmente na definição de quais atividades seriam contempladas pela substituição da folha, bem como na adequação dos textos a fim de preservar a segurança jurídica;
- **MP nº 609/2013** - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação de produtos que compõem a cesta básica;
- **MP nº 613/2013** - Institui nova sistemática de tributação do álcool;

- **MP nº 617/2013** - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros;
- **MP nº 627/2013** - Dispõe sobre as novas regras do IRPJ/CSLL/PIS/Cofins, revogando o Regime Tributário de Transição – RTT; e
- **Lei nº 12.865/2013** - Adequou a base de cálculo do PIS/Cofins-Importação à decisão do STF (base de cálculo é somente o valor aduaneiro), eliminando os muitos litígios sobre a questão. O citado dispositivo foi proposto pela RFB e inserido como emenda no Projeto de Conversão da Medida Provisória nº 615, de 2013.
- **Decreto nº 7.913/2013** - Altera o Anexo III ao Decreto nº 6.233, de 11 de outubro de 2007, que estabelece critérios para efeito de habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS, que concede isenção do imposto de renda e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS e do IPI.
- **Decreto nº 7.921/2013** - Regulamenta a aplicação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, de que trata a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.
- **Decreto nº 7.981/2013** - Altera o Decreto nº 5.602, de 6 de dezembro de 2005, que regulamenta o Programa de Inclusão Digital instituído pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.
- **Decreto nº 8.015/2013** - Altera o Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, que regulamenta os arts. 40 a 44 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, e os arts. 5º e 6º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.
- **Decreto nº 8.072/2013** - Altera o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, para dispor sobre habilitação para fruição dos benefícios fiscais da lei de informática.
- **Decreto nº 8.073/2013** - Altera o Decreto nº 7.633, de 1º de dezembro de 2011, que regulamenta o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA, para contemplar as alterações introduzidas pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012.
- **Decreto nº 8.082/2013** - Altera o Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002, que regulamenta a Contribuição para o PIS/PASEP e a COFINS devidas pelas pessoas jurídicas em geral.
- **Decreto nº 8.115/2013** - Altera o Decreto nº 6.707, de 23 de dezembro de 2008, que regulamenta os arts. 58-A a 58-T da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, incluídos pelo art. 32 da Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, que tratam da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no mercado interno e na importação, sobre produtos dos Capítulos 21 e 22 da Tabela de Incidência do IPI - TIPI, e dá outras providências.
- **Decreto nº 8.122/2013** - Regulamenta o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa - Retid, instituído pela Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012.

Dentro das atividades relativas à atualização dos regulamentos da legislação tributária federal e demais normas infralegais de competência da RFB, ressalta-se a atualização do Regulamento Aduaneiro pelo Decreto nº 8.010, de 16 de maio de 2013. Além disso, a minuta do Regulamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins encontra-se em exame na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), assim como a minuta do Regulamento de Custeio da Previdência Social, que, depois de uma primeira análise daquela Procuradoria, foi ajustada pela Cosit para então retornar à PGFN. Por sua vez, as minutas do Regulamento do Imposto de Renda (RIR) e do Regulamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido encontram-se já na Casa Civil da Presidência da República.

b) Julgar recursos administrativos fiscais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Julgar recursos administrativos fiscais em primeira instância administrativa e recursos da Lei nº 9.784/1999; e
- Julgar impugnações e manifestações de inconformidade nas DRJ.

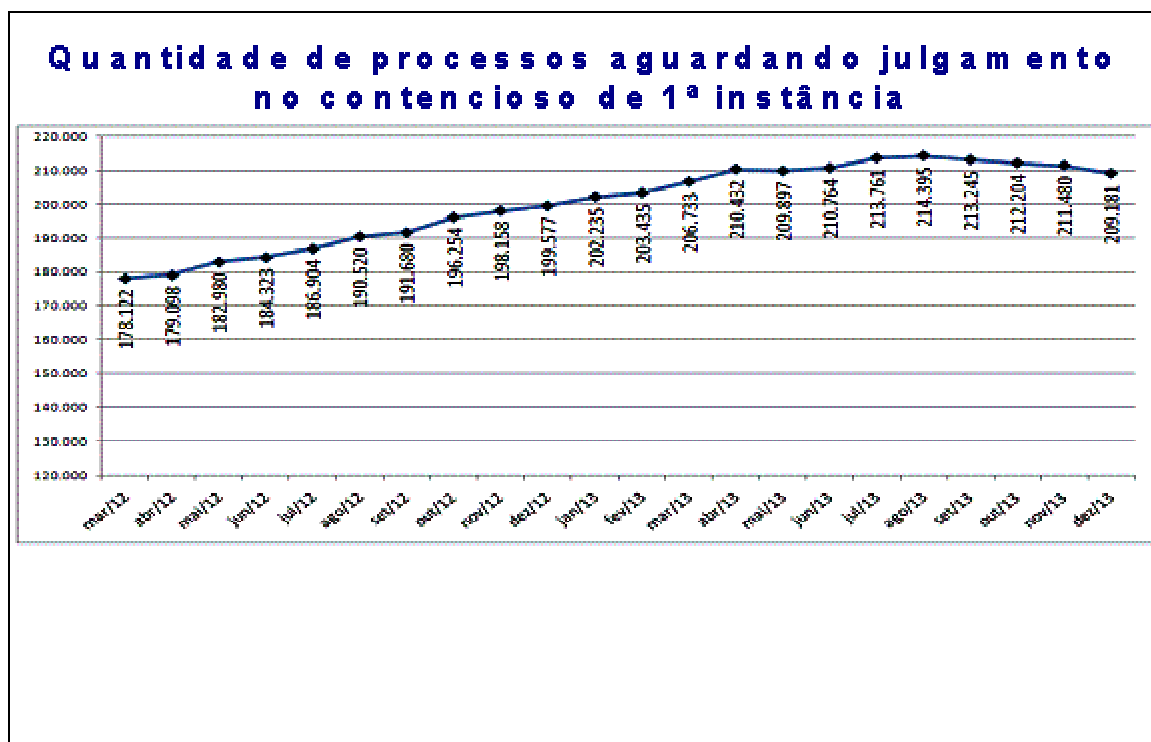
As Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) analisaram em 2013 mais de 93 mil processos, o que representa um incremento de cerca de 31% em relação ao quantitativo de processos julgados em 2012.

Em termos de valor, esses processos envolvem quase R\$ 126 bilhões, entre créditos tributários lançados e pedidos de ressarcimento, restituição, reembolso e compensação.

Os relevantes resultados obtidos são consequência do esforço e da dedicação do corpo funcional das DRJ no âmbito do programa de gestão virtual do acervo de processos em contencioso de 1ª instância. Referido programa, implementado em agosto de 2013 sob a condução da Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial da RFB, permitiu a distribuição otimizada de processos com temas similares em âmbito nacional, para julgamento conjunto, e acarretou mais celeridade no julgamento dos processos administrativos fiscais, principalmente daqueles considerados prioritários.

Como exemplo, o indicador, no final de 2013, do tempo médio de permanência em contencioso de 1ª instância dos processos de pessoas com mais de 60 anos, de portadores de moléstias graves ou de necessidades especiais, estava em 90 dias; no caso dos processos acima de R\$ 10 milhões, o tempo médio girava em torno de 150 dias.

No tocante ao acervo de processos aguardando julgamento, destaca-se que após uma curva ascendente constante até agosto de 2013, quando o número chegou perto de 215 mil processos, houve inversão da tendência, decorrente da implantação do programa de gestão virtual do acervo de processos em contencioso de 1ª instância. Nesse sentido, em dezembro de 2013, o total de processos aguardando julgamento girava em torno de 209 mil, conforme demonstra o gráfico abaixo.



c) Acompanhar julgamentos de processos administrativos e judiciais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Acompanhar o julgamento de processos administrativos nas DRJ e no CARF;
- Acompanhar o julgamento de processos judiciais;
- Subsidiar a PGFN na defesa da Fazenda Nacional em processos administrativos e judiciais;
- Acompanhar a jurisprudência do CARF e dos Tribunais Superiores e disseminá-la internamente;
- Identificar interpretações divergentes no contencioso administrativo e propor soluções para a uniformização de entendimento; e
- Identificar assuntos passíveis de serem sumulados pelo CARF.

Realização de levantamentos com o objetivo de identificar processos que estivessem nas unidades para o cumprimento de diligência/saneamento. O foco foi nos processos com valor acima de R\$ 5 milhões que estavam nas unidades há mais de 90 dias e nos processos com valor abaixo de R\$ 5 milhões que estavam nas unidades há mais de 360 dias. O levantamento foi encaminhado aos Superintendentes de cada região fiscal para acompanhamento, de forma a verificarem se a diligência já havia sido concluída ou para que fossem adotadas as providências necessárias para a conclusão das mesmas, com posterior envio às Delegacias de Julgamento para finalização do julgamento.

Consolidação da ampliação da participação da RFB no acompanhamento das sessões de julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), mediante a convocação de equipes de colaboradores das unidades descentralizadas, inclusive de Delegacias de Julgamento, alcançando-se os seguintes resultados:

I) Acompanhamento presencial de 55 sessões de julgamento (33 das três Seções do CARF e 22 da Câmara Superior de Recursos Fiscais - CSRF);

II) Maior alinhamento da atividade de acompanhamento com a Fiscalização, acrescentando, nos relatórios, informações relativas a oportunidades de melhorias nos procedimentos fiscais encaminhadas para a Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis) e Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana); e

III) Encaminhamento mensal de informações às Regiões Fiscais, acerca dos resultados dos julgamentos dos processos acompanhados no CARF.

Elaboração e publicação interna de 26 Boletins de Decisões Administrativas relativos aos julgamentos ocorridos no CARF em 2013. Essa divulgação objetiva dar conhecimento da jurisprudência atual do CARF a toda a organização, possibilitando a melhoria dos procedimentos fiscais e da legislação e a implementação de ações necessárias à reversão de entendimentos desfavoráveis à Fazenda Nacional.

No tocante à identificação de interpretações divergentes no contencioso administrativo e propositura de soluções para a uniformização de entendimento, foram encaminhadas à Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) 5 consultas internas (1 relativa a IRPF e 4 relacionadas a tributos sobre comércio exterior) e 7 notas Cocaj, com sugestão de alterações normativas tangentes

a tributos sobre o comércio exterior. Adicionalmente, foi iniciado o trabalho de identificação de teses divergentes relacionadas aos tributos IRPJ e CSLL.

Quanto à identificação de assuntos passíveis de serem sumulados pelo CARF, foi encaminhada a esse Conselho nota conjunta Cocaj/Cosit propondo a apreciação e aprovação de 9 súmulas.

d) Formular atos interpretativos e normativos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Formular, com base na jurisprudência, atos normativos;
- Realizar interpretação da legislação vigente e jurisprudência (para subsidiar a melhoria dos procedimentos); e
- Realizar soluções de consultas.

A Sutri participou da elaboração de:

- 25 Instruções Normativas, dentre as quais destacam-se:
 - IN RFB nº 1.370 - Disciplina a aplicação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto);
 - IN RFB nº 1.396 - Dispõe sobre o processo de consulta relativo à interpretação da legislação tributária e aduaneira e à classificação de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
 - IN RFB nº 1.397 - Dispõe sobre o Regime Tributário de Transição (RTT); e
 - IN RFB nº 1.415 - Dispõe sobre a habilitação e a aplicação do regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro).
- 09 Portarias RFB, dentre as quais destacam-se:
 - Portaria RFB nº 379/2013 - Disciplina a formulação, o encaminhamento e a solução de Consulta Interna relativa à interpretação da legislação tributária e dá outras providências;
 - Portaria RFB nº 1.098/2013 - Dispõe sobre atos administrativos no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Alterada pela Portaria RFB nº 1.195, de 26 de agosto de 2013;
 - Portaria RFB nº 1.880/2013 - Dispõe sobre a dispensa de apresentação de documentos com firma reconhecida no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil nos casos em que específica; e
 - Portaria RFB Nº 1.887/2013 - Aprova o Manual de Redação e elaboração de atos administrativos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e define modelo padrão dos atos editados no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- 01 Ato Declaratório Interpretativo RFB.
- 27 Pareceres Normativos, sendo 25 revisando e atualizando Pareceres Normativos CST sobre IPI que, embora em vigor, faziam referência a normas já modificadas ou revogadas, 01 versando sobre as consequências da nova redação do art. 57 da MP nº 2.158-35, de 2001, pela lei nº 12.766, de 2012, e 01 dispondo sobre o cálculo de contribuições previdenciárias decorrente de decisões condenatórias ou homologatórias proferidas na justiça do trabalho contra empresas abrangidas pelo regime de tributação de que tratam os arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 2011.

A Cosit produziu também:

- 598 Notas Cosit
- 38 Notas Técnicas
- 31 Notas em Ação Judicial
- 01 Norma de Execução
- 01 Ordem de Serviço
- 74 Soluções de Consulta
- 39 Soluções de Divergência
- 43 Soluções de Consulta Interna

As Divisões de Tributação – Disit das 10 Regiões Fiscais responderam, em 2013, 2.474 Consultas.

1.4.5 - Macroprocesso Interação com a Sociedade



a) Desenvolver moral tributária

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de educação fiscal;
- Realizar e estimular ações de desenvolvimento de moral tributária da instituição e da sociedade; e
- Realizar, em parceria com outras instituições, ações de educação fiscal e moral tributária.

Em 2013, o foco das ações de educação fiscal esteve voltado a estudantes universitários e a profissionais da área contábil e aduaneira.

Ao longo do ano foram realizados 13.153 eventos de Educação Fiscal em todo o Brasil, quantidade pouco superior à de 2012 (13.020).

Nos meses de fevereiro e julho, foram realizadas mais duas edições do evento “A Receita Federal Convida: Conheça Nossa Aduana”, programa de visitação às unidades aduaneiras da Receita Federal, contando com a participação de mais de 1.900 pessoas.

Iniciativa de educação fiscal recentemente implementada, o Autoatendimento Orientado está em funcionamento desde agosto em diversas unidades da Receita Federal e já contabiliza cerca de 204 mil atendimentos nesse novo formato. O Autoatendimento Orientado consiste em um ambiente físico destacado nas unidades de atendimento, em que são disponibilizados microcomputadores para que os contribuintes possam obter serviços e informações por meio do sítio da Receita Federal na Internet, com a orientação de servidores da unidade.

Outra ação de educação fiscal de destaque em 2013 foram os Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), que funcionam nas faculdades de Ciências Contábeis nos moldes dos já consagrados núcleos de prática jurídica das faculdades de direito e contam com a parceria da Receita Federal. Nesses núcleos os alunos prestam atendimento a contribuintes hipossuficientes e complementam sua formação com os conhecimentos adquiridos.

Atualmente, estão em atividade 30 NAF, sendo 22 no Rio Grande do Sul, 4 em Minas Gerais, 1 em Brasília, 2 em Alagoas e 1 em São Paulo.

b) Gerir cadastro de pessoas e bens

Descrição sucinta das principais atividades:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos.

No ano de 2013, foi conduzida a consolidação do programa de reestruturação dos Cadastros da RFB.

Os atuais cadastros cumprem a função de identificar e localizar os contribuintes. Da análise de outros modelos internacionais, verificou-se a necessidade de reestruturação dos cadastros para que este, além de identificar e localizar os contribuintes, cumpra as seguintes funções:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação e controle aduaneiro;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias e aduaneiras a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos tributários, previdenciários e aduaneiros.

Para atingir esse novo modelo cadastral, foi construído o Programa de Integração de Cadastros – CadFisc, que é composto de 8 projetos, todos integrados, visando à revitalização dos cadastros da RFB e fundamentados em três pilares cadastrais, Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Imóveis. São eles:

- Pessoa Jurídica:

Novo CNPJ, REDESIM, CNAE e PUC 5 - atributos previdenciários no cadastro PJ;

- Pessoa Física:

Novo CPF e PUC5 - atributos previdenciários no cadastro PF – Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física (CAEPF)

- Imóveis:

Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR); Sistema de Gestão de Informações Territoriais do Brasil (SINTER); CAFIR WEB e Coletor do CAFIR; PUC – 5 – Cadastro Nacional de Obras

Todos esses cadastros deverão estar integrados e agregar atributos tributários, previdenciários e aduaneiros, cumprindo a função de respectivamente ser o cadastro fiscal de pessoas físicas, jurídicas e bens imóveis.

Foram entregues muitos produtos importantes em 2013, como se destaca abaixo:

- ampliação da integração com as Juntas Comerciais para o deferimento concomitante do CNPJ com os atos registrares, atingindo 480 mil inscrições no CNPJ deferidas pelas Juntas Comerciais, que representa 65% do total;
- simplificação nos procedimentos de baixa do CNPJ trazidas pela IN 1429 de 23/12/2013;
- pré-homologação dos sistemas para integração dos cadastros fazendários e previdenciários (Cadastro Nacional de Obras e Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física);
- apropriação de quase 2 milhões de título de eleitor à base do CPF, aumentando a integração e controles no Cadastro de Pessoas Físicas.
- entrada em produção do Sistema de Atendimento de CPF do Ministério das Relações Exteriores (MRE) – Nessa primeira versão do sistema foi disponibilizado somente o serviço de inscrição para estrangeiros vinculados ao Programa Mais Médicos;
- pré-homologação do coletor web do cadastro de imóveis rurais – CAFIR que permitirá a transmissão de eventos desse cadastro pela internet.

c) Prestar orientação e atendimento

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar orientação e atendimento presencial ao cidadão;
- Realizar orientação e atendimento eletrônico ao cidadão;
- Gerir parcerias para orientação e atendimento ao cidadão;
- Estimular ações que facilitem o cumprimento e previnam erros na prestação das obrigações tributárias.

No exercício de 2013, houve incremento significativo no volume de atendimentos por todos os canais disponibilizados pela Receita Federal, com menor tempo médio de espera, apesar de menor quantitativo de atendentes, conforme se depreende da leitura dos indicadores a seguir apresentados:

- A quantidade de atendimentos presenciais em 2013 foi superior a 20 milhões, correspondendo a 1,7 milhão de atendimentos mensais, em média. Desses atendimentos, cerca de 18% foram realizados com agendamento prévio.
- O tempo médio de espera no atendimento para o contribuinte foi de 10m42s, sendo que 72% dos serviços foram atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos.

- O sítio da Receita Federal na Internet contabilizou quase 2 bilhões de visitas a suas páginas (*page views*), enquanto que no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (Portal e-CAC) foram acessados mais de 78 milhões de serviços.
- As instituições conveniadas com a Receita Federal prestaram juntas mais de 10 milhões de atendimentos de CPF.
- O Receitafone 146, atendimento telefônico da Receita Federal e da PGFN, recebeu mais de 11 milhões de ligações.

Além disso, estão em andamento no âmbito da Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal (Coaef) os projetos abaixo relacionados, que visam promover melhorias no atendimento da Receita Federal e alavancar o desempenho apresentado:

1. Modernização do Atendimento Presencial;
2. Novo Portal de Serviços;
3. Visão Integrada do Atendimento (VIA);
4. Integração do Atendimento de Tributos Internos e Aduana;
5. Modernização do Atendimento Presencial;
6. Integração do Atendimento da Receita Federal e da PGFN;
7. Recuperação e Registro da Memória Institucional;
8. Preservação e Divulgação do Acervo;
9. Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF);
10. Autoatendimento Orientado – Fases 2 e 3

Além dos dados apresentados, cabe mencionar outras ações já concluídas ou em andamento que objetivam simplificar procedimentos para conferir ao atendimento mais eficiência, conforme a seguir:

A publicação da Instrução Normativa 1.412, de 22 de novembro de 2013, que dispõe sobre a transmissão e a entrega de documentos digitais para juntada a processo digital ou a dossiê digital de atendimento, confere maior celeridade ao atendimento e conveniência ao contribuinte na entrega de sua documentação;

A publicação da Instrução Normativa 1.429, de 23 de dezembro de 2013, que altera os procedimentos de baixa do CNPJ, tornou mais fácil ao contribuinte a obtenção da baixa do CNPJ, desonerando o atendimento e dando mais segurança e fidedignidade a esse cadastro;

Foi iniciado o processo de simplificação da regularização de obras e formalizado, por meio da Portaria nº 1.880, de 24 de dezembro de 2013, a desnecessidade de o atendimento exigir firma reconhecida nos documentos entregues à Receita Federal, ressalvados os casos de Procuração RFB, imposição legal ou no caso de dúvida fundada quanto à autenticidade da assinatura aposta no documento apresentado.

Foi implementado em Paranaguá, com êxito, o piloto do projeto de Atendimento Integral dos tributos internos e aduaneiros em uma única unidade. O piloto trouxe muitos subsídios que permitirão a construção de um modelo nacional para implantação do Atendimento Integral nas demais unidades da Receita Federal.

d) Gerir canais de comunicação com a sociedade

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de divulgação dos resultados tributários e de controle aduaneiro para a sociedade;

- Monitorar notícias e opiniões públicas sobre assuntos de interesse da RFB;
- Realizar o fortalecimento da imagem institucional da RFB perante a sociedade; e
- Gerenciar a comunicação interna da Receita.
- Gerir ouvidoria

Comunicação Social

A Comunicação Social é uma área de fundamental importância para qualquer corporação pública ou privada. Esse fato ganha especial relevo para uma instituição do porte da Receita Federal, que tem uma vasta área de atuação assim como um número enorme de servidores. Há que se ressaltar ainda a necessidade de interação com os mais diversos públicos, tais como contribuintes, servidores, órgãos públicos e outros entes federados.

Ciente da envergadura desse desafio a administração da Receita tem empreendido enorme esforço com vistas a fortalecer a imagem da instituição. Nesse sentido podemos destacar no ano de 2013 as iniciativas abaixo, já completamente concluídas ou em fase de implementação:

Internet - O sítio da RFB na internet é um dos mais acessados do Brasil. Nele o contribuinte pode acessar enorme gama de informações e serviços. Nesse sentido, buscando facilitar o acesso e a disposição das funcionalidades, a Receita Federal deu curso a um projeto para modernização do sítio que compreende a reformulação do layout e a forma de alimentação do conteúdo disponível.

Os benefícios recairão sobre o público externo que terá a sua disposição um sítio mais atraente e melhor organizado, e da mesma forma, sobre o público interno, pois a nova forma de gestão do conteúdo passará a ser descentralizada o que permitirá maior agilidade na atualização das informações.

Intranet - Visando modernizar esse canal de comunicação a Receita reformulou a sua intranet com o propósito de unificar no mesmo veículo de comunicação informações de interesse dos servidores e que ao mesmo tempo tragam facilidades práticas para o dia a dia dos que trabalham na instituição.

Rede social corporativa – A Conexão Receita, como é chamada a rede social interna da instituição permite ao servidor participar de forma colaborativa das discussões de vários temas de interesse interno da Receita Federal. Este software que entrou em funcionamento em 2013 tem forte potencial para propiciar uma maior interação da administração da Receita com os servidores de todo o país.

Manual de Identidade Visual - A Receita reformulou a sua identidade visual padronizando a forma de utilização da marca nas mais diversas aplicações. Veículos, fachadas, instalações, uniformes foram alguns dos itens que receberam uniformização com o propósito de fortalecer a imagem da instituição por meio dessa iniciativa de reforço da identidade visual institucional.

Fato Gerador - As atribuições da Receita Federal são as mais variadas, abrangendo por exemplo, a arrecadação de tributos, fiscalização, atendimento ao contribuinte e controle aduaneiro em portos aeroportos e pontos de fronteira. Para integrar as diversas áreas de atuação foi criado o Caderno Fato Gerador, de periodicidade semestral e que traz balanços e resultados da instituição, permitindo aos gestores e servidores que através do conhecimento dessas informações possam estar alinhados e preparados para comunicar as mensagens da instituição independente da área em que exerçam suas atividades .

TV Receita – TV Receita é uma TV web desenvolvida pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom), e conta em seu canal com gravações de entrevistas coletivas, como por exemplo a coletiva

Alerta Simples Nacional que teve 2354 visualizações. Além de apresentar as inserções mais relevantes da Receita na mídia e vídeos históricos como o do curta metragem Comboio Nacional, com 6609 visualizações.

Youtube - No canal da TV Receita no Youtube, inaugurado em 2 de abril, os servidores da RFB e o público em geral podem acompanhar as principais notícias relacionadas à Receita Federal que foram veiculadas na imprensa. A lista de reprodução "Receita na Mídia" do canal no Youtube possibilita a recuperação da informação com mais agilidade. Assim, quem não conseguir assistir as reportagens nos meios tradicionais, pode acompanhar a Receita na mídia pelo Youtube.

Twitter – Presente nesta rede social a Receita Federal utiliza o twitter para se aproximar da sociedade por meio da divulgação de informações de interesse, público, prestação de serviços aos contribuintes e apresentação de resultados institucionais.

Ouvidoria da Receita Federal

A Ouvidoria da Receita Federal faz parte do Sistema de Ouvidoria do Ministério da Fazenda MF.

As mensagens advindas da sociedade são recepcionadas pelo Sistema Ouvidor (SisOuvidor) do MF, onde são classificadas por tipo de mensagem (elogio, sugestão, solicitação de informação, denúncia, ou reclamação), classificada por tipo de serviço, e repassadas às Unidades Central e Regionais da Receita Federal.

A Ouvidoria da Unidade Central trata as mensagens de âmbito geral e as mensagens relativas a Tecnologia da Informação. Compete também à Ouvidoria da Unidade Central a supervisão das ouvidorias regionais.

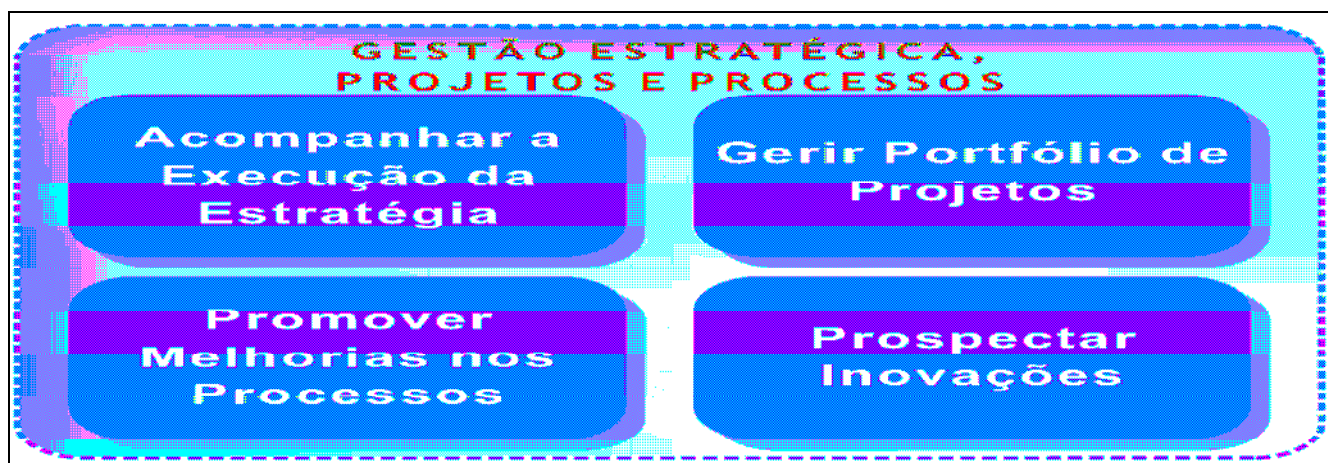
As ouvidorias da 3ª, 6ª e 9ª Regiões Fiscais são centralizadas na Superintendência Regional: Fortaleza, Belo Horizonte e Curitiba. As demais são descentralizadas e cada Delegacia ou Inspetoria tem um ouvidor próprio e um substituto.

No decorrer do exercício de 2013 foram recepcionadas 64.622 mensagens na Ouvidoria da Receita Federal, com média mensal de 5.385 manifestações.

Quanto ao tipo de mensagem, foram contabilizados 590 Elogios, 622 Sugestões, 2.870 Solicitações diversas, 23.093 Pedidos de Informação e 34.820 Reclamações.

1.5 - Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade Jurisdicionada

1.5.1 - Macroprocesso Gestão Estratégica, Projetos e Processos



a) Acompanhar a execução da estratégia

Descrição sucinta das principais atividades:

- Acompanhar o desempenho dos objetivos, indicadores e metas estratégicas em todos os níveis da organização; e
- Coordenar e subsidiar as regiões fiscais no desdobramento da estratégia institucional.

Para o acompanhamento da estratégia, o Gabinete da RFB com o apoio da Copav dispõe de um sistema via web, que é o Sistema de Apoio à Gestão Estratégica, SAGE-RFB, que tem como principal objetivo dar efetivo suporte aos procedimentos de gestão estratégica da Instituição e que possibilita o acompanhamento do desempenho dos objetivos estratégicos constantes do Mapa Estratégico da RFB, assim como os respectivos indicadores e metas.

O ciclo de planejamento estratégico da RFB vigente abrange o período de 2012 a 2015 e durante o ano de 2013, o processo “Acompanhar a execução da estratégia” teve a realização de quatro RAE Nacionais – Reuniões de Avaliação Estratégicas Nacionais, que conta com a presença do Secretário da RFB assim como do Secretário-Adjunto, dos Subsecretários e dos Superintendentes regionais, tiveram como foco a avaliação dos objetivos estratégicos e dos respectivos indicadores; além destas ocorreram oito RAE-UC, Reuniões de Avaliação Estratégicas das Unidades Centrais, que contam com a presença do Secretário da RFB assim como da Secretário-Adjunto e dos Subsecretários, tiveram como foco a avaliação dos projetos estratégicos institucionais.

Consolidação do Índice RFB

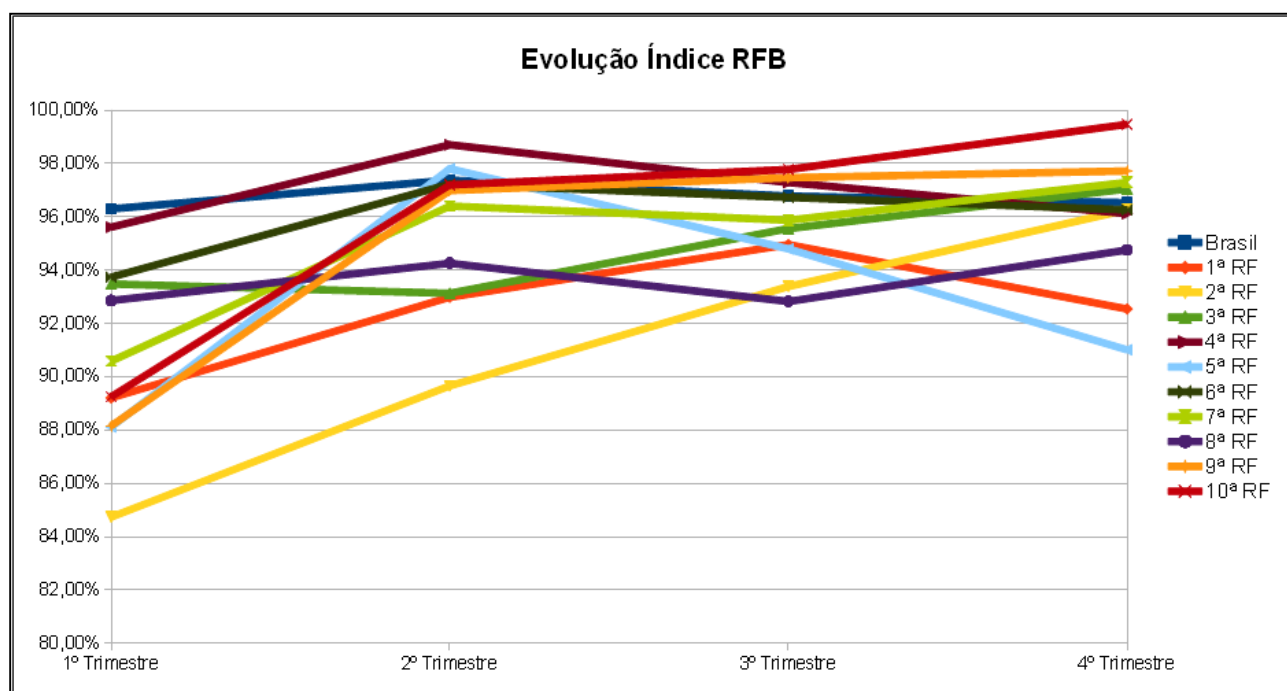
O Índice RFB, construído em 2011, com a colaboração das unidades centrais e regionais, procura agregar os resultados de indicadores estratégicos desdobráveis, para possibilitar a medição do desempenho da RFB e das unidades regionais. Consolidado como importante instrumento de avaliação institucional, o referido índice sofreu algumas alterações, consequência da revisão do Painel de Desempenho e teve, em 2013, a configuração apresentada a seguir:

Bloco	% Bloco	Indicador Estratégico	Peso	
			% Ind.	% Total
Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	18%	Índice de realização da meta global de arrecadação	50%	9,00%
		Índice de adimplência do crédito tributário	15%	2,70%
		Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	35%	6,30%
Fiscalização e combate aos ilícitos tributários e aduaneiros	28%	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	17%	4,76%
		Indicador global da fiscalização (IGF)	34%	9,52%
		Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)	8%	2,24%
		Índice global de fiscalização aduaneira (IGFA)	12%	3,36%
		Grau de eficácia da seleção e fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)	9%	2,52%
		Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira	20%	5,60%
Administração Aduaneira	18%	Grau de fluidez do despacho de importação	26%	4,68%
		Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação	26%	4,68%
		Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação	48%	8,64%
Segurança Jurídica e Solução de Litígios	12%	Tempo médio de contencioso de primeira instância	75%	9,00%
		Índice de litigância administrativa		
		Índice de solução de consultas	25%	3,00%
Interação com a Sociedade	12%	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	58%	6,96%
		Indicador de tempo médio de estoque de restituição pendentes	26%	3,12%
		Indicador de atividade de educação fiscal	16%	1,92%
Gestão Corporativa	12%	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento	40%	4,80%
		Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	40%	4,80%
		Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)	20%	2,40%

Pela tabela acima, verifica-se que sua fórmula de cálculo foi definida como o percentual médio ponderado do alcance das metas estabelecidas para 22 indicadores estratégicos selecionados. Esta ponderação é feita por meio da definição de pesos individuais para esses indicadores, que foram distribuídos pelos Macroprocessos da Cadeia de Valor, e outros pesos para os próprios Macroprocessos. Dois indicadores apresentam percentuais de participação igual a zero, pois ainda estão com status “Não disponível”.

A última apuração do Índice RFB ocorreu em janeiro de 2014, referente ao mês de dezembro de 2013. Abaixo, uma tabela e um gráfico com a comparação e evolução dos resultados apurados em 2013:

ÍNDICE RFB 2013									
RF	4º Trim/2012	1º Trimestre		2º Trimestre		3º Trimestre		4º Trimestre	
	Resultado	Resultado	Variação	Resultado	Variação	Resultado	Variação	Resultado	Variação
Brasil	93,21%	96,30%	3,31%	97,38%	1,12%	96,78%	-0,61%	96,53%	-0,26%
1ª	93,05%	89,21%	-4,13%	92,99%	4,23%	94,96%	2,12%	92,54%	-2,54%
2ª	95,51%	84,74%	-11,28%	89,66%	5,81%	93,39%	4,15%	96,26%	3,08%
3ª	94,08%	93,48%	-0,63%	93,13%	-0,37%	95,56%	2,61%	97,05%	1,56%
4ª	94,63%	95,61%	1,04%	98,70%	3,23%	97,29%	-1,43%	96,12%	-1,20%
5ª	95,66%	88,12%	-7,88%	97,81%	10,99%	94,80%	-3,08%	91,01%	-3,99%
6ª	90,55%	93,74%	3,52%	97,23%	3,72%	96,73%	-0,51%	96,26%	-0,48%
7ª	94,62%	90,59%	-4,26%	96,40%	6,42%	95,87%	-0,55%	97,29%	1,48%
8ª	91,54%	92,86%	1,45%	94,26%	1,50%	92,83%	-1,52%	94,76%	2,08%
9ª	89,64%	88,16%	-1,65%	96,99%	10,01%	97,47%	0,50%	97,72%	0,26%
10ª	96,95%	89,25%	-7,94%	97,20%	8,90%	97,78%	0,60%	99,47%	1,73%



Em que pese sua consolidação, o Índice RFB ainda é objeto de difusão e aperfeiçoamento contínuos, para que efetivamente sirva para sua finalidade. Novamente, neste processo de evolução, a participação e a contribuição das unidades centrais e descentralizadas têm sido e continuarão sendo de grande importância.

Consolidação do Plano de Contribuição

O Plano de Contribuição 2013/2014 foi um instrumento de gestão implementado durante o ano de 2012 e consolidado em 2013. Ele se propõe a direcionar e organizar a contribuição das subsecretarias, unidades de assessoramento direto ao Gabinete da RFB e superintendências regionais para a Estratégia da RFB. Isso se dá mediante a definição de diretrizes e seleção de iniciativas em alinhamento com os objetivos estratégicos.

As diretrizes têm o propósito de detalhar e dar foco aos objetivos estratégicos. Elas foram definidas pelas unidades centrais que estão envolvidas com o cumprimento dos objetivos estratégicos. A seguir, a relação das diretrizes por objetivo:

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Prover a RFB de estrutura física compatível com suas necessidades
	Prover infraestrutura tecnológica atualizada e segura
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Implementar política permanente de ingresso e movimentação de servidores
	Ampliar Política de Trabalho a Distância
Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Ampliar a capacidade de elaboração de estudos e de simulações econômico tributárias
	Estimular a participação dos servidores das unidades descentralizadas na elaboração de normas.
	Descentralizar a elaboração/atualização dos Regulamentos tributários e aduaneiros
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Integrar os canais de atendimento e uniformizar a prestação de serviços
	Incentivar e facilitar a autorregularização pelo contribuinte
	Promover ações de Educação Fiscal integradas ao atendimento ao cidadão
	Simplificar normas, procedimentos e obrigações
	Intensificar o atendimento não presencial
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Vincular o Orçamento ao Planejamento Estratégico
	Padronizar a gestão dos procedimentos licitatórios e de contratos
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Instituir política de desenvolvimento interno de sistemas.
	Fortalecer uso de ferramentas de comunicação virtual
	Fortalecer a Governança em Tecnologia da Informação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Aprimorar a qualidade do lançamento para aumentar a recuperação do crédito tributário
	Aperfeiçoar os cadastros e permitir o intercâmbio de informações internas e externas.
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Aplicar os conceitos de gerenciamento de risco nos processos aduaneiros
	Racionalizar e uniformizar os processos de trabalho aduaneiros
	Integrar os sistemas de controle do comércio exterior a outros sistemas institucionais ou externos
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Estabelecer e consolidar fluxo de informações necessárias ao conhecimento do perfil integral do contribuinte.
	Incrementar ações de acompanhamento de grupos e setores econômicos
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Desenvolver as competências fundamentais, gerenciais e específicas dos servidores
	Consolidar a Política de Meritocracia
	Ampliar a capacitação por meio de Ensino a Distância
	Ampliar o programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho para unidades Regionais e Locais
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Alinhar os processos de trabalho da fiscalização aduaneira com a fiscalização de tributos internos
	Flexibilizar a jurisdição da fiscalização aduaneira
	Ampliar a atuação da RFB nas regiões de fronteira
	Estabelecer mecanismos mais efetivos para prevenção e combate aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.
	Implementar a Utilização da Escrituração Fiscal Digital-Social nos procedimentos fiscais
	Ampliar o número de pessoas jurídicas médias e optantes do simples a serem fiscalizadas
	Aperfeiçoar a elaboração de dossiês para a fiscalização
	Reduzir a evasão do crédito tributário
	Intensificar a divulgação das ações da RFB

Fortalecer a comunicação institucional	Aperfeiçoar a utilização de comunicação social para melhoria da imagem da RFB
	Aperfeiçoar a comunicação interna com o objetivo de motivar e integrar pessoas
Fortalecer a Vigilância e Repressão Aduaneira	Introduzir novas tecnologias de apoio aos processos aduaneiros
Fortalecer as relações institucionais	Fomentar e fortalecer a cooperação com outras Administrações Aduaneiras e Tributárias, com órgãos de fiscalização e controle nacionais e internacionais, e com organismos internacionais.
	Conhecer as partes interessadas nas atividades da RFB e identificar oportunidades de parceria
	Participar de fóruns que tratem de temas relevantes e de interesse da RFB
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Identificar temas divergentes no contencioso e propor soluções
	Agilizar a solução dos processos de consultas
	Disponibilizar legislação tributária e aduaneira e sua jurisprudência de modo acessível, completa e tempestiva
	Aprimorar e ampliar a edição de atos interpretativos
	Descentralizar a criação e a manutenção dos manuais de procedimentos
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Aproximar os procedimentos fiscais do fato gerador do tributo
	Reduzir o prazo para análise de créditos pleiteados pelo contribuinte
	Fortalecer as ações de cobrança administrativa.
	Agilizar a solução de litígios

O Plano de Contribuição 2013/2014 tem:

- 16 Objetivos Estratégicos impactados;
- 52 Diretrizes estabelecidas;
- 409 Iniciativas elencadas.

É importante ressaltar que o Plano de Contribuição 2013/2014 serviu de base para a distribuição orçamentária do ano de 2014, alinhando o orçamento à estratégia.

Evolução do Sage-RFB

Durante o ano de 2013, foram implementadas novas melhorias no Sistema de Apoio à Gestão Estratégica da Secretaria da Receita Federal do Brasil (Sage-RFB). Abaixo, uma relação não exaustiva dos itens que foram disponibilizados no sistema:

- Criação dos formulários de processos de trabalho, possibilitando os vínculos desses processos com as iniciativas, os indicadores e os objetivos estratégicos;
- Disponibilização da Cadeia de Valor, com os 'links' para os formulários de processos de trabalho e os semáforos de desempenho dos processos, construídos com base em vínculos com os indicadores estratégicos;
- Evolução dos formulários de indicadores estratégicos, possibilitando sua ampliação para o nível local ou, até mesmo, para inserção de indicadores de processo de trabalho.

Apresentam-se, em seguida, alguns números a respeito do nível de utilização do Sage-RFB, extraídos do sistema em 20/01/2014:

- São 3067 usuários cadastrados no sistema, o que representa um crescimento de mais de 14% em comparação com o ano de 2012;
- São 1909 iniciativas cadastradas com o status “Não iniciada” ou “Em execução”, o que dá cerca de 9 iniciativas por unidade cadastradora;

- São 3453 iniciativas cadastradas, sendo 896 com status “Não iniciada” e 1013 com status “Em execução” e 1101 com status “Concluída”:

Distribuição por status				
Status	2012		2013	
Não iniciada	939	32,08%	896	25,95%
Em execução	951	32,49%	1013	29,34%
Concluída	708	24,19%	1101	31,89%
Outras	329	11,24%	443	12,82%
Total	2927	100%	3453	100%

- O aumento do percentual de iniciativas concluídas comprova a utilização efetiva do sistema pelos gerentes de projetos.
- Maior percentual de programas e projetos (60%) que de ações contínuas, tanto em 2012 como em 2013:

Distribuição por Tipo – Iniciativas Não iniciadas ou Em execução				
Tipo	2012		2013	
Programas	92	4,87%	94	4,93%
Projetos	1043	55,19%	1079	56,52%
Ações	755	39,95%	736	38,55%
Total	1890	100%	1909	100%

- Persiste um grande percentual de iniciativas regionais e locais (mais de 80%), o que pode indicar haver grande participação das unidades descentralizadas na execução do planejamento:

Distribuição por Nível – Iniciativas Não iniciadas ou Em execução				
Nível	2012		2013	
Institucionais e Nacionais	308	16,29%	324	16,97%
Regionais	343	18,15%	350	18,34%
Locais	1239	65,56%	1235	64,69%
Total	1890	100%	1909	100%

- Grande percentual de iniciativas aprovadas pelos Chefes das Unidades, o que atesta a participação das lideranças das unidades, em que pese a ocorrência de um decréscimo percentual com relação a 2012:

Distribuição por Nível – Iniciativas Não iniciadas ou Em execução				
Nível	2012		2013	
Aprovadas	1187	62,80%	1084	56,78%
Regionais	703	37,20%	825	43,22%
Total	1890	100%	1909	100%

Construção dos Cenários Prospectivos

A Receita Federal do Brasil (RFB) tem se valido de estudos prospectivos para a construção de cenários com o fito de aprimorar a sua visão de futuros possíveis, o seu processo de gestão estratégica e a sua capacidade de construir o futuro da administração tributária e aduaneira do país. Tudo no sentido de gerir as incertezas críticas de longo prazo que podem vir a impactar a RFB.

Em 2011, foi realizado um estudo prospectivo para a construção de Cenários Prospectivos ambientais como parte da base do planejamento para o período 2012-2015. Em 2013, foi a vez de se implementar um Projeto para a construção de Cenários Prospectivos para a RFB como subsídio para a formulação das Políticas Tributária e Aduaneira até 2022. Desta feita, os Cenários construídos foram de negócio, ou seja, desceu-se a um nível de especificidade maior para atender ao cumprimento de um objetivo estratégico.

Os Cenários Prospectivos construídos levaram em consideração vários temas chamados de “Incertezas Críticas”, entre os quais podem ser citados: o contexto internacional, o contexto econômico nacional, a política ambiental, o exercício da cidadania, a demografia e a tecnologia. Todos esses temas foram analisados sob a ótica da sua influência nas Políticas Tributária e Aduaneira.

Foi constituído Grupo de Trabalho através da Portaria RFB nº 1073, de 07 de agosto de 2013, com o fim específico de construir Cenários Prospectivos para a RFB: Subsídios para a formulação das Políticas Tributária e Aduaneira do Brasil para o período 2013 – 2022, conforme os objetivos e diretrizes que constam na Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013.

Como resultado do Projeto “A construção de Cenários Prospectivos para a RFB: subsídios para a formulação das Políticas Tributária e Aduaneira” foram criados dois Cenários Prospectivos, denominados: “Bachianas” e “Dissonância”, apresentados ao Gabinete da RFB em 10 de dezembro de 2013.

O projeto contemplou a construção da Matriz Morfológica, da descrição de todas as suas formas e dos Cenários Dissonância e Bachianas; assim como a estruturação dos cenários na forma de *e-Book*, entregue ao Gabinete em 17 de janeiro de 2014.

Além disso, em fase final de execução, está prevista a entrega do “Relatório Final” até meados de fevereiro de 2014, assim como a inserção do mesmo no Clarity, pois pretende-se deixar o relatório final junto ao projeto naquele sistema como forma de permitir fácil consulta por futuros interessados a tudo que foi executado.

b) Promover melhoria nos processos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerenciar e disseminar a metodologia de gestão por processos.

Em relação ao processo "Promover Melhorias nos Processos", vale destacar a criação da Coordenação de Gestão de Processos Institucionais – Cproc, vinculada à Copav e conhecida como Escritório de Processos, cujo marco inicial é o Regimento Interno da SRFB aprovado pela Portaria MF nº 203, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com vigência a partir de julho de 2012. A criação do Escritório de Processos é parte de uma iniciativa estratégica institucional, liderada pela Copav e patrocinada pelo Gabinete da RFB, o projeto “Implantação do Escritório de Processos da RFB”.

Esta unidade, entre outras atribuições, é responsável por fornecer apoio técnico e metodológico em gestão por processos às unidades da RFB. No ano de 2013, além de iniciativas de sensibilização da organização para este tema, foram realizadas três oficinas de modelagem de processos, que capacitaram, em nível básico, 44 servidores designados pelas Subsecretarias e unidades diretamente vinculadas ao Gabinete do secretário da RFB, objetivando apoiar o desenvolvimento de projetos de melhoria e inovação em processos de trabalho.

Outro ponto de destaque no ano de 2013 foi a publicação da Portaria RFB nº 1234, no dia 03 de setembro de 2013, que teve por objetivo estabelecer diretrizes sobre o Modelo de Governança de Processos e procedimentos para Modelagem da Situação Atual de processos de trabalho no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, entre outras providências.

Oficinas de Modelagem de Processos

Na busca pela disseminação da cultura de Gestão por Processos na RFB, disponibiliza-se frequentemente eventos de capacitação para os servidores da instituição. Nesse sentido, já foram concretizados sete eventos desde 2012 com foco em Modelagem de Processos e Gestão por Processos.

Durante o ano de 2013 foram realizadas a 5ª, 6ª e 7ª Oficina de Modelagem de Processos que visaram capacitar servidores das mais diversas áreas para apoiar o desenvolvimento de projetos de melhoria e inovação em processos de trabalho.

Cabe destacar a concretização da primeira “Oficina Temática” (7ª Oficina) onde o exercício prático desenvolvido pelos participantes consistiu na modelagem de um processo específico da Sucor/Cogep, adaptado para fins didáticos, denominado Remover Servidores por Permuta.

Como conteúdo programático, destaca-se:

- Alinhamento conceitual sobre processos, cadeia de valor, gestão de processos e gestão por processos;
- Alinhamento conceitual sobre notação de modelagem de processos de negócio BPMN (*Business Process Modeling Notation*);
- Exercício prático, a partir do qual os participantes tiveram a oportunidade de vivenciar uma experiência de modelagem;
- Utilização da ferramenta de modelagem Aris Express;
- Metodologia de Modelagem da Situação Atual de Processos utilizada implementada para a RFB.

c) Gerir portfólio de projetos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Priorizar os projetos e/ou iniciativas estratégicas;
- Gerenciar e disseminar a metodologia de gerenciamento de projetos;
- Monitorar periodicamente o andamento dos projetos e/ou iniciativas estratégicas, para subsidiar a avaliação global do portfólio;
- Fazer o acompanhamento periódico com as equipes dos projetos; e

- Promover o gerenciamento dos projetos ou iniciativas estratégicas em conformidade com a metodologia estabelecida;

Em relação ao processo "Gerir Portfólio de Projetos", salienta-se que a execução da Estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas Unidades Centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais. O processo de priorização em 2013 seguiu as diretrizes do Plano Plurianual - PPA 2012/2015, do Mapa Estratégico da RFB para 2012-2015, os Macroprocessos da Cadeia de Valor e definições do Plano de Contribuição para a Estratégia.

A partir da priorização foram selecionados treze novos Projetos Estratégicos Institucionais que passaram a compor o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais.

O Monitoramento e controle do andamento dos projetos estratégicos foi promovido por meio de realização de sete "Reuniões de Avaliação Estratégica - RAE - UC" durante o ano, com a presença do Secretário, Subsecretários e gerentes de projetos, quando necessário.

Com relação a disseminação da cultura em Gerenciamento de Projetos, foram realizadas duas turmas de Ensino a Distância – EAD, em Gerenciamento de Projetos, tendo sido capacitados 241 servidores em todo o Brasil, além de duas turmas de curso presencial de "Gerenciamento de Projetos com ênfase em cronograma".

Houve, também, a realização de oficinas com foco em Metodologia e uso da ferramenta de Gerenciamento de Projetos e Portfólio - Clarity para os gerentes e equipe dos novos Projetos Estratégicos Institucionais.

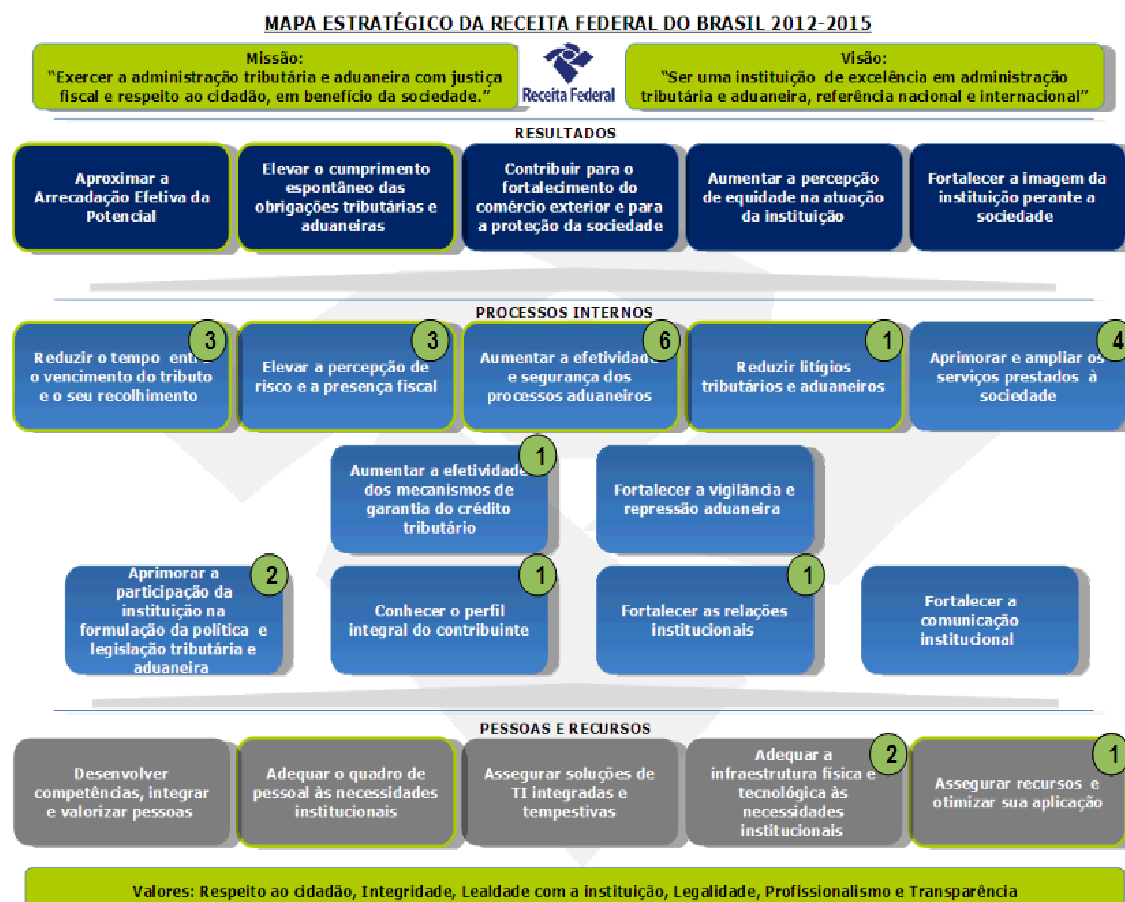
Além disso, houve a realização de Seminário com foco em "Análise de Cenário na Gestão de Projetos" com participação de cerca de cem pessoas.

Estrutura do Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais

Os critérios para definição e priorização dos Projetos Estratégicos Institucionais foram revistos de acordo com a nova estratégia da RFB para o período 2012-2015. Para definição do novo Portfólio dos Projetos Estratégicos Institucionais, que são acompanhados diretamente pelo Gabinete do Secretário e utilizam a Metodologia de Gerenciamento de Projetos da RFB, foram consideradas as orientações do Plano Plurianual – PPA 2012/2015, a Cadeia de Valor e o Mapa Estratégico da RFB 2012-2015.

O Gabinete RFB, com a participação dos Subsecretários e Unidades vinculadas diretamente ao Gabinete, selecionaram os projetos que passariam a compor a nova lista de Projetos Estratégicos Institucionais da Receita Federal. A seguir, os quantitativos agrupados por Objetivos Estratégicos.

Por Objetivos Estratégicos



Destaca-se que não houve grandes alterações em relação ao portfólio de projetos estratégicos anterior, visto que a relação de projetos de 2013 atinge o mesmo número de objetivos estratégicos que a relação de 2012. Também é interessante ressaltar que a maioria dos projetos se enquadram nos objetivos estratégicos referentes aos processos internos, principalmente nos objetivos “aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros” e “aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade”.

d) Prospectar inovações

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;
- Prospectar inovações junto às administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;
- Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira; e
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Está disponível na intranet da RFB o ambiente Canal da Inovação, onde o servidor pode

conhecer ou compartilhar boas práticas implantadas com sucesso em áreas ou unidades e que poderiam ser disseminadas por toda a organização.

Endereço: <http://intranet.receita.fazenda/administracao/copav/canal-da-inovacao>

O Canal de Inovação permite a captação de ideias inovadoras que possam contribuir para a realização da estratégia organizacional ou que promovam a simplificação e a melhoria dos processos de trabalho. O Espaço de Colaboração disponibiliza uma ferramenta - WikiJur – que possibilita o acesso à legislação produzida na RFB em tempo real. O WikiJur permitirá a anotação, a inserção de comentários, o cadastramento para produzir minutas de evolução das normas produzidas internamente, Regulamentos Tributários e demais atos infralegais de competência da RFB. No ambiente Colabora pode-se ver o desenvolvimento das ideias nos fóruns de discussão e acesso aos documentos dos Programas e Projetos Estratégicos.

Compõe também o Canal da Inovação o ambiente Desafios para Inovação, um espaço para a prática da inteligência cooperativa para a melhoria de determinado assunto. Nesta página a administração posta um tema e os servidores têm oportunidade de manifestar-se como melhor construir a solução e melhorar o processo de trabalho ou atingir um objetivo estratégico específico.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, instituiu, em 2002, o "Prêmio de Criatividade e Inovação Auditor-Fiscal da Receita Federal José Antonio Schöntag (Prêmio Schöntag)".

Premio Criatividade e Inovação – é um prêmio anual destinado a incentivar a criatividade e a inovação na RFB, tem por objetivo reconhecer e valorizar trabalhos apresentados por servidores e empregados do Ministério da Fazenda que se caracterizem pela qualidade técnica, aplicabilidade na implantação de boas práticas de gestão e na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao contribuinte.

1.5.2 - Macroprocesso Gestão Institucional



a) Gerir políticas e diretrizes institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a tomada de decisões institucionais;
- Gerenciar os processos decisórios em todos os âmbitos da RFB; e
- Gerir políticas, diretrizes e regimento interno.

b) Gerir relações institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar parcerias com entidades nacionais no interesse da RFB;
- Coordenar a solicitação e celebração de convênios para atendimento a solicitações de entidades nacionais;
- Supervisionar a execução dos convênios de parcerias;
- Coordenar o processo de cooperação e integração com as administrações tributárias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Coordenar a representação da RFB em fóruns nacionais; e
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

A Receita Federal do Brasil - RFB tem trabalhado para o fortalecimento das relações institucionais entre União, Estados e Municípios. O reconhecimento da importância das ações de cooperação e integração está evidenciado no Mapa Estratégico RFB 2012 - 2015.

A Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal – Cocif, área responsável pelo acompanhamento e orientação dessas ações, em âmbito nacional, tem dado sustentação aos diversos projetos já iniciados com os entes federativos.

Atividades realizadas:

- Implantação do Portal do ITR para Municípios Conveniados.

Foi implantado em 8 de julho de 2013 o sistema de fiscalização e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR para Municípios Conveniados, denominado Portal do ITR.

O sistema permite a execução das atividades de fiscalização e cobrança pelo município que celebrar convênio com a RFB, nos termos da Lei nº 11.250/2005 e Decreto nº 6.433/2008.

Foram treinados 761 Agentes Fiscais Municipais por meio de dois Programas de Ensino à Distância (EAD) executados pela Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF, realizados nos períodos de abril/maio e de agosto/setembro de 2013.

1882 Municípios celebraram convênio com a RFB dos quais 153 o fizeram no 2º semestre de 2013.

A Cocif exerce a Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do ITR – CGITR, tendo realizado 6 Reuniões Ordinárias.

Na XVI Marcha em Defesa dos Municípios, realizada no período de 10 a 11.07.2013, apresentamos o Portal do ITR para Municípios Conveniados com o objetivo de divulgação do sistema, estímulo à celebração de convênio com a RFB (oportunidade) e apresentação das condições para a habilitação no sistema.

- IX Encontro Nacional de Administradores Tributários – ENAT

O IX ENAT foi realizado no período de 7 a 9 de outubro de 2013 na cidade de Fortaleza-CE com a participação de 230 agentes tributários federais, estaduais e municipais.

O ENAT foi criado com o objetivo de integrar as administrações tributárias (EC nº 42/2003).

Foram realizadas 26 palestras/exposições sendo: RFB (13), Municípios (8) e Estados (5). Registrou-se aumento significativo da participação dos municípios.

- Intercâmbio de Informações Tributárias

Conclusão da formatação dos registros das informações coletadas pela RFB para repasse para os estados e os municípios. A formatação é orientada para o fato gerador do tributo administrado. Essa atividade é desenvolvida pelo Grupo de Trabalho ENAT 01, coordenado pela Cocif.

- Estrutura de cooperação e integração

Foram apresentadas propostas para (i) regulamentação do ENAT no âmbito da RFB e (ii) para gestão das representações institucionais.

- Repositório Nacional de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços.

Foi concluída a negociação para a criação de Grupo de Trabalho Interfederativo junto ao Comitê de Articulação Federativa – CAF, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República -SAF/SRI (Resolução CAF nº 12/2013), para desenvolver proposta de estruturação do Repositório Nacional da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, sob a coordenação da RFB.

- Processo Eletrônico Nacional

A Cocif coordenou as atividades decorrentes do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a RFB e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP para a construção de um sistema de processos administrativos eletrônicos comprometendo-se à disponibilizar produtos e informações referentes à iniciativa e-Processo. Foram realizados dois eventos para definição do módulo de interoperabilidade.

- Relações Institucionais

Com o objetivo de fortalecer as relações institucionais da RFB com seus parceiros, a Cocif coordenou e/ou realizou 36 eventos de negociação. Destacam-se, com a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República - SAF/SRI, a Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda - SEMF/PNAFM, o Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, a Comissão Técnica Permanente do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - COTEPE/ICMS, a Secretaria de Desenvolvimento Humano da Presidência da República – SDH, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, o Ministério da

Previdência Social – MPS, com entidades representativas de estados e municípios: CMN, ABM, FNP, ENCAT e ABRASF; e com diversas Secretarias de Fazenda e Tributação e Finanças de Estados e Municípios na formulação de soluções conjuntas para situações específicas e pontuais.

- Transferência para a SPOA/MF da gestão dos *links* do SINTEGRA para os estados e para a SUFRAMA.

Foi concluída a negociação para a transferência dos *links* do SINTEGRA para os estados e para a SUFRAMA, para a SPOA-MF que passou a administrar a Rede RIS a partir de 1º.10.2013.

Os valores transferidos para a RFB em decorrência dos convênios foram ressarcidos para os conveniados de acordo com determinação do CONFAZ.

c) Gerir comunicação institucional

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de divulgação dos resultados tributários e de controle aduaneiro para a sociedade;
- Monitorar notícias e opiniões públicas sobre assuntos de interesse da RFB;
- Realizar o fortalecimento da imagem institucional da RFB perante a sociedade; e Gerenciar a comunicação interna da Receita.

A Comunicação Social é uma área de fundamental importância para qualquer corporação pública ou privada. Esse fato ganha especial relevo para uma instituição do porte da Receita Federal, que tem uma vasta área de atuação assim como um número enorme de servidores. Há que se ressaltar ainda a necessidade de interação com os mais diversos públicos, tais como contribuintes, servidores, órgãos públicos e outros entes federados.

Ciente da envergadura desse desafio a administração da Receita tem empreendido enorme esforço com vistas a fortalecer a imagem da instituição. Nesse sentido podemos destacar no ano de 2013 as iniciativas abaixo, já completamente concluídas ou em fase de implementação:

Internet - O sítio da RFB na internet é um dos mais acessados do Brasil. Nele o contribuinte pode acessar enorme gama de informações e serviços. Nesse sentido, buscando facilitar o acesso e a disposição das funcionalidades, a Receita Federal deu curso a um projeto para modernização do sítio que compreende a reformulação do leiaute e a forma de alimentação do conteúdo disponível.

Os benefícios recairão sobre o público externo que terá a sua disposição um sítio mais atraente e melhor organizado, e da mesma forma, sobre o público interno, pois a nova forma de gestão do conteúdo passará a ser descentralizada o que permitirá maior agilidade na atualização das informações.

Intranet - Visando modernizar esse canal de comunicação a Receita reformulou a sua intranet com o propósito de unificar no mesmo veículo de comunicação informações de interesse dos servidores e que ao mesmo tempo tragam facilidades práticas para o dia a dia dos que trabalham na instituição.

Rede social corporativa – A Conexão Receita, como é chamada a rede social interna da instituição permite ao servidor participar de forma colaborativa das discussões de vários temas de interesse interno da Receita Federal. Este software que entrou em funcionamento em 2013 tem forte

potencial para propiciar uma maior interação da administração da Receita com os servidores de todo o país.

Manual de Identidade Visual - A Receita reformulou a sua identidade visual padronizando a forma de utilização da marca nas mais diversas aplicações. Veículos, fachadas, instalações, uniformes foram alguns dos itens que receberam uniformização com o propósito de fortalecer a imagem da instituição por meio dessa iniciativa de reforço da identidade visual institucional.

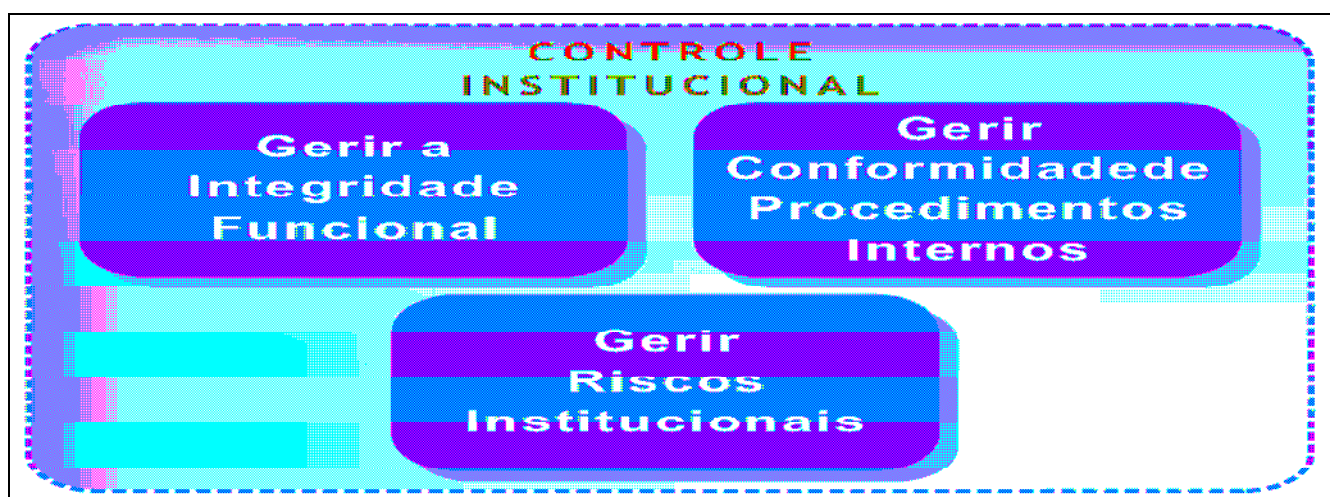
Fato Gerador - As atribuições da Receita Federal são as mais variadas, abrangendo por exemplo, a arrecadação de tributos, fiscalização, atendimento ao contribuinte e controle aduaneiro em portos aeroportos e pontos de fronteira. Para integrar as diversas áreas de atuação foi criado o Caderno Fato Gerador, de periodicidade semestral e que traz balanços e resultados da instituição, permitindo aos gestores e servidores que através do conhecimento dessas informações possam estar alinhados e preparados para comunicar as mensagens da instituição independente da área em que exerçam suas atividades .

TV Receita – TV Receita é uma TV web desenvolvida pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom), e conta em seu canal com gravações de entrevistas coletivas, como por exemplo a coletiva Alerta Simples Nacional que teve 2354 visualizações. Além de apresentar as inserções mais relevantes da Receita na mídia e vídeos históricos como o do curta metragem Comboio Nacional, com 6609 visualizações.

Youtube - No canal da TV Receita no Youtube, inaugurado em 2 de abril, os servidores da RFB e o público em geral podem acompanhar as principais notícias relacionadas à Receita Federal que foram veiculadas na imprensa. A lista de reprodução "Receita na Mídia" do canal no Youtube possibilita a recuperação da informação com mais agilidade. Assim, quem não conseguir assistir as reportagens nos meios tradicionais, pode acompanhar a Receita na mídia pelo Youtube.

Twitter – Presente nesta rede social a Receita federal utiliza o twitter para se aproximar da sociedade por meio da divulgação de informações de interesse, público , prestação de serviços aos contribuintes e apresentação de resultados institucionais.

1.5.3 - Macroprocesso Controle Institucional



O macroprocesso “Controle Institucional” integra a política “Definir Diretrizes para os Processos de Gestão”, apoia as políticas institucionais ao perpassar os demais macroprocessos finalísticos e de gestão e é composto por três processos: “Gerir a Integridade Funcional”, “Gerir Conformidade de Procedimentos Internos” e “Gerir Riscos Institucionais”. Em linhas gerais, estes três processos de trabalho têm como objetivos principais garantir a conformidade de procedimentos técnicos e

administrativos, assegurar a adoção das melhores práticas de gestão e de governança, prover as demais áreas técnicas da RFB de instrumentos para operacionalizar o gerenciamento de riscos e o aproveitamento de oportunidades, além de garantir que a conduta funcional dos servidores esteja dentro dos princípios da moralidade e da ética pública.

É importante destacar que as atividades mencionadas somadas a outras desenvolvidas por áreas específicas com atribuições voltadas à correição, à segurança institucional, a padrões de comportamento ético e gestão de tecnologia da informação resultam no que convencionamos denominar Sistema de Controle Interno da RFB.

a) Gerir a integridade funcional

Descrição sucinta das principais atividades:

- Examinar e instruir processos administrativos disciplinares e demais expedientes sobre ética e disciplina funcionais que devam ser submetidos à apreciação das autoridades competentes;
- Examinar denúncias, representações e demais expedientes que tratem de irregularidades funcionais e promover sua apuração, atendendo aos requisitos legais;
- Realizar ações de prevenção aos ilícitos funcionais;
- Realizar ações de investigação para identificação das ocorrências de ilícitos funcionais, promovendo sua devida apuração; e
- Avaliar o comportamento ético dos servidores.

As ações disciplinares da Coger (Corregedoria-Geral da RFB) visam a contribuir para a manutenção da integridade dos valores institucionais adotados pela RFB e do interesse e do patrimônio públicos, uma vez que, ao defenderem a probidade e a moralidade em todas as suas formas, impactam positivamente não só o corpo funcional do órgão, mas também toda a sociedade.

As ações disciplinares *stricto sensu* abrangem os procedimentos preliminares de investigação disciplinar, a análise da admissibilidade de representações e denúncias de supostas irregularidades cometidas por servidores, e a apuração de responsabilidade pelo eventual cometimento de irregularidades funcionais, por meio de Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

Mencionam-se também as ações disciplinares *lato sensu*, que são aquelas referentes ao acompanhamento do trâmite de processos judiciais e da jurisprudência relacionados aos processos disciplinares em curso e aos servidores neles envolvidos; as atuações da Coger em conjunto com outros órgãos da administração pública federal e em cooperação com organismos internacionais; e ainda aquelas de caráter preventivo ao desvio de conduta, operacionalizadas por meio de palestras informativas e conscientizadoras do corpo funcional e dos administradores.

A Coger vem realizando um trabalho de fortalecimento da atividade de juízo de admissibilidade. Trata-se do exame preliminar, com o fim de fundamentar o arquivamento da denúncia ou a instauração de PAD, nos termos do parágrafo único do art. 144 da Lei 8.112, de 11/12/90.

O aperfeiçoamento do juízo de admissibilidade tem por propósitos:

- a) assegurar que se instaure PAD apenas quando haja suficientes indícios de materialidade e de autoria, evitando-se o dispêndio de recursos e o injustificado constrangimento dos servidores;
- b) dar tratamento diferenciado entre o desvio de conduta e o mero erro escusável, propiciando aos bons servidores segurança funcional para que desempenhem suas atividades sem receio de que lhes recaia ação correcional em decorrência da falibilidade humana; e
- c) direcionar os esforços para o combate aos ilícitos mais graves, de maior reprovação social.

A diretriz extraída do ordenamento legal e infralegal e adotada pela Coger é de sempre se reservar a instauração de PAD apenas para os casos estritamente necessários. E, de fato, a experiência acumulada nos últimos anos demonstra o acerto da estratégia de fortalecer as investigações prévias e de buscar o maior grau possível de embasamento para a decisão em sede de admissibilidade, evitando-se a instauração de PAD, com todos os ônus que lhe são inerentes, quando os indícios de autoria ou de materialidade podem ser preliminarmente afastados.

No que se refere à prevenção aos ilícitos funcionais, uma das principais linhas de atuação da Coger é o denominado Projeto Proteger, sistema de palestras que procura apresentar a forma de atuação da Coger, com ênfase na abordagem preventiva e didática da área disciplinar, na busca de informar e conscientizar os servidores sobre a postura a ser adotada no exercício de suas atividades. A atuação correcional no combate à corrupção e na manutenção da integridade organizacional, em última análise, propicia segurança profissional e proteção institucional ao bom servidor, além da obtenção de positivos impactos em termos de arrecadação tributária.

O balanço do Projeto Proteger em 2013 foi extremamente positivo, tendo sido alcançados os objetivos de aproximar o sistema correcional das unidades de ponta e de propiciar à categoria uma correta e isenta informação acerca da forma legal, impessoal, razoável e concatenada com a Administração da RFB com que a Coger atua.

b) Gerir conformidade de procedimentos internos e gerir riscos institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Propor políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para os procedimentos executados na RFB, bem como fornecer sugestões que auxiliem no processo decisório e na melhoria da gestão;
- Gerenciar relacionamento com órgãos de controle;
- Propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB;
- Gerenciar, implementar e disseminar metodologia de gestão de riscos na RFB; e
- Prospectar melhores práticas e métodos em gestão de riscos.

Os processos “Gerir Conformidade de Procedimentos Internos” e “Gerir Riscos Institucionais” é patrocinada pela **Coordenação-Geral de Auditoria Interna (Audit), unidade de assessoramento direto ao Gabinete do Secretário da RFB**. No entanto, todas as áreas da RFB possuem atuação no Controle Institucional.

A Audit possui suas atribuições definidas no Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 17 de maio de 2012, e alterações posteriores, estando dentre suas competências regimentais estabelecer políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva, em consonância com o modelo de gestão; avaliar se os mecanismos de controle interno existentes asseguram o cumprimento dos objetivos da RFB; gerenciar a implementação e disseminar metodologia, bem como monitorar e proceder à análise crítica em gestão de riscos na RFB; e acompanhar e executar as atividades relacionadas com o cumprimento das determinações, recomendações e solicitações emitidas pelos órgãos de controle externo, bem como preparar as respectivas respostas.

Neste contexto, a Audit desempenha suas atividades em três áreas: auditoria interna, gestão de risco e acompanhamento da atuação dos Órgãos de Controle Externo, as quais, devido à natureza e à abrangência, possibilitam a interação com todos os macroprocessos e processos de trabalho e de gestão da RFB, alcançando atividades finalísticas e de apoio, tais como: atendimento ao público externo, controle do crédito tributário, fiscalização, aduana, tecnologia da informação, gestão de pessoas e logística.

No âmbito da RFB são realizadas auditorias internas de conformidade e de gestão. As auditorias de conformidade têm como objetivo avaliar se os procedimentos operacionais estão em consonância com as normas e regulamentos estabelecidos. Neste contexto, também são realizadas auditorias contínuas, que tem como objetivo identificar exceções à normalidade, utilizando-se do cruzamento de dados coletados nos sistemas de informações. As auditorias de gestão têm como objetivo avaliar as ações gerenciais, com base nos aspectos da eficiência, eficácia, economicidade e efetividade, fornecendo à alta administração informações, recomendações e sugestões que os auxiliem no processo decisório e na melhoria da gestão.

O acompanhamento da atuação dos Órgãos de Controle Externo, além do controle do atendimento às demandas e às deliberações do TCU e da CGU, abrange também a coordenação dos trabalhos de elaboração da Prestação de Contas Anual das Unidades da RFB e a consolidação e o fornecimento de informações para a Prestação de Contas da Presidência da República.

As atividades ligadas à gestão de riscos envolvem a disseminação da cultura e da metodologia, os estudos e prospecções de melhores práticas e métodos e o suporte metodológico para a implementação da gestão de riscos. Além disso, compõem os trabalhos dessa área a análise e emissão de pareceres de risco, o acompanhamento da implementação dos tratamentos e dos níveis de riscos, bem como o fornecimento de subsídios para a atuação da auditoria interna.

1.5.4 - Macroprocesso Gestão Orçamentária e Financeira



a) Realizar a gestão orçamentária e Financeira

Descrição sucinta das principais atividades:

- Elaborar a proposta orçamentária anual com vinculação ao Mapa Estratégico da RFB;
- Acompanhar a execução orçamentária e financeira; e
- Efetuar a descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros para as Unidades Gestoras.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

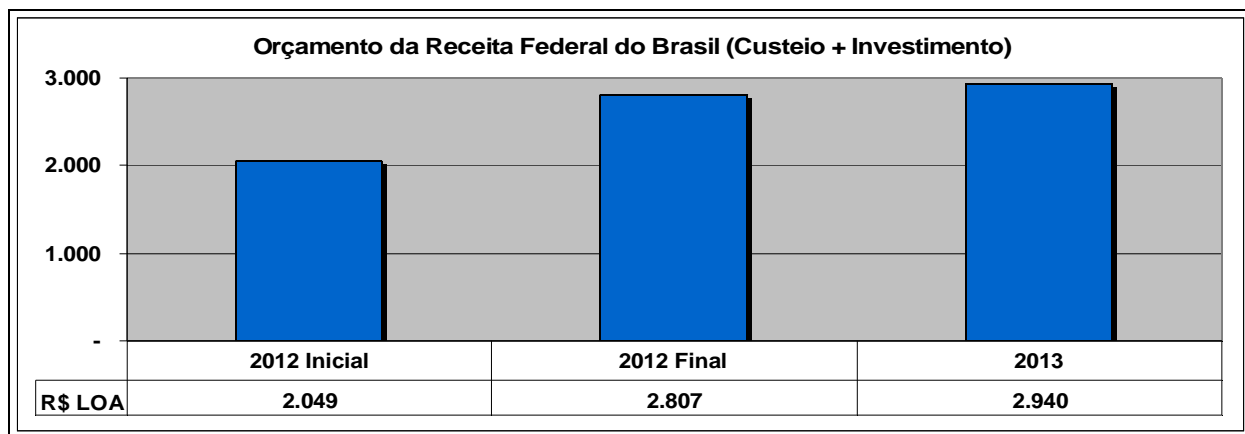
Desde 2010, o processo de planejamento orçamentário da Receita Federal do Brasil (RFB) tem evoluído no sentido de garantir o cumprimento das iniciativas estratégicas da organização, definidas conforme planejamento estratégico institucional, e as necessidades de manutenção das suas atividades finalísticas.

O processo orçamentário da Receita Federal do Brasil (RFB) inicia-se com o alinhamento do orçamento à estratégia da instituição, por meio de Iniciativas Estratégicas, vinculadas ao Mapa Estratégico e aprovadas pela área de planejamento e pelo Secretário da RFB.

Em seguida, a RFB coleta as necessidades orçamentárias de todas as suas 177 Unidades Gestoras, as analisa conforme as características de cada unidade e as consolida. Em caso de pedidos específicos, como Tecnologia da Informação e Treinamentos, as respectivas áreas também fazem uma análise crítica das necessidades apresentadas. Após feita a consolidação dos valores, tem-se a proposta orçamentária prévia. Em 2013, os valores solicitados para o orçamento da RFB somaram R\$ 3,492 bilhões de reais, valores estes referentes às ações discricionárias.

Posteriormente, a RFB recebe o referencial monetário, limitando o valor da proposta. Como geralmente as necessidades são maiores do que o valor disponibilizado, faz-se necessária uma readequação, com a eliminação de despesas anteriormente previstas. Para tanto, são feitas várias discussões, com a participação de atores diversos. Em 2013, a LOA da RFB foi de R\$ 2,940 bilhões de reais, representando 84,2% do pedido (em relação às despesas discricionárias).

Apesar de o Congresso Nacional não ter aprovado o orçamento de 2013 tempestivamente, o exercício foi iniciado com uma expectativa positiva, pois quando da elaboração da proposta orçamentária, em 2012, houve, mesmo que parcialmente, o resgate do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - Fundaf, cuja finalidade é o reaparelhamento e reequipamento da RFB e da intensificação das ações de repressão, o que significou um aumento de 43% relativamente à LOA 2012 inicial (5% da LOA 2012 final).



No que se refere apenas às despesas discricionárias, após levantamento de suas necessidades, a RFB solicitou para 2013 o montante de R\$ 3,492 bilhões de reais, tendo sido consignado em LOA R\$ 2,940 bilhões de reais, o que representa 84,2% do valor solicitado. Desse valor, R\$ 413 milhões estavam vinculados à reestruturação e modernização das atividades da RFB em todo o território nacional.

Durante o exercício, porém, a situação não se mostrou tão positiva. O atraso na aprovação do orçamento resultou no bloqueio dos recursos de investimento no início do ano e, como consequência, impediu que as diversas unidades da RFB pudessem iniciar seus processos de contratação já nos primeiros meses do exercício. Além disso, tão logo o orçamento foi aprovado, houve contingenciamento de R\$ 1.051 milhões (35,7% do orçamento total, que representava 50,5% do custeio total) o que obrigou a RFB a solicitar a aplicação de parte do contingenciamento em recursos de investimento, do contrário seria impossível manter suas atividades até o final do exercício.

Adicionalmente, houve também uma forte limitação à execução das despesas de custeio, que foram inicialmente limitadas a 80% dos valores gastos em 2012, por itens de gasto dispostos na Portaria MPOG nº 268/2013, mas que posteriormente foi flexibilizado para 80% do total gasto em 2012, diante da notória impossibilidade de manter as 662 unidades da RFB em funcionamento sem o mencionado ajuste.

Como resultado de todos os desafios expostos, foi necessário que a RFB negociasse junto a diversas instâncias do Ministério da Fazenda (MF) para buscar a redução no contingenciamento aplicado ao órgão e expansão dos limites para empenho de despesas de custeio.

Não obstante a essas dificuldades, a RFB encerrou o exercício de 2013 com a utilização 98% da dotação orçamentária disponível (LOA menos o valor contingenciado que ficou em R\$ 465,6 milhões, sendo R\$ 272,2 milhões em custeio e R\$ 193,4 para investimento), sendo os principais investimentos realizados:

- ❖ demandas de devolvimentos de novos sistemas de tecnologia da informação junto ao SERPRO e DATAPREV no valor de R\$ 333,8 milhões;
- ❖ do total de R\$ 226,7 milhões empenhados na ação orçamentária Fortalecimento Institucional:
 - R\$ 103,5 milhões foram para Adequação e Reforma de Imóveis e Unidades de Fronteiras da RFB;
 - R\$ 53 milhões para Modernização da Infraestrutura de Tecnologia, Informação e Comunicação da RFB;
 - R\$ 37,2 milhões para Modernização da Fiscalização, Vigilância e Repressão da RFB, sendo o seu maior investimento realizado para aquisição equipamentos de Raios-X do tipo Escâner Móvel (empenho de R\$ 61.368.300, sendo R\$ 22.368.300 com recursos dessa ação e R\$ 39.000.000 com recursos recebidos da Secretaria extraordinária para grandes eventos do MPOG)
 - investimento em capacitação e Especialização de Servidores da RFB da ordem de R\$ 25,4 milhões;
 - R\$ 43,5 milhões foram empenhados para atender ações específicas de obras de engenharia de grande vulto – chamadas obras destacadas –, sendo a de Construção da nova sede da DRF de Franca em SP a que contratou o maior valor R\$ 16,8 milhões;
 - investimento de R\$ 35,4 milhões em aquisição de máquinas e equipamentos e outras obras.

Não fossem as situações já mencionadas que adiaram as contratações, há forte indícios de que a RFB executaria a totalidade do seu planejamento estratégico reservado a 2013, pois somente no mês dezembro de 2013 foram empenhados 69% da dotação disponibilizada para investimento.

b) Realizar gestão contábil

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a supervisão e orientação dos registros contábeis das Unidades da RFB;
- Coordenar o processo de Prestação de Contas Anual; e
- Implementar as alterações nos princípios, procedimentos e rotinas contábeis emanadas do Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal.

Escopo: Todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O foco em 2013, teve como principais atividades:

- a) Conversão de 3.300 processos de depósitos recursais oriundos de autuações do Ministério do Trabalho em renda União;
- b) Contabilização mensal, conforme legislação contábil vigente, dos impostos e contribuições federais a receber. Em 2013, o estoque desses créditos no Ativo da RFB representou cerca de 970 bilhões de reais;
- c) Contabilização mensal da previsão de restituições do imposto de renda da pessoa física;
- d) Registro mensal da conformidade contábil que representa a regularidade dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista dos princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, da tabela de eventos, do plano de contas aplicado ao setor público e da conformidade dos registros de gestão das Unidades Gestoras;
- e) Mapeamento de processos de trabalho da Setorial de Contabilidade da RFB;
- f) Atividades relacionadas à elaboração e entrega, ao TCU e CGU, do Processo de Prestação de Contas Anual da RFB;
- g) Análise e regularização da conta de depósitos de terceiros da RFB que apresentava inconsistências há vários anos. A regularização consistiu em baixa de saldos de aproximadamente 5.000 CNPJ's e CPF's que apresentavam valores recolhidos aos cofres da União através de códigos inválidos de DARF's;
- h) Orientação e acompanhamento em relação à elaboração e envio, por parte de todas as UG's da RFB, da Declaração de Imposto Retido na Fonte - DIRF;
- i) Treinamento, atualização e aperfeiçoamento dos servidores da Setorial de Contabilidade da RFB em razão das mudanças na contabilidade pública que serão implantadas a partir de 2014 e 2015 como o novo plano de contas do governo federal e a nova plataforma do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI;
- j) Orientação tempestiva e adequada aos contadores das Setoriais Regionais de Contabilidade na solução das inconsistências contábeis detectadas pelas Unidades Gestoras da RFB;
- k) Gestão e execução contábil utilizada como ferramenta indispensável para a prestação de assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União; e,
- l) Geração de informações a partir da escrituração contábil objetivando a tomada de decisões na RFB com base em fatos reais e dentro de uma técnica comprovadamente eficaz.

1.5.5 - Macroprocesso Governança de Tecnologia da Informação



a) Realizar governança de TI

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o gerenciamento e relacionamento com o prestador de serviços de TI;
- Planejar e organizar as atividades de TI;
- Adquirir e implementar soluções tornando-as serviços de TI;
- Entregar e manter serviços de TI aos usuários finais da instituição;
- Monitorar e avaliar os processos de TI; e
- Gerir todo o ciclo de vida de serviços de TI desde o levantamento das necessidades institucionais e solicitação por solução de TI, especificação, construção, homologação, implantação, produção e desativação do serviço.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Foram promovidas diversas ações visando o alinhamento da área com as necessidades de negócios da RFB. Buscamos, especialmente, fortalecer a Comunicação Institucional, adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais e assegurar recursos e otimizar a sua aplicação.

Ademais, houve cursos para inúmeros servidores que são gestores de aplicações da RFB, visando capacitá-los no processo de elaboração de especificação de sistemas, contagem de pontos de função e modelagem.

Na área de Gestão de Serviços foi realizado o acompanhamento de mais de 315 mil acionamentos na Central de Serviços. Nesta área, o já consolidado Modelo GSERV – modelo de gestão de serviços implementado na Receita Federal do Brasil com foco na gestão pela qualidade, para aumento da satisfação percebida pelos usuários internos e externos, e melhoria da eficiência do gasto público, foi novamente premiado, sendo um dos vencedores do Prêmio TI & Governo 2012.

Já no planejamento, este foi um ano grandes avanços no que diz respeito ao planejamento estratégico de TI. Foi realizada uma série de reuniões, designadas como Encontros de Planejamento

Estratégico de TI, que contaram com a participação de todas as áreas da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, com o objetivo de definir o Mapa Estratégico da área, buscando a condução coordenada e corporativa da TI da RFB.

Além disso, ao longo de 2013, realizou-se a gestão da execução do Portfólio de Produtos de TI (PPTI) 2013, garantindo o alinhamento das iniciativas de desenvolvimento de sistemas com o planejamento realizado pela alta administração. E, em mais um ciclo do processo, foi concluído o planejamento do PPTI para 2014. No primeiro semestre de 2013, a Receita Federal já possuía a prévia do PPTI 2014, a qual foi utilizada para subsidiar o planejamento do orçamento de TI, e no final do ano, o PPTI 2014 foi publicado, refletindo o orçamento de TI previsto para a Receita em 2014.

b) Gerir sistemas da informação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir as políticas para desenvolvimento de sistemas;
- Definir arquitetura de sistemas de informação;
- Definir arquitetura de informações; e
- Coordenar o desenvolvimento de sistemas.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Sistemas, foram muitos os aplicativos desenvolvidos para facilitar as atividades de servidores e cidadãos. Neste ano, podemos destacar os significativos avanços no desenvolvimento de aplicativos para dispositivos móveis (*APPs*). Em 2013, a Receita Federal consolidou sua participação no mundo *mobile*, disponibilizando mais quatro produtos, sempre objetivando melhorar o relacionamento com o contribuinte: implementação de novas funcionalidades nas aplicações para pessoa física, a implantação do m-IRPF, da e-DBV e do APP Importador.

Além disso, diversas ações foram realizadas com o objetivo permanente de aperfeiçoamento deste processo de trabalho, dando continuidade a melhoria da metodologia de desenvolvimento de sistemas, consolidando o seu uso, disseminando a prática e treinando usuários e técnicos em pré-especificação, modelagem de dados e na técnica de medição de projetos Pontos por Função (PF). Cerca de quatrocentas pessoas já foram treinadas, de áreas técnicas e usuárias, incluindo servidores de outros órgãos envolvidos em projetos compartilhados com a Receita Federal.

Dessa forma, foi possível instituir formalmente a fase de pré-especificação no processo de desenvolvimento de software da RFB. Esta fase consiste na elaboração de um documento padrão, visando obter as necessidades dos usuários de forma mais detalhada e completa e inclui as atividades de modelagem de processos, levantamento de requisitos funcionais e não funcionais, e identificação de integrações com os demais sistemas. Ao final dessa fase, há elementos para se estimar o tamanho da aplicação, por contagem de Pontos por Função, métrica de software que permite avaliar o esforço do desenvolvimento e estimar os custos e recursos envolvidos.

O modelo de dados corporativo instituído na Receita Federal é uma ferramenta que possibilita a definição de uma informação utilizada em vários sistemas apenas uma única vez e permite que os sistemas sejam integrados e que as informações sejam confiáveis, além de gerar economia através da não duplicação de dados.

De acordo com a métrica criada internamente, com o reuso promovido por esse modelo, apurou-se uma economia de cerca de R\$ 6 milhões no desenvolvimento de quatorze sistemas.

Ainda neste ano, houve a elaboração do conjunto normativo para a atividade estabelecendo o Modelo de Desenvolvimento Interno (MDI). Neste modelo, o conceito abrangente de ciclo de vida de software é fundamental, pois representa uma perspectiva de tratar a solução tecnológica em todas etapas desde sua concepção até o eventual descarte. Trata-se não só de desenvolver (codificar) um sistema, mas também de executar as tarefas de implantação, produção e manutenção da aplicação.

Sendo assim, foi definido e detalhado o ciclo de vida dos sistemas, englobando cada fase, com processos, atividades, tarefas, papéis, artefatos e responsabilidades específicas dos sistemas de informação.

Esse conjunto de normas permite a estruturação efetiva dos sistemas desenvolvidos internamente para soluções corporativas em todas as suas fases, estabelecendo métodos e regulamentando esse desenvolvimento desde a definição de seus requisitos até a sua saída de produção. Sendo assim, será possível garantir que se alcancem resultados positivos, utilizando-se processos e metodologias que permitam alcançar a estabilidade, segurança e continuidade dessas soluções.

c) Gerir segurança da informação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir e promover a política de segurança da informação da RFB em conformidade com a legislação vigente;
- Gerenciar a implantação e a aplicação das normas de segurança da informação;
- Definir e gerir a infraestrutura de segurança da informação; e
- Coordenar as atividades de controle de acesso aos sistemas e recursos de tecnologia da informação da RFB.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

No primeiro semestre de 2013, a área de segurança de TI promoveu esforços na busca de uma solução segura que permitisse aos usuários internos uma maior mobilidade no desempenho de suas atividades, por meio do uso de qualquer rede sem fio, tanto no ambiente de rede interna como em redes privadas ou públicas, valendo-se dos equipamentos de propriedade da Receita. A solução foi normatizada e implementada em toda a Receita Federal.

Em paralelo, a fim de garantir um incremento na segurança dos softwares corporativos, independente deles serem advindos dos prestadores de serviço, do desenvolvimento interno ou da fábrica de software, foi estruturada, normatizada e já iniciada a atividade de Inspeção de Segurança nesses softwares. Nesse sentido, a inspeção se dá em fases diversas do ciclo de vida do software, seja na fase de homologação, seja na de produção. Dentro dessa atividade, além do código-fonte, todo o ambiente é analisado com intuito de propor alterações que resultem em sistemas ainda mais seguros aos usuários. Visando garantir eficiência e eficácia do processo de inspeção, as vulnerabilidades e as falhas detectadas devem ser corrigidas durante o próprio processo, durando diversos ciclos, assim entendidos como: o período necessário a essa correção, bem como a homologação e avaliação da correção implementada. A Inspeção de Segurança, além de trazer maior conhecimento às equipes envolvidas no ciclo de vida dos sistemas, concorrendo para a redução do número de falhas no processo de desenvolvimento, se torna parte inerente e pró-ativa dos processos e das ações de garantia da continuidade dos negócios da Receita Federal.

Também neste ano, a área de segurança de TI implementou o Ciclo de Palestras de Segurança – palestras técnicas, gerenciais e educativas – cujos objetivos são fomentar discussões sobre temas atuais, assim como alertar e conscientizar os usuários acerca dos riscos inerentes à utilização

inadvertida das tecnologias disponíveis na Instituição. Iniciado em maio, três etapas do Ciclo já foram realizadas, num total de sete palestras previstas. Diferentes temas foram abordados: o uso de dispositivos móveis para testes de invasão; o gerenciamento de dispositivos móveis e uso de dispositivos pessoais no ambiente corporativo; as pragas digitais que estão atacando o Android; as técnicas de desenvolvimento seguro de aplicações para dispositivos móveis; as implicações da Lei nº 12.737, conhecida como Lei Carolina Dieckmann; e os perigos inerentes à navegação na internet, aspectos técnicos pertinentes e medidas simples para tornar essa navegação mais segura.

Outra iniciativa da área de segurança de TI foi a realização do primeiro módulo do curso Gestão de Segurança da Informação. Realizado no final do segundo semestre, esse curso é de extrema importância no processo de capacitação dos Gestores de Segurança da Receita Federal, dado que tem como foco a atualização dos conhecimentos que visam preservar e aprimorar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações da Instituição, bem como garantir a continuidade dos negócios no grau de qualidade requerido pela Receita Federal. Um segundo módulo, ou módulo complementar, está previsto para ser ministrado no primeiro semestre de 2014.

Por fim, com a finalidade de dar mais consistência e robustez no desempenho das atividades de aprovação dos certificados digitais e-CPF para funcionários da Instituição, bem assim dar cumprimento à regulamentação da ICP-Brasil, em 2013, foi realizado, sob a gestão da área de segurança de TI, treinamento para os Agentes de Registro da Receita Federal, em grafoscopia e documentoscopia, na modalidade de ensino a distância. Constituído de um total de 9 turmas, esse treinamento foi obrigatório para os servidores que desempenham essas funções e contou com mais de 550 participantes.

d) Gerir infraestrutura de TI

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir as políticas e a infraestrutura tecnológica;
- Gerir a infraestrutura tecnológica;
- Internalizar soluções tecnológicas; e
- Gerenciar ambientes informatizados.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O programa de renovação de parque tecnológico da Receita Federal visa adequar permanentemente esta infraestrutura de TI às necessidades institucionais. Em 2013, completou-se um ciclo de renovação das estações de trabalho com equipamentos cobertos por garantia e suporte, proporcionando um ambiente informatizado adequado para o melhor desempenho e segurança dos usuários.

Neste ano, houve a licitação da ferramenta de Rede Social Corporativa da Receita Federal. Esta iniciativa provê ambiente tecnológico adequado para propiciar respostas rápidas às oportunidades, ambiente colaborativo, ambiente de aprendizado coletivo, inovação, identificação de talentos, retenção de conhecimento e experiências e incrementando a atual comunicação interna.

Outras ações, visando manter o parque computacional adequado, foram realizadas no decorrer deste ano, como aquisições de solução de conectividade, de servidores descentralizados, de dispositivos para certificação digital dos funcionários (*tokens*), instalação dos equipamentos de videoconferência, disponibilização de acesso seguro à rede da Receita através da tecnologia sem fio (Wi-Fi).

Também neste ano, foi realizada a compra de estações de trabalho móveis, com o objetivo de fortalecer a mobilidade dos servidores da RFB e a comunicação institucional. A licitação, que ocorreu no mês de dezembro, deve disponibilizar no próximo ano mais de 5.500 equipamentos, entre *ultrabooks* e *tablets*.

No que se refere a comunicação virtual, neste ano, 410 novos equipamentos de videoconferência foram instalados, acompanhado da expansão do seu gerenciador, o que ampliou significativamente a utilização desse recurso em todas as suas unidades, agilizando a realização de reuniões, a tomada de decisões e a disseminação de conhecimento, reduzindo, ainda, o custo com deslocamentos. A excelente aceitação do uso do recurso fica evidente quando analisamos os números: em 2013 a média de videoconferências realizadas foi de 197/mês, um crescimento de 41% sobre a média observada em 2012.

Além das videoconferências, também a ferramenta *Webconference* merece destaque, permitindo a realização de conferências entre servidores utilizando as próprias estações de trabalho, sem a necessidade do uso de equipamentos específicos. A implementação da ferramenta viabilizou o projeto “Sessão de Julgamento não Presencial por *Webconference*”, que possibilita a participação de diversos julgadores lotados em unidades distantes da cidade-sede, sem a necessidade de deslocamento, reduzindo os custos da máquina pública e aumentando a produtividade do servidor. Tal projeto rendeu à RFB o Prêmio Inovação da Administração Tributária do Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT).

Em 2013, também foi observada a consolidação dos indicadores de Infraestrutura, o NIT (Nível de Adequação de Infraestrutura Tecnológica) e o NAF (Nível de Adequação do Ambiente Informatizado às Novas Tecnologias). Esses indicadores possibilitam que seja apurado e mensurado o cumprimento do Objetivo Estratégico "Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais". Em relação ao NIT, o resultado nacional foi de 91,44%. Já para o NAF, o resultado nacional foi de 98,28%, números que refletem o empenho da área de Infraestrutura em fornecer altos padrões de qualidade de TI aos servidores da RFB.

1.5.6 - Macroprocesso Gestão de Pessoas



a) Recrutar, selecionar e alocar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir Recrutamento Externo;
- Gerir Seleção Interna;
- Gerir Alocação e Movimentação Interna e Externa;
- Gerir Estagiários; e
- Gerir Provimento e Vacância de Cargos.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Gerir Recrutamento Externo – No âmbito da RFB os concursos públicos são autorizados pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e realizados em parceria com a Escola de Administração Fazendária. Os novos servidores devem participar do Programa de Formação Profissional (PFP) ao longo do primeiro ano de exercício profissional. O PFP iniciado em 2013 teve como público-alvo os 252 Auditores-Fiscais e 750 Analistas Tributários aprovados nos concursos públicos de 2012 pelos Editais Esaf nº 23 e 24.

Gerir Seleção Interna – O processo de seleção interna está estruturado internamente no que tange à ocupação dos postos gerenciais de Delegado e Inspetor-Chefe, que são dirigentes de unidades locais, denominado Processo Simplificado de Seleção (PSS). Esta sistemática está apoiada na existência de um Banco de Gestores, que passam por etapas de aferição de pontuação por critérios objetivos (formação acadêmica e experiência profissional) e subjetiva (entrevista comportamental para avaliar manifestação das competências gerenciais). Até dezembro de 2013 foram realizados 153 PSS com a utilização das informações do Banco de Gestores, que conta hoje com 589 integrantes. Em fevereiro de 2013 foi iniciada a experiência piloto do Banco de Gestores para Agentes na 6ª Região Fiscal (estado de Minas Gerais). Dos 41 postos regionais de Chefes de Agência, 10 já foram preenchidos por meio de processo seletivo com a utilização das informações do Banco de Gestores para Agentes, que conta com 32 integrantes.

Gerir Alocação e Movimentação Interna e Externa - Em termos de movimentação interna, tivemos 2 concursos internos de remoção, homologados em 5 de outubro de 2012, cujos reflexos se deram em 2013, tendo em vista que as portarias de remoção terem sido editadas mensalmente. Em decorrência desses certames, foram movimentados em 2013, 401 Auditores-Fiscais e 554 Analistas Tributários.

Tivemos ainda a implantação do Modelo de Dedicção Funcional – MDF, que propiciou a alocação de servidores por meio de Trabalho Remoto, Alocação Direta, bem como formação de Grupos de Trabalho com parcelas de contribuições definidas, em processos de trabalho específicos e prioritários para a RFB. Até o fim de 2013, foram alocados, 38 servidores em Trabalho Remoto, 16 servidores em Alocação Direta, e 31 como participantes em Grupos de Trabalho.

Além disso, tivemos 120 servidores movimentados para unidades diversas por meio do PIAP, como forma de aperfeiçoamento de alocação de servidores em Processos de Trabalho prioritários para a RFB.

Gerir Estagiários - Com o objetivo melhorar os procedimentos da gestão de estagiários, com a padronização, uniformização e simplificação do fluxo das tarefas, em 2013, foi concluído e publicado o modelo de processo da gestão de estagiários. Este trabalho contribuiu ainda

para: fazer ajustes no manual de procedimentos, melhorando o suporte às Regiões Fiscais; identificação de necessidade de alteração da portaria Cogep nº 163/2009 para incorporar à norma os aperfeiçoamentos do processo; aperfeiçoamento de procedimentos e da comunicação do processo de desligamento com a folha de pagamento, para reduzir uso de GRU para devolução de valores pagos além da data de término do contrato; melhoria na pré-especificação do aplicativo Sigest, sistema informatizado que será implantado para controle do processo.

A contratação de estagiários no âmbito das Unidades Centrais em 2013 totalizou, 104 estagiários, com investimento de R\$ 781.352,05. No âmbito nacional, a contratação totalizou 2.288 estagiários, com investimento de R\$ 13.418.142,09.

Gerir Provimento e Vacância de Cargos - O ano de 2013 foi marcado pela nomeação e posse de 957 servidores integrantes da Carreira de Auditoria, 250 ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal e 707 ocupantes do cargo de Analista-Tributário. A vacância de cargos totalizou 1379 registros, sendo 871 aposentadorias, 385 vacâncias para posse em cargo inacumulável, 45 exonerações, 34 falecimentos e 44 demissões.

b) Reconhecer e valorizar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Promover Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho; e
- Promover Reconhecimento e Valorização.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Promover Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho:

Caminhos - Preparação para aposentadoria é um programa de incentivo ao pensamento crítico e reflexivo, para que esses servidores possam fazer escolhas pessoais mais conscientes bem como entender a importância de se pensar sobre essa nova fase de vida. A aposentadoria representa uma nova fase da vida, na qual muitas transformações, ainda desconhecidas, estarão presentes. Esse cenário ressalta a importância de se trabalhar o tema na RFB, o que também é preconizado em lei, que determina a preparação para a aposentadoria com antecedência mínima de um ano. Para esse fim, em 2013, foram implantadas duas turmas, uma em cada semestre. Nas duas turmas, o total de matrículas alcançou 462 pessoas, dessas, 256 (55,41%) foram aprovadas, 28 (6,06%) reprovadas e 178 (38,53%) consideradas desistentes. Para alcançar maior quantidade de pessoas e tornar o curso ainda mais dinâmico, em 2014, será feito um estudo para remodelagem do “Caminhos”.

PMIMF - Projeto de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda: A PEC 201306 - Política de Promoção à Saúde e Bem-estar Organizacional do PMIMF- que tem por objetivo Instituir política de ações integradas e continuadas para promoção de saúde e de bem-estar no ambiente organizacional, alinhando-a às expectativas institucionais e individuais dos servidores do MF, é um projeto que está sob a liderança da Disaq/Cogep e em 2013 concluiu a versão 1.0 do Plano de Gerenciamento de Projetos e cronograma de atividades.

Um dos primeiros produtos dessa PEC para 2014 é o lançamento de Edital para contratação de empresa técnica especializada para realização de diagnóstico e formulação da Política de Qualidade de Vida no trabalho no âmbito do MF, em 2013, esse edital teve seu texto finalizado e está pronto para análise pela Procuradoria.

Espaço da Fala - novos locais: O Espaço da Fala é um serviço a disposição dos servidores que tem como objetivo mediar e facilitar a reflexão pelo servidor sobre alternativas que possam contribuir para o seu equilíbrio biopsicossocial por meio da resolução de questões interpessoais tanto no ambiente de trabalho como também no âmbito familiar e pessoal que estejam interferindo de forma negativa no espaço laboral, melhorando assim, a sua qualidade de vida e produtividade no trabalho. Em 2013, além das Unidades Centrais e Salvador com o serviço já implantado, a DRF/Boa Vista (RR) implantou esse Espaço para seus servidores. a 7ª e 10ª Regiões Fiscais estavam em fase de implantação e a 3ª Região Fiscal iniciou estudos para sua implantação.

Em 2014, será iniciado o trabalho de mapeamento de Processo do Espaço da Fala, com estudos de ampliação das modalidades de serviços em parceria com a experiência das RF e com a melhoria da divulgação do serviços junto aos servidores.

Ginástica Laboral – GL: A Ginástica Laboral, desenvolvida e supervisionada pela Divisão de Saúde e Qualidade no Trabalho, é uma atividade física programada, que consiste na realização de exercícios no local de trabalho, durante o expediente, sendo de adesão voluntária por parte dos trabalhadores. São exercícios leves, de curta duração, que não levam o trabalhador ao cansaço, e que buscam compensar as posturas inadequadas assumidas durante o trabalho e os movimentos repetitivos das atividades laborais cotidianas, prevenindo as LER/DORT.

Em 2013, nas Unidades Centrais, houve a designação de um novo supervisor, com formação superior em Educação Física, permitindo a reativação da contratação de novos estagiários para aplicação de aulas de Ginástica Laboral. Além disso, foi elaborada minuta de Termo de Referência para contratação de empresa para aplicação de aulas ginástica laboral para as UC.

- **Promover Reconhecimento e Valorização:**

A RFB oferece um conjunto de premiações no intuito de promover o reconhecimento e valorização dos servidores. Em 2013 foram concedidas 36 medalhas Noé Winkler por mérito funcional, num sistema misto de indicação pelos pares e escolha dos dirigentes a partir de uma lista sêxtupla dos mais votados. Temos que 23,06% dos servidores em exercício participaram do processo indicando os colegas para a premiação. São premiados servidores e colaboradores das unidades centrais e descentralizadas, da carreira de Auditoria (Auditores e Analistas) e administrativos (PEC FAZ e Serpro).

Outra premiação refere-se ao Prêmio Criatividade e Inovação, tem como objetivo reconhecer e valorizar trabalhos apresentados por servidores e empregados do Ministério da Fazenda que se caracterizem pela qualidade técnica e aplicabilidade na implantação de boas práticas de gestão e na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao contribuinte. São premiadas três monografias e duas menções honrosas. Na 12ª edição recebeu o primeiro lugar a monografia “Julgamento de Alta Performance – JAP – Uma visão integrada no julgamento.”

Merece ainda destaque a realização da 2ª edição do Concurso de Redação e Trabalho Artísticos, destinado a filhos e netos dos servidos. O objetivo é contribuir para o processo de formação da cidadania e aproximação das crianças do cotidiano profissional de seus pais, estimulando-as a desenvolverem a percepção sobre a relação entre o trabalho na RFB e a construção de uma sociedade melhor para se viver. O concurso é dividido em duas modalidades, para crianças que cursam o ensino fundamental: Trabalho Artístico, com participantes do 1º ao 5º ano, e Redação, destinado aos alunos do 6º ao 9º ano.

Ainda no intuito de reconhecer e valorizar os servidores e preservar a memória institucional, foi realizada a 4ª edição do concurso “Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil” O concurso foca situações de trabalho cujos dados, pela relevância e historicidade, contribuem para a conservação da Memória Institucional da RFB.

c) Administrar e avaliar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir Avaliação de Desempenho;
- Gerenciar Cadastro de Servidores;
- Administrar Jornada de Trabalho;
- Gerir Remuneração; e
- Gerir Contencioso Judicial e Administrativo.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Gerir Avaliação de Desempenho: No ano de 2013 foram realizadas as seguintes avaliações:

a) Estágio Probatório dos servidores integrantes da Carreira de Auditoria da RFB (ARFB) – A homologação foi relativa aos servidores nomeados em 2010, Portarias RFB nº 1095 e nº 1096, que completaram os 36 meses de exercício até o dia 8/8/2013. Do total de 441 Auditores-Fiscais 368 tiveram o estágio homologado. Com relação aos Analistas-Tributários, 326 tiveram o estágio homologado, do total de 418. A 2ª homologação contemplou 32 Auditores-Fiscais e 34 Analistas-Tributários que completaram os 36 meses de exercício até o dia 30/8/13 (Portarias RFB nº 1226 e nº 1227) e não tinham sido contemplados na primeira homologação. A 3ª homologação abrangeu 18 Auditores-Fiscais e 31 Analistas-Tributários que completaram os 36 meses de exercício até o dia 22/11/13 (Portarias RFB nº 1640 e nº 1641) e não tinham sido contemplados na primeira e segunda homologações

b) Progressão Funcional – A Progressão Funcional dos servidores da RFB é homologada pela Cogep/SPOA do Ministério da Fazenda. O Processo de Progressão nº 19, relativo ao período avaliativo de 1/7/11 a 1/7/12), teve a participação de 1.858 servidores da RFB. Foi ainda realizado o Processo de Progressão nº 20, relativo ao período avaliativo de 1/7/12 a 1/7/13, do qual participaram 1.391 servidores da RFB.

c) Avaliações para efeito de gratificação de desempenho dos servidores administrativos (GDAFAZ/GDM-PECFAZ/GDPGPE/GDASS/GDACE) - Foram avaliados 5.192 no 4º ciclo avaliativo, com início em 7/10/13 e término previsto para 10/3/14.

Gerenciar Cadastro de Servidores: Aqui, continuamos a investir no aprimoramento das informações cadastrais dos servidores compartilhando melhor com as Regiões Fiscais formas de melhoria na qualidade das mesmas. Continuamos a primorizar o Sief-RH, na busca de entrada em produção de novos módulos, que facilitem a retirada de informações gerenciais que norteiam decisões na área.

Administrar Jornada de Trabalho: Investimos na busca de melhoria nas orientações referentes ao assunto às diversas áreas, bem como meios de facilitar a operacionalização das demandas referentes à jornada de trabalho dos servidores.

Gerir Remuneração: Em 2013, a Divisão de Remuneração além de gerir a folha de pagamento de aproximadamente 1.100 servidores lotados nas Unidades Centrais, e orientar as 27 (vinte e sete) unidades pagadoras que compõem a RFB, obteve ainda êxito no término do passivo dos processos administrativos de diversos assuntos voltados para a área de gestão de pessoas, bem como na diminuição do significativo número de processos de exercícios anteriores. Tal medida colaborou ainda com a capacitação dos servidores envolvidos.

Um dos destaques desse processo de trabalho foi a implantação das ações judiciais coletivas, que encontravam-se pendentes, mediante obtenção da força executória de 08(oito) ações judiciais coletivas junto a Advocacia Geral da União.

Gerir Contencioso Judicial e Administrativo: Investimos na diminuição do tempo de resolução dos processos administrativos na área de Gestão de pessoas, tais como remoção, recondução, reversão, licenças e demais afastamentos, etc. Além disso, com um melhor aparelhamento da Divisão responsável por esses processos, houve sensível melhoria no tempo de prestação de informações à AGU na defesa da União em demandas judiciais sobre os mais diversos assuntos, principalmente os que dizem respeito à Remoções e Reenquadramento na carreira da RFB

d) Capacitar e desenvolver pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- **Gerir formação inicial**
- **Gerir capacitação permanente**
- **Gerir Competências**

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Gerir formação inicial: Em 2013 a formação inicial foi propiciada pelo Programa de Formação Profissional – PFP. O Programa tem o objetivo geral de propiciar a formação integral do novo servidor, preparando-o para o desempenho no primeiro posto de trabalho. O período de realização é ao longo do primeiro ano de trabalho do servidor da Carreira ARFB, com carga horária mínima de 160 horas para os Analistas-Tributários e 240 horas para os Auditores-Fiscais. São quatro as etapas previstas: Ambientação e Integração; Prática Supervisionada; Núcleo Comum e Núcleo Específico – que buscam estimular no novo servidor uma atitude pró-ativa, proporcionar uma visão geral dos principais processos de trabalho e fornecer os conhecimentos mínimos necessários para atuação no posto de trabalho. Durante as etapas de treinamento presencial do PFP foram capacitados 242 Auditores-Fiscais, nos pólos: Manaus e Brasília; e 680 Analistas-Tributários, nos pólos: Brasília, São Paulo, Porto Alegre e Manaus, com a participação de 379 instrutores. Foram registradas 2.138 participações nos 17 cursos oferecidos na modalidade a distância.

Gerir capacitação permanente: Representada pelo Programa de Educação Corporativa (Proeduc). No ano de 2013 foram capacitados 18.433 servidores, ou 72,39% dos servidores em exercício, com uma carga horária média de 48,4 horas. Foram realizadas, em todo o Brasil, um total de 3.660 ações de capacitação, totalizando 892.078 horas de aprendizagem. O Proeduc consolida o modelo de capacitação por competências, focando na redução das principais lacunas identificadas e no fortalecimento das competências críticas para o sucesso da RFB. Neste contexto foram concebidos os Programas Nacionais de Capacitação, dentre os quais merece destaque o Programa de Desenvolvimento Gerencial (DGR) com o objetivo de proporcionar, de forma continuada, o desenvolvimento das competências gerenciais necessárias ao pleno cumprimento da missão da RFB. Foram oferecidas 475 vagas pela em 15 eventos nas modalidades presencial e a distância, distribuídos nos 5 módulos do DGR: Visão e Orientação Estratégica; Efetividade de Gestão; Negociação e Cooperação; Liderança e Gestão da Mudança e Inovação.

Gerir Competências: Desde 2010 a RFB vem atuando na gestão por competências, tendo realizado o mapeamento que resultou no inventário de 12 competências institucionais e 251 competências individuais, classificadas por sua vez em gerenciais (5),

fundamentais (9) e específicas (237). No ano de 2013 foi realizado o 2º Ciclo de Diagnóstico de Competências, que consistiu na autoavaliação pelos servidores e avaliação 180º pela chefia imediata. O processo foi apoiado em sistema informatizado desenvolvido internamente e mostrou-se participativo, pois, sendo de participação voluntária, 19.126 ou 75,12% dos servidores em exercício realizaram a autoavaliação e 95,32% dos gestores avaliaram os servidores diretamente subordinados. Foram identificadas as principais lacunas e domínios por tipo de competências e por nível organizacional, de forma a subsidiar a elaboração do Programa de Educação Corporativa para os anos de 2014 e 2015.

1.5.7 - Macroprocesso Gestão de Materiais e Logística



a) Realizar aquisições e contratações

Descrição sucinta das principais atividades:

- Orientar a Administração de Contratos;
- Executar a Administração de Contratos;
- Orientar a Gestão de Licitação; e
- Executar a Gestão de Licitação.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2013, foram institucionalizados dois projetos para a melhoria dos processos de aquisições e contratações.

O primeiro, o Projeto Padrões de Despesas Nacionais, tem como metas a definição de parâmetros objetivos para a contratação de serviços e a quantificação dos postos de trabalho terceirizados a serem contratados. No cenário atual, os serviços e os postos de terceirizados são contratados de forma segmentada em cada Região Fiscal. As dotações orçamentárias são obtidas a partir da atualização monetária do valor constante do orçamento em execução. O orçamento representa uma série histórica repetitiva que não reflete as necessidades atuais da instituição. Como consequência, a RFB apresenta dificuldades na distribuição dos recursos orçamentários e possui diferentes padrões de serviço e de condições de trabalho disponibilizados aos servidores,

ocasionando na falta de identidade para a instituição. Dessa forma, há a necessidade de garantir padrões adequados de qualidade nos serviços contratados, compatíveis com o orçamento, a todas as unidades da RFB. Para a elaboração do trabalho, a Copol/Dinot coordenou, ao longo de 2013, a formação de grupos, compostos por representantes de todas as regiões fiscais, para levantamento da situação atual das unidades; elaboração, discussão e aprovação de propostas de normatização; bem como elaboração de portaria de padronização por parte do Secretário da RFB;

O segundo, o Plano Nacional de Aquisições – PNA 2014-2015, objetiva racionalizar as compras de itens de material permanente na RFB, organizando as demandas de todas as unidades, a fim de aumentar a eficiência logística da instituição e, consequentemente, otimizar a utilização dos recursos orçamentários e humanos, e criar padrões de qualidade nos materiais.

As aquisições poderão ocorrer de forma centralizada ou mesmo descentralizada, desde que obedecendo a um padrão definido e sob a coordenação da Copol, área gestora deste processo de trabalho. Foram levantadas as demandas de todas as unidades gestoras e em 2014 serão aprimoradas as especificações dos itens e licitadas as quantidades priorizadas em conjunto com representantes de todas as regiões fiscais.

Foram, também, realizados em 2013 vários procedimentos licitatórios estratégicos para o desenvolvimento e aparelhamento da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Destaca-se a aquisição dos Scanners de Containeres, demanda de extrema importância para realização dos grandes eventos sediados no Brasil nos próximos anos. Foram também atendidas diversas demandas de modernização e atualização dos sistemas de Tecnologia da Informação geridos pela COTEC. Além das Licitações concluídas no ano de 2013, merecem também destaque o desenvolvimento de Editais Modelo e o Mapeamento de Processos de aquisições e contratações.

b) Gerir patrimônio e obras

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;
- Prospectar inovações junto às administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;
- Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira;
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.
- Orientar a Gestão de Materiais, Transportes e Serviços Diversos;
- Executar a Gestão de Materiais, Transporte e Serviços Diversos;
- Orientar a Gestão de Imóveis; e
- Gerir os Imóveis.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O Plano de Engenharia é diretamente vinculado ao objetivo estratégico de “adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais” que é traduzido em “disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades de cada unidade, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, de forma a garantir o efetivo desempenho institucional”. Na cadeia de valor da RFB são definidas políticas institucionais, dentre elas, “definir diretrizes para os processos de gestão” e, dentro do processo de “Gestão de Materiais e Logística”, há destaque para a ação permanente “Gerir Patrimônio e Obras”.

A execução orçamentária 2013 apontou um total de R\$ 190 Milhões aplicados no segmento de Engenharia da RFB, um expressivo aumento de 90% em relação ao exercício anterior. As 20 unidades contempladas com os maiores recursos foram:

UNIDADE	R\$
DRF RIBEIRAO PRETO	29.105.690
IRF MUNDO NOVO	26.042.326
DRF FRANCA	16.899.999
DRF BELO HORIZONTE	15.077.117
SRRF10	13.012.280
DRF MANAUS	11.327.657
DRF VITORIA	8.465.438
IRF PONTA PORÃ	7.856.593
DRF SANTOS	7.546.857
DRF CAMPO GRANDE	4.178.572
SAMF-SP >> ED SEDE SÃO PAULO	4.170.000
DRF ITABUNA	3.837.026
DRF URUGUAIANA	3.759.822
SRRF09	3.729.781
ARF PORTO DE SALVADOR	3.505.690
IRF SANTANA DO LIVRAMENTO	2.927.938
DRF FEIRA DE SANTANA	2.898.594
DEFIS SÃO PAULO	2.765.335
DRF PELOTAS	2.594.150
DRF GOIANIA	2.499.532

Destaca-se ainda a contratação de 35 projetos de adaptação de Agências Modelo que serão construídas ao longo de 2014:

RF02	ARF ANANINDEUA	ARF ARIQUEMES	ARF CACOAL	ARF TUCURUI		
RF03	ARF CAUCAIA	ARF CAXIAS	ARF SANTA INÊS			
RF04	ARF CABO STO AGOSTINHO	ARF CAJAZEIRAS	ARF MACAU	ARF OURICURI	ARF PAU DOS FERROS	
RF05	ARF BRUMADO	ARF EUCLIDES DA CUNHA	ARF IRECÊ	ARF PAULO AFONSO	ARF RIBEIRA DO POMBAL	ARF EUNÁPOLIS
RF06	ARF BARBACENA	ARF BETIM	ARF CARATINGA	ARF MANHUAÇU	ARF PASSOS	
RF07	ARF BARRA DO PIRAI	ARF CABO FRIO	ARF RESENDE			
RF09	ARF ARARANGUÁ	ARF PATO BRANCO	ARF UNIÃO DA VITÓRIA	ARF TUBARÃO		
RF10	ARF ALEGRETE	ARF CANOAS	ARF MONTENEGRO			

Além disso, a RFB obteve a aprovação junto ao MPOG de 63 iniciativas de Reformas, sujeitas à Portaria MPOG nº 268/2013 e a aprovação do Sr. Ministro da Fazenda para 6 grandes obras nas cidades de Belo Horizonte, Vitória, Franca, Ribeirão Preto, Joinville e Salvador.

c) Gerir mercadorias apreendidas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir mercadorias apreendidas.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Mercadorias Apreendidas, as normas relativas a leilão e a destruição foram aperfeiçoadas, notadamente para viabilizar o leilão de resíduos de mercadorias apreendidas antes de sua efetiva destruição, com repasse dos encargos de destruição ao arrematante, que deve dar a adequada destinação final de todo o resíduo gerado no procedimento, inclusive daquele cuja reciclagem não seja economicamente viável. Com esta inovação, o procedimento alinha-se às diretrizes da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, além de economia de recursos públicos, vez que foram evitadas despesas necessárias ao pagamento de serviços de transporte, de destruição e de aterro sanitário, que deixaram de ser suportadas pela própria Administração.

O Sistema de Leilão Eletrônico (SLE) consolidou-se no que tange à participação de pessoas físicas, democratizando-se a participação dos licitantes e aumentando a competitividade. Em 2013, cerca de 3.020 lotes admitiram a participação concomitante de pessoas físicas e jurídicas em sua disputa. O número total de proponentes - interessados que registraram proposta para os lotes - foi de 13.818, sendo 3.162 pessoas físicas, o que corresponde a cerca de 23% do total.

Em dezembro/2013, foram homologadas demandas evolutivas do SLE. Destacam-se a criação de um portal para conferir um maior destaque na divulgação dos lotes pela Internet; e a integração com o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, da Controladoria Geral da União (CGU), para fins automatizar o controle das impossibilidades na participação das licitações.

Também foram implantadas demandas de melhoria no Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas - CTMA, objetivando aperfeiçoar os controles, simplificar procedimentos e aumentar a segurança dos processos de gestão contábil e procedimental de mercadorias apreendidas.

Foram retirados de circulação e destruídos aproximadamente 17 mil toneladas de material potencialmente nocivo à saúde, à segurança e ao meio ambiente, o que equivale ao montante da ordem de R\$ 721 milhões em autuações fiscais.

Houve redução de cerca de 24% no quantitativo de processos fiscais antigos na conta 130 (à disposição de autoridades administrativas), e de cerca de 26% no quantitativo de processos fiscais antigos na conta 210 (custódia), o que demonstra o esforço das unidades na adoção de providências para evitar a obsolescência, depreciação ou perecimento dos bens apreendidos.

d) Realizar gestão documental

Descrição sucinta das principais atividades:

- Orientar a Gestão Documental; e
- Executar a Gestão Documental.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2013, a Divisão de Normas e Orientações Técnicas (Dinot) finalizou a minuta de Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade. Este trabalho demandou dezenas de reuniões junto ao Arquivo Nacional, tendo havido, adicionalmente, uma revisão da proposta de texto final por parte das Coordenações responsáveis pela produção documental.

Cabe salientar a entrega de toda a fundamentação legal para estabelecimento de prazos de guarda e eliminação, a qual foi elaborada no ano de 2013.

Espera-se a conclusão definitiva dos instrumentos de gestão documental para o primeiro semestre de 2014.

A partir da conclusão dos trabalhos, iniciaremos os procedimentos de eliminação documental.

1.6 - Principais Parceiros (externos à Unidade Jurisdicionada, da Administração Pública ou da Iniciativa Privada) Relacionados à Atividade-fim da Unidade

a. Principais Parceiros

Os principais parceiros da RFB são:

- Ministério da Fazenda (MF) e órgãos subordinados/vinculados: Secretaria-Executiva, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Escola de Administração Fazendária (ESAF), Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), Secretaria de Política Econômica (SPE), Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN); Banco do Brasil S/A (BB); Caixa Econômica Federal (CAIXA);
- Ministério da Previdência Social (MPS) e órgãos subordinados/vinculados: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev);
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e órgãos subordinados/vinculados: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE);
- Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- Ministério da Defesa (MD) e Comandos Militares;
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Ministério Público Federal (MPF);
- Departamento de Polícia Federal (DPF);
- Presidência da República (PR);
- Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP);
- Congresso Nacional (CN);
- Secretarias de Fazenda dos Estados e Municípios;
- Juntas Comerciais (JC);
- Cartórios de Registro Civil; e
- Órgãos que compõem o denominado “Sistema S”: Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), Serviço Social de Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha (DPC), Fundo Vinculado ao Ministério da Aeronáutica;
- Controladoria-Geral da União (CGU);

- Secretarias de Segurança Pública dos Estados;
- Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF);
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CORREIOS);
- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero);
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- Tribunal de Contas da União (TCU);
- Advocacia Geral da União (AGU); e
- Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 10ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 10**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 2: Planejamento e Resultados Alcançados

(Item 2, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

2.1 - Planejamento da Unidade Jurisdicionada

O plano estratégico da RFB abrange o período de 2012 a 2015.

A vinculação do plano estratégico da RFB com suas competências constitucionais, legais e normativas está expressa não somente em sua missão e visão institucionais, as quais juntamente com os valores institucionais compõem os marcos institucionais da RFB, mas está claramente expressa no conjunto de objetivos estratégicos eleitos para o novo ciclo de gestão (2012-2015).

O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas está expresso por meio da sua missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB está assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que norteiam as ações da RFB e de seu corpo funcional são: Respeito ao cidadão, Integridade, Lealdade com a instituição, Legalidade, Profissionalismo e Transparência. Este último valor foi acrescentado para o período de 2012 a 2015 aos outros cinco que já constavam como valores da Instituição no ciclo de planejamento anterior (2009-2011).

Os principais objetivos estratégicos da unidade no ano de 2013 estão expressos no Mapa Estratégico da RFB em vigor (figura a seguir), nele a estratégia da RFB está representada por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.



As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da Casa; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" - o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade, são as grandes áreas ou dimensões de atuação da RFB, as quais englobam os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão, contando a história da estratégia.

Como vemos no Mapa estratégico, estão elencados, por parte da RFB, 21 objetivos estratégicos, sendo cinco (5) da perspectiva Pessoas e Recursos, onze (11) da perspectiva Processos Internos e cinco (5) da perspectiva Resultados, conforme descritos a seguir.

Descrição dos Objetivos Estratégicos

Os Objetivos Estratégicos são os fins a serem perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, sendo distribuídos de forma balanceada pelas Perspectivas do Mapa Estratégico, conforme abaixo.

I) Perspectiva de Resultados:

- 1) **Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial** - Envidar esforços para que o montante arrecadado pela RFB se aproxime da arrecadação potencial.
- 2) **Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras** - Ampliar o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras empreendendo ações coordenadas que elevem a percepção de risco, simplifiquem o cumprimento, orientem o cidadão, fomentando uma aliança entre a Instituição e a sociedade.
- 3) **Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade** - Fortalecer o comércio exterior por meio da administração aduaneira transparente, ágil, eficiente e segura, proporcionando a proteção da economia e sociedade.
- 4) **Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição** - Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição, demonstrando a correta e justa aplicação da legislação tributária e aduaneira.
- 5) **Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade** - Fazer com que a sociedade reconheça a RFB como uma organização que cumpre sua missão com excelência, transparência, integridade e profissionalismo.

II) Perspectiva de Processos Internos:

- 6) **Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento** - Racionalizar e agilizar os processos de controle e de recuperação do crédito tributário permitindo a redução do tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento.
- 7) **Elevar a percepção de risco e a presença fiscal** - Intensificar a atuação da instituição na administração de tributos internos e de comércio exterior, visando o aumento da presença fiscal e a elevação da percepção de risco pela sociedade.
- 8) **Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros** - Proporcionar processos aduaneiros integrados e harmônicos, garantindo agilidade aos operadores que atuam de acordo com os requisitos legais e aumentar a segurança e a efetividade dos procedimentos para coibir ilegalidades.
- 9) **Reduzir litígios tributários e aduaneiros** - Melhorar a qualidade do lançamento do crédito tributário, apreciar e julgar casos de litígios tributários e aduaneiros, em âmbito

administrativo, com qualidade, celeridade e menor custo e reduzir a quantidade de divergências internas na interpretação da legislação tributária e aduaneira.

- 10) **Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade** - Adotar medidas de ampliação e aprimoramento dos serviços prestados pela instituição, visando aumentar a satisfação da sociedade.
- 11) **Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário** - Assegurar a arrecadação de tributos, por meio de mecanismos de garantia do crédito tributário, inclusive em relação ao patrimônio de contribuintes que possuam débitos, no interesse da Fazenda Nacional.
- 12) **Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira** - Adequar recursos e procedimentos necessários visando melhorar e ampliar o desempenho das atividades de vigilância e repressão aduaneira em todo o território nacional.
- 13) **Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira** - Aprimorar a participação da RFB nos fóruns de discussão de políticas e legislação tributária e aduaneira, subsidiando de forma ativa e efetiva as decisões tomadas em âmbito político, defendendo os interesses da administração tributária e aduaneira.
- 14) **Conhecer o perfil integral do contribuinte** - Conhecer e identificar o perfil cadastral, econômico, fiscal e contributivo e o comportamento dos contribuintes perante o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras, de forma a permitir uma atuação integral no atendimento, monitoramento e controle fiscal e aduaneiro.
- 15) **Fortalecer as relações institucionais** - Fortalecer parcerias estratégicas nacionais e internacionais, e promover um relacionamento integrado, harmônico e sincronizado com as administrações tributárias estaduais, distrital e municipais, com órgãos do Ministério da Fazenda, bem como com entidades e organismos que atuem em atividades afins.
- 16) **Fortalecer a comunicação institucional** - Aprimorar a comunicação institucional de forma que as informações que sejam de interesse dos públicos interno e externo sejam transmitidas de maneira objetiva, tempestiva e clara.

III) Perspectiva de Pessoas e Recursos:

- 17) **Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas** - Capacitar, desenvolver e valorizar as pessoas tendo em conta as competências individuais necessárias (fundamentais, gerenciais e específicas) ao alcance da estratégia institucional.
- 18) **Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais** - Prover as unidades organizacionais do quadro de pessoal necessário e suficiente para o bom desempenho de seu papel institucional, com vistas à presença efetiva e distribuída adequadamente pelo território nacional, tendo em conta os perfis profissionais e as características de cada unidade.
- 19) **Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas** - Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas, garantindo as condições necessárias ao desenvolvimento institucional.
- 20) **Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais** - Disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades de

cada unidade, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, de forma a garantir o efetivo desempenho institucional.

- 21) **Assegurar recursos e otimizar sua aplicação** - Assegurar recursos orçamentários, financeiros e logísticos e otimizar a sua gestão e alocação de acordo com as prioridades institucionais.

Conforme será visto no decorrer deste Relatório de Gestão, a RFB, na busca de seus objetivos, tem cumprido sua missão e continua no alcance de sua visão. A RFB tem fornecido ao Estado recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social, e tem prestado à sociedade um serviço de alta qualidade, o qual demonstra a sua busca constante por excelência em seus processos internos.

Estratégias Adotadas pela Unidade para Atingir os Objetivos Estratégicos

A RFB consolidou quatro instrumentos basilares, componentes de sua estratégia para o ciclo de 2012 - 2015, quais sejam: a **Cadeia de Valor**, o **Mapa Estratégico**, o **Painel de Desempenho** e o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais**.

A Cadeia de Valor é referência para vinculação dos Projetos Estratégicos Institucionais aos Macroprocessos, para efeitos de priorização.

O **Mapa Estratégico**, com a finalidade de evidenciar as estratégias adotadas para alcançar os objetivos estratégicos da RFB, destacou, entre seus 21 objetivos estratégicos, oito (8) deles, identificados no Mapa estratégico com uma borda verde, como “objetivos-batalha”, os quais foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB e acompanhados com atenção especial pela administração. Os objetivos batalhas estão assim distribuídos no Mapa: dois (2) da perspectiva Pessoas e Recursos, quatro (4) da perspectiva Processos Internos e dois (2) da perspectiva Resultados, a saber: Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais, Assegurar recursos e otimizar sua aplicação, Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento, Elevar a percepção de risco e a presença fiscal, Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros, Reduzir litígios tributários e aduaneiros, Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial, Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras

Quando da elaboração do Mapa estratégico, depois de estabelecidos a missão, visão e objetivos, foram associados aos objetivos estratégicos indicadores que pudessem ser ferramentas para determinar se a organização está alcançando seus objetivos estratégicos e avançando rumo à plena implementação de sua estratégia e, posteriormente, vinculada uma meta a cada indicador de gestão, a fim de indicar o quanto devemos melhorar em cada indicador.

Após a construção de um elenco de indicadores, outra estratégia considerada relevante pelos gestores da unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos foi a construção de um Painel de desempenho.

O Painel de Desempenho, figura a seguir, é igualmente uma representação gráfica, porém mostra os 52 Indicadores Estratégicos que foram eleitos para verificar o grau de cumprimento dos Objetivos Estratégicos da RFB. Desses indicadores, 44 estão disponíveis para apuração e tiveram metas estabelecidas para o ano de 2013, excetuando dois que dependem de pesquisa de opinião realizada pela primeira vez ano passado. Entre os indicadores disponíveis para apuração, 32 são desdobráveis até o âmbito regional, servindo como medida do desempenho das unidades regionais e locais no alcance dos objetivos relacionados.

PAINEL DE DESEMPENHO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2013

RESULTADOS

Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial	Índice de atingimento da arrecadação potencial	Índice de realização da meta global de arrecadação		
Eleva o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras	Índice de adimplência do crédito tributário	Índice de adimplência das obrigações acessórias	Indicador de atividade de educação fiscal	Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação
Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade	Índice de fortalecimento do comércio exterior			
Aumentar a percepção de equidade na atuação da instituição	Índice de percepção de equidade			
Fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade	Índice de inserções positivas da RFB na mídia	Índice de percepção da RFB pelo público externo		

PROCESSOS INTERNOS

Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Tempo de realização ou da finalização da cobrança administrativa do crédito tributário lançado de ofício	Índice de recuperação da cobrança	Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	Tempo médio de contencioso de primeira instância	Tempo médio de contencioso em delegacias de julgamento
Eleva a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	Indicador global da fiscalização (IGF)	Indicador global da atividade de inteligência fiscal (IGIF)	Índice de qualidade da atividade de inteligência fiscal (IQAIF)	Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação	Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)			
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Índice de solução de consultas	Percentual de apreciação de consultas e solução de divergências no contencioso	Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos	Índice de litigância administrativa	Índice de variação da litigância judicial
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes	Grau de fluidez do despacho de exportação	Grau de fluidez do despacho de importação	Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Índice de crédito tributário garantido				
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira	Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira			
Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Grau de atendimento às demandas por estudos sobre política e legislação tributária aduaneira	Índice de atingimento da qualidade dos estudos setoriais			
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)				
Fortalecer as relações institucionais	Grau de proatividade da RFB no estabelecimento de parcerias	Grau de cobertura dos convênios	Grau de ativação de convênios	Grau de inserção internacional	
Fortalecer a comunicação institucional	Nível de satisfação do público interno com a comunicação interna da RFB				

PESSOAS E RECURSOS

Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento			
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Índice de adequação da lotação			
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Índice de tempestividade das soluções de TI			
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação imobiliária (NAI)	Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas (NAF)	Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)	
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos	

Atualmente, todas as organizações, dentre elas a Receita Federal do Brasil - RFB, trabalham com programas e projetos não obstante a existência de limitações de recursos para a sua implementação. Nesse cenário, faz-se necessário otimizar a aplicação dos recursos de acordo com a estratégia adotada pela organização.

Na RFB, a execução da Estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais** (figura a seguir). Como novidade deste processo de priorização para o novo ciclo, além do seguimento das orientações do Plano Plurianual – PPA 2012/2015 e do Mapa Estratégico da RFB para 2012-2015, houve a criação de “cestas” de projetos, conforme os Macroprocessos da Cadeia de Valor.

Projetos Estratégicos Institucionais da RFB	Descrição
*Projeto Gestão de Recursos	O Projeto Gestão de Recursos visa o alinhamento da proposta orçamentária da RFB gerando informações gerenciais para a obtenção dos créditos necessários para o atingimento dos objetivos estratégicos e a devida otimização dos recursos disponíveis. É composto de quatro subprojetos, sendo dois voltados para a fase de Planejamento (Alinhamento estratégico e Melhoria das informações para construção da proposta orçamentária anual), um para a Execução (Definição de critérios e forma de acompanhamento da execução das despesas) e o último, ligado à fase de Controle (Criação de relatórios de análise do Orçamento vis-à-vis a Estratégia).
*Ampliação da Segurança da Informação	Manter atualizada ferramenta de antivírus para a Receita, Elaborar e propor programa de conscientização dos servidores da Receita em Segurança da Informação, Substituir os dispositivos que armazenam os certificados digitais por novos com chave maior (2048 bytes), Implantar o programa de conscientização dos servidores da Receita em Segurança da Informação, Elaborar e propor programa de treinamento e capacitar continuamente os Gestores de Segurança da Informação, Ampliar a Solução de Conectividade e implantar controle de acesso a Rede, Elaborar e Propor Plano de Biometria conjugada com a Certificação Digital, Implantar Plano de Biometria conjugada com a Certificação Digital, Programa de Melhoria de qualidade da atividade de Cadastramento, Programa de Melhoria de qualidade da atividade de Agente de Registro, Implementar Auditoria externa nas entidades credenciadas na cadeia de certificação RFB, Contratação para Auditoria Independente dos PAGR credenciados junto ao ITI.
*Construção do Edifício-Sede II do MF em Brasília e recuperação dos Edifícios Sede do MF no RJ e SP	Este projeto trata dos prédios do MF localizados nos três principais municípios do País, e com valor de obra/reforma mais relevantes sob o ponto de vista orçamentário. Fazem parte do escopo deste projeto:

	<p>- Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Brasília que abrigará RFB (UC, SRRF01, DRF, ALF e DRJ), PGFN e PRFN, CARF, COAF e CONFAZ.</p> <p>- Obras de recuperação completa e modernização dos Edifícios-Sede do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro – RJ e em São Paulo – SP, incluindo os custos para deslocamento de parte dos servidores durante o período das obras.</p> <p>- Obras de construção de novos edifícios e ampliação de área de edifícios do MF nas capitais do RJ e SP.</p> <p>- Realização de estudos e viabilização de financiamento de novas obras por meio de Fundo de Investimento Imobiliário (FII), como alternativa no caso de que não haja recursos orçamentários disponíveis para execução da totalidade das obras previstas.</p>
*Projeto de Integração Nacional - REDESIM	Concepção, desenvolvimento e implantação de uma solução de integração de cadastros, processos e procedimentos, relacionados à legalização de empresas e negócios, entre a RFB e os demais intervenientes no processo de simplificação e melhoria do ambiente de negócios do País.
*Projeto de Integração dos Cadastros da RFB - Novo CNPJ	Implantar um novo cadastro de Pessoa Jurídica que atenda às necessidades das diversas áreas de atuação da RFB com visão de modernidade, agilidade e integração com as demais administrações públicas.
*Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB - Sipet	Prover a Coget de uma ferramenta informatizada que permita a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB.
*Implementar o Sistema @tos	Implementar sistema informatizado que agilize, ordene, controle, sistematize a elaboração de minutas de atos tributários (MP, IN, Portarias. etc) dentro da Receita Federal do Brasil e a revisão de minuta de atos tributários (MP, IN, Portarias, etc) provenientes de outros órgãos do poder executivo.
*m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis)	Desenvolver um aplicativo embarcado único para todos os dispositivos móveis existentes no mercado (celulares e tablets) permitindo que os contribuintes acessem as informações e serviços: Últimas Notícias, Agenda Tributária, Consulta CPF, Consulta CNPJ, Consulta MPF, Consulta Restituição, Viajantes ao Exterior, DBA.
*Implantação do Escritório de Processos da RFB	Este projeto objetiva implantar no âmbito da RFB uma unidade organizacional com atribuições de um Escritório de Processos corporativo.

*SCC – Pagamento Automático	Implantar sistemática para pagamento automático de restituição, ressarcimento e reembolso, incluindo verificação fiscal e efetivação de compensação de ofício quando necessário. Ressalta-se que as operações de verificação fiscal e compensação de ofício deverão considerar também as contribuições previdenciárias. Importante enfatizar que a sistemática implantada deverá atender às necessidades de pagamento de quaisquer sistemas utilizados na RFB para tratamento de pedidos de restituição, ressarcimento ou reembolso, a exemplo do SCC, Sief-Processos, Simples Nacional, Peres.
*SCC - Reintegra	Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes do Reintegra.
*Implantar o Sistema Requerimentos	Criação de ferramentas de tecnologia que possibilitem a solução mais célere dos litígios instaurados em face dos lançamentos da Malha Fiscal IRPF, contemplando padronização de impugnações, emissão de relatórios que permitam a seleção de lotes, triagem eletrônica, padronização e emissão de acórdãos, cálculo e informação eletrônica do resultado do julgamento.
*Siscomex Carga	Ampliar o escopo do sistema Siscomex para a informação da carga nos modais Terrestre e Aéreo.
*Projeto SISAM	Implantar sistema que aprimore a seleção de DI para verificação no despacho aduaneiro de importação, por meio do uso do aprendizado de máquina.
*Projeto SISCOMEX EXPORTAÇÃO	Desenvolver uma nova versão do Siscomex Exportação, com vistas a modernizar sua plataforma tecnológica, reestruturando o sistema de forma a promover a simplificação e a racionalização de seus procedimentos, bem como a integração de dados e informações com os demais sistemas de comércio exterior da RFB.
*Projeto SISCOMEX IMPORTAÇÃO	Desenvolver uma nova versão do Siscomex Importação em uma plataforma Web com acesso via Certificação digital, com vistas a modernizar sua plataforma tecnológica, simplificar e aperfeiçoar seus procedimentos e promover maior integração com os demais sistemas de comércio exterior da RFB.
*Programa GRANDE EVENTOS	Adequar e preparar os processos da RFB para atendimento da demanda decorrente de grandes eventos nos portos, aeroportos e fronteiras terrestres, compatibilizando as atribuições de segurança e controle aduaneiros com a agilidade e eficiência esperadas pela sociedade.

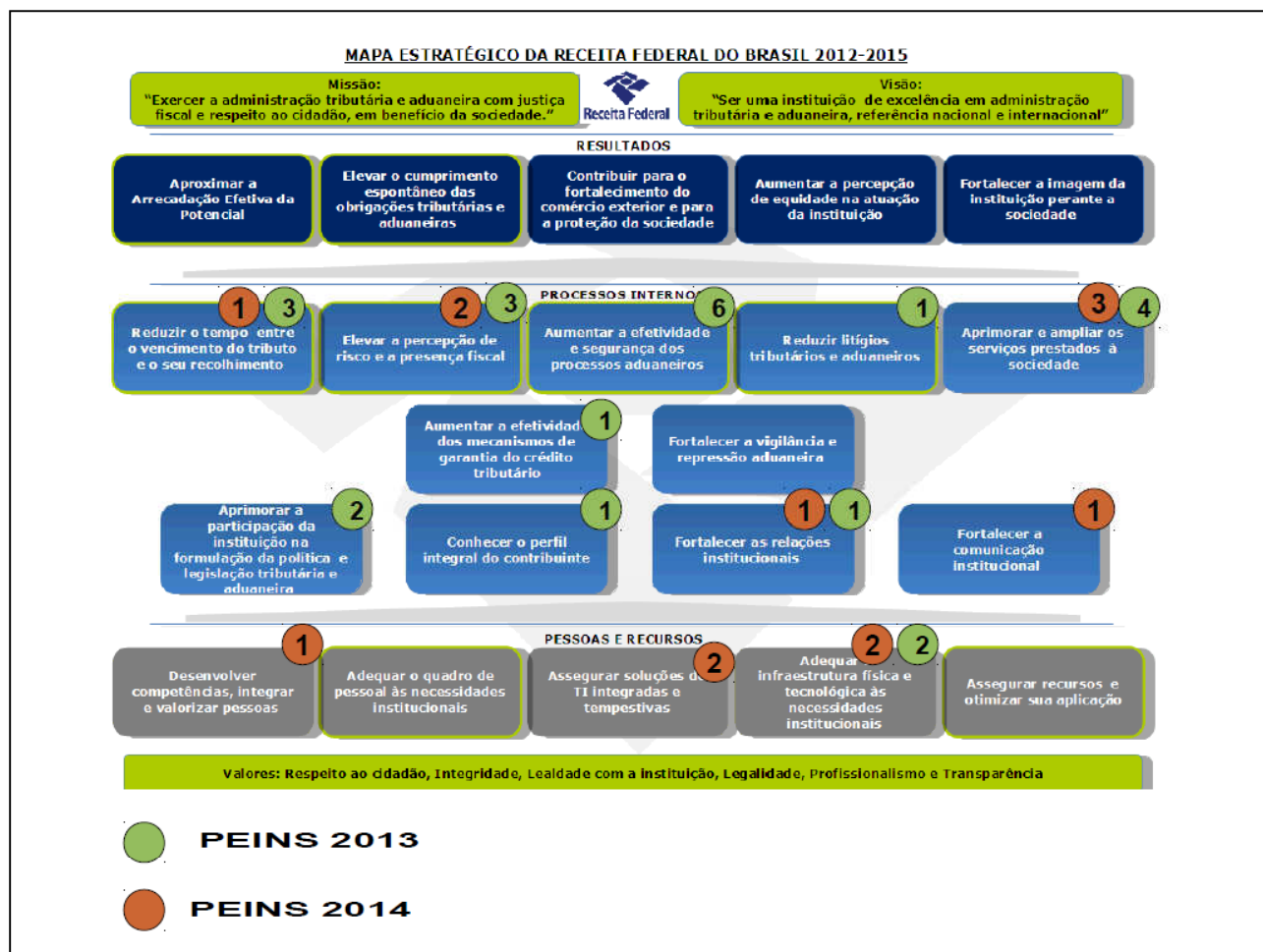
*Programa Portal Único do Comércio Exterior - PCE	Integrar sistemas desenvolvidos nos últimos anos que permitirão construir um ambiente articulado, logisticamente funcional no comércio exterior e Desenvolver novas funcionalidades por meio de instrumentos de TI para permitir a integração e o compartilhamento de informações entre órgãos de controle no comércio exterior e com aduanas estrangeiras e outros órgãos de controle, signatários de acordos internacionais de cooperação e assistência mútua.
*SPED – EFD SOCIAL	Criar a Escrituração Fiscal Digital da Folha de Pagamento e Informações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas, com padronização das rubricas da folha de pagamento, de leiaute, de registro de empregados, vinculada a geração dos créditos tributários de contribuições previdenciárias para constituição e cobrança de tais créditos, substituindo gradualmente as obrigações acessórias atuais existentes no âmbito dos órgãos participantes.
*SPED – Integração	Identificar os sistemas internos da RFB que demandam integração com os dados do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e das Escriturações Fiscais base RFB e promover as alterações tecnológicas para a utilização plena das informações e maior automação nas atividades de fiscalização, arrecadação e cobrança.
*SCC – Créditos PIS/Cofins	Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes da não-cumulatividade de PIS/Pasep e Cofins.
*PUC - Programa de Unificação dos Créditos	Unificar o Crédito Previdenciário (contribuição da empresa, contribuição do trabalhador e contribuições para terceiros) e Fazendário no SIEF.
*e-Processo	Implantar o processo administrativo fiscal integralmente digital, com uso da tecnologia GED e WORKFLOW, em todo o fluxo do crédito tributário, envolvendo RFB, Carf e PGFN.
*SIC – Programa Sistemas Integrados do Crédito Público	Implantar um conjunto de sistemas que auxilie o controle, a cobrança e o acompanhamento, por parte da RFB, PGFN e PGF, dos créditos tributários não inscrito e da Dívida Ativa da União e das Autarquias e Fundações Públicas Federais, no âmbito das cobranças amigável, administrativa e executiva, com transparência e homogeneidade, favorecendo a legitimidade do processo e integração das organizações. Esse conjunto de sistemas permitirá também o tratamento dos efeitos de decisões judiciais e administrativas de créditos públicos no âmbito das cobranças amigável, administrativa e executiva, garantindo a integração com os sistemas de acompanhamento judicial utilizado pelas Procuradorias.

*SINTER – Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais.	Desenvolver o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais, banco de dados de gestão do território nacional em uma concepção multifinalitária, que se constituirá no inventário oficial e sistemático do território nacional, com tecnologia de sistemas de informações geográficas, integrando as informações jurídicas de imóveis, constantes dos registros eletrônicos provenientes dos serviços de registros públicos, com as informações físicas, cadastrais, fiscais e fundiárias relativas a imóveis urbanos e rurais.
---	---

* Fonte: Copre 2014

* **Projetos Estratégicos Institucionais** - acompanhamento direto pelo Gabinete do Secretário, constituindo-se nos programas, projetos e ações de âmbito nacional e de natureza estruturante, de impacto direto no cumprimento das Metas Estratégicas

Os quadros apresentados a seguir mostram a quantidade de iniciativas estratégicas institucionais por Objetivo Estratégico no Mapa Estratégico e por Macroprocesso na Cadeia de Valor:



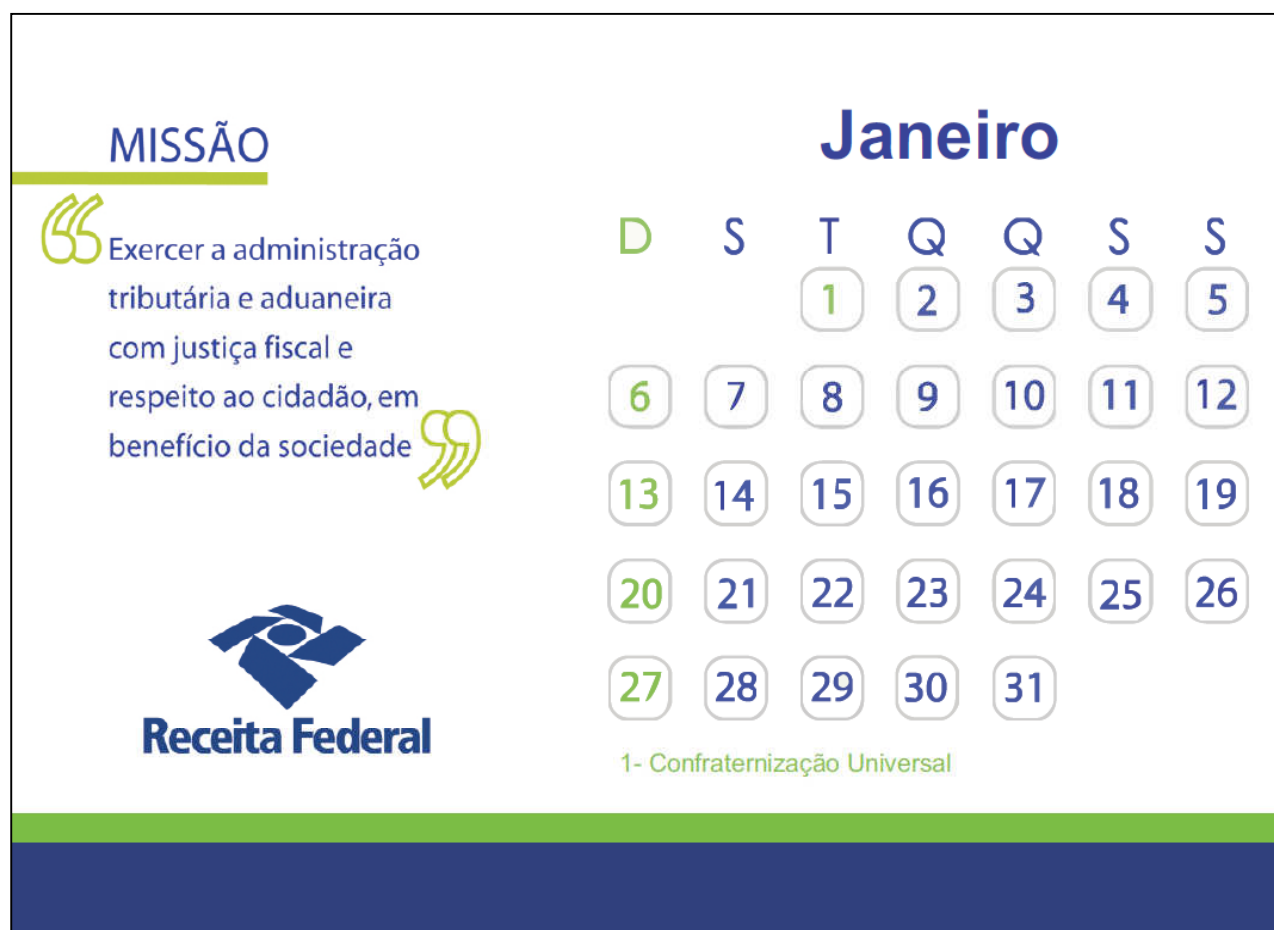
Fonte: Copre/Copav - 2014

No que tange às estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados, a RFB adotou várias formas de fazer com que o Planejamento estratégico permeasse toda a instituição, pois a Receita Federal tem bem presente que seus servidores devem conhecer os Marcos Institucionais, o Mapa Estratégico da organização, a Cadeia de Valor e o Portfólio de Projetos Institucionais.

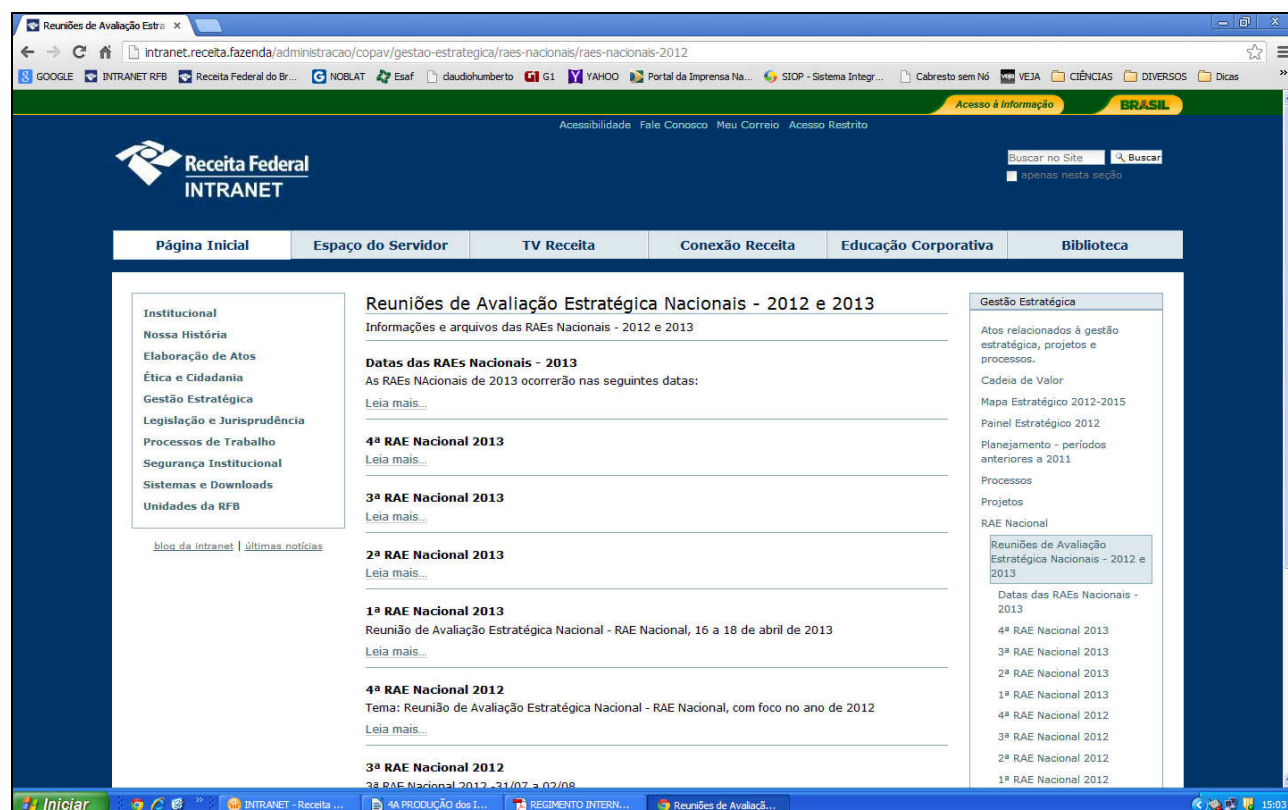
Neste sentido, elaborou-se um Plano de Comunicação da Estratégia que busca assegurar que, de algum modo, todos os servidores tenham acesso ao material do plano estratégico e que, também, tenham a percepção de sua importância para a instituição e que o mesmo se constitui em prioridade para a gestão da RFB.

Material de Divulgação:

- a) Cartaz do Mapa Estratégico;
- b) Cartaz da Cadeia de Valor;
- c) Calendário de mesa com apresentação dos marcos institucionais da RFB e imagens do Mapa Estratégico e da cadeia de Valor:



Quanto à divulgação dos resultados alcançados, através da Intranet da RFB (imagem a seguir), os servidores da casa podem através da categoria (*tag*) “acompanhar a execução da estratégia”, ter acesso, por exemplo, às apresentações que ocorrem nas Reuniões de Avaliação Estratégica - Nacional (RAE N), onde são avaliados os objetivos e indicadores estratégicos.



Fonte: Intranet da Receita Federal do Brasil – 05/02/2014

Por intermédio da Portaria MF nº 512, de 2 de outubro de 2013, o Ministério da Fazenda aprovou alterações no Regimento Interno da RFB (Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012). Entre as principais mudanças destacam-se:

- Criação da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior (Delex) no município de São Paulo.
- Criação da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoas Físicas (Derpf) no município de São Paulo.

No âmbito da 10ª Região Fiscal, a execução da Estratégia se deu em 2013 por meio de 16 iniciativas estratégicas regionais que foram propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelo gabinete da SRRF10 e suas divisões técnicas, compondo o Portfólio de Iniciativas Estratégicas Regionais, conforme listagem a seguir:

Iniciativas Estratégicas Regionais da 10ª RF
Reestruturar as redes locais de computadores - RF10
Restauração completa do prédio histórico da ALF Rio Grande
Construção do novo Edifício-Sede da Receita Federal e MF em Porto Alegre
Construção da nova sede da DRF Santa Cruz do Sul
Reparos em instalações aduaneiras e construção de coberturas para verificação de cargas e bagagem
Ampliar e aperfeiçoar a comunicação regional da RFB
Definir e implantar estrutura e processo de análise computacional forense e perícia digital
Equipar as equipes de vigilância e repressão
Construção da ampliação da DRF Novo Hamburgo
Programa de Reestruturação Aduaneira para a COPA 2014 - PROCOPA
Sistema de Vigilância Aduaneira - SIVANA - RF10
Implantar o Plano de Acessibilidade nas Instalações da 10ª Região Fiscal
Melhoria da comunicação regional interna por meio da nova intranet
Desenvolver e Implantar Sistema de Acompanhamento Regional do Programa DGR na 10ª RF
Implantar a Malha Fiscal Regional
Nova Sistemática de Atendimento ao CNPJ no RS

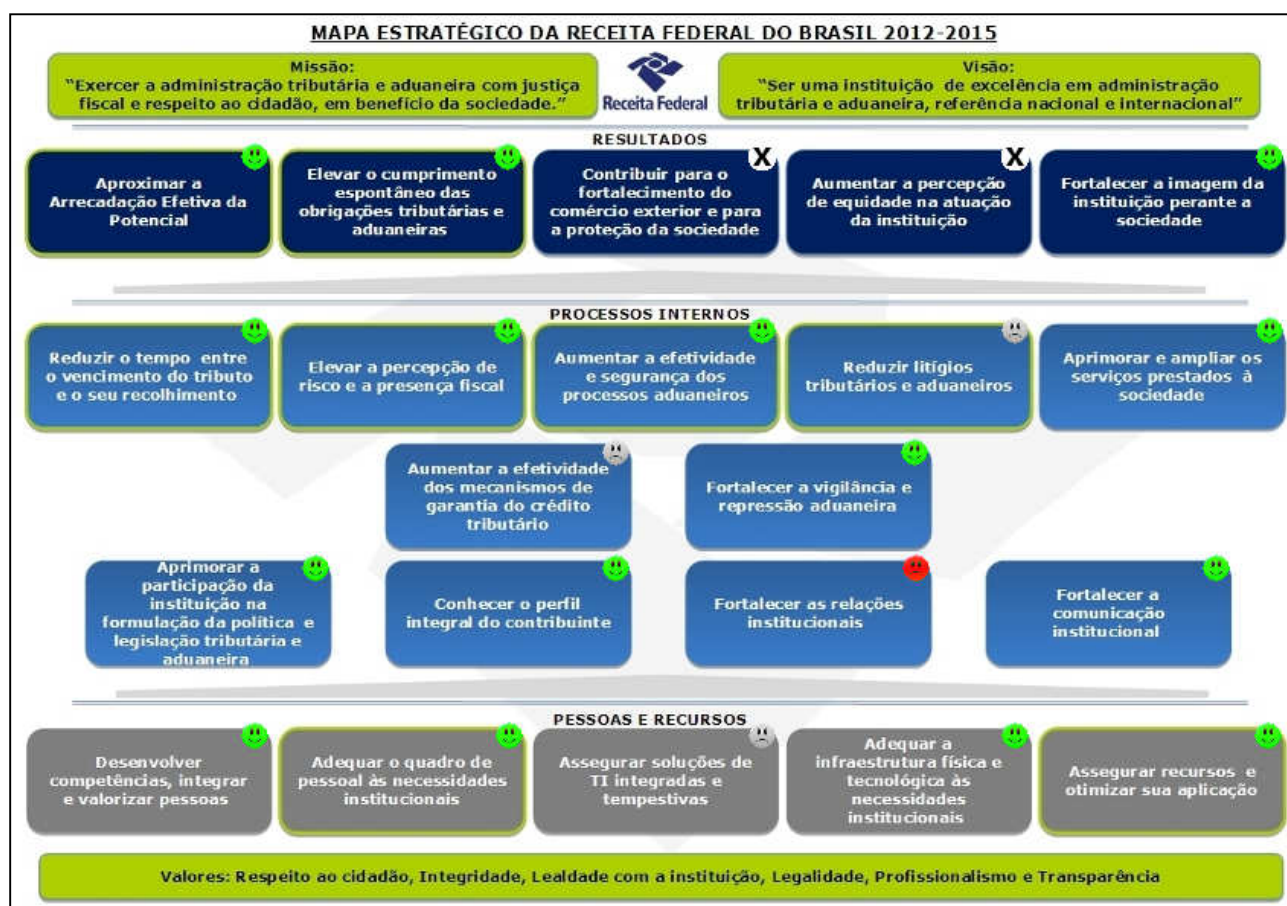
Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações para o Exercício

O acompanhamento dos resultados que a Instituição está obtendo, em relação às metas estabelecidas para cada um de seus indicadores estratégicos, em relação ao grau de realização dos Objetivos Estratégicos, assim como em relação à execução dos Projetos Estratégicos Institucionais, é feito ao longo de todo o ano.

A sistemática para tal acompanhamento e avaliação de resultados, no que se refere aos objetivos e indicadores, baseia-se num instrumento de comunicação visual (semáforos) que pretende sinalizar, de forma simples e de fácil compreensão, por meio de codificação por cores, como está o desempenho da Instituição e de suas unidades administrativas regionais.

Esses semáforos servem de base para elaboração das análises de desempenho das dimensões da gestão estratégica, para realização das reuniões de avaliação nos diversos níveis, e para o eventual redirecionamento da própria estratégia da Instituição. Eles funcionam como alerta para a possível ocorrência de situações que exigiriam cuidados e providências especiais, dando subsídios para a tomada de decisões.

Vemos, no Mapa Estratégico, ano de referência 2013, a seguir, os semáforos referentes a cada objetivo da RFB.



O semáforo verde indica que o objetivo está sendo atingido dentro do esperado; o amarelo, que o resultado está um pouco abaixo do esperado; o vermelho, que está muito abaixo do esperado; o cinza indica que o resultado está muito acima do esperado; o branco informa que os indicadores que permitiriam a avaliação do resultado não estão disponíveis; o ponto de exclamação indica que não se está no período de avaliação; o ponto de interrogação indica que os resultados ainda não

estão informados no sistema; e, finalmente, o “X” indica que o indicador teve resultados, mas não teve meta estabelecida.

De forma geral, os objetivos não apresentaram comportamento insatisfatório. Somente o objetivo estratégico “Fortalecer as relações institucionais” apresenta uma situação muito abaixo da esperada (semáforo vermelho). Contudo, isso se deve ao fato de que o referido objetivo, não obstante seja medido por quatro indicadores, teve seu resultado influenciado apenas por um indicador com semáforo vermelho, uma vez que os outros três estavam com status “não disponível”.

Para uma leitura mais aprofundada dos resultados da instituição do que ocorreu no ano de 2013 com cada objetivo, torna-se necessário uma análise dos indicadores estratégicos que estão por trás de cada objetivo. Neste sentido, recorrendo-se ao Painel de Desempenho (figura a seguir – Fonte: Sage 06/02/2014), é possível verificar, indicador a indicador o que está influenciando mais decisivamente a realização de cada objetivo estratégico (os indicadores estão detalhados no item 2.3).

O Painel de Desempenho é uma representação gráfica mostrando os 52 Indicadores Estratégicos que foram eleitos para verificar o grau de cumprimento dos Objetivos Estratégicos da RFB. Desses indicadores, 44 estão disponíveis para apuração e tiveram metas estabelecidas para o ano de 2013, excetuando dois que dependem de pesquisa de opinião realizada pela primeira vez ano passado. Entre os indicadores disponíveis para apuração, 32 são desdobráveis até o âmbito regional, servindo como medida do desempenho das unidades regionais e locais no alcance dos objetivos relacionados.

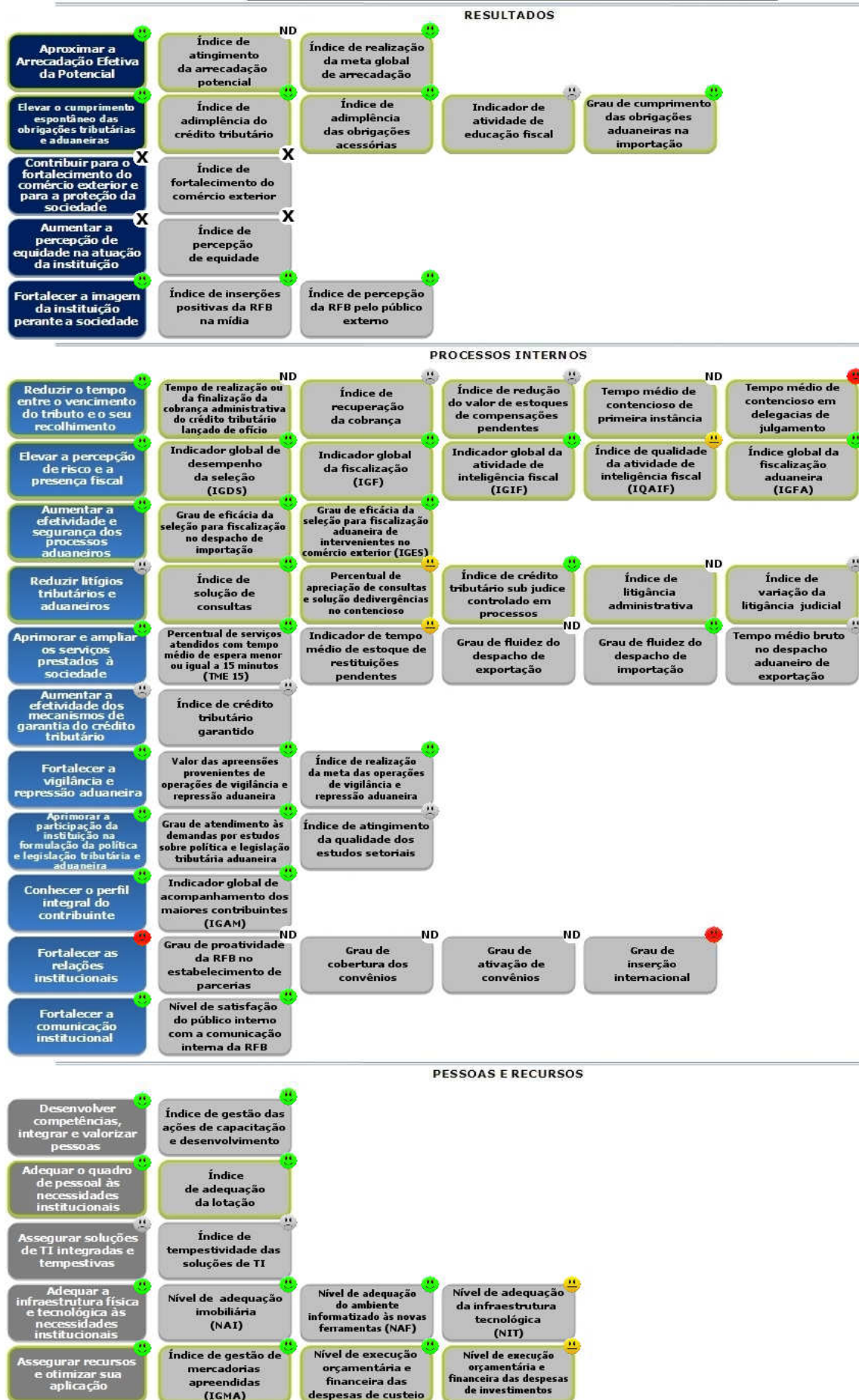
O Painel de desempenho da Receita Federal do Brasil – 2013, mostra a seguinte situação:

- Total de Indicadores Estratégicos – 52;
- Indicadores Estratégicos não disponíveis – 8 (1 na perspectiva Resultados e 7 na Processos Internos);
- Indicadores Estratégicos sem meta estabelecida – 2 (2 na perspectiva Resultados);
- Indicadores Estratégicos com análise de resultados – 40 (4 na perspectiva Resultados, 21 na Processos Internos e 9 na perspectiva Pessoas e Recursos).

Dos 42 indicadores, cujo grau de atingimento da meta pode ser visto no Painel abaixo, temos:

- Indicadores Estratégicos com resultado dentro do esperado (semáforo verde) – 27 (6 na perspectiva Resultados, 15 na Processos Internos, 6 na Pessoas e Recursos);
- Indicadores Estratégicos com resultado um pouco abaixo do esperado (semáforo amarelo) – 5 (3 na perspectiva Processos Internos e 2 na Pessoas e Recursos);
- Indicadores Estratégicos com resultado muito abaixo do esperado (semáforo vermelho) – 2 (2 na perspectiva Processos Internos), a saber: Tempo médio de contencioso em delegacia de julgamento e Grau de inserção internacional; e
- Indicadores Estratégicos com resultado muito acima do esperado (semáforo cinza) – 8 (1 na perspectiva Resultados, 6 na Processos Internos e 1 na Pessoas e Recursos).

PAINEL DE DESEMPENHO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2013



No âmbito regional, o Painel de Desempenho da 10ª Região Fiscal, mostra a seguinte situação:

- Total de Indicadores Estratégicos com metas e resultados desdobrados por região fiscal – 32;
- Total de Objetivos Estratégicos com alcance e resultados mensurados por estes indicadores com metas e resultados desdobrados por região fiscal – 13
- Indicadores Estratégicos não disponíveis – 3 (na perspectiva de Processos Internos);
- Indicadores Estratégicos com análise de resultados – 29 (5 na perspectiva Resultados; 17 na perspectiva de Processos Internos, 7 na perspectiva Pessoas e Recursos).

Dos 29 indicadores, cujo grau de atingimento da meta pode ser visto no Painel abaixo, temos:

- Indicadores Estratégicos com resultado dentro do esperado (semáforo verde): 22 (5 na perspectiva Resultados, 12 na Processos Internos, 5 na Pessoas e Recursos);
- Indicadores Estratégicos com resultado um pouco abaixo do esperado (semáforo amarelo): 2 (1 na perspectiva Processos Internos e 1 na Pessoas e Recursos);
- Indicadores Estratégicos com resultado muito abaixo do esperado (semáforo vermelho): 0
- Indicadores Estratégicos com resultado muito acima do esperado (semáforo cinza): 5 (4 na perspectiva Processos Internos e 1 na Pessoas e Recursos).

Neste processo de avaliação dos resultados, dando continuidade aos procedimentos de avaliação alavancados em 2012, foram realizadas, com referência ao ano de 2013, dezesseis Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE):

- Oito reuniões das Unidades Centrais, com pauta voltada, prioritariamente, para o acompanhamento dos projetos estratégicos institucionais, avaliando em que medidas as ações foram executadas;
- Quatro reuniões Nacionais, com participação dos administradores das unidades centrais (Subsecretarias e Coordenações) e regionais (Superintendências), avaliando em que medida as metas foram alcançadas, bem como os motivos e justificativas para o não atingimento das metas estabelecidas; e
- Quatro reuniões Regionais, com participação do Gabinete da SRRF10, Chefes de Divisão da SRRF10 e Administradores das unidades gestoras locais da 10ª RF, avaliando em que medida as metas foram alcançadas, bem como os motivos e justificativas para o não atingimento das metas estabelecidas ou alcance de resultados muito acima das metas (semáforo cinza).

Na página seguinte pode ser identificado o Painel de Desempenho da 10ª RF em 31/12/2013, mostrando em tonalidade cinza escura os 32 indicadores estratégicos desdobrados para as regiões fiscais e os respectivos semáforos que identificam visualmente os resultados alcançados.

PAINEL DE DESEMPENHO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2013

RESULTADOS

Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial	Índice de atingimento da arrecadação potencial	Índice de realização da meta global da arrecadação		
Elerar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras	Índice de adimplência do crédito tributário	Índice de adimplência das obrigações acessórias	Indicador de atividade de educação fiscal	Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação
Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade	Índice de fortalecimento do comércio exterior			
Aumentar a percepção de equidade na atuação da instituição	Índice de percepção de equidade			
Fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade	Índice de inserções positivas da RFB na mídia	Índice de percepção da RFB pelo público externo		

PROCESSOS INTERNOS

Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Tempo de realização ou de finalização da cobrança administrativa de crédito tributário lançado de ofício	Índice de recuperação da cobrança	Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	Tempo médio de contencioso de primeira instância	Tempo médio de contencioso em delegacias de julgamento
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	Indicador global da fiscalização (IGF)	Indicador global da atividade de inteligência fiscal (IGIF)	Índice de qualidade da atividade de inteligência fiscal (IQAIF)	Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação	Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)			
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Índice de solução de consultas	Descental de apreciação de consultas e seleção de divergências ao contencioso	Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos	Índice de litigância administrativa	Índice de variação da litigância judicial
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes	Grau de fluidez do despacho de exportação	Grau de fluidez do despacho de importação	Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Índice de crédito tributário garantido				
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira	Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira			
Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Grau de atendimento às demandas por estudos sobre política e legislação tributária aduaneira	Índice de atingimento da qualidade dos estudos setoriais			
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)				
Fortalecer as relações institucionais	Grau de proatividade da RFB no estabelecimento de parcerias	Grau de cobertura dos convênios	Grau de ativação de convênios	Grau de inserção internacional	
Fortalecer a comunicação institucional	Nível de satisfação do público interno com a comunicação interna da RFB				

PESSOAS E RECURSOS

Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento			
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Índice de adequação da lotação			
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Índice de tempestividade das soluções de TI			
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação imobiliária (NAI)	Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas (NAF)	Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)	
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos	

Na página seguinte, podem ser identificados, no Painel de Desempenho da RFB, em quais Reuniões de Avaliação Estratégica - RAE os Objetivos Estratégicos tiveram seus Indicadores Estratégicos analisados, conforme legenda abaixo:

Legenda

- Avaliado na 1ª RAE Nacional de 2013
- Avaliado na 2ª RAE Nacional de 2013
- Avaliado na 3ª RAE Nacional de 2013
- Avaliado na 4ª RAE Nacional de 2013

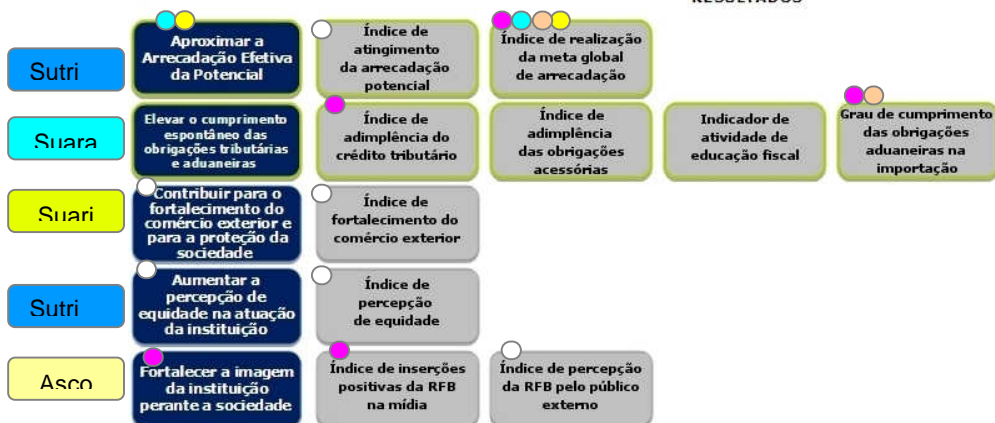
Sobre a imagem a seguir, são pertinentes os seguintes esclarecimentos:

- Os objetivos que não possuem indicadores estratégicos com status “Disponível” foram marcados como “ND” e, por este motivo, não foram incluídos nas pautas das RAE Nacionais;
- Os números identificam qual RAE Nacional teve o indicador estratégico selecionado para discussão.

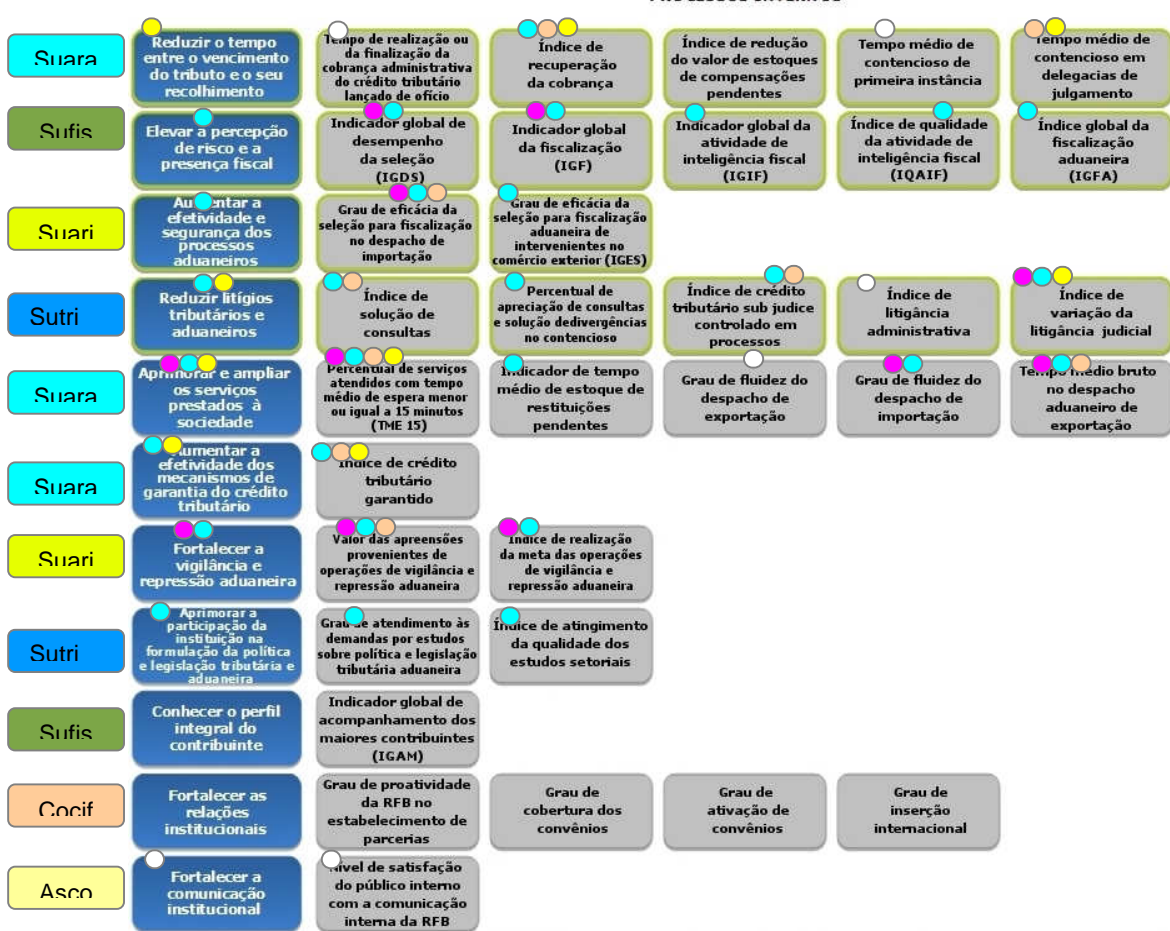
Indicadores Avaliados em 2013

PAINEL DE DESEMPENHO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2013

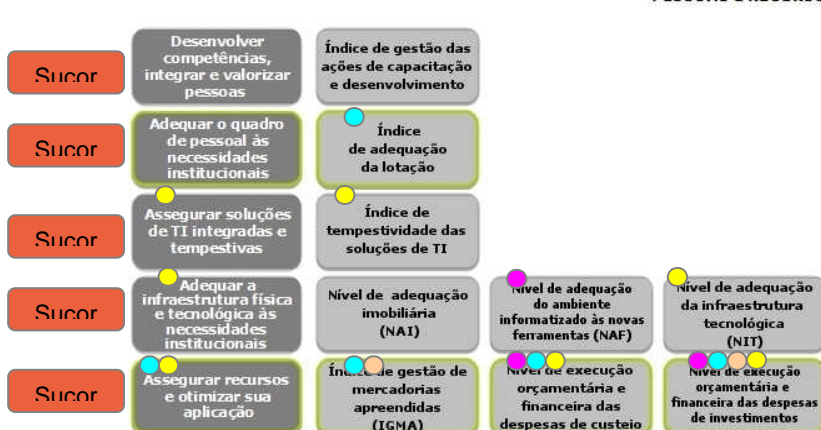
RESULTADOS



PROCESSOS INTERNOS



PESSOAS E RECURSOS

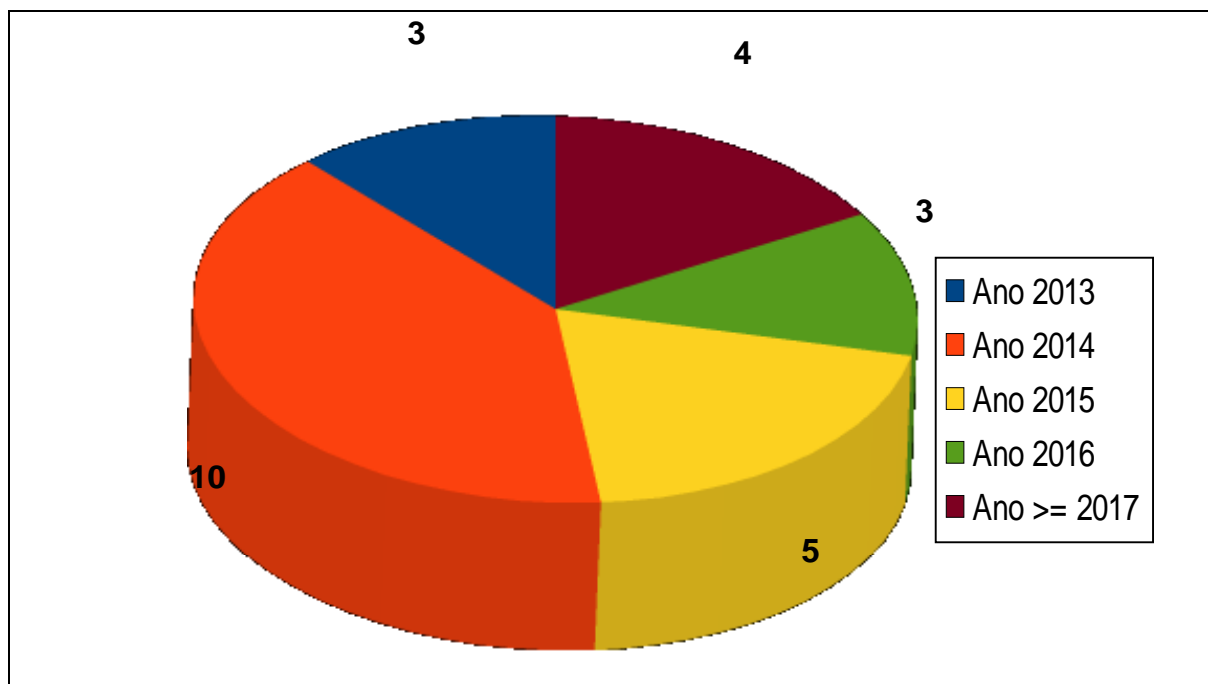


Avaliação de Desempenho dos Projetos Estratégicos Institucionais quanto à previsão de encerramento, percentual executado e status.

Objetivos estratégicos	Projetos Estratégicos Institucionais
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	*Projeto Gestão de Recursos
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	*Ampliação da Segurança da Informação *Construção do Edifício-Sede II do MF em Brasília e recuperação dos Edifícios-Sede do MF no RJ e SP
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	-
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	-
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	-
Fortalecer a comunicação institucional	-
Fortalecer as relações institucionais	*Projeto de Integração Nacional – REDESIM
Conhecer o perfil integral do contribuinte	*Projeto de Integração dos Cadastros da RFB – Novo CNPJ
Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	*Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB – Sipet *Implementar o Sistema @tos
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	-
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	*SINTER – Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	*m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis) *Implantação do Escritório de Processos da RFB *SCC – Pagamento Automático *SCC – Reintegra
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	*Implantar o Sistema Requerimentos
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	*SISCOMEX Carga *Projeto SISAM *Projeto SISCOMEX EXPORTAÇÃO *Projeto SISCOMEX IMPORTAÇÃO *Programa GRANDE EVENTOS *Programa Portal Único do Comércio Exterior - PCE
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	*SPED – EFD SOCIAL *SPED – Integração *SCC – Créditos Pis/Cofins
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	*PUC - Programa de Unificação dos Créditos *e-Processo *SIC – Programa Sistemas Integrados do Crédito Público

* Fonte: Copre/Copav 2014

- Previsão de Encerramento:



Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 07/01/2014

O gráfico acima demonstra que grande parte dos projetos tem previsão de encerramento no ano de 2014, porém muitos deles (50%) têm a previsão de encerramento em dezembro de 2014, o que deve propiciar revisões nas estimativas de prazo, aumentando a previsão de projetos a serem entregues nos anos seguintes.

- Percentual Executado:

A tabela abaixo demonstra as datas de início e previsão de término, além do % executado de cada um dos projetos estratégicos institucionais.

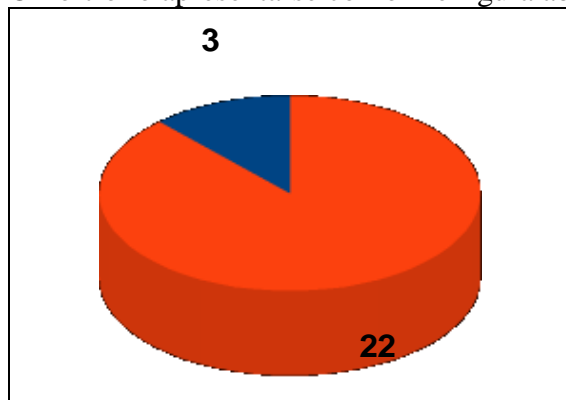
	Projetos Estratégicos Institucionais	Área	Início	Término	%
Mandatório	Grandes Eventos	Suari	03/01/11	31/12/14	25%
	SCC - Pis/Cofins	Suara	07/07/08	16/01/15	90%
	SCC - Reintegra	Suara	19/09/11	11/04/14	77%
	SIC - Programa Sistemas Integrados do Crédito Público	Suara	07/02/01	27/12/19	50%
Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	PUC	Suara	01/03/10	30/04/13	51%
	SCC - Pagto Autom.	Suara	03/05/10	03/05/13	76%
Fiscalização e combate aos ilícitos tributários e aduaneiros	Sped Integração	Sufis	01/06/09	29/03/13	32%
	Sped - EFD Social	Sufis	01/07/10	07/01/15	30%
Administração Aduaneira	Sisam	Suari	15/02/10	09/05/14	66%
	Siscomex Exportação	Suari	02/06/10	30/06/14	88%

	Siscomex Importação	Suari	08/06/10	31/12/14	100%
	Siscomex Carga	Suari	01/01/04	17/07/17	30%
	Programa Portal Único do Comércio Exterior - PCE	Suari	01/01/04	24/11/23	3%
Segurança Jurídica e Solução de Litígios	Sipet	Sutri	18/02/11	30/05/14	88%
	Requerimentos	Sutri	07/06/11	13/04/15	0%
	Sistema @TOS	Sutri	18/02/11	31/12/14	42%
Interação com a sociedade	Novo CNPJ	Suara	03/10/11	31/12/14	19%
	Redesim	Suara	05/07/11	14/11/16	42%
	SINTER	Suara	01/03/13	31/12/16	100%
	m-RFB	Sucor	19/03/12	28/02/15	45%
Gestão	Gestão de Recursos	Sucor	01/07/09	31/07/15	46%
	Seg. da Inform.	Sucor	01/08/10	31/01/14	95%
	Escritório de Processos	Copav	01/02/11	31/12/13	69%
	e-Processo	Suara	27/02/06	31/12/14	83%
	Construção e Recuperação de Edifícios do MF	Sucor	03/09/12	23/12/16	29%

Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 07/01/14

- Status:

O Portfólio apresenta-se conforme figura abaixo:



- Em iniciação
- Em execução
- Encerrado

Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 07/01/2014

Os programas Sistema @TOS, Grandes Eventos e Portal Siscomex encontram-se em fase de iniciação. Demais projetos estão em fase de execução.

2.2 - Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

Quadro 2 - AÇÕES

Identificação da Ação						
Código	148K			Tipo: Projeto		
Título	Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Porto Alegre - RS					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda Código: 2110Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e inanceira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.000.000	2.000.000	259.470	104.536	104.536	0	154.934
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra concluída			percentual de execução física	17,0	6,0	1,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
143.091	143.091	0	Obra concluída		percentual de execução física	1,0

Análise da execução

Foi entregue a 8ª fase do projeto (de um total de 9 fases) que está sendo analisada pela Seção de Engenharia. O Estudo de Viabilidade Urbana - EVU foi aprovado pela Prefeitura de Porto Alegre em 30 de outubro de 2013. O projeto é grande e complexo e exige muita disponibilidade de tempo e conhecimento para sua análise. Dificuldade para revisão do orçamento quando entregue, em razão do volume de informações que devem ser analisadas, e também o prazo para entrega e aprovação do Projeto Legal na Prefeitura.

2.2.4 Fatores intervenientes que concorreram para os resultados de objetivo e ou ação

Execução das metas: avaliação a partir de 2014, quando a licitação da obra for concluída.

Fatores intervenientes: dificuldades administrativas, não orçamentárias.

Restos a pagar: não há.

Ações Prioritárias na LDO: não há.

2.3 - Informações Sobre Outros Resultados da Gestão

Indicador: Índice de realização da meta global de arrecadação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,42	100,53	100,73	101,07	100,95	100,69	100,39

- **Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global de arrecadação definida no processo orçamentário como sendo a estimativa de ingressos constante dos decretos de execução do orçamento.
- **Fórmula de cálculo:** $[(\text{Arrecadação realizada em p no ano X}) / (\text{meta de arrecadação em p no ano X}) \times 100]$.
- **Fonte dos Dados:** DW-Arrecadação e Decretos de Execução do Orçamento.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A arrecadação tributária global na 10ª RF somou em 2013 R\$ 53.145 milhões, com participação de 4,9% no total Brasil e crescimento nominal de 8,7% comparativamente a 2012. A previsão para o período, de R\$ 52.936 milhões, foi superada em 0,39% . O Decreto 8.021 de 29/05/2013 estabeleceu a Programação Orçamentária para 2013. De janeiro a maio os valores de previsão coincidem com os valores efetivamente arrecadados.

Pontos críticos:

Desonerações previdenciárias, substituindo em vários setores a incidência sobre salários, pela Receita Bruta. Em decorrência, a taxa de crescimento da arrecadação previdenciária recolhida em GPS, que totalizou R\$ 15.129 milhões no ano (participação de 28,5% na arrecadação regional total) aumentou apenas 3,2%. O crescimento da parcela incidente sobre receita bruta e Simples nacional, foi bem mais significativo (39,5%) contribuindo com 1,9 pontos percentuais no desempenho tributário regional, já que a participação deste item no total da receita regional foi de 6,2% em 2013; Dentre as Receitas Fazendárias, destacam-se com os impactos negativos:

- COFINS Importações (queda de 9,3%) – Apesar do aumento na taxa média de câmbio (10,5%), houve forte redução nas alíquotas médias em 2013 (-31,8%); Petrobrás nada recolheu em 2013, enquanto em 2012 foram pagos R\$ 477 milhões;

- IRPJ/CSLL das empresas financeiras, cuja arrecadação encolheu 22,0% comparativamente a 2012, significando R\$ 110 milhões a menos recolhidos;

Encaminhamentos:

Análise mensal da arrecadação e acompanhamento setorial.

Observações:

O acompanhamento da previsão fica prejudicado tendo em vista que o novo sistema de Previsão (SIPRAR-WEB) não contempla saídas de valores por DRF/ RF / Planilha, obrigando a trabalhar apenas com os totais de previsão Fazendária e Previdenciária, sem discriminação por tributos.

Indicador: Índice de adimplência do crédito tributário

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	94,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
94,60	94,20	93,90	93,70	93,30	93,20	93,40	92,70	92,80	92,90	92,80	92,90

- **Finalidade:** Medir a relação entre os pagamentos efetuados no mês do vencimento e os pagamentos que deveriam ter sido realizados no mês do vencimento.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o montante pago no mês do vencimento do crédito tributário (excluído lançamento de ofício) e os débitos declarados relativos a esse mês (montante pago no mês + saldos a pagar).
- **Fonte dos Dados:** DW Arrecadação, DW DCTF, Sistema Sinal, DW Pagamentos, DW Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Índice de periodicidade mensal com análises trimestrais. A 10ª RF mantém a média de 92,80% de realização da meta no terceiro trimestre. No mês julho, agosto e setembro de 2013, obtivemos, consecutivamente, os percentuais de 93,40, 92,70 e 92,80 de realização de pagamentos dos tributos devidos, frente ao declarados em DCTF e GFIP. Fechamos o ano obtendo em outubro 92,90%, em novembro de 92,80% e dezembro de 92,90%. Todos as Regiões mantiveram-se muito próximas no alcance das metas obtendo resultados bastante similares.

Pontos críticos:

A nosso ver este é um índice de baixa governabilidade pelas regiões, sendo mais influenciado pela concentração de arrecadação (grandes contribuintes) e conjuntura econômica. Apesar de algumas alegações da Suara de que este índice poderia ser sensível às ações realizadas nas Regiões e DRF da RFB, até o momento não percebemos evidências que comprovem isto.

Encaminhamentos:

Sugerimos excluir este item da cesta de indicadores desdobrados para as regiões.

Observações:

Não há.

Indicador: Índice de adimplência das obrigações acessórias

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	97,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
98,01	97,00	98,02	98,05

- **Finalidade:** Medir a relação entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Omissos.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Índice atualmente medido exclusivamente pela ausência de entrega da DIRPF com meta estipulada em 97,00%. Primeiro trimestre com meta atingida (98,01%) e segundo na mesma direção com cumprimento do estabelecido (97,00%). No final de setembro a medição acusa 98,02% tendo superado meta anual. Finalizamos o 4º trimestre com o resultado de 98,05%.

Pontos críticos:

Repiso as observações do órgão central que relata que por tratar de declaração anual e o seu prazo de entrega se encerrar no último dia útil de abril de cada ano, somente após o fim desse prazo é possível definir quem era obrigado e se omitiu em entregar a DIRPF para o determinado ano-calendário. Assim, o dado do 1º trimestre e parte do 2º trimestre (que inclui Abril), conterà essencialmente a omissão de declarações de anos anteriores. Assim, o dado

do 1º trimestre e parte do 2º trimestre (que inclui Abril), conterá essencialmente a omissão de declarações de anos anteriores, de forma que a Região tem pouca ou nenhuma governabilidade quanto ao indicador. Este é um indicador com baixa governabilidade na Região Fiscal. Como este índice tem uma série histórica recente ainda não sabemos quais fatores o influenciam.

Encaminhamentos:

Acompanhar a evolução da série histórica.

Observações:

Índice muito homogêneo em todo o Brasil, considerando que este índice deve ser influenciado por fatores como renda, escolaridade e acesso a rede informatizada (por exemplo) esta homogeneidade pode ser decorrente de um erro de estimativa dos contribuintes obrigados. Existe a hipótese dos contribuintes obrigados estarem subestimados.

Indicador: Indicador de atividade de educação fiscal

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Número relativo	Positiva	666,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
203,92	456,87	663,52	815,68

- **Finalidade:** Aferir o esforço da RFB na realização de eventos de educação fiscal que contribuam para a estratégia institucional, ponderando-os em razão da aderência às diretrizes institucionais, ao público-alvo e ao tipo de evento.
- **Fórmula de cálculo:** Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB x peso definido pela Coaef.
- **Fonte dos Dados:** Planilhas preenchidas pelos representantes de educação fiscal em cada região fiscal.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Considerado o resultado acumulado no ano, observa-se uma redução de 2% em relação ao número de eventos realizados em 2012. No trimestre, o resultado obtido foi 15% inferior ao mesmo período de 2012. Em 2012, o resultado deste indicador correspondia ao número absoluto de eventos de educação fiscal realizados no período. A partir de 2013, o indicador passou a ser apurado aplicando-se critérios de ponderação, de forma que o valor atribuído a um evento pode ser inferior a 1,00. Tal alteração na forma de apuração do indicador implicou uma redução de 24% em relação ao número absoluto de eventos realizados por

toda a 10ª RF no período em análise. Se considerado o número absoluto de eventos realizados no trimestre, na comparação com o mesmo período de 2012 ocorreu um acréscimo de 12%. A 10ª RF obteve resultado 22% superior a sua meta, portanto, na faixa considerada satisfatória. Em relação à ponderação dos eventos, 92% deles corresponderam a valor superior a 0,50, sendo 62% acima de 0,75 e 5% igual a 1,00. Assim, considerando que a aplicação dos critérios de ponderação resulta em valores tanto mais próximos de 1,00 quanto mais alinhado o evento à estratégia da RFB, é de se inferir que os esforços da 10ª RF continuam sendo bem direcionados. Em relação às diretrizes estabelecidas na Portaria RFB nº 896/2012, 91% dos eventos realizados corresponderam àquelas as quais são atribuídos os maiores valores, com destaque para : - “Promover a orientação tributária e aduaneira” (37%); - “Esclarecer a sociedade e desenvolver nela uma consciência crítica em relação aos seus direitos e deveres com enfoque na função socioeconômica do tributo e no controle social dos gastos públicos” (27%); - “Informar e divulgar os serviços prestados pela RFB e seus diversos canais de atendimento” (15%). Quanto ao público dos eventos, 39% correspondeu ao preferencial para a RFB: contadores, estudantes de graduação, servidor da RFB, advogados e MEI. O público-alvo predominante foi a sociedade em geral (33%). As principais atividades realizadas foram: palestra externa (39%); marketing externo (31%); e reunião (11%). Em relação ao desempenho das UG: - as DRF Caxias do Sul, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul e Uruguaiana; e as IRF Chuí e Porto Alegre, obtiveram resultados satisfatórios; - a ALF Rio Grande; as DRF Novo Hamburgo, Pelotas, e Santa Maria; e a SRRF10, apresentaram resultados superiores a 130% de suas metas; - os resultados obtidos pela ALF Porto Alegre e pelas DRF Porto Alegre e Santo Ângelo ficaram entre 50% e 80% de suas metas; e - a IRF Santana do Livramento apresentou resultados abaixo de 50% de sua meta. Do 1º ao 3º trimestre, os resultados obtidos pelas UG foram convergindo para suas metas. Enquanto que no 1º trimestre apenas uma das quinze UG apresentou resultado dentro da faixa considerada satisfatória, no 2º foram quatro, e no 3º trimestre seis. No trimestre em análise, em termos de número de UG em cada faixa, os resultados foram iguais aos do trimestre anterior. Merece destaque o desempenho da ALF Porto Alegre, que de apenas 34% da meta até o 3º trimestre passou para 75% neste trimestre; e da DRF Uruguaiana, que apresentou gradativa melhora, até atingir 82% de sua meta. Entre as UG, também se observa a prevalência de eventos com maior valor ponderado, tendo sido realizados eventos de valor ponderado inferior a 0,50 em apenas cinco das quinze UG.

Pontos críticos:

Das quinze UG, três ainda não informaram ter designado representante de educação fiscal formalmente, por meio de portaria, conforme determina a Portaria RFB nº 896/2012 (art. 4º, § 2º): a ALF Porto Alegre, a DRF Santa Maria, e a IRF Porto Alegre. Ainda é de se destacar que o representante originalmente designado pela IRF Santana do Livramento está atuando com mandato pro-tempore na DRJ Porto Alegre, mas não foi recebida informação de publicação de portaria substituindo-o. Eventos de educação fiscal, especialmente aqueles voltados à orientação tributária e aduaneira e à divulgação dos serviços prestados e dos canais de atendimento, são promovidos por diversas áreas de cada unidade. Assim, é imprescindível o fornecimento de informações sobre sua realização ao representante local de educação fiscal para a correta apuração do indicador. Os resultados regionais no decorrer de 2013 demonstraram que as metas estabelecidas estavam subestimadas e, por isso, foram redefinidas para o ano de 2014 (Nota Técnica Coaef nº 27/2013). Para a 10ª RF a meta definida para 2014 ficou em 846 eventos ponderados, o que representa um aumento de 27% em relação à meta para 2013. Considerando que a meta regional anual foi superada em 22% neste ano, a nova mostra-se desafiadora e exigirá um maior esforço de todas as UG. Quanto ao desempenho local, ao longo de todo ano as UG obtiveram os mais diversos resultados, desde aquelas que superaram a meta em mais de 30%, até as que não a atingiram em 50%.

Tal constatação, evidencia a necessidade de revisão dos critérios de distribuição da meta, em especial para identificar aquelas unidades que apresentam potencial de aumento de participação no resultado regional, tendo em vista a perspectiva de que será necessário incrementá-lo.

Encaminhamentos:

Incentivar a publicação de portaria designando representante local de educação fiscal junto às UG que ainda não informaram tê-lo feito, bem como sua atualização. Promover ações de sensibilização das demais áreas de cada unidade sub-regional quanto à necessidade de informação ao representante local de educação fiscal sobre a realização de eventos que se caracterizam como de educação fiscal. Promover ações de sensibilização dos representantes locais de educação fiscal quanto à necessidade da prestação tempestiva das informações referentes aos eventos, conforme definido na Nota Técnica Coaef nº 2/2013. Buscando manter o alinhamento dos eventos à estratégia da RFB, SRRF e UG devem priorizar a realização daqueles aos quais são atribuídos os maiores valores nos critérios de ponderação, o que também se constitui em meio de alavancar os resultados obtidos. Avaliar os critérios de distribuição da meta regional entre as unidades sub-regionais e propor novo modelo.

Observações:

Não há.

Indicador: Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	79,10	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
69,40	75,52	76,05	76,22	76,95	76,64	76,71	77,83	78,41	78,21	78,03	77,50

- **Finalidade:** Medir o cumprimento das obrigações aduaneiras na importação.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre as declarações aduaneiras de importação, selecionadas para controle por aleatoriedade, não retificadas, desembaraçadas no mês e as declarações aduaneiras de importação selecionadas para controle por aleatoriedade, desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** Siscomex (DW Aduaneiro).
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Atingiu até dezembro 77,50% para uma meta de 79,10%.

Pontos críticos:

O indicador é baseado nas DI selecionadas por aleatoriedade. O fator de aleatoriedade nacional está, atualmente, fixado em 0%. ficando a critério das unidades locais aumentá-lo ou não, segundo critérios de gerenciamento de risco. Com a redução significativa da seleção por aleatoriedade, a amostra fica reduzida comprometendo a qualidade estatística do indicador.

Encaminhamentos:

Não há.

Observações:

Indicador fortemente influenciado pelo comportamento dos intervenientes.

Indicador: Índice de recuperação da cobrança

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara	Percentual	Positiva	29,05	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
0,00	29,05	50,01	21,00

- **Finalidade:** Mensurar o conhecimento da população em relação à missão, à visão e aos valores da RFB.
- **Fórmula de cálculo:** Média ponderada (de 1 a 5) das respostas (de 1 a 5) referentes a 10 perguntas da Pesquisa de Imagem da RFB e Satisfação com o Atendimento
- **Fonte dos Dados:** Pesquisa de opinião
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Medição realizada com encerramento da 1ª lista Codac e sem inclusão dos débitos constantes da 4ª lista. Resultado baseado, portanto, somente na lista 2 e 3. Resultado apontando recuperação de R\$ 13.862.353,25 em créditos e R\$ 52.274.339,54 de créditos enviados à PGFN. A carteira de cobrança totaliza R\$ 66.136.692,79, após as exclusões por impedimentos e inclusões.

Pontos críticos:

Observa-se pouca efetividade entre o nexo da cobrança e o pagamento do débito. Pontualmente alguns contribuintes já tendiam ao pagamento, sendo o que o contribuinte que já tem um passivo tributário grande (proporcional ao cobrado), inscrito ou não em DAU, tende a ser pouco ou nada sensibilizado pela cobrança efetuada. A jurisdicionalização das contendas federais realizadas pela CF de 88 com a criação da Justiça Federal, elevou drasticamente os questionamentos judiciais pelo contribuinte, como trouxe uma nova realidade no aspecto de recuperação dos créditos tributários através da efetividade e do emprego da cobrança judicial pela União.

Encaminhamentos:

Manter o acompanhamento nas unidades.

Observações:

Reanalisar os critérios da cobrança, mesclando estudo de risco na seleção e aperfeiçoando o indicador.

Indicador: Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	35,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
3,50	23,30	39,50	55,10

- **Finalidade:** Medir a redução do valor do estoque de compensações pendentes, declaradas nos últimos 5 anos.
- **Fórmula de cálculo:** $[(\text{Saldo inicial DCOMP} - \text{saldo atual DCOMP}) / (\text{saldo inicial DCOMP})] \times 100$.
- **Fonte dos Dados:** DW-PER/DCOMP.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Meta anual de redução de 35%, sendo que no fim do primeiro semestre já estamos com 66,5% da meta atingida. No primeiro trimestre a redução foi de 3,5% e porém, seguida de forte recuperação do indicador no segundo trimestre, totalizando a redução de 23,3%. No terceiro trimestre atingimos uma redução de 39,52%. Fechamos o ano com 55,10% de redução do estoque.

Pontos críticos:

Resultado excepcional das unidades.

Encaminhamentos:

Encaminhamento de listagem às unidades contendo o detalhamento das declarações de compensação com maior valor e relevância, para serem trabalhadas.

Observações:

O trabalho das unidades segue monitorado e meta anual já atingida.

Indicador: Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	85,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
95,00	93,82	45,86	45,96	45,93	45,68	45,29	46,09	61,09	61,08	61,00	85,88

- **Finalidade:** Medir o desempenho global da seleção da ação fiscal.
- **Fórmula de cálculo:** $(S \times 0,5) + (R2 \times 0,5)$.
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal e Portal Copes.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A fiscalização de tributos internos da 10a RF atingiu no ano de 2013 o índice de 85,88% no Indicador de Desempenho da Seleção - IGDS, sendo que a meta era alcançar 85%. O IGDS é estabelecido pela soma ponderada do indicador de avaliação de metas S e do indicador de resultado R2, com peso de 50% para cada um. O indicador S ou IFGED - Índice de Formação e Garantia de Dossiês é estabelecido em percentual em função da quantidade de dossiês provisórios cadastrados, por tipo de contribuinte em relação à meta de seleção do segmento para o período, ponderado pela hora média prevista para os procedimentos de fiscalização correspondente. Em dezembro de 2013, a meta deste indicador era de 80%, ou seja, registrar 80% da meta anual de dossiês provisórios. A 10a RF registrou 102% da meta anual de dossiês de PJ Diferenciada, 107% da meta anual de dossiês de PJ Médias, 201% da meta anual de dossiês de PJ Demais, 148% da meta anual de dossiês de PF-ECC e 148% da meta anual de dossiês PF Demais. Na RF, a meta para o período foi superada, e o indicador está apresentando o percentual de 80%, pois está limitado à meta. O Indicador R2 ou IQSF - Índice de Qualidade da Seleção da Fiscalização é estabelecido em percentual de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com resultado, em relação ao

total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com exame no período. Foram encerrados 1238 RPF motivados por seleção interna. Destes, 1136 foram encerrados com resultado, representando 91,76% e superando a meta estabelecida de 90%.

Pontos críticos:

Falta de AFRFB.

Encaminhamentos:

Aperfeiçoamento e valorização das programações regionais e locais.

Observações:

Não há.

Indicador: Indicador global da fiscalização (IGF)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
7,40	16,00	25,40	32,60	41,70	50,50	56,60	67,60	74,50	84,20	95,40	103,30

- **Finalidade:** Medir o desempenho global da fiscalização sob as vertentes da presença fiscal, da constituição do crédito tributário e do desempenho das ações fiscais.
- **Fórmula de cálculo:** (Índice de Desempenho da Fiscalização IDF x 0,70) + (Índice de Realização de Crédito Tributário ICT x 0,05) + (Índice de Presença Fiscal IPF x 0,25).
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A fiscalização de tributos internos da 10a RF atingiu no ano de 2013 o índice de 103,3% no Indicador Global da Fiscalização - IGF. O IGF é estabelecido pela soma ponderada dos indicadores IDF, ICT e IPF, com os pesos de 70%, 5% e 25%, respectivamente. O Indicador de Desempenho da Fiscalização - IDF é estabelecido em percentual de quantidade de procedimentos de fiscalização e revisão de declarações realizados em relação às metas anuais estabelecidas para as fiscalizações e revisões de declarações, ponderados pelas horas médias de cada tipo de segmento. Ou seja, indica o percentual de cumprimento das metas que foram estabelecidas em função do quantitativo de AFRFB alocados na atividade, das horas disponíveis e da hora média por segmento. O Indicador de Crédito Tributário - ICT é estabelecido em percentual do crédito tributário lançado no período em relação à meta anual. O Indicador de Presença Fiscal - IPF é definido pelo somatório dos indicadores de presença fiscal por tipo de segmento, sendo estes definidos através da quantidade ponderada de

procedimentos realizados em relação à meta de presença fiscal do segmento, estabelecida em função do quantitativo de contribuintes ou de declarações. Verificou-se que, na RF, as metas de fiscalização referentes ao ano de 2013 foram atingidas na maioria dos segmentos. Executamos 117,59% da meta de fiscalização de PJ Diferenciadas, 90,93% da metas de PJ Médias, 101,02% da metas de PJ Demais e 110,89% da meta de fiscalizações de Pessoas Físicas. Em relação à revisão de declarações, cumprimos 106,24% da meta de revisão de DIRPF, 111,61% da meta de revisão de declarações PJ e 100% da meta de revisão de declarações do ITR. Foi atingido o percentual de 105,6% para o IDF. Houve lançamento de crédito tributário da ordem de 4,5 bilhões, atingindo ICT de 118,9% para uma meta de 3,8 bilhões.

Foi atingido o percentual de 93,8% para o IPF. Deve-se ressaltar que a disseminação do uso de auditoria digital está proporcionando mais rapidez e facilidade na realização das auditorias fiscais.

Pontos críticos:

Escassez de mão de obra fiscal em algumas unidades. Falta de recursos para a realização de todos os treinamentos previstos.

Encaminhamentos:

Realização de operações fiscais coordenadas regionalmente. Acompanhamento das revisões DIRPF, com execução de parte das atividades por equipe regional. Capacitação dos servidores no uso de sistemas de auditoria digital, de lançamento e na área de seleção de contribuintes.

Comentários:

Não há.

Indicador: Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
19,00	38,40	65,30	95,50

- **Finalidade:** Medir o desempenho global da fiscalização aduaneira sob as vertentes da presença fiscal, da constituição do crédito tributário e do desempenho das ações fiscais
- **Fórmula de cálculo:** (Índice de Presença Fiscal Aduaneiro IPFA x 0,25) + (Índice de Crédito Tributário Aduaneiro ICTA x 0,05) + (Índice de Desempenho da Fiscalização Aduaneiro IDFA x 0,70).
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal Aduaneiro.

- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

O IGFA da 10ª RF para o quarto trimestre ficou em 95,5% e o IGFA Nacional ficou em 103,8%. O resultado desejado nacionalmente foi estipulado em 100%. O IGFA é composto de três parcelas. A Região superou as metas nas parcelas proporcionais a crédito tributário (228,3%) e a presença fiscal (108,4%). Quanto à parcela proporcional à quantidade de procedimentos de fiscalização e revisão aduaneiras (IDFA) atingimos 81,5% da meta. A quantidade de procedimentos ficou um pouco abaixo do esperado em função da complexidade das ações executadas, que fica demonstrada pelo expressivo resultado obtido no lançamento tributário, sem prejuízo da presença fiscal.

Pontos críticos:

Não há.

Encaminhamentos:

Não há.

Observações:

$IGFA = (IDFA \times 0,70) + (ICTA \times 0,05) + (IPFA \times 0,25)$ Onde: IDFA = Indicador de Desempenho da Fiscalização Aduaneira = $(FA \times 150) + (RA \times 100) / (Meta\ FA \times 150) + (Meta\ RA \times 100)$ FA - Fiscalização Aduaneira ; RA - Revisão Aduaneira ICTA = Indicador de Crédito Tributário Aduaneiro = $(CT + Apreensões) / (Média\ CT + Apreensões\ do\ triênio\ anterior) + 10\%$ IPFA = Indicador de Presença Fiscal Aduaneira = $(ICF \times 0,5) + (IH \times 0,5)$ ICF - Índice de Cobertura Fiscal = $(n^\circ\ de\ ações\ fiscais\ executadas) / (99\%\ maiores\ operadores \times 6,5\%)$ IH - Índice de Horas de Fiscalização de Zona Secundária = $Horas\ de\ FZS\ informadas\ no\ ano / Média\ de\ Horas\ de\ FZS\ do\ triênio\ anterior$

Indicador: Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	90,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
83,00	93,00	93,00	94,00

- **Finalidade:** Medir a relação entre as ações fiscais aduaneiras de zona secundária concluídas com resultado e as ações fiscais concluídas.

- **Fórmula de cálculo:** (Ações fiscais concluídas com resultado / ações fiscais concluídas) x 100.
- **Fonte dos Dados:** DW Aduaneiro e Ação Fiscal Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

No ano de 2013, o índice atingiu 94% de eficácia, superando a meta regional e a média nacional.

Pontos críticos:

A qualidade dos dossiês que estão sendo produzidos é confirmada pelo resultado do indicador. Permanece, ainda, a necessidade de incrementar a quantidade de dossiês de pesquisa produzidos na Região. Temos dificuldade em identificar novas linhas de pesquisa e de manutenção de equipes dedicadas à pesquisa.

Encaminhamentos:

Não há.

Observações:

No 1º trimestre houve equívoco no registro de MPF no AFA de 2 ações fiscais realizadas no curso do despacho com valor lançado inferior a R\$ 10.000, que para efeito de cálculo do indicador, são consideradas sem resultado, o que impactou negativamente o indicador. No ano foram encerrados 137 MPF sendo 8 sem resultado.

Indicador: Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	37,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
32,24	34,52	34,64	35,02	34,93	35,81	35,92	36,26	36,14	36,29	36,47	36,60

- **Finalidade:** Medir a eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação.
- **Fórmula de cálculo:** Número de DI selecionadas com retificação (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembaraçadas no mês / número total de DI selecionadas (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** Siscomex (DW Aduaneiro).

- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

O grau permanece com uma tendência de estabilidade ao longo do ano. Atingiu até dezembro 36,60 % para uma meta de 37%.

Pontos críticos:

No período de outubro a dezembro percebe-se que o resultado da seleção por critérios locais (gerenciamento de risco local) continua demonstrando eficácia maior que o obtido pelos critérios nacionais (parâmetros e condições) na Região. Esta região apura separadamente o resultado da seleção nacional e local e identificou que no último trimestre de 2013 obtivemos, em média, 62% de eficácia na seleção baseada em critérios locais (57% no trimestre anterior), contra 32% de eficácia na seleção baseada em critérios nacionais (33% no trimestre anterior). Entretanto, o efeito da seleção local (393 DI) sobre o indicador nacional é baixo, dada a grande quantidade de declarações selecionadas por critério nacional (4.555 DI).

Encaminhamentos:

Vem sendo feito o acompanhamento deste indicador desdobrado por unidade como forma de avaliar o perfil de risco das unidades e sua forma de atuação por meio de direcionamento local de despachos. Estamos incentivando o uso de ferramentas de apoio à seleção local com a implantação do sistema Aniita. Consta-se que diversas unidades incrementaram os níveis de seleção local ao longo do ano e a utilização sistemática do Aniita incrementou, nestas unidades, o grau de eficácia da seleção.

Observações:

Não há.

Indicador: Índice de solução de consultas

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	68,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
81,97	86,36	81,98	98,73

- **Finalidade:** Mensurar o percentual de solução das consultas internas e externas.
- **Fórmula de cálculo:** Número de consultas respondidas pela unidade da RFB / (acervo inicial de consultas do período analisado que aguardavam solução na unidade da RFB + número de consultas recebidas pela unidade da RFB no período analisado).

- **Fonte dos Dados:** Levantamento manual.

- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

O desempenho no trimestre foi de 98, 73% (índice de 0,9873).

Pontos críticos:

Publicação, no DOU de 17/09/2013, da Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, que alterou a sistemática do processo de consulta sobre interpretação da legislação tributária e aduaneira relativa aos tributos administrados pela RFB e sobre classificação de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio.

Encaminhamentos:

Não há.

Comentários:

O cálculo do índice foi prejudicado em razão da nova sistemática da consulta. A Disit não recebeu nenhum processo de consulta externa no período (4º trimestre de 2013), todos eles foram encaminhados diretamente das Unidades para o GT-Triagem da Cosit, nos termos da IN RFB nº 1.396, de 2013. Praticamente todos os processos de consulta que estavam no estoque da Disit no dia da publicação da IN RFB nº 1.396, de 2013, foram solucionados. No dia 01/01/2014, havia apenas dois processos de consulta em estoque na Disit10 - trata-se de consultas que serão declaradas vinculadas a minutas de soluções já encaminhadas por esta Disit à Cosit.

Indicador: Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	97,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
77,90	79,10	84,30	88,10

- **Finalidade:** Medir a relação entre o crédito tributário sub judice controlado em processo e o total de crédito tributário sub judice.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o crédito tributário sub judice controlado em processo e o total de crédito tributário sub judice.
- **Fonte dos Dados:** DW Devedores.

- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A situação Nacional é bastante tranquila, para uma meta de 93,00% já se atingiu 92,80%. A situação da 10ª RF é desafiadora, combina o segundo pior desempenho com a segunda maior meta. A partir de setembro foram encaminhadas listagens para as unidades visando o cadastramento dos maiores valores a validar. Estas medidas começaram a apresentar resultados com a significativa melhora de 5,20 pontos percentuais entre junho e setembro. Prevê-se que esta melhora deva continuar no 4º trimestre, aproximando muito o resultado das metas. Como bem asseverou a Suara, “Apesar de a 10ª RF está abaixo de sua meta em quase de 9% (doze por cento), houve crescimento entre os trimestres desse ano de 10% (dez por cento), o que representa o maior crescimento de resultado entre as RF”. “A maior redução foi da 10ª RF, que reduziu em 42% (quarenta e dois por cento) o estoque neste ano”. Destaca-se que a 10ª RF inverteu a tendência de aumento de estoque de débitos "A Validar"; essa redução contribuiu para a melhoria do resultado. O estipulado é de 97,00% de controle dos créditos tributários sub judice em processos, sendo que alcançamos no 4º trimestre 88,10%.

Pontos críticos:

Tênue relação com o objetivo estratégico. O indicador em análise tem tênue relação com o objetivo estratégico de reduzir litígio. Isto poderá ser comprovado experimentalmente na 10ª Região Fiscal, onde uma melhora prevista de 15 pontos percentuais no indicador não deve ter nenhum reflexo na quantidade de litígios. O cumprimento da meta não tem canais de transmissão perceptíveis de seus efeitos para o objetivo estratégico.

Encaminhamentos:

A Dirac 10ª SRRF elaborou listagens com os maiores valores a validar por unidade e encaminhou estas listagens para as unidades em setembro de 2013. Monitoramos o trabalho das mesmas e verificamos a melhora do indicador. Ao contrário de outras Regiões Fiscais não observamos concentração em poucos contribuintes de valores a validar e para atingirmos as metas todas as unidades deverão trabalhar quantidades expressivas de contribuintes (na casa de uma centena por unidade, sendo Porto Alegre um pouco mais). O processo de trabalho para o atingimento da meta, medido pelo indicador, consiste em excluir os débitos a validar do SIEF e passá-los para processo. Neste procedimento demanda-se mão de obra para a mudança do sistema de controle e para “administração” dos processos, sendo que a maioria destes não embutem risco algum. O indicador resulta num retrocesso metodológico. Muitas unidades da 10ª Região Fiscal estavam adotando um método de trabalho mais moderno, qual seja, o gerenciamento de risco. Neste método de trabalho em opção a cadastrar os processos de maiores valores cadastrar-se aqueles com maiores risco, normalmente aqueles processos onde não havia depósito em garantia (o que podia ser acompanhando com o Reljud ou apurações do DW). Para atingirmos a meta voltamos a cadastrar créditos a validar com depósitos que não representavam nenhum risco apenas porque eram valores significativos, demandando mão de obra para o cadastramento e para o posterior acompanhamento.

Observações:

Não há.

Indicador: Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Dia	Negativa	0,32	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
0,19	0,22	0,18	0,23	0,19	0,16	0,16	0,20	0,16	0,17	0,16	0,18

- **Finalidade:** Medir o tempo médio bruto consolidado do despacho aduaneiro de exportação.
- **Fórmula de cálculo:** Somatório dos tempos entre a recepção de cada declaração de exportação e o respectivo desembaraço dividido pela quantidade de declarações de exportação desembaraçadas.
- **Fonte dos Dados:** GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Verificou-se a estabilidade no índice ao longo do ano. A meta nacional é de 0,30, a regional é de 0,32, enquanto o tempo bruto atingido em dezembro foi de 0,18.

Pontos críticos:

Não há.

Encaminhamentos:

Não há.

Observações:

Não há.

Indicador: Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	84,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
82,78	90,05	95,40	92,28	96,44	96,50	91,79	93,69	93,45	96,61	92,90	84,24

- **Finalidade:** Aferir o percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos, nas unidades de atendimento.
- **Fórmula de cálculo:** $[(\text{Quantidade de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos}) / (\text{quantidade de atendimento presencial})] \times 100$.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Nacional de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento - Saga.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Considerada a média dos resultados obtidos nos meses do trimestre, observou-se queda no desempenho do indicador: de 1,9% em relação ao trimestre anterior e de 1,3% ao mesmo trimestre de 2012. Contudo, ainda vale ressaltar a menor variabilidade dos resultados observados em 2013 quando comparados a 2012: enquanto o desvio padrão em 2012 foi de 8,7%, em 2013 foi de 4,5%. Não é diferente quando comparada à variabilidade dos resultados em nível nacional: 18,3% em 2012 e 9,2% em 2013. A maior regularidade pode ser indicativa do melhor gerenciamento das atividades, que reduz a aleatoriedade dos resultados. A 10ª RF obteve resultados significativamente superiores à meta em outubro (15%), e em novembro (11%) e ligeiramente superior em dezembro (0,3%). Também na comparação com o desempenho nacional, o da 10ª RF foi superior em todos os meses do trimestre. Em relação às demais Regiões Fiscais, obteve o quinto melhor desempenho em outubro, o quarto em novembro, e o terceiro em dezembro. Trimestre a trimestre as ocorrências de atendimentos com TME superior a 15 minutos concentram-se em um pequeno número de serviços. Neste trimestre, nos meses de outubro e novembro não foi diferente, sendo em 30 de 392 serviços prestados (7,7%) no primeiro e em 29 de 383 serviços (7,6%) no segundo. Porém, em dezembro o número de serviços para os quais foi observado TME superior a 15 minutos foi mais elevado: 54 de 383 serviços (14,1%). Também é de se notar que para os serviços que mais impactaram o indicador predomina o atendimento mediante senha normal e, em sua maioria, são prestados inequivocamente à pessoa física. Cabe salientar, ainda, que tais serviços não foram necessariamente aqueles mais demandados, mas os que aliam quantidade de atendimentos presenciais (QAP) e tempo médio de atendimento (TMA) relativamente altos. Os serviços com grande demanda, mas de baixa complexidade, embora tenham comprometido a capacidade de atendimento por sua alta participação no tempo com ele dispendido, em regra, influenciaram positivamente o indicador por terem apresentado TME até 15 minutos, à exceção dos serviços à viajante. Em relação ao cumprimento da meta pelas unidades de atendimento da 10ª RF, 28 das 56 atingiram ou superaram; 12 não atingiram, mas obtiveram resultado não inferior a 80% da meta; 4 apresentaram resultado entre 50% e 80% da meta; e 12 abaixo de 50%, estando incluídas nessa última parcela, as unidades que não prestam atendimento com senha. As DRF Santa Maria e Passo Fundo não alcançaram a meta, mas obtiveram resultados dentro da faixa satisfatória. A DRF Porto Alegre obteve resultado entre 50% e 80% da meta e a IRF Santana do Livramento inferior a 50% da meta. A DRF Santa Maria obteve resultados acima da meta em todos os meses de 2013 à exceção de dezembro, quando o resultado foi 4% inferior. A DRF Passo Fundo, para a qual foram observados resultados gradativamente

melhores ao longo de 2013, no trimestre obteve resultado inferior à meta apenas em dezembro (3%). Na DRF Porto Alegre, observa-se, desde julho, relativa estabilidade nos resultados, com pequena tendência de queda e sempre significativamente inferiores à meta. Quanto aos resultados obtidos pela IRF Santana do Livramento, repete-se o já observado em 2012: queda expressiva nos meses de novembro e dezembro, combinada com aumento significativo (ainda que não tão acentuado) na demanda de viajantes.

Pontos críticos:

Para o cálculo do TME15 não é considerado o tempo de espera para cada atendimento, mas sim o TME de cada serviço, ou seja, todos os atendimentos prestados para determinado serviço terão impacto, negativo ou positivo, sobre o indicador. Assim, serviços para os quais há grande demanda, mesmo aqueles de baixa complexidade, exigem acompanhamento constante e intervenção ágil e tempestiva dos gerentes das unidades de atendimento, tendo em vista que têm grande peso no desempenho global. Já os serviços de maior complexidade comprometem a capacidade de atendimento como um todo, na medida que ocupam uma posição de atendimento por um tempo maior, impactando significativamente este indicador. A sazonalidade observada na demanda pelos serviços relacionados à Viajante na IRF Santana do Livramento impõe a implementação de estratégia de contorno nos meses de novembro e dezembro de cada ano. Os serviços relacionados ao CNPJ ainda têm participação significativa no tempo total de atendimento (8% no trimestre), o que em muito se deve as dificuldades administrativas e operacionais que têm sido enfrentadas para garantir o deferimento pela Jucergs de 100% das solicitações de inscrição e alteração no CNPJ referentes a atos levados a registro naquele órgão. Outro aspecto que muito influencia o desempenho do indicador é o tipo de senha fornecido. A grande participação da senha normal, sobre a qual todas as demais têm preferência de atendimento, o tem impactado negativamente, trimestre a trimestre. Considerando ainda que a senha normal predomina para serviços com grande demanda, tais como aqueles relacionados ao CPF, à pesquisa de situação fiscal da pessoa física, e à emissão de documentos de arrecadação para pessoa física, tal impacto é normalmente significativo.

Encaminhamentos:

Considerando que o desempenho do indicador depende fortemente da atuação dos gerentes das unidades, deve-se manter e ampliar as ações voltadas para seu desenvolvimento enquanto gestores do atendimento. Não havendo concordância dos Órgãos Centrais quanto à conveniência de restringir-se à senha agendada o atendimento à pessoa física, público principal da senha normal, mesmo quando prestado por sua condição de contribuinte, e considerando que muitos dos serviços a ela prestados apresentam demanda relativamente alta, as unidades de atendimento devem procurar intensificar o controle sobre esses atendimentos, buscando convertê-los em fator positivo para o indicador. As unidades de atendimento devem intensificar também o controle sobre a emissão de senhas pela triagem, buscando evitar sua distribuição em quantidade superior à capacidade de atendimento, ainda que tal medida tenha impacto sobre o índice de demanda reprimida, procurando sempre que possível recomendar o agendamento, inclusive auxiliando a obtê-lo por meio do "Autoatendimento Orientado". Serviços com grande participação no tempo total dispendido com atendimento, tais como "Comprovante de Inscrição CPF", "Situação Fiscal PF" e "Emissão de Darf", estão disponíveis no sítio da RFB, mas seu público tem dificuldades em utilizar o canal. Assim, deve-se, SRRF e UG, criar condições para implantação e efetiva utilização do "Autoatendimento Orientado" em todas as unidades de atendimento. Deve-se manter as ações junto à Jucergs visando à conclusão da implantação da "Nova Sistemática de Atendimento CNPJ", com a análise das solicitações ao CNPJ em etapa anterior ao registro dos atos. Deve-se manter o acompanhamento e avaliação do desempenho das

unidades de atendimento, prestando apoio e orientação especialmente àquelas que apresentarem resultados aquém do esperado.

Observações:

Não há.

Indicador: Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Dia	Negativa	476,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
678,00	536,00	392,00	288,00

- **Finalidade:** Medir o tempo médio do estoque de pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso pendentes (PER).
- **Fórmula de cálculo:** (Somatório do nº de PER pendentes x nº de dias contados desde o ano de transmissão de cada PER pendente) / total de PER pendentes.
- **Fonte dos Dados:** DW PERDCOMP.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Apesar da meta proposta para 10ª RF ter sido ousada (a menor meta entre as Regiões Fiscais, literalmente fora da curva, uma vez que está 2,12 desvios padrões abaixo das médias das metas das demais RFs) o resultado obtido no 2º trimestre já alcança a meta prevista para o 3º trimestre. Considerando que a meta anual é de 476 dias e o que o valor inicial era de 793, temos que a meta fracionada para o 1º, 2º, 3º e 4º trimestres, respectivamente, é de 714, 634, 555 e 476 dias. Nessa ótica, nosso resultado alçou 678 dias no 1º trimestre (meta de 714), 541 no 2º para uma meta de 634 dias, 392 dias para a meta de 555, tendo finalizando o ano com 288 dias para a meta anual de 476 dias. Apesar do não atingimento da meta em nível nacional, a 10ª RF mais do que contribuiu com o alcance dos resultados, tendo enfrentado a mais agressiva (476 dias) e alçado o menor prazo entre todas as regiões.

Pontos críticos:

Excepcional o desempenho das Delegacias de Novo Hamburgo e Santa Maria. AS DRFs de Caxias e Porto Alegre estão também muito bem. Com relação a Novo Hamburgo e Santa Maria estas unidades devem ter chegado na situação de estarem restituindo no ano tudo que é do ano, ou muito perto disto. Estas unidades chegaram onde toda a SRF quer chegar, restituir os valores do ano, no ano.

Encaminhamentos:

Indicador com resultado excelente. Difundir na Região o padrão das delegacias de Santa Maria e Novo Hamburgo.

Observações:

Para efeito de apuração do indicador não são considerados os PER que estão na situação “em análise automática” o que em geral está correto, entretanto, todos os pedidos de reembolso (salário família e maternidade), e restituições previdenciárias (Retenção da lei nº 9.711/98 e Contribuição previdenciária indevida ou a maior) vão para a situação “em análise automática” e, nesta situação ficam estacionados. Isto faz com que os trabalhos realizados com PER previdenciários só sejam considerados na hipótese de terem sido transferidos para trabalho manual antes da apuração da base a ser trabalhada em dezembro (o que raramente acontece). Em decorrência do anteriormente exposto temos dois efeitos extremamente nocivos neste indicador, a saber: a) Ele não induz as unidades a trabalharem os PER previdenciários, que em 2012, por exemplo, representava 15% dos PERDCOMP apresentados; b) Não considera o trabalho das unidades nestes PER, salvo no caso das unidades transferirem para “tratamento manual” os PER a serem trabalhados antes da apuração da base.

Indicador: Grau de fluidez do despacho de importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	89,52	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
85,66	85,37	85,83	86,25	85,98	86,07	86,05	86,10	85,90	85,83	85,90	85,85

- **Finalidade:** Medir a fluidez do despacho de importação.
- **Fórmula de cálculo:** Número de declarações de importação com tempo de despacho menor que 1 dia no mês / número total de declarações de importação desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Manteve-se relativamente estável ao longo do ano. A meta nacional é de 85% e a regional é de 89,52%. Atingimos 85,85% no ano. A região destaca-se como o segundo melhor índice dentre as Regiões, tendo atingido 95,9 % de sua meta.

Pontos críticos:

O estabelecimento de metas regionais com base em série histórica tende a penalizar as regiões fiscais que normalmente já apresentavam desempenho superior. A segunda maior meta é a da 10 RF.

Encaminhamentos:

Como forma de minimizar o ponto crítico, sugere-se que a meta seja unificada para todas as regiões fiscais, ou seja, correspondente a 85%, pelo menos para efeito de cálculo do índice RFB.

Observações:

Não há.

Indicador: Índice de crédito tributário garantido

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	18,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
11,90	15,00	15,00	18,30

- **Finalidade:** Medir a relação entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total de crédito tributário.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total do crédito tributário sujeito a garantia.
- **Fonte dos Dados:** DW Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A meta estabelecida para a 10ª RF foi de 18% de arrolamento para os créditos passíveis de tal, sendo que até o 2º trimestre já atingimos o total de 15%, o que significa grande implemento em relação ao ano anterior em que ficamos com a marca de 11,10 % anual. Seguimos implementando os resultados tendo atingindo no 3º trimestre 15%. No quarto trimestre a DRF/NHO alertou-se que o débito do Contribuinte Ulbra no valor de R\$ 1.903.397.145,11, havia sido parcelado antes do início do programa da cobrança especial, de forma que ele não deveria ter sido incluído no denominador da fórmula. Com essa atualização, bem como com a cautelar fiscal da Cordoaria São Leopoldo (RS 40.000.000,00)

e do arrolamento da AGCO (R\$ 292.157.443,00), obtivemos um novo índice regional de 23% no fechamento do 4º Trimestre.

Pontos críticos:

Dificuldade da identificação e confirmação dos bens do contribuinte. O Conprovi promete trazer mais agilidade no acompanhamento patrimonial. O índice do fechamento se deve sobretudo ao recálculo da DRF/NHO. O arrolamento da AGCO na planilha da Codac consta no valor de R\$ 179.517.688,00, quando correto é de R\$ 292.157.443,00, por isso a diferença.

Encaminhamentos:

Manter os arrolamentos realizados na área de fiscalização e aprimorar a cultura do arrolamento nas x-cat e x-ort.

Observações:

Não há.

Indicador: Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Milhão de R\$	Positiva	32,89	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
3,45	6,62	12,42	13,58	17,16	19,08	21,88	24,21	25,15	27,17	31,57	32,84

- **Finalidade:** Mensurar o valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira.
- **Fórmula de cálculo:** Somatório dos valores apreendidos e dos créditos tributários lançados no mês, provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira.
- **Fonte dos Dados:** Levantamento manual.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A 10ª Região Fiscal atingiu a meta de valores de apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira no ano de 2013, que era de R\$ 32.891.396,86, chegando a 99,84% deste valor (R\$ 32.840.452,27), ficando 4,39% acima do valor de 2012, que era de R\$ 31.458.672,56.

Pontos críticos:

Continua a insegurança institucional devido ao porte de arma discreto e somente dentro do serviço. A questão da restrição de diárias aumentou no final do ano, dificultando ações que demandassem número maior de servidores.

Encaminhamentos:

O projeto SIVANA vai aumentar o número de pontos de controle nas rodovias estaduais e federais, melhorando a qualidade das informações para as equipes de vigilância e repressão. Neste ano, foram adquiridas viaturas ostensivas novas (L200).

Observações:

Não há.

Indicador: Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
109,09	124,69	125,19	117,20	109,68	108,88	109,32	110,86	111,76	110,33	112,28	114,70

- **Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global das operações de vigilância (em Zona de Vigilância Aduaneira - ZVA) e repressão aduaneira definida no Plano Nacional de cada ano.
- **Fórmula de cálculo:** (Pontuação realizada no período / Pontuação prevista no período) x 100, onde:

Pontuação = (quantidade de operações de pequeno porte x 1) + (quantidade de operações de médio porte x 2) + (quantidade de operações de grande porte x 4).

- **Fonte dos Dados:** Controles gerenciais da Corep, a partir de relatórios mensais recebidos das unidades regionais.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

O acompanhamento da previsão fica prejudicado tendo em vista que o novo sistema de Previsão (SIPRAR-WEB) não contempla saídas de valores por DRF/ RF / Planilha, obrigando a trabalhar apenas com os totais de previsão Fazendária e Previdenciária, sem discriminação por tributos.

Pontos críticos:

As restrições de diárias aumentaram no final do ano, dificultando grandes operações e restringindo as pequenas. A falta de sinalização das viaturas ostensivas, que será sanada no início do ano de 2014. A 10ª Região Fiscal assumiu o projeto de armamento institucional, demandando mão-de-obra da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho - Direp10 para organização e realização dos cursos de tiro, e o projeto Sistema de Vigilância Aduaneira - Sivana, sendo também responsável a Direp10.

Encaminhamentos:

A sinalização das viaturas ostensivas vai se realizar no primeiro trimestre de 2014, aumentando a segurança nas abordagens. Aquisições de equipamentos necessários para o projeto SIVANA, que irá melhorar o controle das rodovias. Maior utilização da equipe de cão de faro, que já deu grandes resultados no ano de 2013.

Observações:

Em novembro de 2013, foram apreendidos aproximadamente 33 quilos de pasta base na BR 386, com a participação essencial do cão de faro da Direp.

Indicador: Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
18,43	37,86	65,00	100,00

- **Finalidade:** Medir a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas.
- **Fórmula de cálculo:** $(0,25 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,35 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,40 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT})$.
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal e Sistemas da Arrecadação.
- **Análise de Desempenho**

Situação Atual:

O Acompanhamento dos Maiores Contribuintes da 10ª RF atingiu 100% do Indicador Global de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes – IGAM no ano de 2013.

O IGAM é composto pela soma ponderada do Indicador de Tratamento do Passivo Tributário - IPT, do Indicador de Setor Econômico - ISE e do Indicador de Distorções da Arrecadação - IDA, com os respectivos pesos de 40%, 35% e 25%.

Pontos Críticos:

Concentração de atividades operacionais do Semac num único auditor fiscal.
Os estudos por SETOR ECONÔMICO DOS MAIORES CONTRIBUÍNTES desenvolvidos exigem grande quantidade de horas dos escassos recursos humanos disponíveis para se atingir os resultados propostos na Metodologia. É preciso identificar com clareza o campo de atuação e o produto que se almeja oferecer em benefício da Instituição, sem prejudicar as iniciativas das Unidades e demais setores.

Encaminhamentos:

Solicitação de ingresso de servidores no Semac para recompor e qualificar a equipe ou disponibilização de servidores das unidades para complementar os estudos e atividades do Semac.

Integração Semac e Epmac.

Unificação dos estudos por Setor Econômico com as atividades desenvolvidas pela Epmac, de modo a melhor usufruir dos recursos disponíveis frente aos resultados esperados.

Observações:

As ações que fazem parte do INDICADOR DE TRATAMENTO DO PASSIVO TRIBUTÁRIO estão em sintonia com os objetivos que foram planejados, conforme previsto no PLANO DE TRABALHO MACO 2013, com a participação das Regiões Fiscais.

A implementação de programa automático de análises de distorção da arrecadação no 3º trimestre foi iniciativa de sucesso que permitiu o alcance da meta proposta ao IDA, além de propiciar a atuação mais eficaz das Eqmac na identificação de eventual inadimplência por parte de contribuinte sujeito a acompanhamento diferenciado.

Indicador: Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
9,92	63,62	100,89	142,92

- **Finalidade:** Aferir o percentual de servidores capacitados por unidade, bem como a quantidade de horas de treinamento por servidor no exercício.
- **Fórmula de cálculo:** $\{0,6 \times [(carga\ horária\ total\ de\ capacitação / total\ de\ treinandos\ sem\ repetições) / meta]\} + \{0,4 \times [(total\ de\ treinandos\ capacitados\ sem\ repetições / total\ de\ servidores\ em\ exercício) / meta]\}$.
- **Fonte dos Dados:** Siscad.

- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

Analisando o Índice de Gestão das Ações de Capacitação e Desenvolvimento – IGA C&D, referente ao quarto trimestre, verificamos que, de um modo geral, a Região deu continuidade às ações de capacitação alinhadas ao Programa de Capacitação pela Gestão por Competências, mantendo o bom aproveitamento e superávit ao longo dos trimestres de 2013. O ingresso de novos servidores na Região contribuiu enormemente para esse superávit, uma vez que no primeiro ano de exercício desses servidores, eles devem participar do Programa de Formação Profissional (PFP), que prevê uma carga horária mínima de capacitação de 240 horas para os Auditores Fiscais e de 160 horas para os Analistas Tributários. Essa carga horária foi atingida em quase sua totalidade pelos novos servidores em 2013.

Pontos críticos:

-Limites orçamentários – contingenciamento e limites de deslocamentos (Portaria RFB nº 1.216, de 28.08.13);

-Teto Regional de Proeduc executado em sua totalidade;

-Descontinuidade da educação continuada, gerada pelas constantes ações de capacitação nas diversas competências (específicas, gerenciais e fundamentais). Nesse caso, havendo uma necessidade de maior priorização;

-O Siscad sofreu muitas intervenções para ajustes da programação bianual do Proeduc 2014/2015, provocando muitos erros em diversas transações do sistema;

-No 4º trimestre o sistema Siscad apresentou problemas na consulta parametrizada dos indicadores por período acumulado, pois ajustes de pendências de 2013 ainda estavam sendo feitos às vésperas da extração dos dados pela região (até 10/janeiro/14). Tal situação, impediu que a nossa extração ocorresse no mesmo dia em que ocorreu a extração nacional feita pela Cogep.

Encaminhamentos:

-Foi autorizado pela Sucor/Cogep, em outubro/13, um acréscimo do nosso Teto de Proeduc, proveniente da migração de teto de custeio da região. Além disso, a região recebeu créditos provenientes de remanejamentos de saldos de outras Regiões/Subsecretarias;

-Dar continuidade ao processo de acompanhamento dos indicadores, pois ainda existe muita divergência quando os dados regionais não são extraídos na mesma data de extração da Unidade Central;

-Estimular a realização de eventos EAD e o desenvolvimento dos Programas Nacionais de Capacitação nas Unidades;

-Incentivar a utilização do Portal de Educação Corporativa, disponível na nova Intranet, de forma a ampliar a divulgação dos eventos locais, regionais e nacionais;

-O Serpro tem conhecimento dos problemas operacionais e é acionado constante providenciando as devidas correções nas consultas dos indicadores para 2014.

Observações: Não há.

Indicador: Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas (NAF)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
96,09	96,36	97,36	97,84	97,94	98,27	98,27	98,47	98,47	100,00	100,00	100,00

- **Finalidade:** Apurar o nível de adequação e aprofundamento das ferramentas do ambiente informatizado.
- **Fórmula de cálculo:** $[(IWC = \text{Indicador de webconference} \times 0,20) + (IRM = \text{Indicador de RFBMail} \times 0,10) + (IRS = \text{Indicador de rede sem fio} \times 0,10) + (IAC = \text{Indicador do acelerador wan} \times 0,20) + (IDK = \text{Indicador de estações de trabalho do tipo desktop} \times 0,20) + (INB = \text{Indicador de estações de trabalho do tipo notebook} \times 0,20)] \times 100$.
- **Fonte dos Dados:** Levantamento com base em questionário.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual:

A 10ª Região Fiscal fechou o 4º trimestre com resultado de 100%, superando o trimestre anterior, alcançando a meta estipulada pela Cotec e encerrando o ano com o melhor desempenho dentre todas as RFs e Órgão Central. Em relação ao indicador de webconference, todas as licenças da região (210) foram alocadas, o que nos garante pontuação máxima (20%). Sobre o indicador do RFBMail, temos 648 usuários habilitados, sendo que a meta foi fixada em 294. Atingimos, portanto, pontuação máxima (10%). Quanto ao indicador de rede sem fio, todos os equipamentos estão instalados e operacionais. Pontuação máxima (10%). Concluímos a instalação de todos os aceleradores de WAN da região (46 equipamentos), garantindo pontuação máxima também neste indicador (20%). O indicador de estações de trabalho desktops, que mede a quantidade de novos desktops instalados, dividida pelo total de equipamentos recebidos, apontou resultado de 100% para a 10ª RF, ou seja, todos os desktops recebidos estão instalados e corretamente configurados. O indicador de estações de trabalho notebooks, que mede a quantidade de novos notebooks instalados, dividida pelo total de equipamentos recebidos, apontou resultado de 100%, ou seja, dos todos os notebooks recebidos estão instalados e corretamente configurados. Consideramos que o desempenho da 10ª Região Fiscal no ano de 2013 foi excelente.

Pontos críticos:

Não há.

Encaminhamentos:

Aprimorar o controle periódico do parque, com o intuito de manter o desempenho da RF em 100%. Ficar atento às possíveis alterações na fórmula de cálculo do indicador para 2014, ajustando procedimentos, se necessário.

Observações:

Não há.

Indicador: Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
93,12	92,36	89,50	92,36	93,58	93,44	89,86	91,35	93,57	93,51	99,58	99,55

- **Finalidade:** Apurar o nível de adequação da infraestrutura tecnológica.
- **Fórmula de cálculo:** $[(IA = \text{Estações de trabalho adequadas} \times 0,20) + (IB = \text{Estações de trabalho gerenciadas pela solução de segurança} \times 0,20) + (IC = \text{Usuários com obrigatoriedade de acesso à rede Windows via certificação digital} \times 0,20) + (ID = \text{Controladores de domínio (DC) Windows sem erros de replicação} \times 0,20) + (IE = \text{Utilização da banda dos circuitos de rede wan} \times 0,20)] \times 100$.
- **Fonte dos Dados:** Levantamento com base em questionário.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

A 10ª Região Fiscal encerrou o 4º trimestre de 2013 com resultado de 99,55% no indicador, acima do resultado alcançado no trimestre anterior e do limite verde do semáforo (98%), com o melhor desempenho dentre todas as RFs e Órgão Central. Em relação ao indicador de estações de trabalho, temos em média 1,17 estações em garantia por usuário, o que nos garante pontuação máxima (20%). Sobre o indicador de solução de segurança, temos 98,53% dos computadores ativos corretamente configurados, uma pequena alta em relação ao último trimestre. O resultado, nos garante a pontuação máxima do indicador (acima de 98%). Quanto ao indicador de certificado digital, encerramos o trimestre com 97,77% dos usuários obrigados, alcançando praticamente a pontuação máxima do indicador. No indicador de servidores, todos os equipamentos monitorados estavam funcionando corretamente no momento da apuração. Pontuação máxima. O indicador de circuitos, que mede a quantidade de banda disponível das redes de longa distância, apontou resultado de 72% para a 10ª RF, o que nos garante pontuação máxima (20%). O desempenho da 10ª Região Fiscal no 4º trimestre foi excelente.

Pontos críticos:

O resultado do indicador de circuitos vem apresentando queda constante ao longo do ano (85% - 78% - 76% - 72%). Isso mostra que o consumo de banda vem aumentando, o que era de se esperar em virtude do acréscimo de serviços que utilizam a rede, como por exemplo, e-Processo, Contágil e videoconferências. Apesar de estarmos dentro da faixa de pontuação

máxima no indicador da solução de segurança, como esta é muito estreita (98% a 100%) e a diferença de pontuação para a faixa logo abaixo é muito grande (100% para 70%), algumas máquinas mal configuradas (15 desktops) podem reduzir o resultado final da RF em 6%.

Encaminhamentos:

Revisar constantemente as instalação do SEP de todas as estações de trabalho ativas, visto que uma redução de apenas 15 desktops pode comprometer o resultado da RF. Ficar atendo às possíveis alterações na fórmula de cálculo do indicador para 2014, ajustando procedimentos, se necessário.

Observações:

Não há.

Indicador: Nível de adequação imobiliária (NAI)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	62,97	SEMESTRAL

RESULTADOS

Sem1	Sem2
58,59	66,76

- **Finalidade:** Verificar a padronização das instalações físicas das unidades da RFB.
- **Fórmula de cálculo:** Média ponderada dos índices de adequação imobiliária dos imóveis, com peso 1 para os imóveis com pontuação igual ou superior a 60, peso 2 para os imóveis com pontuação inferior a 60 mas superior ou igual a 40, e peso 3 para os imóveis com pontuação inferior a 40.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Edifica.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

O indicador NAI – Nível de Adequação da Imobiliária da 10ª RF no primeiro semestre de 2013 ficou em 66,78%, ultrapassando a meta definida de 62,97%. A melhora de 8,19% do primeiro para o segundo semestre de 2013, decorreu de obras e reparos que estavam próximos da conclusão no início do ano. Apresentamos os Níveis de instalações físicas que apresentam as maiores melhoras: IRF/CHU – RS0076 (de 39,73% para 67,38%) – O prédio da inspetoria foi reformado, com pintura geral e substituição de esquadrias, entre outros serviços. O índice do prédio foi alterado para 67,38 % após a conclusão dos serviços, mas a alteração no sistema Edifica foi posterior a coleta das informações para o cálculo do NAI 1º

semestre. A construção de cobertura aduaneira e área especial para verificação de bagagem, cuja obra está em andamento, também será decisiva para a segurança, imagem institucional e presença fiscal do estado na fronteira do Brasil, o que aumentará o índice edifica do imóvel em 2014. IRF/SLV – RS0045 (53,12% para 68,14%) – O prédio da inspetoria foi reformado, com pintura geral e recuperação da rampa externa, que estava interditada, entre outros serviços. O índice do prédio foi alterado para 68,14% após a conclusão dos serviços, mas a alteração no sistema Edifica foi posterior a coleta das informações para o cálculo do NAI 1º semestre. ALF/RGE – RS0047 (45,54% para 52,20%) - Está em andamento a reforma geral do telhado que trouxe uma grande melhora no índice do imóvel. IRF/BAG – RS0078 (45,54% para 71,15%) - O imóvel foi reformado de forma a atender as regras de acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência, além de ter recebido intervenções no Gabinete do Delegado e no setor responsável pelas mercadorias apreendidas, aumentando de forma expressiva o índice da Unidade. Para 2014, o imóvel da ACI-Aceguá (pertencente à IRF/BAG - RS 0142), que apresenta diversos problemas de conservação, receberá intervenção com a execução da obra de reforma do prédio do turismo, incluída na obra de melhorias das instalações aduaneiras, cuja licitação foi concluída em 2013. Esta obra deverá ficar concluída somente no primeiro semestre de 2014.

Pontos críticos:

O processo da melhora nas instalações físicas depende de diversos procedimentos, que se iniciam com a licitação e contratação do projeto básico. Posteriormente, segue-se com a elaboração e o recebimento do projeto, a realização da licitação para contratação da obra, sua execução e seu recebimento. Reiteradamente, esse processo demanda um tempo maior que o inicialmente planejado, por motivo de atraso nas entregas de projetos e aprovação nos órgãos oficiais (em 2013, por exemplo, a licitação para contratação do “Chocolatinho” não pôde ser realizada por atrasos nos prazos de entrega do projeto e de aprovação na Prefeitura de Porto Alegre), além de atrasos no próprio andamento da obra. Uma dificuldade adicional é a falta de estrutura e de experiência das Unidades Gestoras na realização de licitações para contratação de projetos, obras, e serviços de engenharia, o que gera uma grande demanda por apoio técnico da Saeng. Outra dificuldade é o fato do mercado da construção estar bastante aquecido, o que leva a uma carência de profissionais e empresas para elaborar projetos e executar obras, obrigando muitas vezes a repetição do certame ou dilação dos prazos das dispensas de licitação (só em 2013, as DRF de Santa Maria, de Santo Ângelo e de Pelotas tiveram licitações desertas para iniciativas constantes do Plano de Engenharia). Por fim, a edição da Portaria do MPOG nº 268/2013, que vedou a contratação de reformas a partir de agosto/2013, retardou a conclusão de diversas contratações (como as de IRF/BRA e IRF/ITA), bem como permanece impedindo a contratação de muitas iniciativas que aguardam manifestação do Ministério, além de novos recursos.

Encaminhamentos:

A Saeng monitorou, ao longo de 2013, o andamento das iniciativas do Plano de Engenharia da 10ª RF, o que gerou diversas realocações de recursos de forma a otimizar a execução da Região, redirecionando-os às contratações com maiores chances de serem concluídas. Para amenizar algumas dessas questões, em 2013, foi criada uma Comissão Regional de Licitações para realização das obras das Coberturas Aduaneiras cujo valor estimativo atingia 28% do valor das intervenções do Plano de Engenharia. Para 2014, a fim de fortalecer o apoio técnico às Unidades, será solicitada a nomeação de servidores para a área da Engenharia (ATA – nível superior).

Observações:

A Copol não inclui, no cálculo do NAI, os imóveis a seguir, que, quando incluídos no cálculo, irão elevar o NAI da Região:

-RS0155 - DRF/URA - Terminal Aduaneiro da BR290 – 91,95 %;

-RS0156 - DRF/SCS - DRF/Santa Cruz do Sul - sede locada – 66,61 %; e

-RS0145 - ALF/POA - ALF-AERO INT'L SALGADO FILHO - TECA – 88,97%

Indicador: Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
7,46	24,08	52,59	98,92

- **Finalidade:** Apurar o desempenho da gestão de mercadorias apreendidas, considerando: valor arrecadado em leilões (ILE), o estoque base (IEB) e os processos fiscais antigos (IPF).
- **Fórmula de cálculo:** $[(0,4 \times ILE) + (0,3 \times IEB) + (0,3 \times IPF)]$, onde:
- ILE = valor arrecadado em leilões;
- IEB = estoque base; e
- IPF = processos fiscais antigos.
- **Fonte dos Dados:** CTMA.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

O índice de gestão de mercadorias apreendidas é composto pelos valores arrecadados em leilão (ILE), redução de estoques de mercadorias apreendidas (IEB) e dos processos antigos nas contas "à disposição de autoridades administrativas (IPF130) e sob custódia (IPF210)". No 4º trimestre de 2013, alcançamos o percentual de 98,92%, da meta anual para a 10ª RF. Com relação à arrecadação em leilões (ILE), devido ao grande esforço das Unidades conseguimos alcançar 98,92% da meta anual para 2013. Quanto à redução de estoque de mercadorias apreendidas (IEB), a Região atingiu 100% da meta esperada para o período, apesar de algumas Unidades não terem alcançado as suas metas individuais. A Região conseguiu reduzir os processos das contas 130 e 210, atingindo também a meta anual.

Pontos críticos:

As apreensões da 10ª RF, em geral, são de mercadorias que se destinam a bazar, não possuindo, portanto, um perfil adequado para realização de leilões, o que demandou um grande esforço por parte das Unidades e mesmo assim não conseguimos atingir o total da meta. A região possui grande quantidade de apreensão de agrotóxicos e produtos químicos que necessitam ser destruídos de acordo com a legislação aplicável, o que dificulta bastante a conclusão dos trabalhos, fazendo com que tenhamos muita dificuldade em eliminar muitos dos processos antigos.

Encaminhamentos:

A Região continua empenhada em realizar leilões de forma globalizada, com mercadorias disponíveis de várias unidades em um mesmo evento, realizado pela equipe de maior experiência, o que está agilizando a saída das mercadorias. A Samap, através do sistema CTMA, faz acompanhamento e orientação sobre a redução de estoque e de processos antigos. Devido a restrição orçamentária e o número reduzido de diárias disponíveis por servidor, não estão sendo realizadas tantas visitas técnicas quanto necessárias nas Unidades com maior dificuldade no atingimento das metas. O acompanhamento e orientações estão sendo feitos à distância. No último trimestre, foi realizada visita apenas na IRF/Santana de Livramento, Unidade que estava com maior dificuldade em alcançar a meta de redução dos processos antigos. Está sendo criado um Grupo de Trabalho para realizar estudos sobre as maneiras ecologicamente corretas de destruição das mercadorias e realização de licitação para contratação de empresa especializada em destruição. Está sendo programado para março de 2014 Treinamento de Mercadorias Apreendidas com foco no IGMA, Leilão e Destruições.

Observações:

Não há.

Indicador: Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
1,16	7,5	16,93	24,59	34,08	41,69	50,25	58,24	65,53	72,09	79,67	94,37

- **Finalidade:** Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação ao teto definido para as despesas de custeio.
- **Fórmula de cálculo:** [Valor executado (empenhado a liquidar + liquidados) dividido pelo teto disponível (descontingenciado) de custeio anual da RF] x 100.
- **Fonte dos Dados:** Siafi.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

1) INFORMAÇÕES GERAIS: O cálculo do indicador de custeio é composto dos seguintes itens: Teto para despesas fixas e variáveis (já considerado os valores descentralizados pelo atingimento das metas – avaliação em setembro/13): R\$ 34.305.936,76 Teto para despesas com capacitação - Proeduc (considerado o aumento de teto autorizado em novembro/13): R\$ 1.246.283,17 Teto para despesas do Plano de Engenharia (conforme última revisão do Plano de Engenharia (Portaria RFB 1.570/13): R\$ 3.946.768,00 Teto total considerado para o indicador de custeio: R\$ 39.498.987,93 Execução de custeio em 31/12/13: Execução das despesas fixas e variáveis: R\$ 33.461.217,31 Execução das despesas com capacitação - Proeduc: R\$ 1.123.246,38 Execução das despesas do Plano de Engenharia: R\$ 2.611.974,37 2) MEMÓRIA DE CÁLCULO: a) Fixas e variáveis = 97,54 % b) Proeduc = 90,13 % c) Plano de Engenharia = 66,18 % d) Indicador Custeio = Execução / Previsão = R\$37.196.438,06 / R\$39.498.987,93 = 94,17%

Pontos críticos:

Em relação ao custeio, a devolução integral do adiantamento de crédito solicitado à Copol no início do ano (referente ao valor de uma programação) foi possível, principalmente, em razão da liberação dos créditos contingenciados e descentralizados após o alcance das metas na avaliação de setembro. Caso não tivessem sido liberados tais créditos, as Unidades provavelmente incorreriam em déficits no encerramento do exercício, em especial, aquelas onde o teto demanda ser revisado de forma a atender as despesas necessárias à manutenção de suas instalações (tais como a IRF/CHU e a DRF/STM). Quanto ao Proeduc, os recursos encontravam-se praticamente esgotados já no final do 1º semestre, motivo pelo qual foi solicitada à Cogep uma migração do teto de Fixas e Variáveis (Custeio) da Região para o teto do Proeduc no valor de R\$ 200.000,00. Inicialmente, foram liberados R\$ 46.238,17 originados da redistribuição de recursos não utilizados em outras Regiões e Subsecretarias. Posteriormente, após reiteradas solicitações da Dipol e do Gabinete desta SRRF, foi autorizado o aumento do teto de Proeduc no valor de R\$ 200.000,00. O valor final do teto foi alterado, assim, para R\$ 1.246.283,17. Como os recursos foram liberados muito próximos ao término do ano, não houve tempo hábil para sua utilização integral, dada a logística necessária para a realização dos treinamentos. Para 2014, o valor total da programação de treinamentos na Região (ainda não analisada pela Cogep) ultrapassa os R\$ 6 milhões, sendo que o teto previsto é bastante similar ao originalmente definido para a Região em 2013 (R\$ 1.010.000,00 em lugar de R\$1.000.045,00). Relativamente à forma de apresentação dos dados, ressalta-se que o teto do Proeduc ficou centralizado na SRRF10, não tendo sido desdobrado para as Unidades em razão da dificuldade de seu controle e acompanhamento, dado não termos mecanismos para separar o que é execução do Proeduc da UG daquilo que é execução do Proeduc das Divisões pelas consultas do Siafi Gerencial. Para 2014, será definida nova forma de controle (paralelo ao Siafi) para que seja possível a verificação da execução nas Unidades. No Plano de Engenharia, a Região executou 66,18 % da meta anual. Em função do peso de seus valores estimados, colaboraram de forma significativa para esse percentual a não conclusão das iniciativas referentes à Acessibilidade das Unidades (estimativo de R\$ 425.732,00) e às Redes Lógicas (estimativo de R\$428.374,00), cujas contratações ficaram suspensas em decorrência da Portaria MPOG nº 268/13, tendo sido liberadas somente as de Acessibilidade no término do ano.

Encaminhamentos:

Em 2013, o teto orçamentário não ficou centralizado na SRRF, foram distribuídos tetos para as Unidades para que fosse possível acompanhar e controlar suas despesas, otimizando da melhor forma os recursos disponíveis. Dessa metodologia, foi verificado que algumas Unidades necessitam ter seus tetos revisados para poderem garantir a manutenção de suas instalações e que, por outro lado, outras vêm solicitando recursos superiores ao necessário para atendimento de suas obrigações, deixando-os sem uso ao longo dos meses. Para 2014, com a análise desses dados, será possível redefinir os tetos a fim de otimizar as execuções e atender às Unidades de forma mais equilibrada. Para o Proeduc, será definida nova forma de controle dos repasses às Unidades (paralelo ao Siafi) de forma a estabelecer subtetos por UG e verificar suas capacidades de execução dos recursos demandados. Em relação ao Plano de Engenharia, para 2014, a execução das iniciativas nas Unidades será novamente monitorada pela Saeng de forma a avaliar a necessidade de revisão do Plano, realocando os recursos para demandas com maior possibilidade de conclusão de contratação.

Observações:

Não há.

Indicador: Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
3,79	41,97	49,86	68,34

- **Finalidade:** Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação aos valores liberados para as despesas de investimentos.
- **Fórmula de cálculo:** $(0,4 \times \text{VALOR.MP}) + \{0,6 \times [(0,6 \times \text{VALOR.OBRAS}) + (0,4 \times \text{QTDE.OBRAS})]\}$, em que VALOR.MP = Valor Executado em investimentos para materiais permanentes (empenhado a liquidar + liquidados, grupo de despesas de investimento) / Total liberado para despesas em Investimentos para materiais permanentes. VALOR OBRAS = Valor Executado em Obras/Serviços integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas (empenhado a liquidar + liquidados, grupo de despesas de investimento) / Total liberado para despesas em investimento para Obras/Serviços integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas. QTDE OBRAS= Quantidade de Obras/Serviços executados integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas / Total de Obras/Serviços integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas.
- **Fonte dos Dados:** Siafi.

- **Análise de Desempenho**

Situação atual:

1) **INFORMAÇÕES GERAIS:** O cálculo do indicador de investimento é composto dos seguintes itens: a) 40% Reaparelhamento (valores empenhados em TI e demais materiais permanentes): execução/meta; b) 60% Plano de Engenharia (60% dos valores empenhados + 40% do número de iniciativas de Investimento na fase IV): execução/meta. No que se refere a esse Indicador, importa ressaltar que: a) após a última avaliação de desempenho feita pela Copol (datada de setembro), a 10ª Região, por atingir ótimos resultados no seu nível de execução, recebeu recursos adicionais (R\$ 1.210.000,00) que, somados ao teto já existente (R\$ 2.200.000,00), alcançaram o valor R\$ 3.410.000,00; b) em setembro, dada a última revisão do Plano de Engenharia (Portaria RFB 1.570/13), o teto global das iniciativas de investimento reduziu em R\$ 3.572.754,00, finalizando em R\$ 29.220.158,00, bem como foi incluída mais uma iniciativa nessa categoria (Elaboração do Projeto Básico da DRF/NHO), totalizando 23 iniciativas. Dessa forma, os tetos ficaram em: Teto para Reaparelhamento* (TI e materiais permanentes): R\$ 3.410.000,00 Teto Investimentos do Plano de Engenharia: R\$ 29.220.158,00 Total de iniciativas de Investimento do Plano de Engenharia: 23 * considerado o aumento da meta após liberação de recursos adicionais em novembro

Execução de investimento em 31/12/13: Execução do Reaparelhamento (TI e materiais permanentes)*: R\$ 2.938.605,04 Execução dos Investimentos do Plano de Engenharia: R\$ 19.018.267,32 Número de iniciativas de Investimento do Plano de Engenharia na fase IV (contrato): 10

2) **MEMÓRIA DE CÁLCULO:** a) Reaparelhamento** = 86,18 % b) Plano de Engenharia = 60% valor empenhado + 40% iniciativas na fase IV = $(60\% \times 65,09\%) + (40\% \times 43,48\%) = 56,44\%$ c) Indicador Investimento: 40% (Reaparelhamento) + 60% (Plano de Engenharia) = $(40\% \times 86,18\%) + (60\% \times 56,44\%) = 68,34\%$ ** considerado o valor dos empenhos para aquisição realizada pela IRF/SLV de pallets e racks, os quais não constam da execução informada pela Copol por não terem sido executados nos Planos Internos (PI) próprios do Reaparelhamento (INVESOUTROS/INVESTECINF), e sim no PI DIOAR.

3) **ANÁLISE DO RESULTADO:** a) **REAPARELHAMENTO:** comparativamente à execução do último trimestre, houve uma queda na parcela referente ao Reaparelhamento (de 90,5% para 86,18%) em razão do aumento da meta, em novembro, com a descentralização dos créditos adicionais de R\$ 1.210.000,00. Caso fosse mantida a meta originalmente definida, a execução da Região seria de 133,57%. Localmente, a execução nas Unidades mostrou-se bastante satisfatória. Comparando-se as demandas de crédito (atualizadas pelas UGs junto à Dipol em setembro/13), verifica-se que, à exceção da IRF/POA, todas atingiram, no mínimo, 70% da meta definida. Cabe ressaltar que, no ano de 2013, foram estabelecidas licitações regionais (no-breaks na SRRF, cadeiras na DRF/POA, mobiliário na DRF/PEL e pallets na IRF/SLV), cujo sucesso impactou diretamente no atingimento da meta regional e, consequentemente, colaborou para a distribuição adicional de recursos para Reaparelhamento em novembro (de R\$ 1.210.000,00). b) **PLANO DE ENGENHARIA:** Primeiramente, há que se ressaltar que as metas do Plano de Engenharia, mesmo nos tetos onde todas as iniciativas foram executadas, não foram revisadas de acordo com os valores obtidos nas licitações, o que deturpa o resultado da Região (diminuindo-o). Da mesma forma, o valor a maior empenhado no teto OUTRAS OBRAS (de mais de R\$ 2,8 milhões na licitação da obra da nova sede da DRF/SCS), não foi considerado como execução da Região, o que reduz, mais ainda, o percentual de atingimento da meta estipulada. De qualquer forma, a Região apresentou uma boa execução das metas referentes ao Plano de Engenharia, apesar de não termos atingido a meta de 100%, o percentual alcançado foi de 66,74% no que se refere à meta de valor empenhado e de 45,45% relativamente à meta de número de iniciativas situadas na fase de contratação. No que tange às iniciativas estratégicas

constantes do Sage, cabe destacar o sucesso das referentes às contratações da obra da DRF/SCS e das obras das Instalações Aduaneiras (para as quais foi designada uma Comissão Regional para a realização das licitações), cujo valor total representava cerca de 58% do valor do Plano de Engenharia da 10ª RF. Por fim, destaco que os valores das metas das Delegacias de NHO, URA e SLV foram revisadas pela Dipol no Painel para o valor realmente executado de forma a retratar o atingimento pleno das metas dessas Unidades.

Pontos críticos:

1) REAPARELHAMENTO: A distribuição de volumes altos de recursos suplementares para investimento no término do exercício não consegue ser absorvida integralmente pela Região. Mesmo que haja demanda de equipamentos, dada a exiguidade do tempo, não é possível a conclusão dos certames. Diante disso, procurou-se atender às solicitações de material permanente da Região por intermédio de adesões a Ata de Registro de Preços de outros Órgãos Federais, obtendo-se êxito na contratação de projetores, refrigeradores e bebedouros.

2) PLANO DE ENGENHARIA: a) Obras das Coberturas Aduaneiras – GRANDES EVENTOS – a obra da IRF/Chuí apresenta ritmo lento. A licitação da IRF/PXR não teve interessados. Para as demais obras contratadas, o atraso no pagamento (ocasionado pela demora de repasse dos recursos financeiros pela Copol) tem comprometido o bom andamento das obras. b) Projetos das Agências Modelo – UNIDADES MODELO – foram contratados os projetos básicos para as três Unidades constantes do Plano de Engenharia (Montenegro, Alegrete e Canoas). c) Obra do Chocolatinho – OBRAS DESTACADAS: o projeto é grande e complexo e exige muita disponibilidade de tempo e conhecimento para sua análise. Dificuldade para revisão do orçamento quando entregue, em razão do volume de informações que devem ser analisadas. O prazo para entrega e aprovação do Projeto Legal na Prefeitura. d) Redes Lógicas – REDES LÓGICAS com o advento da Portaria MPOG nº 268/13, de 30/07/13, ficaram suspensas as contratações de reformas relativas a imóveis, tendo sido possível o encaminhamento de demandas pontuais para análise da Secretaria Executiva do mesmo Ministério, situação em que foram enquadradas todas as iniciativas relativas à reestruturação de Redes Lógicas (à exceção da execução da obra na SRRF10 e das atualizações de projetos em Santa Maria e Pelotas que já se encontravam empenhadas quando da publicação da referida norma). Dessa forma, não foram concluídas muitas das contratações cujas licitações estavam prontas para empenho. e) Obra da DRF/SCS – OUTRAS OBRAS – o prazo para contratação da assessoria à fiscalização é pequeno dado que o início da obra ocorrerá em 10/02/14. f) Obra da DRF/NHO – OUTRAS OBRAS – a empresa está com o cronograma de entregas das fases em andamento.

Encaminhamentos:

1) REAPARELHAMENTO: Apesar da ótima execução já apresentada, para o próximo exercício, além de mantida a estratégia de compras regionais pelas Unidades, no segundo semestre, serão iniciadas Licitações para Registros de Preços (que não obriga a contratação) dos equipamentos demandados na Região, de forma a otimizar os recursos suplementares usualmente distribuídos.

2) PLANO DE ENGENHARIA: Manutenção da forma descentralizada de contratações nas Unidades, com a gestão local das licitações e fiscalização com o apoio técnico dos servidores da Saeng. Relativamente às iniciativas constantes do investimento do Plano de Engenharia, não serão mais previstas as contratações de projetos básicos e execução das respectivas obras no mesmo exercício.

Observações:

Não há.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 10ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 10**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 3: Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão
(Item 3, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

3.1 - Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 3 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	

Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

Análise Crítica:

(*) **Item 3** – A 10ª RF se utiliza do sistema de mensageria eletrônica, das ferramentas institucionais Intranet e da Rede Social Corporativa – Conexão Receita para estabelecer uma comunicação adequada e eficiente, tanto no público interno quanto para a sociedade como um todo, ainda se utilizando do “youtube” e do “twitter” que estão em pleno funcionamento para a divulgação das ações corporativas.

(**) **Item 4** – Código de Ética: Esclarecemos que a RFB ainda não possui um código de ética próprio. Entretanto, cumpre destacar que seus servidores observam rigorosamente os preceitos contidos no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, bem como os dispositivos legais que regem o Regime Jurídico Único (Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990).

Em 19 de agosto de 2011, por intermédio da Portaria RFB nº 3.262, foi constituída a Comissão de Ética Pública Seccional da RFB (CEPS/RFB), com abrangência de atuação em casos envolvendo agentes públicos em exercício na RFB, preservada a competência da Comissão de Ética Pública Setorial do Ministério da Fazenda (CEPS-MF). Dentre as atividades a serem desenvolvidas pela CEPS em seu Plano de Ação está a elaboração do Código de Conduta da RFB (complementar à legislação citada acima) e o desenvolvimento de um Programa de Disseminação de Cultura Ética no âmbito da RFB. O Secretário da RFB, pela Portaria RFB nº 773, de 24 de junho de 2013, aprovou o Código de Conduta dos Agentes Públicos em exercício na Secretaria da Receita Federal do Brasil, que tem por objetivo ser um instrumento balizador do comportamento esperado dos Agentes Públicos em exercício na Secretaria da Receita Federal do Brasil, tendo sido elaborado com vistas a facilitar a consulta dos seus destinatários e de quaisquer interessados. Esse código concretiza uma aspiração antiga da Receita Federal, visto que, na última década, vários esforços foram envidados para a construção de um instrumento que orientasse a conduta pessoal e profissional dos seus agentes, quando diante de dilemas éticos em sua atuação cotidiana.

(***) **Item 16** – A RFB investe permanentemente em controles internos de modo a evitar/minimizar o acontecimento de fraudes e perdas. Cabe complementar que eventuais ocorrências são sucedidas pela abertura de processo administrativo, formalmente constituído, documentado e que segue os ritos processuais e legais previstos, vindo a gerar registros históricos.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 10ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 10**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 4: Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira
(Item 4, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

4.1 - Execução das Despesa

Quadro 4 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	170010	170177	04301211020040001			3.085,55
Recebidos	170010	170177	04125211020VF0001			1.885.948,81
Recebidos	170010	170177	04125211020VF0001			2.226.251,75
Recebidos	170010	170177	04129211022380001			312.735,14
Recebidos	170010	170177	04122211020000001			34.277.583,88
Recebidos	170010	170177	04125211022370001			2.331.652,55
Recebidos	170010	170177	04125211020VF0001			387.561,92
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	170010	170177	04125211020VF0001	18.763.602,59		
Recebidos	170010	170177	04125211020VF0001	4.399.880,10		
Recebidos	170010	170177	041222110148K0043	259.470,47		
Recebidos	170010	170177	04122211020000001	371.669,38		
Recebidos	170010	170177	04125211020VF0001	3.322.812,29		
Recebidos	170010	170177	04125211020VF0001	723.893,48		
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Quadro 5 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	27.077.853,06	94.211.668,26	26.244.744,83	24.928.686,26
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	1.834.364,20	4.499.569,61	1.823.564,20	896.798,61
c) Concorrência	1.633.375,11	13.960.602,11	886.883,01	2.191.007,18
d) Pregão	23.610.113,75	75.751.496,54	23.534.297,62	21.840.880,47
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	7.099.155,93	8.472.994,14	7.035.909,43	7.573.272,40
h) Dispensa	3.730.655,45	3.608.424,33	3.714.600,41	3.160.489,08
i) Inexigibilidade	3.368.500,48	4.864.569,81	3.321.309,02	4.412.783,32
3. Regime de Execução Especial	24.241,19	29.767,92	24.241,19	29.767,92
j) Suprimento de Fundos	24.241,19	29.767,92	24.241,19	29.767,92
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	3.411.349,70	3.076.086,98	3.411.349,70	3.076.086,98
k) Pagamento em Folha	0,00	37.315,67	0,00	37.315,67
l) Diárias	3.411.349,70	3.038.771,31	3.411.349,70	3.038.771,31
5. Outros	1.121.124,15	1.141.176,81	1.099.285,61	1.079.021,71
6. Total (1+2+3+4+5)	38.733.724,03	106.931.694,11	37.815.530,76	36.686.835,27

Quadro 6 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1 – Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal	0,00	37.315,67	0,00	37.315,67	0,00	0,00	0,00	37.315,67
08 - Outros Benef.Assistenciais	0,00	37.315,67	0,00	37.315,67	0,00	0,00	0,00	37.315,67
92 – Desp. Exerc. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	39.743.301,05	43.189.246,23	34.309.981,10	35.704.344,53	5.433.319,95	7.484.901,70	34.198.724,06	35.645.295,56
39 –	28.319.423,19	30.629.517,99	24.003.221,28	23.963.029,94	4.316.201,91	6.666.488,05	23.934.520,48	23.924.466,35

Outros.Serv.Pes.Jurídica								
14 – Diárias Pessoal Civil	3.410.511,30	3.038.771,31	3.410.511,30	3.038.771,31	0,00	0,00	3.410.511,30	3.038.771,31
30 - Material de Consumo	2.122.705,65	1.675.096,51	1.460.650,29	1.240.897,04	662.055,36	434.199,47	1.460.650,29	1.240.897,04
Demais elementos do grupo	5.890.660,91	7.845.860,42	5.435.598,23	7.461.646,24	455.062,68	384.214,18	5.393.041,99	7.441.160,86
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos	26.981.915,31	63.705.132,21	4.423.742,93	1.004.224,04	22.558.172,38	62.700.908,17	3.616.806,70	1.004.224,04
51 – Obras e Instalações	21.963.828,73	11.485.027,32	1.784.204,67	350.714,99	20.179.624,06	11.134.312,33	1.023.101,19	350.714,99
52 – Equip. Material Permanente	4.945.898,30	52.206.299,89	2.639.538,26	648.094,05	2.306.360,04	51.558.205,84	2.593.705,51	648.094,05
39 -Outros Serv. Terc. PJ	36.720,00	13.805,00	0,00	5.415,00	36.720,00	8.390,00	0,00	5.415,00
Demais elementos do grupo	35.468,28	0,00	0,00	0,00	35.468,28	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Análise Crítica - A principal alteração na evolução das despesas do exercício 2012 em relação ao exercício 2013 foi a aquisição de veículos para toda a Receita Federal em licitação sob a responsabilidade da Superintendência, no exercício de 2012, em razão da política de descentralização das licitações de grande valor, implementada pelo órgão central da RFB. O impacto foi em torno de R\$ 40 milhões nos gastos de investimentos, com a respectiva inscrição em restos a pagar não processados. Outra relevante realização foi a conclusão da licitação para obras de engenharia na Inspetoria da RFB em Chui/RS no montante aproximado de R\$ 11 milhões, que também está inscrito em restos a pagar não processados, enquanto que no exercício de 2013 tivemos a contratação da obra de atualização da Rede Lógica no Prédio-Sede do MF/RS, para as unidades da RFB, com valor empenhado de R\$ 1.944.999,99, ainda a contratação da execução da obra de construção da DRF/Santa Cruz do Sul, com empenho de R\$ 8.865.548,00 em investimento.

Contingenciamento no exercício: No que tange ao contingenciamento das despesas de custeio, a Região Fiscal promoveu medidas de protelação da aquisição de material de consumo e remanejamento de estoques entre as Delegacias/Inspetorias. Outra medida importante tomada pela Superintendência foi liberar os recursos orçamentários a medida que era necessário empenhar para fazer os pagamentos, reduzindo, assim, ao mínimo os montantes empenhados na conta de Empenhos a Liquidar. Tal medida ocasionou um volume de operações no SIAFI acima da média, entretanto reduziu significativamente a incidência de multa e juros por atrasos no pagamento em toda a 10ª Região Fiscal.

O órgão central da Receita Federal estabeleceu critérios de distribuição de orçamento vinculado ao atingimento de metas e nesta circunstância, houve a limitação de despesas com diárias e passagens. Um dos indicadores que mais foi atingido por essa restrição foi o vinculado a área de mercadorias apreendidas. Entretanto, após o mês de setembro, que serviu de base para redistribuição de recursos,

a Região Fiscal fez um esforço emergencial, com visitas técnicas a algumas unidades gestoras e ao final do ano, foi atingido um excelente resultado nesta área, culminando com o atingimento total dos indicadores de resultados orçamentários, com execução dentro do programado, conforme demonstrado nos indicadores de gestão da área orçamentária de custeio e investimento.

4.2 - Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 7 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	70.185.809,87	59.639.106,45	571.043,94	9.975.659,48
2011	788.701,73	312.423,19	476.278,54	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	40.590,25	40.590,25	0,00	0,00

4.3 - Suprimentos de Fundos

Quadro 8 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	0	-	14	3.360,10	77	20.844,29	24.204,39
2012	0	-	11	4.005,68	114	25.720,08	29.725,76
2011	0	-	7	2.401,00	103	21.642,85	24.043,85

Fonte: Unidades Gestoras, SIAFI e Processos de Prestação de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro 9 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Código da UG 1			Limite de Utilização da UG		
	170177			R\$ 20.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Aurélío Ruas Ferreira da Silva	295.883.830-72	8.000,00	790,00	287,40	1077,4
Marcia Elizabeth Daniele	264.484.238-77		300,00	1.284,50	1584,5
Nelson Iochims	176.114.150-34	8.000,00	1.308,00	2.075,10	3.383,10
Total Utilizado pela UG			2.398,00	3.647,00	6.045,00

Código da UG 2	170180	Limite de Utilização da UG	R\$ 24.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Alessandro Ramires Gonçalves	755.329.990-15	8.000,00	100,00	1.749,45	1.849,45
Alexandre Silveira de Vasconcelos	380.447.300-87	8.000,00	0,00	1.034,45	1034,45
Valdir Antonio Borges Cardoso	391.562.570-15	8.000,00	502,10	2.766,78	3.268,88
Total Utilizado pela UG			602,10	5.550,68	6.152,78

Código da UG 3	170181	Limite de Utilização da UG	R\$ 8.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Vinicius Marques Viegas	001.215.030-46	1.000,00	0	894,70	894,70
Total Utilizado pela UG			0	894,70	894,70

Código da UG 4	170183	Limite de Utilização da UG	R\$ 10.475,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
José Alberto Mallmann	388.115.100-15	5.935,00	0,00	2.065,58	2.065,58
Flávio Luiz Corrêa dos Santos	323.438.920-91	4.540,00	0,00	1.498,95	1.498,95
Total Utilizado pela UG			0	3.564,53	3.564,53

Código da UG 5	170184	Limite de Utilização da UG	R\$ 24.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Lúcia M. C. De Carvalho	334.745.320-49	8.000,00	0	998,58	998,58
Nelci Herrmann	297.430.520-20	8.000,00	0	724,27	724,27
Verônica M. Pafiadache Morelle	297.491.660-00	8.000,00	0	1.141,00	1.141,00

Total Utilizado pela UG			0	2.863,85	2.863,85
Código da UG 6	170186	Limite de Utilização da UG	R\$ 12.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Rogério Noro	638.776.430-00	12.000,00	0	3.655,10	3.655,10
Total Utilizado pela UG			0	3.655,10	3.655,10
Código da UG 7	170187	Limite de Utilização da UG	R\$ 3.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Janer de Castro Pires	540.269.970-49	1.500,00	0,00	396,00	396,00
Rosalba Arbelo de Castro	231.832.840-49	1.500,00	360,00	272,43	632,43
Total Utilizado pela UG			360,00	668,43	1.028,43
Total Utilizado pela UJ			3.360,10	20.844,29	24.204,39

Fonte: Unidades Gestoras, SIAFI e Processos de Prestação de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro 10 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO "B" E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							30	24.204,39	41	29.725,76	40	24.043,85

Fonte: Unidades Gestoras, SIAFI e Processos de Prestação de Contas de Suprimento de Fundos

Análise Crítica

A aquisição de bens e serviços por Suprimento de Fundos é prática não usual nas unidades que jurisdicionam a 10ª Região Fiscal. Os montantes utilizados representam uma porcentagem de menos de 0,07% em relação aos valores executados no exercício de 2013, o que demonstra que o uso é feito apenas como meio excepcional de gasto.

Os procedimentos do uso do CPGF nesta Região Fiscal segue a legislação vigente, inclusive quanto a solicitação, por parte do servidor-portador, ao ordenador, de autorização prévia quando da opção saque. Para cada gasto é dada publicidade através do SCP (Comprasnet), onde é informado o valor, o beneficiário (prestador do serviço ou fornecedor), o objeto do dispêndio e o motivo.

Com o uso do CPGF é possível equacionar necessidades urgentes e/ou de pequeno valor para as quais os meios ordinários (licitações) seriam inviáveis ou antieconômicos. O uso de suprimento de fundos agiliza e/ou viabiliza as atividades institucionais da unidade.

No presente exercício, foi observado com maior rigor quanto a não utilização do CPGF por servidor que esteja em férias.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 10ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 10**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 5: Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados
(Item 5, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

Introdução

Na Receita Federal do Brasil, a gestão de pessoas é realizada pelas Regiões Fiscais e Unidade Central sob coordenação da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) da Subsecretaria de Gestão Corporativa (Sucor), a qual compete regimentalmente planejar e gerenciar os processos de trabalho de gestão de pessoas, abrangendo, entre outros, os processos de recrutar, selecionar, alocar, administrar, avaliar, capacitar, desenvolver, reconhecer e valorizar pessoas, observadas as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos Órgãos dos Sistemas Federais de Recursos Humanos. Nas Regiões Fiscais, a gestão de pessoas está a cargo das Divisões, Seções, Serviços e Equipes de Gestão de Pessoas (Digep, Sagep, Segep e EGP), subordinadas administrativamente às Superintendências Regionais e tecnicamente à Cogep.

As Áreas de GP executam, no âmbito de suas respectivas unidades, desde as atividades de rotinas do cadastro funcional, da folha de pagamento, de concessão de direitos, de análise de cumprimento de deveres e da gestão da capacitação até a implementação das iniciativas estratégicas da política de Gestão de Pessoas que impactam todos os processos de trabalho elencados no parágrafo anterior.

O trabalho de confecção dos quadros de Gestão de Pessoas foi executado procurando-se seguir as orientações contidas na Portaria TCU nº 175/2013 e introduzindo novo modelo de trabalho, construído a partir de Workshop realizado em outubro de 2013, com participação de representantes das dez Regiões Fiscais da Receita Federal do Brasil, Audit, Copol, Cotec, CGU e áreas técnicas da Cogep.

O objetivo do novo modelo de trabalho consistiu em integrar e aperfeiçoar o processo de extração de dados e análise de resultados, através da descentralização das atividades para as Regiões Fiscais. Isso só foi possível com a disseminação do *know-how* desenvolvido pela Cogep desde 2010. O conhecimento foi propagado em duas vertentes: atividades preparatórias para a Prestação de Contas e extração, tabulação e análise dos dados.

Em relação às atividades preparatórias, foram diagnosticados pontos críticos, implementadas soluções de melhoria e elaborado um plano de ação para padronização das rotinas e fluxos dos processos de trabalho relativos a cadastro de pessoal e folha de pagamento. Como consequência da reflexão do grupo sobre a execução da Prestação de Contas, houve consenso sobre os seguintes tópicos:

- O cronograma de extração e entrega dos dados não é compatível com o calendário da rotina de gestão de pessoas desenvolvida via Siape. Por exemplo, o lançamento de ocorrências de afastamentos do mês de dezembro pode ser realizado até o mês de fevereiro, a depender do calendário da folha de pagamento. Outro exemplo é a disponibilidade de dados no DW Siape: a informação consolidada de dezembro de 2013 só ficou acessível no final de janeiro de 2014. Caso o preenchimento dos quadros fosse totalmente baseado no DW, não haveria tempo hábil para conclusão do trabalho.
- Em alguns itens, o detalhamento das informações solicitadas na Portaria TCU nº 175/2013 não é de fácil entendimento. Muitas vezes não fica claro qual é o objetivo pretendido pelo TCU com os dados. Por exemplo, as remoções foram alocadas no quadro referente a “Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Unidade Jurisdicionada”. Porém, entendemos que essa não é a melhor maneira de se apresentar tal informação, pois ela reflete mais a movimentação dentro do quadro funcional do que redução da força de trabalho. Essa informação em âmbito nacional não faz sentido, pois os servidores são removidos dentro da própria RFB e, portanto, não representam redução na força de trabalho. Acreditamos que os números sobre remoção são importantes para o gerenciamento da movimentação dentro da

instituição, por isso serão apresentados em quadro separado, considerando todo o ano de 2013 e não apenas o dia 31/12 (o que também não entendemos o sentido);

- São solicitados três quadros com informações do Sisac, porém o sistema não fornece dados gerenciais, tampouco desagregados por região fiscal. A RFB desenvolveu um módulo próprio no Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3 com inserção manual dos mesmos atos já lançados no Sisac. Esse é um **trabalho a mais** para os cadastradores, que impacta a rotina operacional, porém é a única forma de entregar os quadros devidamente preenchidos;
- Desde 2010 as reuniões com CGU, Audit e Copol têm colaborado para dirimir dúvidas e alinhar conceitos, aperfeiçoando a qualidade da informação a ser apresentada.

Já em relação à extração, tabulação e análise dos dados, listamos os seguintes pontos:

1. As dificuldades para extração de dados, relacionadas desde o relatório 2010, permanecem vigentes. Nenhuma alteração substancial foi implantada no Siape ou Siapecad que facilitasse tal trabalho. Mesmo a versão DW do Siape não trouxe soluções plenamente adaptáveis à estrutura funcional detalhada dos órgãos da Administração Federal. Por esses motivos, a grande maioria dos quadros é preenchida com informações gerenciais formatadas pelo SA3. Desde 2010 são desenvolvidos e aperfeiçoados módulos no SA3 para auxiliar a Prestação de Contas. O que deveria ser a exceção tornou-se regra;
2. As extrações da folha de pagamento e de estagiários continuam sendo realizadas de forma centralizada pela Cogep, através do DW Siape. Identificamos para o plano de capacitação 2014 da Rede de Gestão de Pessoas da RFB a necessidade de cursos sobre a ferramenta, com o objetivo de descentralizar a extração;
3. Os dados do DW Siape permanecem com a necessidade de tratamento para que os mesmos sejam concatenados conforme instrução do TCU, o que inviabiliza o uso para extração de dados do cadastro funcional utilizados na maioria dos quadros.

A manutenção do modelo dos quadros e do conteúdo da informação em 2013 facilitou o processo de disseminação do conhecimento e aperfeiçoamento da compreensão dos dados. Gerou estabilidade para construção do Workshop e maior sinergia entre os órgãos integrantes da Prestação, pois as discussões necessárias foram no sentido de esclarecer a interpretação do conteúdo de cada quadro e não sobre novas alterações de formato.

Ainda permanecem as dificuldades com as informações sobre servidores cedidos e requisitados, na sua grande maioria em relação às ferramentas do Siape que não oferecem todos os subsídios necessários para contemplar a informação gerencial. Por exemplo, no caso dos cedidos, com a saída do servidor para o novo órgão, há perda da gestão dos dados do cadastro funcional. Isso impede identificar a nova função (FG ou DAS) no outro órgão do servidor cedido.

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 11 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada*	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	3076	1746	91	102
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5+1.2.6)	3076	1746	91	102
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	3.076	1.714	91	102
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3 Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	1	0	0
1.2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	0	0	0
1.2.5 Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º 8112**	Não há	1	0	0
1.2.6 Outros ***	Não há	30	0	0
2. Servidores em Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	3.076	1.746	91	102

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

* Servidores requisitados conforme art. 93, parágrafo 7º da Lei 8.112

** “Outros” abrange cedidos e anistiados

NOTAS EXPLICATIVAS

- Os servidores de carreiras abrangem a Carreira ARFB e PECFAZ do Ministério da Fazenda em exercício na RFB.
- A lotação autorizada abrange apenas a Carreira ARFB, pois o PECFAZ não possui limites de lotação legal distribuídos entre os órgãos do MF. A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.
- Consideramos como ingressos os novos servidores que entraram em exercício efetivo na RFB (provimento originário).
- Para egressos foram considerados aposentadorias, vacâncias, exonerações, falecimentos e demissões.
- Incluído item 1.2.5 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112.
- Incluído item 1.2.6 para demonstração dos servidores cedidos e anistiados.
- A extração dos dados foi realizada no dia 2/1/2014 em relação ao dia 31/12/2013. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.

Quadro 12 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Situação em 31/12

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	22
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	Não Disponível
1.2. Exercício de Função de Confiança	Não Disponível
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	Não Disponível
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercícios de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0

3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge / companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
3.6 Por Decisão Judicial	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	2
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Mandato classista	1
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	15
6.1 Licença Prêmio por assiduidade - Lei 9527/97, art 7º	0
6.2 Licença Gestante - Lei 8112/90, art 207	1
6.3 Licença Adotante - Lei 8112/90, art 210	0
6.4 Licença para tratamento de saúde - Lei 8112/90, art 202	13
6.5 Licença por Acidente em Serviço - Lei 8112/90, art 211	0
6.6 Falecimento pessoa da família - Lei 8112/90, art 97, inciso III, alínea b	1
6.7 Reclusão - Lei 8112/90, art 229 e EC 20/98, art 13	0
6.8 Afastamento Temporário - Lei 8429/92, art 20, parágrafo único	0
6.9 Afastamento para Integrar Comissão - Lei 8112, art 152, §1º	0
6.10 Afastamento para Juri e outros serviços - Lei 8112/90, art 102, inciso VI; Lei 8868/94, art 15; Lei 8504/97, art 98	0
6.11 Afastamento para Justiça Eleitoral - Lei 6992/81, art 2º, §1º	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	78

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

- A extração dos dados de servidores cedidos não permite parametrizar a tipologia da cessão, dessa forma não foi possível identificar os casos relativos a exercício de cargo em comissão, ou função de confiança.
- Normas relacionadas ao processo de cessão:
 DECRETO Nº 4.050, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001.
 LEI Nº 11.890, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008.
 NOTA TÉCNICA Nº 66/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP.
 INSTRUÇÃO NORMATIVA (PR) Nº 10, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1993.
 DECRETO Nº 3.699, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2000.
 OFÍCIO-CIRCULAR Nº 69/SRH/MP.
 NOTA TÉCNICA Nº 520/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.
 NOTA TÉCNICA Nº 536/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.

NOTA TÉCNICA Nº 101 /2011/DENOP/SRH/MP.

3. Para todos os itens foram consideradas apenas ocorrências lançadas no SIAPE até o dia 22 de janeiro de 2014 e vigentes em 31 de dezembro de 2013. Ocorrências lançadas após o dia 22 de janeiro de 2014, retroativas ao ano de 2013, podem gerar valores diferentes em relação a extração original da Prestação de Contas.
4. As ocorrências de licenças médicas têm seus números impactados pelo atraso dos lançamentos das licenças via SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor) pelo órgão competente.
5. De acordo com instrução da Prestação de Contas, foram incluídos subitens relativos a outras situações (6.1 a 6.11), por serem considerados relevantes.
6. Para os valores de remoção do item 3, foram considerados servidores que estavam em trânsito em 31/12/2013 em razão de remoção. Tais servidores se encontram contabilizados na força de trabalho da UJ de origem da remoção, portanto devem ser deduzidos nesse quadro da UJ de origem.
7. Em razão do entendimento de que remoção não é redução da força de trabalho, mas sim movimentação interna, apresentamos a informação detalhada em quadro separado, abaixo. Foram contabilizadas todas as remoções ocorridas no ano de 2013.

		RF destino													
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	
1	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO	1												1	
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE	1						1						2	
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	10		3	4	3	3	3	24	8	1		18	77	
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4	3		1	1	1	1	3	4		1	7	26	
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO	15		1							1	2	6	25	
	DECISÃO JUDICIAL								1					1	
1 Total		31	3	4	5	4	4	5	28	12	2	3	31	132	
		RF destino													
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	
2	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO							1						1	
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE			1				1						2	
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	9	25	6	6	5		5	56	13	10		31	166	
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2	4		2			1	2		1		8	20	
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO		13		2		1	2	1	1		2	1	23	
	DECISÃO JUDICIAL					2								2	
2 Total		11	42	7	10	7	1	10	59	14	11	2	40	214	
		RF destino													
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	
3	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO			4	2								2	8	
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO			10	1				1				3	15	
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO	1	1	28	1				2		1	5	1	40	
	DECISÃO JUDICIAL			1										1	
3 Total		1	1	43	4				3		1	5	6	64	
		RF destino													
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	
4	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO			1				1						2	

	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE				1										1
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO		1		1	1			1						4
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1	1	1	8	1		1					4		17
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO			1	12		1		2	1		3	1		21
	DECISÃO JUDICIAL				4										4
4 Total		1	2	3	26	2	1	2	3	1		3	5		49
RF destino															
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	
5	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO					1									1
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE					1									1
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	1				16	1	2	1				1		22
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1	1		1	16	1		1				3		24
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO		2		1	10	2								15
	DECISÃO JUDICIAL							1							1
5 Total		2	3		2	44	4	3	2				4		64
RF destino															
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	
6	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE						2								2
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO						8	4	2		2				16
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO		1			1	11	4	2	1			8		28
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO					2	17					2	2		23
	DECISÃO JUDICIAL					1	1	1							3
6 Total			1			4	39	9	4	1	2	2	10		72
RF destino															
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	
7	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO								1						1
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE				1										1
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	1			2			28	1	1	3				36
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO						2	17	5				2		26
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO							57				3	2		62
	DECISÃO JUDICIAL						1	1							2
7 Total		1			3		3	103	7	1	3	3	4		128
RF destino															
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	
8	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO							2	2			1			5
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE						1	1							2

	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	1	2	4	2	5	6	19	157	9		3	5	213
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4		1		1	4	4	31	3	1		15	64
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO								59			5	3	67
	DECISÃO JUDICIAL							2						2
8 Total		5	2	5	2	6	11	28	249	12	1	9	23	353
RF destino														
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total
9	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO									2				2
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE									1	1			2
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	1	1	1	2	1	5	5	11	36	1			64
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1	1				1	1	3	20	1	1	5	34
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO						1		1	20	1	3	3	29
	DECISÃO JUDICIAL									3				3
9 Total		2	2	1	2	1	7	6	15	82	4	4	8	134
RF destino														
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total
10	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO							1						1
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE									1				1
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	2		3			3	9	22	15	29		4	87
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO		1					2	1	2	9	1	4	20
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO							1			24		3	28
10 Total		2	1	3			3	13	23	18	62	1	11	137
RF destino														
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total
DRJ	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	1							7					8
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO			2				2	1	4	2			11
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO	1	3	2	1		4	1	4	3	1	25	3	48
DRJ Total		2	3	4	1		4	3	12	7	3	25	3	67
RF destino														
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total
UC	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO	1				1			1					3
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE				1								1	2
	A PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	11	2			3			14	3			32	65

	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	9	1	1	4	2	10	13	4	3	3		18	68
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO	6		2		4	1	6	4	2	2	8	12	47
	DECISÃO JUDICIAL						1							1
UC Total		27	3	3	5	10	12	19	23	8	5	8	63	186
Total		85	63	73	60	78	89	201	428	156	94	65	208	1600

Para complementação da informação, disponibilizamos quadro resumo de remoções concatenado com outras informações gerenciais no item Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.

Quadro 13 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31/12)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	74	73	13	13
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	74	72	13	13
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
1.2.6 Servidores de carreira em exercício provisório	0	1	0	0
2. Funções gratificadas	321	304	79	83
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	321	304	79	83
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total dos servidores em cargo e em função (1+2)	394	377	92	96

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Ingressos e egressos são contabilizados pelo número de Portarias de nomeação e exoneração da função (um mesmo servidor pode estar contabilizado mais de uma vez). No caso da RFB, não é comum o aumento da força de trabalho por intermédio de ocupação de função. O padrão é a ocupação das funções por servidores do próprio quadro funcional.
2. Para servidores requisitados, não é possível extrair via sistema informações de ingressos/egressos.
3. Incluído item 1.2.6 - Servidores de carreira em exercício provisório para alinhamento com o quadro da Força de Trabalho.
4. Não há como extrair dos sistemas a informação sobre ex-servidores da RFB que atualmente ocupam funções para preenchimento do item 1.2.5 - Aposentados

Quadro 14 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	75	256	422	525	91
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	75	254	412	509	88
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4 Outros*	0	2	10	16	3
2. Provimento de cargo em comissão	12	76	144	128	17
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	15	34	20	3
2.3. Funções gratificadas	11	61	110	108	14
3. Totais (1+2)	87	332	566	653	108

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

*Outros envolvem: Servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º 8112, Cedidos, Anistiados e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, para que o universo de pessoas seja o mesmo do quadro Força de Trabalho.

Pelo quadro acima, percebe-se o elevado perfil etário da RFB. A classe predominante, com 37,40% dos servidores, é a de 51 a 60 anos. Em relação à última Prestação de Contas, houve aumento de 6% na última faixa – acima de 60 anos. O quadro funcional está envelhecendo, causando impacto nas aposentadorias (como ressaltamos reiteradamente a órgãos como Ministério do Planejamento e ao próprio TCU). Além disso, apesar de termos recebido 91 novos servidores, esses não têm mais um perfil jovem. A primeira faixa – até 30 anos – foi diminuída em 13% em relação ao ano passado, mostrando uma nova realidade de servidores entrando no órgão com mais de 30 anos.

Quadro 15 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provimento de cargo efetivo				7	197	1164	139	37	3	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos										
1.2. Servidores de Carreira				7	189	1142	139	37	3	
1.3. Servidores com Contratos Temporários										
1.4. Outros*					8	22				
1.5. Outros Servidores**										1
2. Provimento de cargo em comissão					29	347	68	5	11	1
2.1. Cargos de Natureza Especial									9	
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					1	71	19	1		1
2.3. Funções gratificadas					28	276	49	4	2	
3. Totais (1+2)				7	226	1511	207	42	14	2

LEGENDA- Nível de Escolaridade

1- Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto ; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 -Doutorado/Pós-doutorado; 10 - Não Classificada

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

* O item "1.4 Outros" abrange cedidos e anistiados. Para os níveis de escolaridade de 7 a 9, cedidos e anistiados estão contidos no item 1.2.

** O item "1.5 Outros Servidores" abrange Servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º 8112 e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, para os quais não existe informação sobre nível de escolaridade do cargo nem de eventuais especializações de níveis 7 a 9.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Não existe banco de informações sobre a formação acadêmica dos servidores.
2. Os dados existentes para as classes 7, 8 e 9 foram extraídos do Banco de Talentos cuja participação dos servidores é facultativa.
3. Em relação às classes 4, 5 e 6 utilizamos o nível de escolaridade exigido para cada cargo.
4. Os dados referentes às classes 7, 8 e 9 são subconjuntos da classe 6.
5. Na classe 7 foram incluídos os MBA.

Quadro 16 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - 10ª RF

Tipologias/ Exercícios	Despesas Variáveis					Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações					
Membros de poder e agentes políticos										
2013										0,00
Exercícios 2012										0,00
2011										0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
2013	242.571.574,86	685,40	19.717.494,06	7.769.426,54	7.455.070,79	7.370.300,51	96.213,41	487.733,61	1.001.704,33	286.470.203,51
Exercícios 2012	240.533.597,39	1.932,35	19.796.107,53	6.896.227,44	6.431.753,64	6.905.649,51	92.608,29	50.031,96	1.109.667,75	281.817.575,86
2011	252.903.904,99	410,27	20.545.340,49	7.220.843,25	6.933.247,90	6.914.375,83	99.921,49		1.459.597,36	296.077.641,58
Servidores com Contratos Temporários										
2013										0,00
Exercícios 2012										0,00
2011										0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença+										
2013	5.311.388,25		443.799,48	252.187,24	101.572,00	138.066,79			25.407,66	6.272.421,42
Exercícios 2012	5.753.696,94		448.281,70	163.128,17	95.701,27	129.673,02		753,57	25.991,26	6.617.225,93
2011	5.827.060,26		484.904,02	164.513,46	98.132,00	121.819,35			27.658,26	6.724.087,35
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
2013										0,00
Exercícios 2012										0,00
2011										0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
2013	18.836.807,61	1.594.482,66	1.703.281,28	593.979,26	419.888,96	570.705,39	10.398,18	4.278,66	105.284,06	23.839.106,06
Exercícios 2012	18.118.233,43	1.554.151,78	1.627.734,35	482.078,80	354.115,20	539.478,40	9.421,39	3.166,28	108.138,06	22.796.517,69
2011	17.973.434,82	1.551.435,80	1.633.142,77	588.316,33	363.846,00	555.318,99	7.420,35	0,00	133.585,34	22.806.500,40
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
2013	57.565.427,43	1.397.424,23	4.868.997,46	1.711.266,42	1.633.496,00	1.420.335,45	45.423,56	22.585,17	133.168,77	68.798.124,49
Exercícios 2012	55.528.032,83	1.391.069,68	4.718.350,36	1.635.907,98	1.375.313,69	1.213.794,67	45.275,09	17.229,60	148.594,41	66.073.568,31
2011	55.479.892,72	1.393.894,39	4.822.069,82	1.585.442,97	1.391.419,63	1.305.997,13	39.145,45	0,00	257.803,68	66.275.665,79
Outros*										
Exercício 2013	244.578,60		24.216,78	26.437,30	42.737,86	14.367,64		5.323,74	12.529,44	370.191,36

*Outros: incluídos os valores de 2013 para os grupos de cargos ANS-180, CETRF-241, CIFDJ-242, CITRF-240, CSST-430 e SUPLE-050, que não se enquadram nas linhas anteriores.

NOTAS EXPLICATIVAS

- Fonte dos dados: DW Siapenet.
- Os dados apresentados foram extraídos de acordo com orientações para a elaboração dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes aos respectivos exercícios. Ressalta-se que a partir do exercício de 2011, houve reclassificação de rubricas de acordo com as definições das Portarias TCU nº 123/2011, nº 150/2012 e nº 175/2013. Dessa forma, não é possível comparar os resultados dos anos de 2011, 2012 e 2013 com os resultados apresentados no Relatório de Gestão integrante da Prestação de Contas do ano de 2010 e dos anos anteriores.
- Os custos relativos à folha de pagamento das DRJ estão alocados nos respectivos quadros das Regiões Fiscais.
- A extração dos dados obedece a seguinte ordem:
 - As rubricas selecionadas de acordo com a classificação TCU são vinculadas aos servidores que as receberam;
 - Os servidores são classificados quanto à sua tipologia / exercício de acordo com a classificação TCU;
 - As rubricas são vinculadas à classificação TCU;
 - A extração é realizada por UPAG RFB para classificação posterior em RF / UC.
- Em relação à linha servidores cedidos com ônus ou em licença, o único filtro disponibilizado pelo DW para cobrir o parâmetro licença tem por nome “afastamento”. Foi verificado que a maior parte dos afastamentos vinculados a esse filtro tratavam-se de licenças, entretanto é perceptível que nem todas as licenças estão vinculadas ao filtro e a quantidade das ocorrências está aquém do número real.
- As rubricas extraídas independente da classificação de crédito ou débito são todas somadas. Dessa forma, os créditos são as despesas da União com remunerações e os débitos são as despesas da União com tributação.

Quadro de apoio à Folha de Pagamento 2013

UNIDADE	Ajuda de Custo	Diárias	Transporte	Auxílio Moradia	Auxílio Funeral	Auxílio Pré-Escolar	TOTAL
10ª RF	317.137,86	3.411.783,07	0,00	21.600,00	27.766,74	0,00	3.778.287,67

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Valores pagos fora da folha de pagamento dos servidores, via Siafi pela Coordenação de Logística.

Quadro 17 – Atos sujeitos ao registro do TCU (art 3º da IN TCU 55/2007)]**Q. 17 - Atos sujeitos ao registro do TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos sujeitos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	91	0	91	0
Totais	91	0	91	0

Fonte: Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac e Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3.

Os atos de admissão têm prazo de 60 dias, a partir do exercício do servidor, para serem cadastrados no SISAC. Dessa forma, é possível que a entrada de novos servidores nos meses de novembro e dezembro seja cadastrada no ano subsequente. Isso pode gerar uma defasagem entre as informações de entrada de servidores como força de trabalho (atos sujeitos a registro no exercício) e a quantidade de atos cadastrados no SISAC no exercício.

Os lançamentos dos atos de admissão resultam de um processo de parceria entre a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e as Divisões de Gestão de Pessoas das Regiões Fiscais, onde a Cogep libera os números dos processos que são instruídos e lançados no Sisac pelas Digeps, sob supervisão da Cogep.

Quadro 18 – Atos sujeitos à comunicação ao TCU (art 3º da IN TCU 55/2007)

TCU 2014

Q. 18 - Atos sujeitos ao registro do TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	45	0	45	0
Totais	45	0	45	0

Fonte: Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - Sisac

A RFB possui apenas um código de órgão de atuação no Sisac, sendo os lançamentos dos atos administrados de forma centralizada pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas. As consultas do Sisac não permitem desagregar a informação lançada por região fiscal ou unidade organizacional. Para construção do quadro de desligamento por UJ foi necessário o controle manual e trabalhoso dos atos durante todo o ano.

Os atos de desligamento têm prazo de 30 dias, a partir da sua publicação, para serem cadastrados no SISAC. Dessa forma, é possível que o desligamento de servidores no mês de dezembro seja cadastrado no ano subsequente. Isso pode gerar uma disparidade entre as quantidades de desligamentos ocorridos e a quantidade de atos de desligamento cadastrados no SISAC no exercício.

Os atos de desligamento são lançados exclusivamente pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas. São processos simples, baseados em um documento de desligamento (portaria de vacância por posse em cargo inacumulável, demissão, exoneração ou falecimento). O lançamento dos atos de aposentadorias não é de competência da RFB.

Importante ressaltar que, apesar de apresentarmos os atos de 2013 por UJ, em cada relatório específico, para a coluna 2012 não é possível desagregar os valores da mesma forma. Para esta Prestação de Contas, como já mencionado, foi feito um trabalho manual de contagem regionalizada dos atos de desligamento, mas o mesmo esforço seria inviável para o ano anterior. Assim, os atos 2012 são apresentados apenas no relatório nacional.

Quadro 19 – Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac

TCU 2014

Q. 19 - REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	4	87	0	0
Total	4	87	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	45	0	0	0
Total	45	0	0	0

Fonte: Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac e Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

Como já dito na introdução, foi criado módulo no SA3 para permitir a extração da informação deste quadro.

Por não se tratar de órgão instituidor de aposentadorias e pensões, não é pertinente o preenchimento do quadro “Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU”.

Item 5.1.1 – Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Como o Siape e Siapecad não disponibilizam informação sobre acumulação indevida de cargos, os procedimentos de controle adotados são:

- Atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional quando da integração com o Siapecad para gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal.
- Entrega de Termo de Responsabilidade assinado pelo servidor no ato da posse, declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável de acordo com a Constituição Federal. O servidor também se compromete a comunicar ao Ministério da

Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.

- São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público durante o programa de formação de novos servidores, bem como no programa anual de capacitação.

Item 5.1.2 – Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Em 2013 não foram detectados casos de acumulação indevida. Caso venham a ser detectados, será aplicada a rotina prevista pelos artigos 133 e 143 da Lei 8.112/90.

Item 5.1.3 - Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Absenteísmo

O indicador de absenteísmo apurado pela RFB tem a seguinte fórmula:

$$\frac{\sum \text{dias de licenças médicas} + \sum \text{dias de faltas injustificadas}}{\text{Nº de servidores} \times \text{Nº de dias do ano}}$$

UNIDADE	2010	2011	2011B	2012	2012B	2013
1ª RF	1,96%	2,50%	1,98%	2,06%	2,66%	2,50%
2ª RF	2,30%	2,20%	2,52%	3,42%	3,49%	2,51%
3ª RF	2,30%	1,73%	2,79%	2,33%	2,40%	2,29%
4ª RF	1,52%	1,65%	2,28%	2,71%	2,81%	1,73%
5ª RF	2,17%	2,01%	2,41%	2,30%	2,60%	1,99%
6ª RF	3,11%	3,20%	3,17%	3,39%	3,52%	2,65%
7ª RF	2,29%	1,62%	2,83%	2,09%	2,49%	2,81%
8ª RF	2,01%	2,11%	2,43%	2,65%	2,79%	2,43%
9ª RF	1,73%	1,80%	1,70%	2,54%	2,65%	2,30%
10ª RF	1,94%	1,53%	1,68%	1,95%	1,94%	1,51%
DRJ	2,12%	2,06%	1,95%	2,51%	2,55%	1,70%
UC	1,50%	1,66%	1,65%	1,75%	1,95%	1,93%
RFB	2,09%	2,02%	2,34%	2,48%	2,68%	2,30%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, extraído em 22/01/2014

Na tabela acima apresentamos o histórico do indicador de absenteísmo, conforme dados informados em Relatórios de Gestão de exercícios anteriores, porém com duas colunas adicionais: 2011B e 2012B. Estas colunas representam os dados de 2011 e 2012 respectivamente, mas com extrações atualizadas em janeiro de 2014. Notamos dois efeitos ao compará-las com o que foi apresentado anteriormente:

- diminuição do absenteísmo em algumas Regiões Fiscais, onde detectamos o cancelamento de faltas por motivo de greve pela atuação dos sindicatos das categorias de servidores da RFB;

- aumento do absenteísmo na grande maioria das Regiões Fiscais, aqui justificado pelo já relatado problema com o SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor). Com estes números comparativos conseguimos portanto evidenciar os atrasos nos lançamentos das licenças feitas através do Subsistema, que somaram quase 1.000 de diferença em 2012 e 500 em 2011.

Os números de 2013, possivelmente, também poderão vir a sofrer alterações devido à intempestividade dos registros no SIASS, dificultando uma análise em relação aos anos anteriores. A ausência ou atraso no registro dessas ocorrências pode acarretar graves prejuízos para o servidor, desde um corte parcial na folha de pagamento até demissão por desídia.

Reposição do quadro

Grau de Reposição de egressos em 2013.

Fórmula: $\sum \text{entradas} / (\sum \text{vacâncias} + \sum \text{exonerações} + \sum \text{aposentadorias} + \sum \text{falecimento} + \sum \text{demissão})$

As entradas consideraram provimento originário.

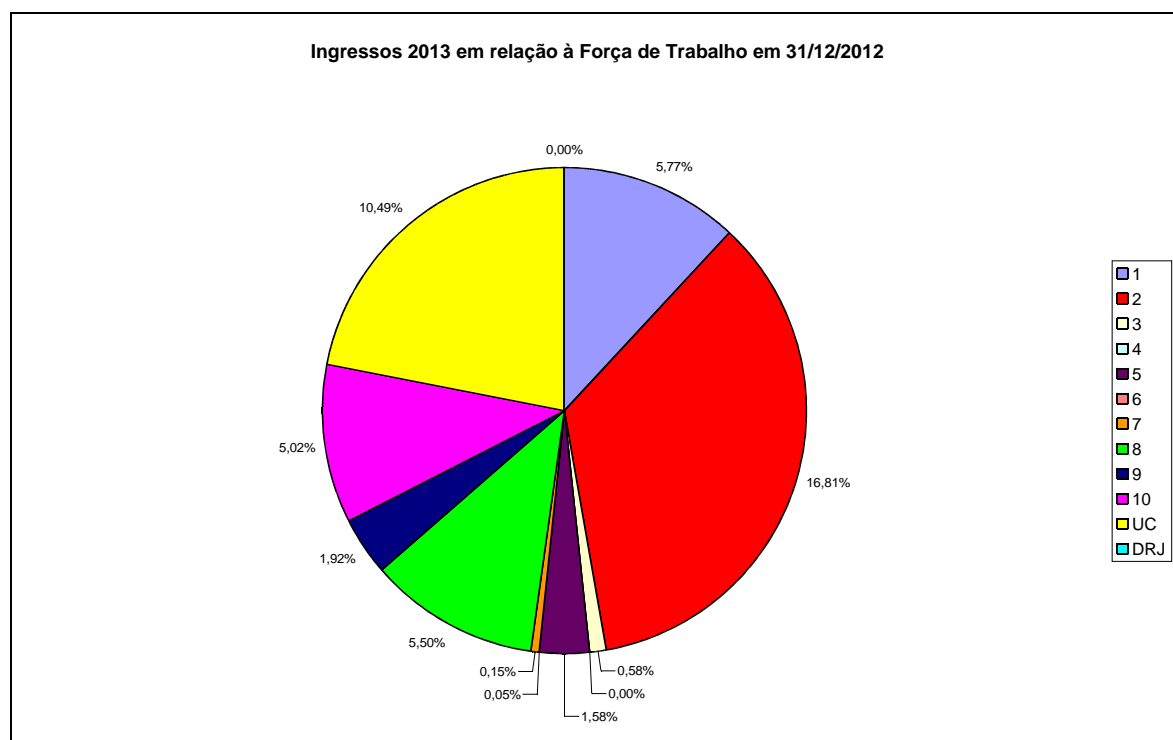
RF	Ingressos 2013	Egressos 2013	Reposição do quadro
1	98	116	0,84
2	236	58	4,07
3	7	51	0,14
4	0	82	0,00
5	20	71	0,28
6	1	134	0,01
7	5	179	0,03
8	302	380	0,79
9	46	106	0,43
10	91	102	0,89
UC	151	56	2,70
DRJ	0	41	0,00
RFB	957	1.376	0,70

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

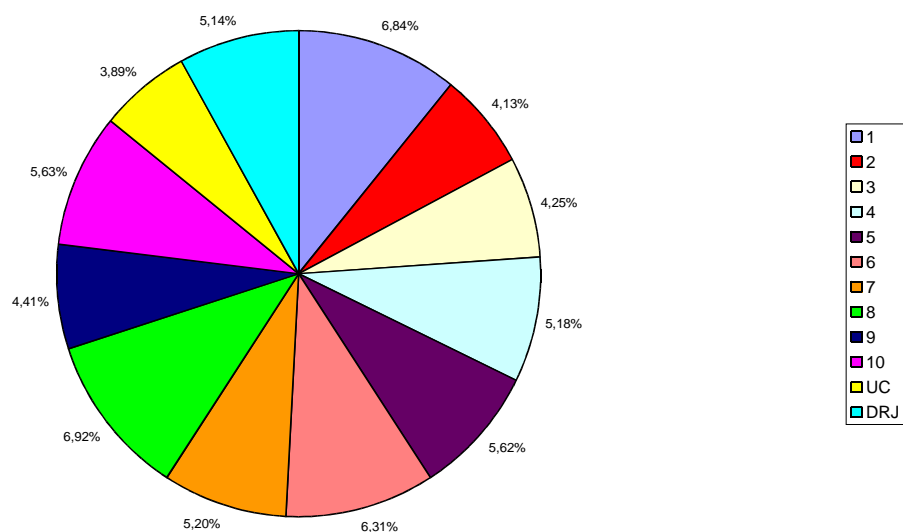
O indicador de reposição de aposentadorias, apresentado na Prestação anterior, foi modificado para refletir de forma mais clara a situação de reposição do quadro funcional. Os resultados indicam a proporção ingressos sobre egressos. Os valores abaixo de 1 indicam perdas. Apenas duas UJ (2ª RF e UC) receberam mais servidores do que perderam ao longo do ano.

Para complementar a informação, no quadro abaixo são apresentados dados da movimentação de servidores, tanto externa (ingressos e egressos) quanto interna (remoção). São comparados os números brutos com a Força de Trabalho (FT) em 31/12/2012, de acordo com a Prestação de Contas 2012/2013.

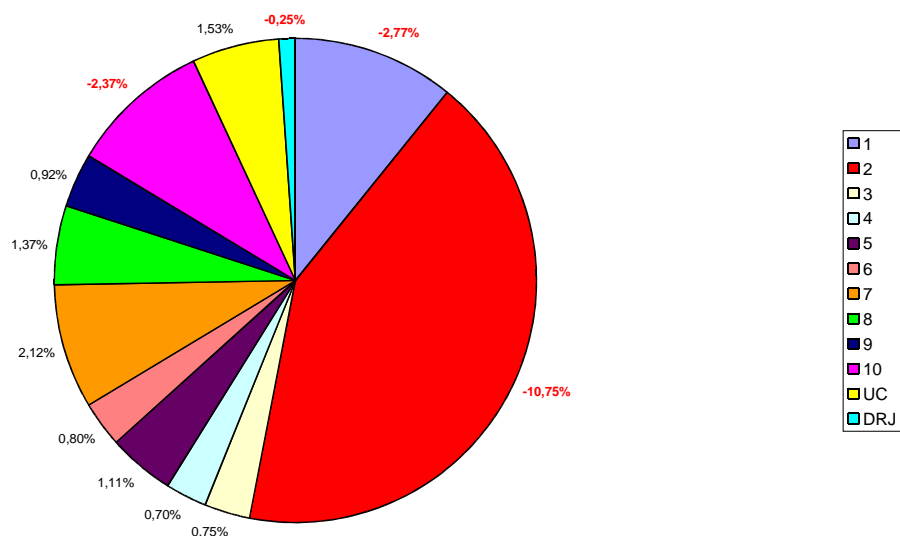
RF	FT 31/12/12	Ingressos 2013	% ING13/FT12	Egressos 2013	% EG13/FT12	Remoção 2013	% R13/FT12	FT 31/12/13	% FT13/FT12
1	1.697	98	5,77%	116	6,84%	-47	-2,77%	1.645	96,94%
2	1.404	236	16,81%	58	4,13%	-151	-10,75%	1.429	101,78%
3	1.199	7	0,58%	51	4,25%	9	0,75%	1.159	96,66%
4	1.582	0	0,00%	82	5,18%	11	0,70%	1.488	94,06%
5	1.264	20	1,58%	71	5,62%	14	1,11%	1.224	96,84%
6	2.122	1	0,05%	134	6,31%	17	0,80%	1.999	94,20%
7	3.442	5	0,15%	179	5,20%	73	2,12%	3.326	96,63%
8	5.492	302	5,50%	380	6,92%	75	1,37%	5.505	100,24%
9	2.401	46	1,92%	106	4,41%	22	0,92%	2.362	98,38%
10	1.811	91	5,02%	102	5,63%	-43	-2,37%	1.746	96,41%
UC	1.440	151	10,49%	56	3,89%	22	1,53%	1.541	107,01%
DRJ	798	0	0,00%	41	5,14%	-2	-0,25%	757	94,86%
RFB	24.652	957	3,88%	1.376	5,58%	0	0,00%	24.181	98,09%



Egressos 2013 em relação à Força de Trabalho em 31/12/2012



Remoções 2013 em relação à Força de Trabalho em 31/12/2012



Podemos inferir dos dados e gráficos:

1. Mesmo com a entrada de 957 servidores em 2013, a força de trabalho da RFB foi reduzida em 2%, cenário que vem se repetindo nos últimos anos;
2. O valor expressivo de 1.376 egressos no ano de 2013 está associado a duas vertentes:
 - a) Alto número de aposentadorias, 869 em 2013, situação de risco que deve persistir de acordo com a informação do quadro “Quantidade de servidores da UJ por faixa etária”, em que 47% dos servidores se encontram nas classes acima de 50 anos; e
 - b) Alto índice de vacância por posse em cargo inacumulável, 384 em 2013, evidenciando a diminuição de atratividade da RFB em relação a outros órgãos públicos.

3. A interpretação do gráfico de ingressos deve ser feita juntamente com a do gráfico de remoções. A 2ª RF, por exemplo, sendo a que mais exporta servidores na remoção, para compensar tal perda, é a maior receptora de novos servidores por concurso público;

A política de movimentação de pessoal objetiva equalizar a distribuição dos servidores entre as unidades. Como o egresso percentual é homogêneo e a política de remoção atua na movimentação das RF de fronteira (1ª, 2ª, 9ª e 10ª) para as demais, os ingressos funcionam como compensações desse fluxo.

Grau de Lotação Bruto

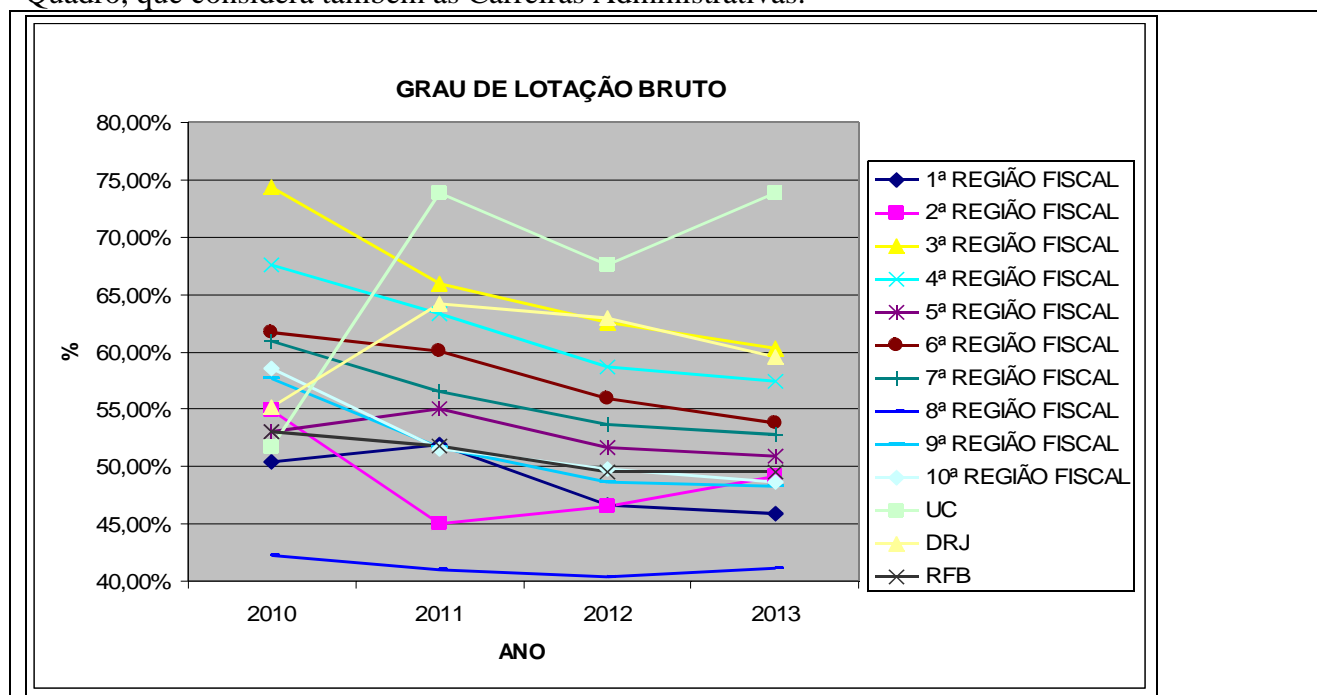
Fórmula: (nº de servidores da carreira ARFB em 31/12) / (lotação autorizada)

A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.

	2010	2011	2012	2013
1ª REGIÃO FISCAL	50,39%	51,86%	46,62%	45,85%
2ª REGIÃO FISCAL	54,89%	45,06%	46,48%	49,12%
3ª REGIÃO FISCAL	74,34%	65,91%	62,62%	60,33%
4ª REGIÃO FISCAL	67,60%	63,36%	58,69%	57,42%
5ª REGIÃO FISCAL	53,05%	55,10%	51,64%	50,88%
6ª REGIÃO FISCAL	61,68%	60,07%	55,88%	53,80%
7ª REGIÃO FISCAL	60,99%	56,56%	53,63%	52,79%
8ª REGIÃO FISCAL	42,22%	41,05%	40,34%	41,11%
9ª REGIÃO FISCAL	57,63%	51,70%	48,63%	48,30%
10ª REGIÃO FISCAL	58,53%	51,54%	49,74%	48,67%
UC	51,64%	73,83%	67,64%	73,89%
DRJ	55,13%	64,19%	62,90%	59,59%
RFB	53,06%	51,76%	49,50%	49,50%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

A manutenção do valor do grau de lotação da RFB, em relação ao ano anterior, é resultado do ingresso de Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários, que apenas compensou as perdas da Carreira ARFB ao longo de 2013. Devemos ter cuidado na comparação com o Grau de Reposição do Quadro, que considera também as Carreiras Administrativas.



Os dados sobre o Grau de Lotação corroboram os anteriormente apresentados sobre a reposição do quadro. A RFB, mesmo com a entrada de novos servidores, não consegue suprir as saídas, vendo seu quadro diminuir ao longo dos últimos anos. O grau de 49,50% pode ser separado para cada um dos cargos da Carreira Auditoria, e vemos pelo quadro abaixo que eles estão entre os menores dentre as carreiras típicas de Estado:

Órgão	Cargo	Lotação Real [1]	Lotação Máxima[2]	Grau de Lotação Nov2013
Receita Federal do Brasil	AFRFB	11.088	20.395	54,37%
	ATRFB	7.550	16.677	45,27%
Ministério das Relações Exteriores	Diplomata	1.557	1.805	86,26%
	Oficial de Chancelaria	881	1.893	46,54%
Polícia Federal	Delegado	1.714	2.187	78,37%
	Agente	6.240	8.033	77,68%
Ministério do Trabalho e Emprego	Auditor Fiscal do Trabalho	2.795	3.644	76,70%
Média sem a RFB				73,11%

[1] Boletim Estatístico de Pessoal 211 do MP, de novembro de 2013

[2] Publicação “Dados LDO” do MP, Portaria 1992 de 30/11/12

Fica claro com estas comparações o baixo índice de provimento da lotação da carreira ARFB. As carreiras típicas de Estado compõe o Núcleo Estratégico do Estado, do qual decorrem os objetivos fundamentais e as políticas públicas formuladas pelo governo. É essencial que tal Núcleo seja robusto, sem apresentar as distorções atuais.

Educação Continuada

O Grau de Amplitude traduz a relação entre o número de servidores capacitados em 2013 sobre o número total de servidores. Dessa forma, em 2013 a RFB capacitou 72,39% dos seus servidores em pelo menos uma ação de desenvolvimento.

O Grau de Aprofundamento traduz a carga horária média alocada aos servidores que foram capacitados em 2013. Assim, em 2013 a RFB alocou em média 48,40 horas de capacitação em cada um dos 72,39% dos seus servidores capacitados em 2013.

Ambos os resultados trazem melhorias em relação ao ano passado, cujos valores foram de 72% e 43,73 horas, respectivamente.

UNIDADE	GRAU DE APROFUNDAMENTO horas	GRAU DE AMPLITUDE %
RFB	48,40	72,39
UC	71,67	89,70
1ª RF	47,50	57,04
2ª RF	63,40	82,00
3ª RF	67,88	67,78
4ª RF	35,64	73,77
5ª RF	44,01	70,54
6ª RF	36,17	74,70
7ª RF	37,71	77,52
8ª RF	52,21	72,76
9ª RF	39,97	67,36
10ª RF	54,46	71,25
DRJ	43,76	57,86

Fonte: Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas da RFB – Siscad

5.2 - Terceirização de Mão de Obra e Contratação de Estagiários

5.2.1 - Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 20 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA

Unidade Contratante														
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL														
UG/Gestão:170178							CNPJ:00.394.460/0153-35							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2013	L	O	03/2013	11.426.388/0001-03	JUL/2013	MAR/2015	18	18	0	0	0	0	A	
2013	V	O	06/2013	11.525.620/0001-60	SET/2013	ABR/2015	0	0	10	10	0	0	A	
Observações:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PASSO FUNDO													
UG/Gestão:170179					CNPJ:00.394.460/0151-73								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada(CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	DRF/PFO nº 7/2010	05.784.565/0001-20	01/09/2010	31/12/2013	9	9	0	0	0	0	P
2008	V	O	DRF/PFO nº 8/2008	09.316.305/0001-81	01/01/2009	31/12/2013	19	19	0	0	0	0	E
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS													
UG/Gestão:170180							CNPJ:00.394.460/0149-59						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	09/2012	89.108.054/0001-89	01/01/2013	31/12/2013	0	0	30	30	0	0	A
2012	L	O	11/2012	00.976.595/0001-15	01/01/2013	31/12/2013	0	25	0	0	0	0	A
Observações: Contrato 11/2012 – Serviços de Limpeza – Não foi exigida escolaridade. Conforme dispõe o artigo 43 da IN SLTI/MPOG nº 02/2008, os serviços foram contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do preço por metro quadrado, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação. Vigência Inicial: 01/01/2013 Vigência final: 31/12/2013.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE													
UG/Gestão:170181							CNPJ:00.394.460/0148-78						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	01/2012	00.976.595/0001-15	01/03/2012	30/06/2015		X					P
2010	V	O	01/2010	09.316.305/0001-81	15/03/2010	14/03/2015							P
2012	V	O	03/2012	92.966.571/0001-01	01/11/2012	31/10/2014							P
Observações:													

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Unidade Contratante													
Nome: ALFANDEGA DO PORTO DE RIO GRANDE													
UG/Gestão:170182							CNPJ: 00.394.460/0152-54						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	03/2013	11945317/0001-17	01/01/2014	31/08/2015							A
2011	V	O	02/2011	89108054/0001-89	02/03/2013	31/10/2014							A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA MARIA													
UG/Gestão:170183							CNPJ:00.394.460/0150-92						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	03/2011	03.362.450/0001-12	02/06/11	01/10/14	16	15	0	1	0	0	A
2010	V	O	04/2010	89.108.054/0001-89	31/12/10	30/04/14	0	0	11	11	0	0	A
Observações: O contrato de vigilância foi reduzido ao mínimo indispensável à preservação da segurança da UJ e seu Depósito de Mercadorias e Veículos Apreendidos. O contrato de limpeza e conservação contempla, além da seda de UJ, as sedes de unidades administrativas subordinadas.													
LEGENDA													

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO													
UG/Gestão:170184							CNPJ:00.394.460/0154-16						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	03/2009	87.343.257/0001-24	01.07.2009	30.06.2014	19	19					P
2012	V	O	04/2012	10.202.371/0001-00	01.01.2013	31.08.2014	16	10		06			A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO													
UG/Gestão:170185							CNPJ:00.394.460/0155-05						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	05/2008	89.108.054/0001-89	01/01/2009	31/12/2013	33	33					E
2010	L	O	06/2010	10.565.981/0001-78	01/09/2010	31/08/2015	24	24					P
Observações: Análise Crítica: Estamos encontrando algumas dificuldades na condução do contrato de Vigilância. No contrato encerrado em 31/12/2013 foi necessário efetuar depósito em juízo de alguns valores, pois a empresa contratada não estava conseguindo apresentar a documentação necessária exigida pela fiscalização do contrato. No entanto,													

até o momento não houve reclamatória trabalhista por parte dos trabalhadores, smj, a empresa regularizou as pendências com os funcionários, pelo menos no tocante a pagamento de salários e férias. Constatamos que a empresa vem parcelou valores devidos ao INSS e FGTS, o que gera uma certa preocupação, uma vez que a empresa está criando um passivo trabalhista.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA													
UG/Gestão:170186							CNPJ:00.394.460/0156-88						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	07/2011	11.301.568/0001-69	11/11	06/13							E
2012	L	O	02/2012	11.426.388/0001-03	08/12	04/14							A
2008	L	O	06/2008	00.976.595/0001-15	01/09	12/13							AP
Observações:A DRF/URA não dispõe, atualmente, de serviços de vigilância. Os mesmos foram substituidos por Porteiros.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.									
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Unidade Contratante													
Nome: INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTANA DO LIVRAMENTO													
UG/Gestão:170187					CNPJ:00.394.460/0158-40								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	04/10	10.565.981/0001-78	01/09/2010	31/08/2015		6					P

2012	V	O	08/12	10.202.371/0001-00	01/11/2012	30/06/2014			19	19			A
Observações:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL													
UG/Gestão:170263					CNPJ: 00.394.460/0420-65								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	01/2013	00.976.595/0001-15	08/04/2013	07/12/2014	X						A
Observações:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Unidade Contratante													
Nome: INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE													
UG/Gestão:170269					CNPJ: 00.394.460/0355-22								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	2 2011	09.628.278/0001-82	08/04/2013	07/12/2014	-	7	-	-	-	-	P
2012	V	O	1 2012	10.202.371/0001-00	28/10/2013	27/06/2015	-	7	-	8	-	-	P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Unidade Contratante													
Nome: INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CHUÍ													
UG/Gestão:170270							CNPJ:00.394.460/0357-94						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	05/2012	11.426.388/0001-03	01/01/2013	31/08/2014	9	9					A
2012	V	O	03/2011	03.144.992/0001-19	01/01/2012	30/04/2015			13	13			P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.				Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.				Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.					
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Quadro 21 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL													
UG/Gestão: 170177					CNPJ: 00394460/0147-97								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	2	O	SRRF10 nº5/2012	04970088/0001-25	25/06/2012	24/12/2014	3	3					P
2011	5	O	SRRF10 Nº8/2011	07951388/0001-55	19/07/2011	31/03/2014			21	21			P
Observações:													
LEGENDA			5.	Recepção;	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:			6.	Reprografia;	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;			7.	Telecomunicações;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;			8.	Manutenção de bens móveis	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;			9.	Manutenção de bens imóveis									
4. Copeiragem;													

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL													
UG/Gestão: 170178						CNPJ: 00.394.460/0153-35							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	2	O	03/2009	03.149.832/0001-62	JUL/2009	JUL/2014			3	3			P
2014	4	O	08/2013	04.457.561/0001-75	JAN/2014	AGO/2015	1	1					A
2010	5	O	04/2010	09.369.335/0001-56	SET/2010	DEZ/2014			6	6			P
2014	7	O	07/2013	07.682.995/0001-67	JAN/2014	AGO/2015			4	4			A
2012	9	O	05/2012	01.211.015/0001-61	NOV/2011	JUL/2014			2	2			A
Observações:													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem;			5.	Recepção;	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
			6.	Reprografia;									
			7.	Telecomunicações;									
			8.	Manutenção de bens móveis									
			9.	Manutenção de bens imóveis									

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PASSO FUNDO													
UG/Gestão: 170179					CNPJ: 00.394.460/0151-73								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	9	O	DRF/PFO nº 6/2010	09.274.298/0001-00	02/08/2010	31/07/2015	1	1	1	1	0	0	P
2012	7	O	DRF/PFO nº 2/2012	11.057.118/0001-72	10/11/2012	10/07/2014	2	2	0	0	0	0	A
Observações:													
LEGENDA			5.	Recepção;	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:			6.	Reprografia;	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;			7.	Telecomunicações;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;			8.	Manutenção de bens móveis	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;			9.	Manutenção de bens imóveis									
4. Copeiragem;													

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS													
UG/Gestão: 170180					CNPJ: 00.394.460/0149-59								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	9	O	02/2009	01.211.015/0001-61	11/05/2009	10/05/2014	2	2	1	1			P
2009	9	O	3/2009	01.211.015/0001-61	11/05/2009	10/05/2014	2	2	1	1			P
2010	9	O	6/2010	73.421.679/0001-66	01/01/2011	31/12/2013	2	2	1	1			P
2011	12	O	08/2011 (*)	10.583.794/0001-17	15/08/2011	14/08/2014			6	6			P
2013	4	O	02/2013	11.057.118/0001-72	08/07/2013	07/07/2014	3	3					A
Observações: (*) Contrato nº 08/2011 – Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada, com quadro de funcionários próprios, para execução de serviços de 03 (três) postos de telefonista para atender necessidades da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Pelotas e Unidades Administrativas sob sua jurisdição.													
LEGENDA			5.	Recepção;	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:			6.	Reprografia;	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;			7.	Telecomunicações;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;			8.	Manutenção de bens móveis	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;			9.	Manutenção de bens imóveis									
4. Copeiragem;													

Unidade Contratante													
Nome: ALFANDEGA DO PORTO DE RIO GRANDE													
UG/Gestão: 170182					CNPJ: 00.394.460/0152-54								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	9	O	04/2012	12139246/0001-28	01/01/2013	31/08/2014							A
2012	5	O	03/2012	11057118/0001-72	11/06/2012	10/02/2014							P
2013	4	O	02/2013	11027483/0001-34	05/01/2014	04/09/2015							A
Observações:													
LEGENDA													
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem;			5.	Recepção;	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
			6.	Reprografia;	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
			7.	Telecomunicações;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
			8.	Manutenção de bens móveis	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
			9.	Manutenção de bens imóveis									

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA MARIA													
UG/Gestão: 170183					CNPJ:00.394.460/0150-92								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	4	O	08/2012	07.682.995/0001-67	01/11/12	30/06/14	1	0	0	1	0	0	A
2012	5	O	09/2012	13.066.331/0001-76	01/11/12	30/06/14	3	0	0	2	0	1	A
2012	7	O	10/2012	07.682.995/0001-67	01/11/12	30/06/14	2	0	0	2	0	0	A
2012	9	E	NE800035	73.421.679/0001-66	01/12/12	30/03/13	0	0	3	3	0	0	E
2012	12	O	02/2012	11.057.118/0001-72	23/05/12	22/09/15	4	4	0	0	0	0	P
2013	9	O	02/2013	12.139.246/0001-28	22/04/13	21/12/14	0	0	3	3	0	0	A
Observações: No exercício 2013, houve uma contratação emergencial que teve vigência pelo prazo legal até que se pode ultimar a licitação e contratação dos serviços. O objeto foi manutenção Predial e essa contratação emergencial que se iniciou em 2012, não foi formalizada por instrumento específico de contrato, mas sim por instrumento hábil do tipo Nota de Empenho. Para arcar com as despesas dessa contratação emergencial, foram emitidas as notas de empenho nº 2012NE800407 e 2013NE800035, dos orçamentos 2012 e 2013, respectivamente. Registre-se as dificuldades enfrentadas na fiscalização da execução dos contratos terceirizados que envolvem mão de obra com dedicação exclusiva, em especial por descumprimento, pelas empresas contratadas, de cláusulas contratuais que envolvem obrigações acessórias, como a apresentação de documentação probatória de recolhimento de FGTS e INSS, e o pagamento em dia dos benefícios (vale-alimentação e vale-transporte)													
LEGENDA			5. Recepção; Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.										
Área:			6. Reprografia; Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.										

1. Segurança;	7. Telecomunicações;	Superior.
2. Transportes;	8. Manutenção de bens móveis	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
3. Informática;	9. Manutenção de bens imóveis	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
4. Copeiragem;		

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO													
UG/Gestão: 170184					CNPJ: 00.394.460/0154-16								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	9	O	01/2009	73.421.679/0001-66	06.04.2009	05.04.2014			3	3			P
2011	4/5	O	07/2011	07.682.995/0001-67	01.01.2012	30.04.2015	1	1	6	6			P
2012	2	O	02/2012	00.695.097/0001-02	12.09.2012	11.05.2014	2			2			A
2013	12	O	01/2013	10.399.898/0001-76	20.02.2013	19.10.2014	3	3					A
2013	7	O	02/2013	11.057.118/0001-72	08.07.2013	07.03.2015	6	3		3			A
Observações:													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem;			5.	Recepção;	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
			6.	Reprografia;	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
			7.	Telecomunicações;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
			8.	Manutenção de bens móveis	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
			9.	Manutenção de bens imóveis									

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO													
UG/Gestão: 170185					CNPJ: 00.394.460/0155-05								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	4	O	3/009	07.366.643/0001-00	04/05/2009	03/05/2014	1	1					P
2012	12	O	2012NE800179	09.398.564/0001-07	25/04/2012	24/04/2013	1	1					E
2013	12	O	2013NE800164	10.399.898/0001-76	02/05/2013	01/05/2014	1						A
2010	9	O	4/2010	09.274.298/0001-00	12/07/2010	11/07/2015			3	3			P
2011	5	O	4/2011	07.781.620/0001-54	19/07/2011	18/03/2013	3	3					E
2011	7	O	4/2011	07.781.620/0001-54	19/07/2011	18/03/2013	2	2					E
2013	12	O	05/2013	07.682.995/0001-67	19/03/2013	18/11/2014	3	3					A

2013	7	O	06/2013	07.781.620/0001-54	19/03/2013	18/11/2014	2	2					A
Observações:													
LEGENDA			5.	Recepção;	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:			6.	Reprografia;	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;			7.	Telecomunicações;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;			8.	Manutenção de bens móveis	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;			9.	Manutenção de bens imóveis									
4. Copeiragem;													

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA													
UG/Gestão: 170186					CNPJ:00.394.460/0156-88								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	8/9	O	03/2011	95391413000150	03/2011	07/2014	3	3					P
2010	5	O	07/2010	09310539000111	07/2010	11/2013	1	1					E
2011	12	O	06/2011	09310539000111	10/2011	05/2013	4	4					E
2010	12	O	03/2010	09369335000156	04/2010	04/2015	2	2					P
2010	12	O	05/2010	09369335000156	06/2010	05/2015	1	1					P
2012	4	O	01/2012	11057118000172	03/2012	07/2015	1	1					P
2012	12	E	03/2012	06205427000102	12/2012	05/2013	44	44					E
2013	12	O	05/2013	06097780000116	06/2013	01/2015	44	44					A
Observações:													
LEGENDA			5.	Recepção;	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:			6.	Reprografia;	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;			7.	Telecomunicações;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;			8.	Manutenção de bens móveis	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;			9.	Manutenção de bens imóveis									
4. Copeiragem;													

Unidade Contratante													
Nome: INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTANA DO LIVRAMENTO													
UG/Gestão: 170187					CNPJ:00.394.460/0158-40								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	9	O	06/2012	12139246/0001-28	01/10/2012	31/05/2014	2	2					A
2011	5	O	06/2011	72173164/0001-21	04/11/2011	02/03/2015			3	3			P

2013	4	O	05/2013	07682995/0001-67	02/12/2013	31/07/2015	1	1					A
2012	12	O	04/2012	11057118/0001-72	15/08/2012	13/04/2014	3	3					A
2013	12	O	03/2013	07682995/0001-67	01/11/2013	30/06/2015	1	1					A
2013	12	O	02/2013	11057118/0001-72	01/11/2013	30/06/2015			2	2			A
2012	2	O	01/2012	11057118/0001-72	07/05/2012	06/01/2014	2	2					E

Observações: Área 12 = Carregadores(estivas); Operador de empilhadeira; Conferente de Carga.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;

5. Recepção;

6. Reprografia;

7. Telecomunicações;

8. Manutenção de bens móveis

9. Manutenção de bens imóveis

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL													
UG/Gestão:170263					CNPJ: 00.394.460/0420-65								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	1	O	03/2011	89.108.054/0001-89	13/07/2011	12/11/2014	X						A
2012	9	O	02/2012	12.139.246/0001-28	15/06/2012	14/02/2014	X						A
2012	04	O	04/2012	07.682.995/0001-67	03/12/2012	02/08/2014	X						A
2012	11	O	04/2012	07.682.995/0001-67	03/12/2012	02/08/2014	X						A
Observações:													
LEGENDA			5.	Recepção;	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:			6.	Reprografia;	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;			7.	Telecomunicações;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;			8.	Manutenção de bens móveis	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;			9.	Manutenção de bens imóveis									
4. Copeiragem;													

Unidade Contratante													
Nome: INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE													
UG/Gestão: 170269					CNPJ: CNPJ: 00.394.460/0355-22								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	7	O	2 2010	02.294.475/0001-63	23/12/2013	22/08/2015	-	-	-	2	-	-	P

2010	4	O	3 2010	02.294.475/0001-63	02/12/2013	01/08/2015	-	-	-	1	-	-	P
2010	9	O	4 2010	94.331.832/0001-34	01/08/2012	31/03/2014	-	-	-	2	-	-	P
Observações:													
LEGENDA			5.	Recepção;	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:			6.	Reprografia;	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;			7.	Telecomunicações;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;			8.	Manutenção de bens móveis	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;			9.	Manutenção de bens imóveis									
4. Copeiragem;													

Unidade Contratante													
Nome: INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CHUI													
UG/Gestão: 170270					CNPJ: 00.394.460/0357-94								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	4	O	03/2009	03.149.832/0001-62	25/05/2009	25/05/2014	1	1					P
2009	7	O	03/2009	03.149.832/0001-62	25/05/2009	25/05/2014			2	2			P
2009	9	O	02/2009	09.274.298/0001-00	30/04/2009	30/04/2014	2	2					P
2009	12	O	01/2009	07.366.643/0001-00	19/03/2009	18/03/2014			2	2			P
Observações:													
LEGENDA			5.	Recepção;	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:			6.	Reprografia;	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;			7.	Telecomunicações;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;			8.	Manutenção de bens móveis	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;			9.	Manutenção de bens imóveis									
4. Copeiragem;													

Quadro 22 – Composição do quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	223	234	232	227	1.450.354,13
1.1. Área Fim	0	0	0	0	0
1.2. Área Meio	223	234	232	227	1.450.354,13
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
2.1. Área Fim	0	0	0	0	0
2.2. Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	223	234	232	227	1.450.354,13

Fonte: DW Siape – Fevereiro 2014

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Estagiários das DRJ estão contabilizados nos quadros das Regiões Fiscais;
2. Foram apuradas as rubricas de Bolsa de Estágio, Auxílio Transporte Estagiário e Recesso Remunerado Estágio. Não são considerados os descontos de falta, auxílio transporte do período de recesso e GRU emitidas em nome do estagiário;
3. O lançamento de dados históricos no Siape, após a data da extração DW, pode gerar diferença nos valores apresentados.

A contratação de estagiários na RFB é realizada mediante a celebração de contratos com empresas que prestam serviços como agentes de integração entre universidades, estudantes e a RFB. A seleção é realizada conforme a demanda de trabalho do órgão e o perfil do curso do estudante.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 10ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 10**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 6: Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário
(Item 6, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU Nº 127/2013)

6.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, que dispõe sobre o uso de carros oficiais.

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o artigo 37, XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a condução de veículo oficial.

Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 37, XXI da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão para aquisição de bens e serviços comuns.

Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas.

Decreto nº 5.450, de 31 de março de 2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns.

Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

Portaria do Ministério da Fazenda nº 282, de 9 de junho de 2011, que estabelece critérios e condições para destinação de mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento.

Portaria da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 3.010, de 29 de junho de 2011, que estabelece critérios e condições para destinação de mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento.

Norma de execução da Coordenação Geral de Serviços Gerais da Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda nº 1.03.003, de 14 de fevereiro de 1997, que estabelece procedimentos administrativos ao credenciamento de servidor para condução de veículo oficial.

Alguns veículos terrestres usados pela SRRF e suas Unidades Jurisdicionadas no cumprimento de sua missão institucional são incorporados aos seus patrimônios, na forma da legislação acima citada.

A incorporação, nos termos do parágrafo único do artigo 24 da Portaria RFB nº 3.010, de 2011, define- como “a transferência do direito de propriedade dos bens que houverem sido destinados para o órgão público” e recai sobre aqueles bens – no presente caso, veículos - que foram abandonados, entregues à Fazenda Nacional ou foram objeto de pena de perdimento.

Segundo citada norma, somente poderão ser destinados a órgãos da Administração Pública veículos cujo uso esteja de acordo com a legislação a eles aplicável.

No âmbito desta 10ª região fiscal, que abrange Unidades da Receita Federal do Brasil no estado do Rio Grande do Sul, compete ao Superintendente da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal,

nos termos do artigo 43 da Portaria RFB nº 3.011, de 2011, destinar bens e mercadorias às Unidades sob sua jurisdição.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

Considerando que as 15 Unidades Gestoras da Receita Federal do Brasil sob a jurisdição desta SRRF10 foram consultadas a se manifestarem acerca do quesito, abaixo são colacionadas as apresentações de maior destaque e que espelham a realidade da importância e o impacto da frota de veículos sobre as atividades das Unidades da RFB, incluída esta SRRF, nesta região fiscal que, além de cumprir sua missão institucional na fiscalização e arrecadação de tributos internos, possui acentuada atuação na fiscalização tributária do comércio exterior, haja vista que o estado mantém fronteiras terrestres e lacustres com Uruguai e Argentina.

A DRF Pelotas é responsável pela vigilância aduaneira nos pontos de fronteira localizados em Aceguá (Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Bagé), Ponte Internacional Mauá em Jaguarão (Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Jaguarão) e no Porto Lacustre de Pelotas, onde funciona um recinto alfandegado. O combate ao contrabando e ao descaminho é realizado nos trinta e dois municípios da jurisdição: Aceguá, Amaral Ferrador, Arambaré, Arroio do Padre, Arroio Grande, Bagé, Camaquã, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Chuvisca, Cristal, Dom Feliciano, Dom Pedrito, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Lavras do Sul, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Sentinela do Sul e Turuçu. A fiscalização de tributos internos também exige deslocamentos frequentes nos municípios da jurisdição. Neste contexto, a frota de veículos é um instrumento de logística fundamental para o desenvolvimento dos processos internos que permitem a consecução da missão e atendimento das metas e alcance dos resultados esperados. Assim sendo, o uso dos veículos permitem o transporte de pessoas, materiais e mercadorias, entre a Delegacia, Agências e Inspetorias, bem como permite a efetivação de ações que visam aumentar a percepção de risco, a presença fiscal e a vigilância e repressão aos crimes tributários e aduaneiros. Portanto, a frota de veículos é instrumento imprescindível nos trabalhos de investigação, fiscalização, repressão, transporte de documentos, mercadorias apreendidas, etc, dentro da jurisdição acima apresentada e para viabilizar atuações conjuntas com outras Unidades.

Para a DRF em Santa Maria, possui uma frota para uso em serviço, composta de veículos de diversas marcas e modelos de veículos. Dentre as atividades exercidas pelo órgão, e que exigem a utilização de veículos, destacam-se o apoio à fiscalização e o combate ao contrabando e descaminho, atividades estas que demandam constante uso da frota pelo Núcleo de Repressão ao Contrabando e Descaminho – Nurep STM, o qual tem como área de atuação todo o Estado do Rio Grande do Sul e, também, participa de operações coordenadas em Santa Catarina e no Paraná. Além destas, existem diversas atividades de apoio logístico e administrativo, que exigem o deslocamento de pessoal e/ou materiais, o que é realizado com a utilização dos veículos da frota oficial. A complexidade destas atividades exige a alocação de meios de transporte adequados e em condições de serem utilizados com segurança, rapidez e eficácia. O uso dos veículos oficiais é de extrema importância e indispensável ao andamento normal das atividades dos órgãos envolvidos

A Jurisdição da DRF Santo Ângelo abrange 111 (cento e onze) municípios. Vinculadas à Delegacia da RFB em Santo Ângelo estão 06 (seis) Agências da RFB 03 (três) Inspetorias da RFB, dessa forma, a frota de veículos é utilizada para as atividades de Fiscalização, Vigilância e Repressão, transporte de pessoal e transporte de mercadorias para atender as demandas da DRF e Unidades da Jurisdição.

A frota de veículos é de suma importância para o cumprimento da missão institucional da DRF/Passo Fundo, tanto para as atividades de fiscalização e arrecadação de tributos internos, como na acentuada atuação na fiscalização tributária do comércio exterior, em especial em operações de repressão ao contrabando e descaminho. Da mesma forma, a frota oficial é utilizada nas atividades administrativas com transporte de materiais e servidores da DRF para as Agências e das Agências para a DRF.

A DRF/Porto Alegre tem sob sua administração, além da sede em Porto Alegre, seis ARFs: Gravataí, Guaíba, São Jerônimo, Torres, Tramandaí e Viamão. As ARFs Torres, Tramandaí e São Jerônimo se localizam a distâncias entre 60 e 150 km da sede. Assim, os veículos oficiais são fundamentais para o transporte de equipamentos, materiais e servidores entre as unidades. A DRF/POA conta com três veículos, um furgão Master em bom estado e duas Caminhonetes Mitsubishi Triton L200 novas, o que tem sido suficiente para atender às necessidades.

Os veículos da IRF/Chui são de vital importância para o desenvolvimento de suas atividades, sejam elas Administrativas ou operacionais no controle e vigilância e repressão ao contrabando e descaminho na extensa área de fronteira, bem como na faixa de território brasileiro que esta sob a jurisdição desta Unidade.

Para o cumprimento de suas tarefas, a frota de viaturas esta distribuída de acordo com as suas atividades:

Quantidade	Veículo	Atividade
3	MITSUBISHI L200	Vigilância de repressão
1	MITSUBISHI L200	Vigilância de repressão
1	CLIO/SEDAN	Vigilância de repressão
1	FIAT/STRADA	Vigilância de repressão
1	MITSUBISHI L200	Setor Aduaneiro
1	MITSUBISHI L200	Gabinete
1	ECOSPORT	Administrativa
1	TOYOTA	Administrativa

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Os veículos da frota da SRRF10, ALF/Salgado Filho são administrativos ou operacionais. Não há veículos de representação.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

f) Custos associados à manutenção da frota

As considerações sobre os quesitos de letras “c”, “d”, “e” e “f” foram aglutinadas no quadro abaixo.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª RF

MARCA	MODELO	ANO FABRICAÇÃO	TIPO COMBUSTÍVEL	KM MEDIA ANUAL	CUSTO MANUTENÇÃO	NATUREZA
FIAT	Pálio Weekend HLX	2005	Gasolina	8872	R\$ 1.909,56	
TOYOTA	Hilux SW4 3.0 16v	2008	Diesel	18727	R\$ 7.595,90	
MITSUBISHI	L200 Triton 3.2 D	2013	Diesel	3835	R\$ 48,75	Adquirido
MITSUBISHI	L200 Triton 3.2 D	2013	Diesel	6468	R\$ 48,75	Adquirido
RENAULT	Master Bus 16 DCI 114cv 2463cc 4portas	2006	Diesel	667	R\$ 1.474,82	
FIAT	Pálio Weekend HLX	2005	Gasolina	0	R\$ 433,06	
FIAT	Pálio Weekend HLX	2005	Gasolina	4270	R\$ 518,50	
FORD	Cargo 2422T	2005	Diesel	12972	R\$ 2.630,19	
CHEVROLET	Vectra Elite 2.4	2007	Flex	18324	R\$ 1.599,64	
FORD	Fiesta Sedan 1.6	2011	Flex	12597	R\$ 1.943,06	
KIA	K2500 HD	2008	Diesel	4847	R\$ 1.800,87	
HONDA	CG150 FAN ESI 149cc	2010	Gasolina	0	R\$ 969,38	
CHEVROLET	Vectra SD Expression	2010	Flex	5966	R\$ 4.473,24	
CHEVROLET	Cruze LT NB	2011	Flex	0	R\$ 68,00	
TOYOTA	Hilux CD 4X2	2007	Diesel	7283	R\$ 3.039,17	
MITSUBISHI	L200 Triton 3.2 D	2013	Diesel	2832	R\$ 0,00	Adquirido
MITSUBISHI	L200 Triton 3.2 D	2013	Diesel	3602	R\$ 0,00	Adquirido
MITSUBISHI	L200 Triton 3.2 D	2013	Diesel	5245	R\$ 0,00	Adquirido
MITSUBISHI	L200 Triton 3.2 D	2013	Diesel	6217	R\$ 0,00	Adquirido
MITSUBISHI	L200 Triton 3.2 D	2013	Diesel	2456	R\$ 0,00	Adquirido
MITSUBISHI	L200 Triton 3.2 D	2013	Diesel	5076	R\$ 0,00	Adquirido
VOLKSWAGEN	17.250 CLC CM	2008	Diesel	0	R\$ 0,00	
FIAT	Doblo Adventure XL 1.6L	2007	Flex	14439	R\$ 103,75	
FIAT	Doblo ELX 1.6 16V 4/5P	2002	Gasolina	4651	R\$ 652,65	
CHEVROLET	Prisma Maxx	2009	Flex	7769	R\$ 452,72	
CHEVROLET	Meriva Maxx 1.8 8V 114cv 4 portas	2008	Flex	0	R\$ 0,00	
MITSUBISHI	L200 Triton 3.2 D	2013	Diesel	549	R\$ 0,00	Adquirido
RENAULT	MASTER FURGÃO 11M3	2002	Diesel	15730	R\$ 8.485,97	
MITSUBISHI	L200 Triton 3.2 D	2013	Diesel	2679	R\$ 48,75	Adquirido
MITSUBISHI	L200 Triton 3.2 D	2013	Diesel	4205	R\$ 96,75	Adquirido
VOLKSWAGEN	Parati 1.8 Tour	2002	Gasolina	3241	R\$ 3.569,96	
CITROEN	Picasso GLX 2.0 16V Aut.	2005	Gasolina	10027	R\$ 5.633,20	
NISSAN	X-Terra 1.8 SE 4X4 Tdi 140cv 4p	2005	Diesel	8286	R\$ 1.798,60	
FORD	Ranger XLT 3.0 PSE 163 cv 4x4 TB 4p	2005	Diesel	8224	R\$ 7.223,49	
NISSAN	Frontier SE 4X4 2.8 Tdi 140cv 4p	2005	Diesel	8049	R\$ 1.036,73	
RENAULT	Clio Sedan Privilege 1.6 16V 110cv 4p	2005	Gasolina	0	R\$ 414,47	
FORD	Ranger XLT 3.0 PSE 163 cv 4x4 TB 4p	2005	Diesel	6670	R\$ 3.959,53	

CHEVROLET	Vectra Sedan Elegance 2.0 MPFI 8V 4p	2007	Flex	4680	R\$ 902,25	
FORD	Fiesta Sedan 1.6	2005	Flex	0	R\$ 270,43	
CHEVROLET	S-10 Blazer 2.4 MPFI 8V 128 cv 4p	2002	Gasolina	12433	R\$ 3.337,86	
VOLKSWAGEN	Parati 1.8 Tour	2002	Gasolina	7565	R\$ 129,61	
Total de Veículos				41		
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência				R\$ 66.669,61		
Despesas da UG com combustíveis no exercício de referência				R\$ 53.998,86		

ALF/Aeroporto Salgado Filho

MARCA	MODELO	ANO FABRICAÇÃO	TIPO COMBUSTÍVEL	KM MÉDIA ANUAL	CUSTO MANUTENÇÃO	NATUREZA
MITSUBISHI	L200 Triton 3.2 D – placas IUI 6136	2013	Diesel	1000	R\$ 0,00	Adquirido
MITSUBISHI	L200 Triton 3.2 D – placas IUI 6124	2013	Diesel	1000	R\$ 0,00	Adquirido
MB	SPRINTER 313CDI – placas ITH8966	2010	Diesel	100	R\$ 0,00	Adquirido
GM	BLAZER	2002	Gasolina	1000	R\$ 0,00	Adquirido
VW	GOL 1.6	2003	Etanol	1000	R\$ 0,00	
Total de Veículos				5		
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência				R\$ 0,00		
Despesas da UG com combustíveis no exercício de referência				R\$ 1.131,63		

OBSERVAÇÃO : Os veículos Blazer e Gol foram devolvidos a SRRF/10 em Outubro e Julho de 2013.

DRF/Pelotas

MARCA	MODELO	ANO FABRICAÇÃO	TIPO E USO	KM MÉDIA ANUAL	NATUREZA
Renault	Clio Pri 16 Vs	2005	Leve e repressão	6889	Adquirido
Ford	Cargo 2422 T	2005	Pesado e repressão	10874	Adquirido
GM	Vectra Sedan	2009	Leve e repressão	3212	Incorporado
MMC	L200	2012	Utilitário e repressão	3200	Adquirido
MMC	L200	2012	Utilitário e repressão	7723	Adquirido
MMC	L200	2013	Utilitário e repressão	3643	Adquirido
MMC	L200	2013	Utilitário e repressão	2832	Adquirido
VW	Gol 1.0	2011	Leve e repressão	719	Incorporado
Fiat	Ducato	2008	Utilitário e repressão	4477	Incorporado
MMC	L200	2012	Utilitário e repressão	8224	Adquirido
MMC	L200	2012	Utilitário e repressão	9332	Adquirido
MMC	L200	2012	Utilitário e repressão	9552	Adquirido
MMC	L200	2013	Utilitário e repressão	9349	Adquirido
MMC	L200	2012	Utilitário e repressão	9193	Adquirido
VW	150E Delivery	2007	Pesado e repressão	2660	Incorporado
GM	Prisma 1.4 LT	2011	Leve e repressão	3781	Incorporado
Renault	Master Bus16	2009	Utilitário e repressão	1653	Incorporado
MMC	L200	2012	Utilitário e repressão	6052	Adquirido
MMC	L200	2012	Utilitário e repressão	9900	Adquirido
MMC	L200	2013	Utilitário e repressão	4213	Adquirido

Total de veículos da UG	20
Despesas da UG com o serviço de manutenção no exercício de referência	R\$ 13.281,10
Despesas da UG com as peças para manutenção no exercício de referência	R\$ 23.529,52
Despesas da UG com combustível no exercício de referência	R\$ 37.826,50

Foram destinados, visando reduzir a idade média e custos com a manutenção, durante o exercício de 2013, os seguintes veículos da frota:

Veículo	Placas	Ano Fab.	Km total	Destinatário
VW/Parati	IKZ 3765	2002	195.680	P M de Dom Pedrito
Nissan/Frontier	IMW 8968	2005	87.002	Universidade Federal de Pelotas
Renault/Clio	IKY 9964	2002	167.670	Superintendência de Portos e Hidrovias
GM/S10	IKY 4617	2002	246.147	Universidade Federal de Pelotas
Nissan/Frontier	IMW 9101	2005	143.300	Universidade Federal de Pelotas
Nissan/Frontier	IMW 9356	2005	141.402	Universidade Federal de Pelotas
Nissan/Frontier	IMW8951	2005	79.027	Universidade Federal de Pelotas
GM/S10	IKY4645	2002	174.593	Universidade Federal de Pelotas
VW/Parati	IKZ3694	2002	137.466	Universidade Federal de Pelotas
Nissan/Frontier	IMW8955	2005	63.464	P M de Dom Pedrito
Ford/Focus 1.6	JGS8776	2005	116.363	Brigada Militar/3º BPAF Jaguarão

DRF/Novo Hamburgo

UG	MARCA	MODELO	ANO FABRICA	TIPO E USO	KM MÉDIA ANUAL	NATUREZA
170184 DRFNHO	Chevrolet	S10	2002	Utilitário e repressão	5727	Adquirido
	Mitsubishi	L200	2013	Utilitário e repressão	*	Adquirido
	Mitsubishi	L200	2013	Utilitário e repressão	*	Adquirido
Total de veículos da UG					03	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 343,16	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 1.173,40	

*Veículos adquiridos em 2013 e colocados a disposição da frota somente no final do mês de setembro.

DRF/Santa Maria

UG	MARCA	MODELO	ANO FABRICA	TIPO E USO	KM MÉDIA ANUAL	NATUREZA
170183 DRFST M	Ford	F250 XL W20	2005	Pesado e Repressão	9.550	Adquirido
	Ford	Cargo 2422 T	2005	Pesado e Repressão	8.824	Adquirido
	Renault	Symbol PR1616	2009	Leve e Institucional	5.919	Incorporado
	Fiat	Doblô 1.4	2010	Leve e Repressão	3.778	Incorporado
	Toyota	Hilux SW4	2010	Utilitário e Institucional	12.213	Incorporado
	Renault	Master TCA	2010	Utilitário e Repressão	25.846	Incorporado
	Chevrolet	Vectra Hatch	2010	Leve e Repressão	13.247	Incorporado
	Mitsubishi	L200 Triton	2013	Utilitário e Institucional	4.373	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton	2013	Utilitário e Institucional	5.711	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	417	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	752	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	2.249	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	6.535	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	4.054	Adquirido
	Volkswagen	Caminhão 8120	2001	Pesado e Repressão	812	Incorporado
	Chevrolet	Vectra SD	2007	Leve e Repressão	14.646	Incorporado
Total de veículos da UG					16	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 31.937,97	

Despesas da UG com combustível no exercício de referência	R\$ 31.048,65
--	----------------------

Obs.: Tanto os dados referentes aos gastos com manutenção como os gastos com combustíveis estão considerando as situações de veículos oficiais em trânsito pela jurisdição da DRF/Santa Maria, bem como existiram ocasiões em que veículos da frota desta DRF abasteceram em outras sedes.

DRF/Santo Ângelo

MARCA	MODELO	ANO FAB	PLACA	TIPO E USO	KM MÉDIA ANUAL	NATUREZA
FORD	Caminhão/ Ford/Cargo 2422 T	2005	IMS3628	Pesado – Atividades Administrativas	14.565	Adquirido
FORD	Caminhão/ Ford/Cargo 2422 T	2005	IMS3633	Pesado – Atividades Administrativas	15.233	Adquirido
PEUGEOT	207	2012	ITD7271	Leve – Atividades Administrativas	6.692	Incorporado
GM	Blazer	2002	IKY4628	Utilitário – Atividades Administrativas	2.980	Adquirido
GM	Montana	2011	MJN6359	Leve – Atividades Administrativas	2.730	Incorporado
FIAT	Strada	2012	ITA7895	Leve – Atividades Administrativas	4.720	Incorporado
RENAULT	Clio/16Vs	2005	IMW9384	Leve - Repressão	10.657	Adquirido
FIAT	Strada	2011	MIE1378	Utilitário - Repressão	3.805	Adquirido
MITSUBISHI	L200 Triton	2013	IUA1556	Utilitário - Repressão	19.397	Adquirido
MITSUBISHI	L200 Triton	2013	IUA1537	Utilitário - Repressão	32.525	Adquirido
MITSUBISHI	L200 Triton	2013	IUI5257	Utilitário - Repressão	22.223	Adquirido
MITSUBISHI	L200 Triton	2013	IUA1588	Utilitário - Repressão	18.825	Adquirido
MITSUBISHI	L200 Triton	2013	IUI5108	Utilitário - Repressão	8.756	Adquirido
MITSUBISHI	L200 Triton	2013	IUI5263	Utilitário - Repressão	18.993	Adquirido
MITSUBISHI	L200 Triton	2013	IUI5101	Utilitário - Repressão	2.100	Adquirido
MITSUBISHI	L200 Triton	2013	IUI5110	Utilitário - Repressão	2.668	Adquirido
MITSUBISHI	L200 Triton	2013	IUA1546	Utilitário - Repressão	3.164	Adquirido
Total de veículos da UG					17	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 54.479,80	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 61.841,00	

DRF/Passo Fundo

MARCA	MODELO	ANO FAB.	TIPO E USO	KM MÉDIA ANUAL	NATUREZA	CUSTO ANUAL DE MANUTENÇÃO AO - 2013	SITUAÇÃO NO FINAL DE 2013
Renault	Clio Sedan	2005	Leve e repressão	7.714	Adquirido	R\$ 1.090,79	EM USO
Fiat	Ducato	2011	Utilitário e repressão	7.140	Incorporado	R\$ 1.671,00	EM USO
Volkswagen	Caminhão 13.180	2005	Pesado e repressão/administrativo	9.525	Adquirido	R\$ 2.944,52	EM USO
Volkswagen	Caminhão 24.250	2011	Pesado e repressão/administrativo	0	Incorporado	-	EM USO
Mitsubishi	L200	2013	Utilitário e repressão	1.946	Adquirido	R\$ 43,73	EM USO
Mitsubishi	L200	2013	Utilitário e repressão		Adquirido	R\$ 43,73	EM USO
Mitsubishi	L200	2013	Utilitário e repressão/administrativo	914	Adquirido	R\$ 43,73	EM USO
Mitsubishi	L200	2013	Utilitário e	1.072	Adquirido	R\$ 43,73	EM USO

			repressão/administrativo				
GM	Blazer	2002	Utilitário e repressão/administrativo	6.279	Adquirido	R\$ 2.194,31	DESTINADO
Ford	F250	2001	Utilitário e repressão/administrativo	3.995	Incorporado	R\$ 2.128,82	DESTINADO
Volkswagen	Gol	2003	Leve e administrativo	660	Adquirido	-	DESTINADO

DRF/Santa Cruz do Sul

MARCA	MODELO		ANO FABRICAÇÃO	TIPO E USO	KM MÉDIA ANUAL	NATUREZA
Mitsubishi	L200 Triton		2013	Utilitário e Repressão	2.061 (06 meses)	Adquirido
Mitsubishi	L200 Triton		2013	Utilitário e Institucional	3.521(06 meses)	Adquirido
Mitsubishi	L200 Triton		2013	Utilitário e Institucional	1.426 (06 meses)	Adquirido
Mitsubishi	L200 Triton		2013	Utilitário e Repressão	3.499 (06 meses)	Adquirido
Iveco	Daily7013		2006	Pesado e Repressão	4.324	Incorporado
Chevrolet	Blazer		2002	Utilitário e Institucional	7.124	Adquirido
Chevrolet	Vectra		2007	Leve e Repressão	1.853	Incorporado
Fiat	Strada		2012	Utilitário e Institucional	1.702	Incorporado
Chevrolet	Executive S10		2006	Utilitário e Institucional	2.474	Incorporado
Chevrolet	S10		2002	Utilitário e Institucional	10.371	Adquirido
Transferido para a SRRF10ª	Chevrolet	Meriva Maxx	2008	Leve e Institucional	3.077	Incorporado
Pendente de liberação do Detran	Fiat	Palio Weekend	2008	Leve e Institucional		Incorporado
Total de veículos da UG						12
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência						R\$ 11.206,29
Despesas da UG com combustível no exercício de referência						R\$ 10.858,35

A manutenção da frota oficial da IRF/CHUI tem um custo mensal de aproximadamente R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais) em peças e R\$ 500,00 (quinhentos reais) para serviços de mão de obra (dados de 2011).

O contrato de manutenção de viaturas da IRF/CHUI finalizou no exercício de 2012, por termo final, em consequência de completar o prazo máximo (60 meses). A Unidade elaborou procedimento licitatório, na modalidade de pregão, porém foi “deserto”. Será repetido novamente o procedimento visto a importância dos serviços, uma vez que a Unidade esta localizada a grande distância dos maiores centros urbanos, e visa, não apenas atender sua frota, bem como outras viaturas da SRF em trânsito na localidade.

É de ressaltar a grande importância da frota em boas condições, dada as atividades operacionais desenvolvidas pela Unidade.

Combustíveis

Para o desempenho das atividades de sua frota, bem como atender o abastecimento de outros veículos da SRF em trânsito na região, a IRF/CHUI realizou para o exercício de 2013, as seguintes quantidades de combustíveis:

Combustível	Quantidade (litros)	Valor (R\$)
Diesel	2.000	4.940,00
Gasolina		
Total 4.940,00		

g) Plano de substituição da frota;

O plano de substituição da frota é elaborado pelo órgão central da Receita Federal do Brasil, após consultadas as regiões fiscais.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

O órgão central da RFB estabelece as determinações para a política de aquisição dos veículos e as razões de escolha da aquisição em detrimento da locação, baseadas nas estratégias da Receita Federal do Brasil.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O controle é feito através do preenchimento de formulários na entrada e saída dos veículos, e neste documento constam informações tais como: identificação do condutor, destinos, data de saída e retorno, km inicial e final, e ainda os problemas mecânicos apresentados. Há formulário específico para o controle de abastecimento e consumo de combustível por veículo.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da DRF/Novo Hamburgo, mas contratada de terceiros

a.1) Foi analisada como alternativa à contratação do serviço continuado de transportes envolvendo motorista, combustível e demais insumos a aquisição de veículos por parte da Delegacia da RFB em Novo Hamburgo, o que resultou no seguinte:

a.1.1) Com a opção de aquisição dos veículos, seria necessária a realização de mais cinco procedimentos licitatórios, a saber: compra dos veículos; compra de combustível; contratação de serviço de manutenção de veículos; contratação de serviço de condução de veículos oficiais; contratação de serviço de veículos extras quando necessários (carro leve, van, caminhão) envolvendo motorista, combustíveis e demais insumos.

a.1.2) O valor da mão de obra residente de motoristas que serviu de base para a estimativa foi o resultante de certame licitatório amplamente disputado realizado recentemente pela Superintendência da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal.

a.1.3) Foram somados gastos com combustíveis projetados para a quilometragem franqueada, considerando o preço médio para Novo Hamburgo, extraído do sítio da ANP – Agência Nacional do Petróleo.

a.1.4) Foi considerada taxa de depreciação do veículo de 20% no ano conforme IN SRF nº 162/1998.

a.1.5) Foram previstas as taxas incidentes sobre o veículo, de acordo com informações obtidas do sítio do Detran/RS.

a.1.6) As locações adicionais adotaram os valores praticados pelas locadoras.

a.1.7) Foram utilizadas as cotações de veículos que atendessem às especificações do certame.

a.1.8) Não foram considerados no cálculo despesas com manutenção, seguro, diárias envolvendo pernoite fora da sede, horas extras e utilização de quilômetros excedentes.

a.1.9) Todos esses procedimentos adicionais, consumirão recursos humanos e processuais, sendo necessário alocar mão de obra especializada para tais funções.

a.1.10) Como forma de mensuração, estimou-se que tais procedimentos iriam demandar a dedicação de um servidor da Carreira da Receita Federal do Brasil, pois todas as licitações que se fariam necessárias, produzirão contraprestações contínuas, uma vez que não envolveriam apenas a etapa licitatória, mas a gestão e fiscalização de tais contratações, deveras trabalhosas. Com o intuito de não superestimar o cálculo, foi utilizado o padrão de remuneração inicial do cargo com a menor remuneração da carreira, conforme tabela extraída do sítio www.servidor.gov.br.

a.1.11) Contudo, chegou-se ao valor de R\$ 537.656,00 (Quinhentos e trinta e sete mil, seiscentos e cinquenta e seis reais), em consonância com os cálculos da projeção de gastos através da opção aquisição de veículos, abaixo reproduzidos.

Tipo de Custo	20 meses
Contratação de motoristas	R\$ 133.347,60
Aquisição de veículos	R\$ 116.859,00
Combustíveis	R\$ 46.322,60
Depreciação	R\$ 38.953,00
Taxas (licenciamento/seguro obrigatório)	R\$ 648,00
Locações adicionais de veículos	R\$ 41.604,40
Custo servidor	R\$ 159.921,40
TOTAL	R\$ 537.656,00

a.2) O valor resultante da execução da opção de aquisição dos veículos comparado com a projeção de R\$ 475.342,48 (Quatrocentos e setenta e cinco mil, trezentos e quarenta e dois reais e quarenta e oito centavos) da contratação em tese é 13,11% superior. Vale destacar, que esse ganho tende a ser maior, considerando a economia de escala a ser gerada com a contratação pretendida, a qual dificilmente seria superada com a realização de diversos procedimentos menores.

a.2.1) Observe-se que havia sido feita, conforme orçamentos obtidos junto a empresas do mercado constante do procedimento licitatório, uma projeção de gasto na ordem de R\$ 475.342,48 pelo prazo de 20 meses. De acordo com a informação contida no item c) o valor gasto até o presente momento se deu na ordem de R\$ 283.240,31 ao longo dos 15 meses de contratação.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação dos serviços de transporte.

Empresa: Pertiná Logística Ltda

CNPJ: 00.695.097/0001- 02

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão.

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico

Vigência: 12.09.2012 a 11.05.2014

Contrato: DRF/NHO 02/2012

Valor Mensal Contratado: R\$ 15.600,25 + parcela variável

Pagamentos Acumulados 2012: R\$ 62.604,42

Pagamentos Acumulados 2013: R\$ 220.635,89

Média Mensal Paga em 2012: R\$ 17.230,57

Média Mensal Paga em 2013: R\$ 18.386,32

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o artigo 37, XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 37, XXI da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão para aquisição de bens e serviços comuns.

Decreto nº 5.450, de 31 de março de 2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ.

e.1) A Administração Pública Federal vem pautando a aplicação de seus recursos na busca de obter o melhor resultado com o menor dispêndio. Nessa esteira, a edição do Decreto nº 2.271/97 possibilitou às unidades administrativas a contratação, de forma indireta, de diversas atividades, dentre as quais situa-se a atividade em comento.

e.2) A Lei 9.632/98, em seu art. 2º, parágrafo único, autoriza expressamente a contratação do serviço de motorista e o Decreto nº 4.547/02 dispõe acerca da extinção dos cargos efetivos vagos de motorista oficial.

e.3) A DRF/NHO não possui motoristas em seu quadro funcional, tampouco veículos oficiais que atendam às demandas da Delegacia e unidades administrativas a ela vinculadas, contando com apenas três veículos próprios, um será disponibilizada para doação por ser ano 2002, e os demais são utilizadas, de forma precípua, pela Equipe de Fiscalização Aduaneira e Depósito Regional de Mercadorias Apreendidas.

e.4) O serviço de transporte é, de forma indireta, indispensável e básico para o atendimento dos objetivos desta Delegacia, dentre as atividades exercidas, destacam-se:

e.4.1) O constante transporte de servidores para a participação em treinamentos e reuniões de trabalho no edifício sede do Ministério da Fazenda, em Porto Alegre, o que oportuniza que o deslocamento do servidor sem a necessidade de pernoite, gerando economia dos valores despendidos com diárias por parte da Administração;

e.4.2) A troca de documentos urgentes, mercadorias e equipamentos entre a Delegacia e suas unidades administrativas;

e.4.3) O transporte de selos de controle, da Divisão de Fiscalização da SRRF10 em Porto Alegre

para o Serviço de Fiscalização desta Delegacia;

e.4.4) O atendimento de demandas por parte da Justiça Federal, através da resposta a mandados de segurança, bem como o encaminhamento de documentações à Polícia Federal, que comumente atua em colaboração com a Receita Federal do Brasil;

e.4.5) A realização de diligências externas por parte dos auditores fiscais.

e.5) A administração da frota própria de veículos requer procedimentos para aquisição de combustível, manutenção dos veículos, higienização, licenciamento, entre outros, que se tornam dispensáveis com a contratação ora em pauta, liberando servidores para atividades mais nobres.

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Veículos envolvidos na contratação:

TIPO		DESCRIÇÃO DO VEÍCULO	HORÁRIO	FREQÜÊNCIA	FRANQUIA
1	Padrão A	Automóvel na versão sedan	08:00 às 18:00	Segunda à sexta-feira	7.000km por mês, somando-se os dois veículos
	Padrão B	Multivan	08:00 às 18:00	Segunda à sexta-feira	
2		Automóvel na versão hatch	08:00 às 18:00	Três diárias por mês (estimativa)	150km por dia
3		Van de passageiros	08:00 às 18:00	Uma diária por mês (estimativa)	150km por dia
4		Caminhão baú	08:00 às 18:00	Uma diária por mês (estimativa)	150km por dia

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;

Os veículos do Tipo 1, padrão A e B, que são os residentes, no exercício de 2013 rodaram 85574 Km, com uma média mensal de 7131,17 KM.

h) Idade média anual, por grupo de veículos;

Os veículos do Tipo 1, padrão A e B constantes do item acima, por disposição contratual, não poderão ter seu ano de fabricação superior a 24 meses. Quanto aos demais não possuímos informações, uma vez que se referem a bens de propriedade da empresa os sublocado.

i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;

Os custos já estão inclusos na contratação.

j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

A DRF/Novo Hamburgo mantém seus próprios controles decorrentes da fiscalização da execução destes contratos, tais como: recebimento dos pedidos de realização de transportes de bens, atesto de que os serviços foram prestados, planilhas de deslocamentos, recebimento de faturas, etc.

6.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade

Quadro 23 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	Rio Grande do Sul	44	44
	Caxias do Sul	1	1
	Bento Gonçalves	1	1
	Canela	3	3
	Passo Fundo	1	1
	Aceguá	1	1
	Bagé	2	2
	Camaquã	1	1
	Jaguarão	2	2
	Pelotas	1	1
	São Lourenço	1	1
	Porto Alegre	2	2
	Torres	1	1
	Rio Grande	1	1
	Cachoeira do Sul	1	1
	Santa Maria	2	2
	Novo Hamburgo	2	2
	São Leopoldo	1	1
	Porto Mauá	1	1
	Porto Xavier	3	3
	Santo Ângelo	1	1
	Três Passos	1	1
	Itaqui	3	4
	Quaraí	2	2
	São Borja	1	1
	Uruguaiana	2	2
	Santana do Livramento	2	2
	Santa Cruz do Sul	2	2
	Santa Vitória do Palmar	1	1
Subtotal Brasil		44	44
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		44	44

Fonte: Spiunet e Siafi

Quadro 24 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
170178	859900001500-2	11	3	10.943.482,96	06/12/2011	8.208.951,56		145.625,40
170178	854100016500-2	13	3	746.795,11	06/12/2011	1.436.995,11		11.105,48
170178	858500008500-0	13	2	143.324,74	06/12/2011	740.907,14		2.837,98
170178	858500009500-6	13	2	143.597,56	06/12/2011	741.179,96		2.837,98
170178	858500010500-1	13	2	143.597,56	06/12/2011	741.179,96		2.837,98
170179	878500020500-9	21	3	6.700.000,00	12/12/2011	8.500.000,00	820.769,84	186.817,50
170180	8791001185006	21	3	4.783.893,08	13/12/2013	9.716.848,42		248.125,69
170180	8569000025006	21	4	650.000,00	23/05/2011	650.000,00	3.213,00	9.556,92
170180	8721000015009	21	5	256.042,23	13/12/2013	376.168,66		50.296,24
170180	8721000435008	21	3	3.435.876,62	23/05/2011	3.435.876,62		196.619,69
170180	8879000015007	21	3	240.450,00	23/05/2011	240.450,00		9.919,44
170180	8531000495005	21	4	3.113.500,00	23/05/2011	3.113.500,00		236.673,60
170180	8531001195005	21	5	1.640.500,00	23/05/2011	1.640.500,00		0
170180	8531000015003	21	4	577.512,61	23/05/2011	577.512,61		60.584,88
170181	880100388500-6	21	3	4.082.000,00	08/02/2012	4.082.000,00		
170181	880100389500-1	21	3	6.750.000,00	08/02/2012	6.750.000,00		9.699,00

170181	893300029500-8	21	3	980.000,00	28/11/2011	980.000,00		69.122,40
170182	881500005500-2	13	5	14.109.970,77	26/10/2011	14.109.970,77		164.000,00
170183	884100304500-7	21	4	767.941,71	23/11/2011	2.472.202,78		120.916,19
170183	884100320500-4	21	3	981.000,00	28/11/2011	1.380.040,37	0,00	407.210,63
170183	855900024500-9	21	7	40.830,96	28/11/2011	341.471,95		39.804,48
170184	877100012500-5	12	5	1.312.130,60	10/04/2010	3.150.429,11	658.939,28	198569,65
170184	877100019500-3	12	8	570.000,00	06/12/2011	0,00		
170184	887700044500-5	12	5	41.952,00	06/12/2011	522.400,00		21643,81
170185	606500003500-6	13	4	560.100,19	28/10/2011	560.100,19		7.619,08
170185	880500009500-7	13	3	63.611,37	28/10/2011	63.611,37		0
170185	880500011500-8	13	3	95.259,79	28/10/2011	95.259,79		0
170185	880500021500-2	13	3	1.586.513,88	28/10/2011	1.586.513,88		11.299,62
170185	885300052500-1	13	3	6.782.574,95	28/10/2011	6.782.574,95		244.691,27
170185	894100005500-8	13	3	390.638,85	28/10/2011	390.638,85		7.533,24
170186	871300014500-9	21	5	1.216.226,13	31/03/2011	1.216.226,13		
170186	871300043500-7	21	5	1.210.501,57	31/03/2011	1.210.501,57		
170186	880900011500-0	21	5	1.141.206,52	04/05/2001	1.141.206,52		
170186	880900025500-7	21	5	1.769.308,13	31/03/2011	1.769.308,13		
170186	886300018500-3	21	5	442.766,45	31/03/2011	442.766,45		

170186	895100001500-3	21	5	3.882.940,98	31/03/2011	3.882.940,98		
170186	895100085500-1	21	2	3.314.827,48	06/12/2011	3.314.827,48		
170186	871300015500-4	21	5	536.789,61	31/03/2011	536.789,61		
170186	871300042500-1	21	5	0,02	31/03/2011	0,02		
170187	884500049500-4	10	3	500.000,00	07/07/2011	3.200.000,00	582.365,68	107.776,79
170187	884500051500-5	11	6	28.450,55	06/11/2011	48.450,55	-	-
170263	883900007500-0	21	5	937.106,50	24/11/2011	937.106,50		23.673,66
170263	883900020500-1	21	1	1.266.000,50	24/11/2011	1.266.000,50	0	0
170269	880100332500-0	12	5	2.758.264,40	05/12/2011	2.758.264,40		
170270	884900029500-8	21	3	1.916,83	06/12/2011	2.059.006,78		
170270	884900034500-5	21	3	46.515,36	14/10/2011	46.515,36		
170270	884900035500-0	21	3	13.676,91	06/12/2011	152.502,51		
170270	884900036500-6	21	3	811.500,00	17/10/2011	811.500,00	570.016,59	108.033,57
170270	884900037500-1	21	4	200.000,00	17/10/2011	200.000,00		
Total							2.635.304,39	2.705.432,17

Fonte: Spiunet, certidões e matrículas dos imóveis, Siafi, processos administrativos de licitação.. Os valores dos Imóveis constantes na coluna “Valor Reavaliado” foram extraídos do Siafi e Spiunet (consulta Utilização por Unidade Gestora), totalizando R\$ 90.425.624,81, exceto os dois a seguir. O imóvel matrícula 877100012500-5 no valor de R\$ 1.312.130,60 da UG 170184 não encontra-se registrado no Siafi, pois está em processo de regularização. Da mesma forma o imóvel matrícula 880100332500-0 no valor de R\$ 2.758.264,40 da UG 170269. Os valores informados em Despesas com Manutenção no exercício colunas Imóvel e Instalações foram informados pelas Unidades Gestoras. A exemplo de 2012, no ano de 2013, as Unidades Gestoras, atendendo as recomendações da Controladoria Geral da União (CGU), e a um projeto interno da RFB, denominado “Edifica” estão procedendo à atualização dos valores dos imóveis que se encontram defasados. O estado de conservação dos imóveis foram informados pelas Unidades

Gestoras. Com relação a utilização RIP nº 8713.00042.500-1 houve duplicidade no registro do SPIUNET e será procedido o cancelamento deste registro, com posterior correção do valor que já está avaliado em 31 de março de 2011.

Análise crítica:

O imóvel 883900020500-1 trata-se de um terreno, no qual será erguida a sede própria da Delegacia da Receita Federal em Santa Cruz do Sul a partir do ano 2014. Foi utilizada a numeração da RIP utilização. Nas despesas com manutenção foram calculados os custos com energia, água, alarme monitorado e contrato de manutenção predial. Cabe acrescentar que se faz necessária uma reforma no telhado do imóvel 88390007500-0.

A DRF Caxias do Sul (170178), através da PSFN de Caxias do Sul, adjudicou um imóvel no município para utilização como arquivo intermediário. O respectivo processo 15949.000233/2012-60 encontra-se na Superintendência de Patrimônio da União no RS, aguardando a cedência para esta Delegacia da Receita Federal do Brasil.

A DRF Pelotas (170180) registrou: Prédio da ACI/ACEGUÁ – O imóvel onde se situa a área de fiscalização de bagagem e o estacionamento junto à rodovia pertencem à União, com documentação regular. O prédio lateral, onde funciona a ACI, foi construído pela "Comissão Pró-Habilitação do Porto Seco de Aceguá" e doado informalmente a União, sendo habilitado para operar em Comércio Exterior em 16/06/1997, encontrando-se irregular. Para sua regularização parece-nos que a única possibilidade seria a desapropriação. Prédio da IRF/Bagé – Situação do imóvel onde está instalado o prédio sede da IRF: a) terreno ainda se encontra em nome da Prefeitura Municipal de Bagé; b) Lei municipal 1.722 de 14/06/1973, autorizou o Poder Executivo local a doar o imóvel à União; c) O processo de Aceitação de Doação por parte da União está pendente de Laudo de avaliação em conformidade com a NBR 14653-2/2011.

A DRF Santa Maria (170183) registrou: A DRF possui dois imóveis próprios na cidade de Santa Maria, sendo o prédio sede da Delegacia e o Depósito de Mercadorias e Veículos Apreendidos (DMVA). O DMVA atende plenamente sua finalidade, necessitando de algumas intervenções relacionadas à conservação e atendimento de normas de segurança no ambiente de trabalho, acessibilidade e prevenção de incêndios. Essas intervenções estão planejadas para contratação/execução no ano de 2013. O prédio sede da DRF está localizado em uma área central da cidade, sem estacionamento e com dificuldades de acessibilidade e instalação de rotas de fuga em caso de sinistros (saídas de emergência). O mesmo está construído até os limites dos terrenos lindeiros, com saída exclusivamente na parte frontal. Há iniciativa registrada para analisar a viabilidade de construção de uma nova sede, envolvendo inicialmente a disponibilidade de terreno (médio/longo prazo). No entanto, obras e serviços visando a preservação do imóvel, segurança e acessibilidade são urgentes, razão pela qual está em andamento a contratação dos projetos básicos (2013). O prédio sede da Agência da Receita Federal do Brasil em Cachoeira do Sul, vinculada à UJ, encontra-se em estado muito ruim, e tem sua propriedade compartilhada com o Estado do RS. O prédio não dispõe de acessibilidade adequada à normas e necessita de um Plano de Prevenção e Combate à Incêndios, além de profundas reformas estruturais. Essas obras, em face do compartilhamento da propriedade, além do fato de que parte do imóvel não está sendo usada pela UJ, torna o custo/benefício dos investimentos inviáveis frente à iniciativa que está em andamento para viabilizar uma nova sede para a Agência instalada no local. Considerando que essa iniciativa depende de ações de órgãos externos à Receita Federal, se não houver uma solução breve para as pendências existentes, outra alternativa deverá ser buscada através de parceria com algum órgão público ou locação.

A DRF Uruguaiana (170186) registrou: A Unidade está trabalhando em conjunto com a Superintendência, visando a melhora dos imóveis integrantes da UG. Há vários projetos de reforma em andamento. Estão previstos reparos nos prédios da IRF-Quarai e IRF-São Borja. Além disso, há projetos em execução, visando realização de obras de desvio de fluxo na IRF-Quarai, além de coberturas para verificação e fiscalização de veículos nas IRFs de Quarai, Barra do Quarai e Itaqui. Sendo que na IRF-Barra do Quarai está previsto ampliação das dependências do prédio, com aumento significativo

do espaço atualmente ocupado, praticamente dobrando a área. As reformas nos prédios também servirão para implantar necessidades importantes, como novas redes lógicas e elétricas. No prédio sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana está sendo empenhada a contratação de projeto básico junto à empresa especializada, objetivando reforma geral no prédio, com mudança de fachada e leiaute, além de correções de problemas de infiltrações, queda de rebocos, melhoras nos sistemas de refrigeração dos ambientes, dentre outros. É possível que a reforma já comece no ano de 2013 ou, mais tardar, no início de 2014. Está em análise junto à PFN e à Secretaria de Patrimônio da União a incorporação de imóvel, através de adjudicação. Citado bem, uma vez incorporado ao patrimônio, seria usado para depósito de mercadorias apreendidas da delegacia e jurisdição. Também estão sendo feitas tratativas para regularizar imóvel onde já estão sendo depositados veículos apreendidos pela RFB.

A IRF Santana do Livramento registrou: O imóvel onde funciona a sede da Inspetoria da RFB, construído no ano de 1954, recém agora, desde dezembro de 2012, vem recebendo uma reforma geral, orçada em aproximadamente R\$ 700 mil, serviço que se estenderá até meados de 2013. Após isso, estaremos elaborando uma nova avaliação do imóvel.

A IRF Porto Alegre registrou: A gestão do Prédio-Sede da IRF/Porto Alegre é procedida pela mesma, no tocante à sua conservação e manutenção de sua funcionalidade. No SIAFI encontram-se os dados das despesas correntes efetuadas durante o decorrer de sucessivos exercícios financeiros. Não consta no SIAFI o valor do patrimônio, que é o atribuído à SAMF/RS – Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Sul.

Em relação a DRF/Santo Ângelo, algumas pendências em relação aos imóveis:

- Prédio da IRF/TPS não possui registro. O assunto está sendo tratado pela DRF, Dipol e Superintendência do Patrimônio da União, mas continua pendente;
- Aduana de Porto Mauá – O terreno e o Prédio existente na Aduana de Porto Mauá não estão registrados em nome da União. Assunto encaminhado junto à Superintendência do Patrimônio da União, mas ainda pendente;
- Prédio da DRF Santo Ângelo – Imóvel não possui habite-se. O assunto está sendo discutido na via judicial pela empresa construtora e a Prefeitura Municipal;
- Aduana de Porto Xavier – Existe uma construção de na área da Aduana em Porto Xavier, utilizado pela RFB e outros Órgãos, que não há registro. Assunto ainda não tratado.

Quadro 25 - DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

OCUPAÇÃO/UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados							
170185	6065000045001		51,57	27/10/2011	51,57		
170185	8805000225008		77,52	28/10/2011	77,52		
Vazios							
170180	8531000495005		422,50	06/07/2011	422,50		
170185	8941000065003		151,74	27/10/2011	151,74		
170186	8809000115000		0	31/3/2011	0		
Total							

Fonte: Spífunet

Análise crítica:

Os imóveis funcionais estão inseridos dentro das unidades administrativas da IRF/Bagé, IRF/Três Passos e IRF/Quarai, estando desocupados.

Existe nas IRFs de Porto Mauá e Porto Xavier apartamentos funcionais que no momento estão sendo usados pelos respectivos Inspetores-Chefe das unidades.

6.3 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 26 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF RS	36	35
	Vacaria	1	1
	Guaporé	1	1
	Veranópolis	1	1
	Passo Fundo	1	2
	Carazinho	1	1
	Erechim	1	1
	Lagoa Vermelha	1	1
	Canguçu	1	1
	São Jerônimo	1	1
	Viamão	1	1
	Gravataí	1	1
	Tramandaí	1	1
	Guaíba	1	1
	Caçapava do Sul	1	1

	Cachoeira do Sul	1	0
	Santiago	1	1
	Alegrete	1	1
	São Gabriel	1	1
	Novo Hamburgo	1	1
	Canoas	1	1
	Taquara	1	1
	São Sebastião do Caí	1	1
	Cruz Alta	1	1
	Ijuí	1	1
	São Luiz Gonzaga	1	1
	Santa Rosa	1	1
	Palmeira das Missões	1	1
	Frederico Westphalen	1	1
	Santana do Livramento	1	1
	Santa Cruz do Sul	4	3
	Lajeado	1	1
	Encantado	1	1
	Montenegro	1	1
	Subtotal Brasil	36	35
	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”		
	cidade 1		
	cidade 2		
	EXTERIOR cidade “n”		
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	36	35

Fonte: Unidades Gestoras e UG 170177

Análise crítica:

1. A RFB, a partir de 2010, passou a utilizar um sistema de informações gerenciais, denominado Edifica, sobre os imóveis ocupados, tanto de propriedade da União, como locados.
2. O Edifica foi concebido no âmbito do Ministério da Fazenda, pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria GMF nº 229, de 11 de março de 2010, com competência para acompanhar o planejamento, a execução e o controle dos estudos e projetos de adequação e integração da logística e da construção ou reforma de imóveis destinados aos órgãos que atuam no Macroprocesso do Crédito Tributário.
3. Numa primeira etapa, ocorrida no 2º semestre de 2010, buscou-se levantar informações sobre o estado de conservação dos imóveis operacionais, visando a conseqüente melhoria do clima organizacional e das condições de trabalho. Tais informações foram transformadas num "indicador de adequação imobiliária" que existe para cada imóvel, Unidade da Federação e Região Fiscal. As informações constantes do Edifica incluem fotografias, cópias de documentos e um questionário de avaliação do estado de conservação dos imóveis, informações estas não disponíveis no SPIUNet ou no SIAFI.
4. No exercício de 2013, as Unidades Gestoras prosseguem no trabalho de atualização dos valores constantes no Spiunet e no Siafi.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 10ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 10**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 7: Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental
(Item 8, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

7.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

Quadro 27 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a Gestão Ambiental	Avaliação				
Avaliação de Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
As respostas estão depois do quadro					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis). DRF/Uruguaiiana: Os produtos que são fornecidos pelas empresas contratadas também são exigidos e controlados para que atendam o fator não poluente.				X	
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? DRF/Santa Maria: Não tem sido colocada nos editais, exigência de apresentação de certificados. Na licitação realizada para aquisição de impressoras e escâneres de mesas, foi verificado que tal exigência restringiria a competição pois, dentre as marcas existentes no mercado que atendiam as demais especificações técnicas de qualidade e desempenho dos equipamentos, somente uma possuía tal certificação à época da realização da licitação. DRF/Uruguaiiana: Nos contratos de limpeza interna, limpeza externa, manutenção predial e manutenção veicular são condições de participação de licitação o atendimento de Certificados ambiental	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? DRF/Santa Maria: No exercício 2013, foram adquiridas lâmpadas econômicas que substituíram outras do mesmo tipo e que findaram sua vida útil, além de bens de informática (impressoras e escâneres de mesas), de cozinha (geladeiras, fogões e fornos de micro-ondas) e aparelhos de refrigeração do tipo split (que substituíram quase que a totalidade dos condicionadores de ar do tipo “de janela”), todos com consumo mais eficiente de energia. ALF/Rio Grande: Redução de 22% no consumo de água. DRF/Santo Angelo: Adquirimos lampadas econômicas, não foi possível avaliar o impacto no consumo. DRF/Uruguaiiana: há emprego de luminárias econômicas em todos os ambientes da RFB				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Pelotas, Passo Fundo: Papel A4 Reciclado	X				

7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			X		
· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Caxias do Sul: Aquisição de materiais provenientes de madeira de reflorestamento. DRF/Uruguaiana: a Unidade, na medida do possível, compra suprimentos que possam ser objeto de recargas. Há compra de bombonas de água mineral retornável.					
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13). DRF/Uruguaiana: Não tem sido usado o sistema de logística reversa.	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. DRF/Uruguaiana: Há separação de materiais recicláveis dos demais, sendo dada a destinação correta aos mesmos. Também é dada ênfase quanto à necessidade de redução do consumo de copos descartáveis (que já nem tem sido objeto de compra nas licitações), bem como, de papel A4.					
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
Considerações Gerais: Os procedimentos de aquisição de bens e de contratação de serviços estão utilizando editais padronizados, disseminados pela SRRF10, com previsões de utilização de produtos ambientalmente adequados e execução dos serviços de forma a minimizar a utilização de recursos não renováveis.					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Resposta ao item 1:

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal

a) Especificação de papel reciclado para aquisição de agendas

No pregão SRRF10 nº 18/2013 foram adquiridas 55 agendas produzidas com papel reciclado.

b) Aquisição de papel A4 oriundo de florestas plantadas e renováveis

Foi realizada a contratação, no pregão SRRF10 nº 7/2013 e também no pregão SRRF10 nº 18/2013, respectivamente, de 700 e 300 resmas de papel A4, oriundo de florestas plantadas e renováveis.

c) Especificação de detergente biodegradável

No mesmo pregão SRRF10 nº 18/2013, foi incluída a aquisição de 20 frascos de detergente biodegradável.

g) Especificação de que os veículos deveriam atender às normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

Foram recebidos os 523 veículos adquiridos pelo pregão SRRF10 nº 21/2012 – registro de preços – de forma centralizada para as unidades da RFB em todo o Brasil, cujo edital exigia que os veículos deveriam atender às normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

h) Foi realizado o pregão SRRF10 nº 14/2013 - registro de preços - para aquisição centralizada para as unidades da 10ª Região Fiscal, de 68 nobreaks, para substituir os equipamentos em uso, cujo edital previa que a licitante vencedora providenciasse o descarte adequado das baterias não reaproveitadas dos equipamentos substituídos.

i) Preferência de contratação de assinaturas técnicas eletrônicas em substituição àquelas impressas em papel.

Foi realizado o pregão SRRF10 nº 6/2013, para contratação de 9 acessos de assinaturas técnicas eletrônicas de legislação aduaneira, em substituição às anteriormente utilizadas, que eram impressas em papel.

Dispensa de licitação SRRF10 nº 33/2013 para contratação de assinatura digital do jornal Valor Econômico.

Dispensa de licitação SRRF10 nº 34/2013 para contratação de duas assinaturas do Fiscosoft On Line;

Dispensas de licitação SRRF10 nº 55/2013 para assinatura das Seções 1, 2 e 3 do Diário oficial da União (DOU) eletrônico.

Dispensa de licitação SRRF10 nº 59/2013 para assinatura de 70 Normas Técnicas da ABNT on-line.

DRF/Passo Fundo: Exigência de uso de materiais de limpeza menos poluentes; exigência de adoção de práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição das contratadas; aquisição de lâmpadas econômicas; aquisição de papel A4 reciclado; aquisição de móveis em MDF; aquisição de filtros de água para serem utilizados em substituição à aquisição de água mineral em bombonas; substituição de veículos (caminhonetes) por outras que utilizam combustível menos poluente (diesel S10).

DRF/Porto Alegre: Na compra de papel foi utilizada a especificação que obedece aos critérios de sustentabilidade catalogada no SIASG.

DRF/Santa Maria: Com a previsão, nos editais, de aceitação de produtos oriundos de reciclagem ou remanufatura (no caso de aquisição de materiais de consumo) e de utilização de produtos biodegradáveis nas contratações de serviços com fornecimento de material, em especial produtos de limpeza.

DRF/Uruguaiiana: Costumemente nos editais, no item “obrigações da contratada” há menção sobre as práticas a serem adotadas, visando otimizar recursos, bem como, redução de desperdícios e menor poluição, tais como: Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes; Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas; Racionalização/economia no consumo de energia e água; Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição; Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de operação e manutenção.

7.2 - Medidas para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro 28 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Quadro 28 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
O tratamento dos resíduos no prédio-sede do MF no RS é realizado pela SAMF/RS.						
As demais unidades gestoras da 10ª RF tem campanhas de conscientização com cartazes, folders e mensagens pelo correio eletrônico.						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	19.617	23.560	20.952	181.981,08	247.636,18	168.035,30
Água	33.524	50.224	51.796	366.342,98	343.739,26	335.819,28
Energia Elétrica	5.556.034	5.263.407	4.864.519	2.165.638,11	2.905.498,21	2.522.010,76
			Total	2.713.962,17	3.496.873,65	3.025.865,34

Fonte: Relatórios de Almoxarifado, SIASG, SIAFI e faturas das concessionárias.

Obs.: Com relação a SRRF10, o consumo de água e energia elétrica não foi mensurado, pois está a cargo da SAMF - RS a execução dessas despesas para todos os órgãos fazendários que ocupam o edifício-sede do Ministério da Fazenda em Porto Alegre-RS.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 10ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 10**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 8: Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas
(Item 9, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

8.1 – Deliberações do TCU atendidas no Exercício.

Em atendimento ao subitem 9.1 da Parte A (Conteúdo Geral) do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127, de 2013, relacionamos, a seguir, as informações sobre as medidas adotadas por esta Superintendência Regional para dar cumprimento às determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), expedidas no exercício de 2013.

Os dados referentes às deliberações, bem como as informações sobre as providências adotadas pelas unidades jurisdicionadas desta SRRF, foram estruturados no quadro correspondente, observados os modelos estabelecidos no correlato item do Anexo da Portaria TCU nº 175, de 9 de julho de 2013 (Dispõe sobre as Orientações para Elaboração do Relatório de Gestão).

A identificação dos Acórdãos expedidos pelo TCU, em 2013, para as Unidades da RFB foi complementada com pesquisa textual realizada no *site* do TCU (Acórdãos e Decisões) para verificar a possível existência de outras deliberações proferidas pelo Tribunal de Contas e que não tenham tramitado diretamente por esta Superintendência Regional.

Quadro 29 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional da 10ª Região Fiscal da Receita Federal do Brasil (SRRF10)					3166
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	027.673/2011-1	3423/2013 – 1ª CÂMARA	1.7.1; 1.7.2; 1.7.2.1	RE	CGU diretamente com a UG
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Delegacia da Receita Federal em Pelotas (DRF/Pelotas) e Delegacia da Receita Federal em Porto Alegre (DRF/Porto Alegre)					
Descrição da Deliberação					
1.7.1. dar ciência à Delegacia da Receita Federal em Pelotas sobre a obrigatoriedade de proceder ao registro patrimonial do prédio sede da Delegacia no sistema SPIUNet, nos termos do art. 96 da Lei nº 4.320/64 e do art. 2º da Portaria Interministerial STN/SPU nº 322, de 23/08/2001;					
1.7.2. dar ciência à Delegacia da Receita Federal em Porto Alegre :					
1.7.2.1. sobre a necessidade de instruir todos os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação com as devidas justificativas do preço contratado, conforme previsto no art. 26, inciso III, da Lei nº 8.666/93; e					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
(1) Seção de Programação e Logística da DRF/Pelotas; e (2) Serviço de Programação e Logística da DRF/Porto Alegre					8581 e 5859
Síntese da Providência Adotada					
(1) Todos os prédios jurisdicionados da Delegacia da RFB em Pelotas foram atualizados no SPIUNet; e (2) As providências determinadas pelo TCU foram adotadas. Os procedimentos de contratação, especialmente os de contratação direta por inexigibilidade e dispensa de licitação, estão sendo instruídos com as justificativas de preço. Cabe informar que esse procedimento sempre foi adotado por esta Delegacia. A recomendação referiu-se a uma contratação direta específica, de treinamento, derivada de inexigibilidade de licitação.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
- Melhor qualidade da informação e cumprimento dos dispositivos legais; e - Nos procedimentos semelhantes ao que deu origem à recomendação do TCU, a DRF/POA está adotando uma justificativa de preços mais qualificada.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
(1) As unidades gestoras da 10ª RF passam por processos de capacitação e desenvolvimento para qualificação dos resultados obtidos; e (2) A justificativa de preço, nas contratações de objetos onde há inviabilidade de competição por fornecedor único, tem algumas particularidades, pois não se trata de uma pesquisa comum de preços no mercado. Há que se comparar o preço da futura contratada com os preços que ela mesma pratica em outras contratações públicas e privadas, além de outras diligências, visando à correta justificativa do preço contratado, conforme apontado pela Orientação Normativa da AGU nº 17, de 01.04.2009.					

8.2 - Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.

Quadro 30 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL (SRRF10)			001929
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201305857	Item I.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª RF			001929
Descrição da Recomendação			
<i>Observar a legislação de pessoal da Administração Federal quando da utilização de Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), evitando-se conceder suprimimento de fundos a servidor que esteja em gozo de férias.</i>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Programação e Logística			12049
Síntese da Providência Adotada			
A SRRF10 tem tomado as medidas necessárias para não conceder Suprimimento de Fundos em período que os agentes supridos estejam em férias, em especial acompanhando os registros formais existentes no sistema SA3 e no sistema SIAPE.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Melhoria no controle e aplicação dos recursos destinados ao atendimento de despesas a serem atendidas por Suprimimento de Fundos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor			
<p>A Divisão de Programação e Logística está acompanhando dois agentes supridos e não está encontrando dificuldades para a implementação das providências.</p> <p>Dirigente Máximo da UJ responsável pela apresentação das contas</p> <p>Nome: Paulo Renato Silva da Paz</p> <p>Cargo: Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal</p>			

8.3 - Declaração de Bens e Rendias Estabelecida na Lei nº 8.730/93

Quadro 31 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Não utilizamos o quadro original previsto na Portaria TCU nº 175/2013 pelas seguintes razões:

- As duas primeiras linhas (autoridades e cargos eletivos) não se aplicam à RFB, seria utilizada apenas a última linha;
- As 3 colunas relativas ao momento de entrega da DBR não constituem um bom modelo diante da preferência do servidor RFB em entregar as autorizações de acesso à DBR. Essa opção reduz a atividade de Gestão de Pessoas em controlar as entregas de DBR na posse ou final de exercício de função.

A informação detalhada no quadro construído pela RFB possui uma amplitude de controle maior que a proposição do relatório de prestação de contas. Objetiva um acompanhamento mais detalhado do esforço das unidades de Gestão de Pessoas para solução de pendências e manutenção dos dados relativos à guarda de DBR.

PENDÊNCIAS DE ENTREGA DE DBR		
RF	UNIDADE PAGADORA	SERVIDORES SEM FUNÇÕES
10	SRRF/10RF	0

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

- As DRJ estão contidas na sua respectiva UPAG

Atualmente 100% servidores estão com os registros atualizados, resultado que reflete trabalho contínuo de melhoria em relação aos anos anteriores.

Item 8.1 – Situação do Cumprimento das Obrigações

- *Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR:*

Em razão da Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298 de 6 de setembro de 2007, DOU 11/09/2007, que obriga todo agente público a entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF, todo servidor em exercício na RFB tem obrigação de entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF.

Periodicamente a Cogep promove campanhas de regularização da entrega de documentos funcionais pelos servidores e atualizações do sistema e pastas funcionais pelas áreas de Gestão de Pessoas das Regiões Fiscais.

Nos casos em que as providências citadas acima não resolvem as pendências, é realizado contato pelo e-mail funcional, telefone ou, em última opção, carta registrada para o endereço residencial do servidor informando-o da situação, riscos e consequências e solicitando a regularização.

- *Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR:*

O arquivamento das DBR e autorizações entregues é de responsabilidade da área de Gestão de Pessoas que deve preservar o sigilo das informações.

- *Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento:*

As autorizações de acesso a DIRPF são geradas e controladas via SA3.

- *Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, e como esse acesso se dá:*

A preferência dos servidores é assinar a autorização de acesso à DIRPF, o que minimiza o trabalho relativo à entrega de DBR ao final do exercício financeiro, da função ou cargo.

- *Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida:*

Não compete à área de Gestão de Pessoas analisar possíveis incompatibilidades entre patrimônio e remuneração dos servidores. Quando solicitada, a informação é transmitida à área competente para processamento da análise.

- *Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações:*

A autorização de acesso assinada pelo servidor é alocada na pasta funcional como qualquer documento. Para os casos em que ainda se entrega as declarações anuais, essas são recebidas em envelopes lacrados pelo servidor e alocados na pasta funcional.

8.4 - Alimentação SIASG E SICONV

As informações prestadas na Declaração emitida pelo Chefe da Divisão de Programação e Logística, responsável regimental pelas contratações da SRRF10, são as que constam abaixo, bem como a declaração propriamente dita está em anexo, à página 259 deste relatório de gestão.

Em conformidade com o disposto no Item 10.4 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012, A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª RF informa, com base em declarações individuais das Delegacias e Inspetorias da RFB e da SRRF10, assinadas e arquivadas na SRRF10, que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres das DRF/IRF e SRRF10 estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Geais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o Art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, **EXCETO, em relação à UG 170177 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no tocante a:**

- a. Instrumento de Acordo de Cooperação SRRF10 nº 1/2010, processo nº 11080.004348/2010-20, contratada Infraero – Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - CNPJ 00.352.294/0001-10, objeto: Cessão de uso temporário e gratuito de áreas aeroportuárias destinadas às repartições da Secretaria da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto alegre, RS, bem como estabelecer as condições em que se dará o rateio das despesas condominiais.

O extrato da inexigibilidade de licitação SRRF10 nº 3/2010 foi publicado na Seção 3 do DOU de 15 de dezembro de 2010, página 87, e o extrato do Acordo de Cooperação foi publicado na Seção 3 do DOU 30 de dezembro de 2010, página 135, dando ampla publicidade aos atos praticados.

Justificativa: Não cadastrado no SIASG por inviabilidade técnica do sistema. Esta Superintendência desejava celebrar contrato com a Infraero, porém, a PRFN/4ªR orientou para celebrar Acordo de Cooperação, o qual não existe opção no SIASG. Tal fato impossibilitou o registro desse contrato naquele sistema.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 10ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 10**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 9: Relacionamento com a Sociedade

(Item 10, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

9.1 - Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

1. Ouvidoria geral do Ministério da Fazenda

A Ouvidoria Geral do Ministério da Fazenda foi instituída em abril de 2001, por meio da edição do Decreto nº. 3.782, de 5 de abril de 2001, e iniciou suas atividades em 12 de junho de 2002. Na Receita Federal, os trabalhos principiaram em outubro/2002 com a publicação da Portaria SRF nº 1.161, de 2002.

A missão da Ouvidoria-Geral do Ministério da Fazenda é garantir o direito de manifestação do cidadão-usuário sobre os serviços a ele prestados, assegurando-lhe o exame de suas reivindicações e o direito à informação. Assim procedendo, a Ouvidoria-Geral fortalece a cidadania e contribui para a melhoria dos serviços prestados pelo Ministério da Fazenda.

Estão incluídos na competência direta da Ouvidoria-Geral os problemas relacionados à prestação de serviços que o MF coloca à disposição da população, por intermédio dos seguintes Órgãos: RFB, PGFN, STN, ESAF, SAIN, SEAE, SPE e SPOA. Ela atua no pós-atendimento, mediando conflitos entre o cidadão-usuário e o Órgão, e se caracteriza por possuir uma jurisdição nacional, exercendo sua função em todo o território nacional e uma organização funcional descentralizada, pois esta subdividida em unidades de atendimento, formando uma rede de ouvidorias hierarquicamente subordinadas com áreas de atuação determinadas;

2. “Ouvidoria” da RFB e 10ª REGIÃO FISCAL

A Ouvidoria da RFB - Ouvid – atuando em conjunto com a Ouvidoria Geral do Ministério da Fazenda, integra a estrutura de assessoramento direto do Gabinete do Secretário da Receita Federal do Brasil, competindo-lhe gerenciar as atividades de Ouvidoria na RFB em articulação com os órgãos competentes.

Em sua rede de atendimento, possui representações não regimentais em todas as regiões fiscais (chamadas “Ouvidorias Regionais”) e, no caso da 10ª Região Fiscal, representações não regimentais descentralizadas em todas as 14 Delegacias, Inspetorias e Alfândegas, unidades diretamente vinculadas à SRRF10 - Superintendência Regional da 10ª Região Fiscal (chamadas “Ouvidorias Locais”). Adicionalmente conta com uma “Ouvidoria” especializada no atendimento de denúncias de sonegação fiscal localizada na Divisão de Fiscalização da SRRF10.

Observamos que a Ouvidoria Geral do MF está inserida na estrutura do Ministério da Fazenda que conta com um único Ouvidor-Geral. Portanto, todas as “Ouvidorias da RFB” – Central, Regionais e Locais, são apenas operadores que atuam como auxiliares, ou representantes, do Ouvidor-Geral. A utilização do termo genérico “Ouvidoria” e “Ouvidor”, no âmbito da RFB, facilita a comunicação, porém trata-se de ficção que visa tão-somente simplificar. As Ouvidorias Central, Regionais e Locais da RFB (Receita Federal, Superintendências, Delegacias, Inspetorias, Alfândegas, Divisões de Fiscalização) têm existência apenas virtual, a Ouvidoria Geral para o cidadão-usuário é uma só, já que todas as respostas fornecidas aos cidadãos provêm do Ouvidor-Geral, por força legal.

3. formas de acesso à ouvidoria-geral do MF

3.1 – Internet

O cidadão-usuário pode cadastrar mensagem, complementar a mensagem e consultar o andamento de seu pleito, acessando os seguintes endereços:

- sítio da Ouvidoria-Geral do Ministério da Fazenda
<http://portal.ouvidoria.fazenda.gov.br/ouvidoria/>
- sítio do Ministério da Fazenda, clicando sobre o ícone da Ouvidoria-Geral
<http://www.fazenda.gov.br/>
- sítio da Receita Federal, clicando sobre o ícone da Ouvidoria-Geral
<http://www.receita.fazenda.gov.br/>

O usuário também pode encaminhar sua manifestação para o endereço eletrônico da Ouvidoria-Geral do Ministério da Fazenda: ouvidormf@fazenda.gov.br.

3.2 – Serviço telefônico gratuito

O serviço telefônico gratuito está disponível por meio do número 0800 702 1111.

As Ouvidorias da RFB – Central, Regionais e Locais – não atendem os cidadãos-usuários por meio de seus telefones normais de trabalho.

3.3 – Correspondência

A correspondência deve ser encaminhada para o seguinte endereço:

Ouvidoria do Ministério da Fazenda
SAS Quadra 6 - Bloco O - Ed. Órgãos Centrais - 7º andar
CEP 70070-917 - Brasília/DF

Nos locais onde o Ministério da Fazenda presta serviços, estão disponíveis cartas-resposta que podem ser utilizadas para escrever para a Ouvidoria. A carta-resposta pode ser:

- depositada em urna específica existente nesses locais; ela é coletada e encaminhada à Central de Atendimento da Ouvidoria do MF;
- enviada pelos Correios, sendo a postagem gratuita.

As correspondências contendo reclamações, sugestões, elogios e denúncias dirigidas aos titulares das Unidades da RFB, e por estas recepcionadas, deverão ser cadastradas pelos Ouvidores da RFB (Central, Regionais e Locais, conforme o caso) no Sistema Ouvidor III.

3.4 – Atendimento pessoal

Caso o cidadão-usuário necessite de explicação mais detalhada, ele pode agendar uma conversa pessoal com o Ouvidor-Geral do MF em Brasília. O usuário liga para o “146” e informa à atendente seu nome completo e telefone ou e-mail, além do assunto a ser tratado. A Ouvidoria-Geral retorna a ligação para marcar o horário conveniente. Destaca-se aqui que apenas o Ouvidor-

Geral do Ministério da Fazenda presta atendimento pessoal. Esta atividade não é exercida pelos “Ouvidores” da RFB.

4. RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2013

No exercício de 2013, a rede de operadores da Ouvidoria Geral do MF na 10ª RF (Rede da “Ouvidoria” Regional da RFB na 10ª Região Fiscal) atendeu 1603 mensagens, através do Sistema Ouvidor III, disponibilizado pela Ouvidoria Geral do MF para seus representantes. Há inúmeras possibilidades de tratamento estatístico destas mensagens tratadas como: quantitativos por “Ouvidoria” Local; quantitativos mensais, desdobramentos por tipo de manifestação do cidadão; desdobramento pela situação da manifestação; desdobramento pelo tipo de canal de acesso em que a mensagem do cidadão foi recebida pela Ouvidoria e outros.

Mensalmente a “Ouvidoria” Central da RFB encaminha relatórios de acompanhamento de dois aspectos relevantes como indicadores operacionais das “Ouvidorias” Regionais: 1) o quantitativo do estoque médio mensal de mensagens na região e suas unidades e 2) o quantitativo de mensagens em estoque que se encontram há mais de 30 dias sem resposta. Em ambos os indicadores os resultados apresentados pelas 10ª RF foram muito bons. No primeiro indicador, acima, a média mensal de mensagens situa-se em torno de 16. No segundo indicador, zero mensagens. Ou seja, não há nenhuma mensagem respondida pela 10ª RF em prazo maior que 30 dias no exercício em avaliação.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 10ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 10**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 10: Informações Contábeis

(Item 11, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

10.1 - Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Em atendimento ao Subitem 11.1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal atende ao conjunto de Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16, aplicáveis ao setor público, em especial à NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio das entidades do setor público.

1) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.136/2008 que aprova a NBC T 16.9, seguem informações em relação à metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão e as taxas utilizadas para os cálculos.

a) Depreciação

Representa a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

a1) Bens Móveis

Os bens móveis de propriedade da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS (Sistema desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e administrado pelo Ministério da Fazenda) e são depreciados, mensalmente, no SIADS com reflexo contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Metodologia adotada para estimar a vida útil dos bens móveis

- A metodologia é a definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações; e,
- Nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e nº 130/1999.

Metodologia de cálculo da depreciação

A metodologia utilizada para o cálculo da depreciação dos bens móveis da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal é a das quotas constantes, definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Taxas utilizadas para o cálculo da depreciação

As taxas do quadro abaixo foram definidas nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e 130/1999 e na Macrofunção SIAFI nº 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação,

Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
142120200	Aeronaves	10	10
142120400	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10
142120600	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	15	20
142121000	Aparelhos e Equipamentos para Esporte e Diversões	10	10
142121200	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10
142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e Filmotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de Manobra e Patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10
142122600	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10
142122800	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10
142123000	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10
142123200	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10
142123400	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10
142123500	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10
142123600	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10
142123800	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10
142123900	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10
142124000	Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas, Agropecuários e Rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em Geral	10	10
142124600	Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10
142124800	Veículos Diversos	15	10
142125100	Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10
142125200	Veículos de Tração Mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para Automóveis	5	10
142125800	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10
142126000	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10

a2) Bens Imóveis

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, que estabelece no âmbito da União o cronograma para implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais e específicos, entre eles a depreciação de bens imóveis, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da depreciação de bens imóveis.

Os bens imóveis da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal são de propriedade da União e todos estão registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet.

A Secretaria do Tesouro Nacional - STN e a Secretaria de Patrimônio da União - SPU estão desenvolvendo trabalhos objetivando a criação de uma rotina de depreciação no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet com reflexo contábil no Sistema de Administração Financeira do Governo federal - SIAFI.

b) Amortização

Representa a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da amortização.

c) Exaustão

Representa a redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis ou de esgotamento determinado, bem como do valor de ativos corpóreos utilizados no processo de exploração.

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal, por não visar e nem possuir investimentos destinados à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais, não dispõe de informações a respeito da exaustão de tais investimentos.

2) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.137/2008 que aprova a NBC T 16.10, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal utilizou como metodologia para a avaliação e mensuração de ativos e passivos a Portaria STN nº 437/2012 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais).

De acordo com MCASP Parte II, mensuração é o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. O patrimônio das entidades do setor público, o orçamento, a execução orçamentária e financeira e os atos administrativos que provoquem efeitos de caráter econômico e financeiro no patrimônio da entidade devem ser mensurados ou avaliados monetariamente e registrados pela contabilidade. Os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, devem ser efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência.

Ainda, de acordo com o Princípio da Oportunidade, as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem.

CONCEITOS

Avaliação patrimonial: atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos.

Mensuração: constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas.

A avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal obedecem aos critérios descritos a seguir:

a) DISPONIBILIDADES

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. A Conta Única do Tesouro Nacional e as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, tendo seus rendimentos atualizados a cada decêndio até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado (contas de receita 425400000 ou 413250000).

b) CRÉDITOS e OBRIGAÇÕES

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original. São apropriados por competência, considerando-se, de maneira geral, todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

No grupo de diretos a receber da UG 170010 - Órgão Central RFB, destaca-se a contabilização dos tributos federais administrados pela RFB.

A contabilização foi iniciada a partir do exercício financeiro de 2010, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais e visa atender, especificamente, aos Princípios da Competência e da Oportunidade. Atende, também, à Resolução CFC nº 1.137/2008, que aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em entidades do setor público, além da Lei nº 4.320/1964, Artigos 85, 89 e 100.

Devido a particularidades dos sistemas da RFB, de onde são extraídos os dados, o registro na contabilidade é efetivado com um mês de defasagem. Os ajustes para perdas prováveis são constituídos com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos. Assim, uma vez identificada a probabilidade de perda de um crédito, é constituído o ajuste, que é atualizado anualmente. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) ESTOQUES

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado. As UG's do Ministério da Fazenda dispõem de sistema próprio para controle dos estoques, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços).

d) INVESTIMENTOS

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal não possui investimentos em empresas ou em consórcios públicos ou públicos-privados.

e) IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Isso ocorre sobretudo com os bens imóveis registrados no SPIUNet. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Os imobilizados com vida útil econômica limitada estão incorrendo em registro de depreciação sistemática durante esse período.

f) INTANGÍVEL

Os direitos, objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Os softwares representam o item de maior relevância desse grupo, merecendo destaque os gastos com os sistemas corporativos. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Ressalta-se que ainda não está em prática o registro da amortização do intangível.

g) DIFERIDO

O Ativo Diferido foi extinto pelas normas de contabilidade. A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal não dispõe de registros contábeis neste item.

3) Impacto da utilização dos critérios contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 e 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

a) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à aplicação da NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público, o impacto no resultado do exercício financeiro de 2013 da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal foi de R\$ 25.142.011,02 referente à depreciação de bens móveis.

A depreciação refere-se ao desgaste dos bens móveis e é contabilizada em uma conta redutora do ativo imobilizado, contribuindo para o resultado diminutivo do exercício.

b) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

Em relação à aplicação da NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público, o resultado do exercício financeiro de 2013 da RFB teve vários impactos, destacando-se os seguintes (as variações abaixo ocorreram no resultado da UG 170010 - Órgão Central RFB):

b1) Aumento de R\$ 382.133.283.964,27 referente à incorporação de direitos (créditos de contribuições, créditos de impostos, taxas e contribuições de melhoria e créditos por infrações legais/contratuais);

b2) Aumento de R\$ 8.689.252.583,73 referente à desincorporação do passivo “Ressarcimentos/Restituições de Tributos” devido ao pagamento de restituições do imposto de renda da pessoa física;

b3) Diminuição de R\$ 165.939.939.160,09 referente à baixa de direitos (créditos de contribuições, créditos de impostos, taxas e contribuições de melhoria e créditos por infrações legais/contratuais);

b4) Diminuição de R\$ 10.535.016.966,88 referente à incorporação do passivo “Ressarcimentos/Restituições de Tributos” devido à contabilização de restituições a pagar do imposto de renda da pessoa física; e,

b5) Diminuição de R\$ 151.855.566.286,84 referente ao ajuste para perdas prováveis sobre os créditos tributários administrados pela RFB (créditos de contribuições, créditos de impostos, taxas e contribuições de melhoria e créditos por infrações legais/contratuais).

10.2 - Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO **REFLETEM** CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 10ª Região Fiscal		170177	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Existência de valores não confirmados pelas Unidades Gestoras: 170178,170179,170181,170184,170185,170187,na conta contábil: 211.410.000 Depósitos e Cauções;</p> <p>b) Existência de valores objeto de verificação pela Setorial Contábil da Receita Federal do Brasil na Unidade Gestora: 170183, na conta contábil 211.490.100 Depósitos de Terceiros;</p> <p>c) Existência de valores pendentes de atualização nas Unidades Gestoras: 170178, 170179, 170180, 170181, 170182, 170183, 170184, 170185, 170186, 170187, 170263, 170270, na conta contábil 142.111.000 Imóveis de Uso Especial.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Porto Alegre (RS)	Data	12 de fevereiro de 2014
Contador Responsável	Rui Oliveira Rigoni	CRC nº	RS 024951/0-3

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 10ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 10**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 11: Outras Informações sobre a Gestão
(Item 12, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

11.1 - Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Todas as informações consideradas relevantes foram contempladas nos itens e subitens deste Relatório de Gestão.

ANEXOS

Anexo 1: Declaração do SIASG e SICONV - Subitem 9.6 do Anexo II da DN TCU nº 127/2013

DECLARAÇÃO

Eu, André Luis Souza da Silva, CPF nº 541.693.640-15, Chefe da Divisão de Programação e Logística, exercido na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo, que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores, **EXCETO, em relação à UG 170177 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no tocante a:**

- b. Instrumento de Acordo de Cooperação SRRF10 nº 1/2010, processo nº 11080.004348/2010-20, contratada Infraero – Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - CNPJ 00.352.294/0001-10, objeto: Cessão de uso temporário e gratuito de áreas aeroportuárias destinadas às repartições da Secretaria da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, RS, bem como estabelecer as condições em que se dará o rateio das despesas condominiais.

O extrato da inexigibilidade de licitação SRRF10 nº 3/2010 foi publicado na Seção 3 do DOU de 15 de dezembro de 2010, página 87, e o extrato do Acordo de Cooperação foi publicado na Seção 3 do DOU 30 de dezembro de 2010, página 135, dando ampla publicidade aos atos praticados.

Justificativa: Não cadastrado no SIASG por inviabilidade técnica do sistema. Esta Superintendência desejava celebrar contrato com a Infraero, porém, a PRFN/4ªR orientou para celebrar Acordo de Cooperação, o qual não existe opção no SIASG. Tal fato impossibilitou o registro desse contrato naquele sistema.

Porto Alegre, 10 de março de 2014.

André Luis Souza da Silva
541.693.640-15

Chefe da Divisão de Programação e Logística/SRRF10

**RECIBO DE ENVIO DO RELATÓRIO DE GESTÃO**

UNIDADE JURISDICIONADA:	Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 10ª Região Fiscal
RESPONSÁVEL PELO ENVIO:	ANDRE LUIS SOUZA DA SILVA
DATA/HORA DO ENVIO:	31/03/2014 às 22:10:46
EXERCÍCIO:	2013

Recibo gerado em 31/03/2014 às 22:10:54